



RELATÓRIO DE GESTÃO – ANEXO II – EXERCÍCIO 2006

1) DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

Nome completo e oficial da empresa:

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS

Número do CNPJ:

00.001.180/0002-07

Natureza Jurídica:

Sociedade Anônima de Economia Mista

Vinculação Ministerial:

Ministério de Minas e Energia – MME

Endereço completo da sede:

- SEDE: SCN, Quadra 4, BlocoB, sala 203, Edifício Centro Empresarial Varig, CEP: 70714-900 – Brasília – DF. Telefone: (61) 3329-7300 e fac-símile para contato: (61) 3329-7306, 3329-7315.
- ESCRITÓRIO CENTRAL: Av. Presidente Vargas, 409 – 13º andar – Centro – Rio de Janeiro – CEP: 20071-003 – Telefone: (21)2514-6201/6001 – Fac-símile para contato: (21) 2514-6479.

Endereço da página institucional da Internet:

www.eletrobras.com

Norma de criação e finalidade da unidade jurisdicionada:

Constituída em conformidade com a autorização contida na Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961 e organizada pelo Estatuto.

Na qualidade de entidade da Administração Pública Federal indireta, reger-se-á pela legislação das sociedades por ações, pelas disposições especiais de leis federais, no que forem aplicáveis, e pelo seu Estatuto.

A Eletrobrás tem por objeto social:

I - realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica;

II - cooperar com o Ministério, ao qual se vincule, na formulação da política energética do País;

Valter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício



- III - conceder financiamentos a empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica sob seu controle, e prestar garantia, no País ou no exterior, em seu favor, bem como adquirir debêntures de sua emissão;
- IV - conceder financiamentos e prestar garantia, no País ou no exterior, em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa sob seu controle;
- V - promover e apoiar pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
- VI - contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica brasileiro, bem como para a preparação de operários qualificados, através de cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do país ou bolsas de estudo no exterior e assinar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado;
- VII - colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas de cujo capital participe acionariamente e com órgãos do Ministério ao qual se vincule.

Norma que estabelece a estrutura orgânica no período de gestão sob exame: Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas:

A administração da ELETROBRÁS, na forma do Estatuto e da legislação de regência, Decreto nº 4912/03, publicado no DOU em 11/12/2003, compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.


Valter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

ANEXO II – RELATÓRIO DE GESTÃO

I. PRESIDÊNCIA

As principais áreas de atuação em 2006, subordinadas diretamente à Presidência, com fortes impactos, internos ou externos, e cujos objetivos e metas foram criteriosamente perseguidos ao longo do ano, envolveram: (a) planejamento estratégico, (b) comunicação, (c) patrocínios culturais, (d) serviços jurídicos e (e) ouvidoria.

1 Objetivos e Ações

1.1 Planejamento Estratégico Empresarial

1.1.1 Introdução

Dando seqüência às conquistas do ano anterior, - em que o Planejamento Estratégico Empresarial da ELETROBRÁS definitivamente se incorporou como processo organizacional permanente, através da construção de sua Identidade Empresarial e da estruturação dos eixos de negócios e das quatro Macro-Orientações Estratégicas -, as atividades desenvolvidas em 2006 representaram um significativo avanço na direção do desdobramento destes princípios norteadores dos novos rumos da empresa, bem como de sua operacionalização.

Em paralelo, o Comitê de Planejamento Estratégico do Sistema ELETROBRÁS – COPESE prosseguiu com o seu calendário de reuniões, estando em preparo o relatório com a consolidação de um conjunto de Macro-Orientações Estratégicas corporativas, específicas para as empresas controladas, que deverão oportunamente permear os seus Planejamentos Estratégicos.

1.1.2 As Estratégias Corporativas da ELETROBRÁS

A partir da identificação de premissas e diretrizes comuns nas Macro-Orientações Estratégicas da ELETROBRÁS, relacionadas com os seus grandes processos corporativos, foram definidos dez vetores de mudanças, essenciais para a construção de uma organização competitiva e eficaz na obtenção de suas metas empresariais, responsável social e ambientalmente e comprometida com o desenvolvimento e a qualidade de vida de seus funcionários.

1 – Governança

Assegurar a efetiva representatividade dos interesses societários da ELETROBRÁS na Diretoria Executiva, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal das Empresas Controladas, Coligadas e Federalizadas, e nas demais empresas onde sua participação lhe garanta tal direito.

2 – Investimento

Aplicar os recursos objetivando maximizar a relação entre as taxas de retorno e o custo de capital na função S/A, bem como garantir, no mínimo, o equilíbrio econômico-financeiro na função Governo, segundo critérios de responsabilidade social e ambiental.

Valter Luiz Cartesal de Souza
Presidente em Exercício

3 – Diversificação

Incorporar novos negócios à carteira já existente, com agregação de valor à Empresa.

4 – Carteira de Ações

Reavaliar todas as participações acionárias segundo critérios de taxa mínima admissível de retorno e da relevância estratégica de sua permanência na carteira de negócios da ELETROBRÁS.

5 – Reestruturação Societária

Buscar a estrutura societária para a ELETROBRÁS e suas Controladas que proporcione o maior grau de sinergia às suas operações, com foco nos ganhos de eficiência e economicidade resultantes da agregação de funções similares.

6 – Internacionalização

Expandir a atuação da ELETROBRÁS para o mercado internacional.

7 – Desempenho Empresarial

Gerir a ELETROBRÁS com foco no desempenho por negócios, visando a transparência dos resultados e o fortalecimento do processo decisório.

8 – Gestão Corporativa

Alinhar os processos de negócios e sistemas, bem como as estruturas organizacionais, às estratégias estabelecidas, promovendo a necessária normatização, segundo critérios de Governança Corporativa e Gestão do Conhecimento.

9 – Gestão de Pessoas

Assegurar condições para o desenvolvimento, crescimento, retenção e qualidade de vida dos empregados, segundo uma política de gestão de pessoas que contemple planos de carreira e remuneração, baseados em avaliação de desempenho e aprendizado contínuo, e de benefícios, compatíveis com as práticas de Empresas do porte da ELETROBRÁS.

10 – Imagem da Empresa

Desenvolver uma política de comunicação que agregue valor à marca ELETROBRÁS, consolidando e disseminando junto às partes interessadas a imagem de uma organização economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável, que concilia a excelência de gestão e a obtenção de rentabilidade.

1.1.3 Objetivos Estratégicos, Planos de Ação e Indicadores de Desempenho

As Estratégicas Corporativas foram desdobradas em Objetivos Estratégicos, especificando o que elas devem alcançar e o que é crítico para o seu sucesso.

Esses Objetivos Estratégicos estão associados a Metas temporais, cujo alcance será obtido através dos Planos de Ação e mensurado por meio de Indicadores de Desempenho.

Os Planos de Ação são programas-chave necessários para o alcance dos Objetivos Estratégicos. Não são rotinas nem processos. São ações de intervenção com prazo definido, e que permitem que se realizem as metas dos indicadores, fechando a lacuna entre o desempenho atual e o desejado.

Para o desenvolvimento dos Planos de Ação, foram constituídos doze¹ Grupos de Trabalho, integrados por cerca de cem representantes de todas as diretorias da Eletrobrás.

Ao final de 2006, a maioria dos Grupos de Trabalho havia completado seus Planos de Ação e, em consequência, preparavam Relatórios e propostas de Resolução à Diretoria Executiva, envolvendo mudanças em profundidade em cada uma dos grandes temas abordados.

A partir da aprovação dessas Resoluções (algumas delas, pelo seu alcance, deverão também ser submetidas ao Conselho de Administração), grande parte das medidas propostas retorna às unidades organizacionais com responsabilidade pelo assunto, para detalhamento e operacionalização.

1.1.4 Os próximos passos

Uma das mais importantes contribuições do Planejamento Estratégico tem sido justamente a própria pedagogia do planejamento. Em outras palavras, a valorização, por parte daqueles que vêm se envolvendo com o processo, da técnica de aproximações sucessivas, desde a visão macro, do relacionamento da empresa com suas partes interessadas e dos possíveis cenários de mudanças que se apresentaram, até o nível operacional, onde as grandes estratégias se desdobram em ações de sintonia fina, envolvendo áreas e atores específicos.

Outro ponto de destaque é o estreito contato com a diretoria ao longo de todas as etapas. Sem esse engajamento efetivo, pontuado por inúmeras reuniões coletivas e individuais, pelo acompanhamento e endosso formal dos produtos através de Resoluções, o Planejamento Estratégico poderia ter-se convertido gradativamente em peça de retórica, esgotando seu potencial de transformação e inviabilizando-se como processo.

Não há dúvida sobre a importância do momento atual para o futuro da Eletrobrás. Para sua construção, é apresentada uma plataforma de ações estruturadas e interdependentes, resultante dos melhores esforços que a casa poderia oferecer.

São propostas como medidas de impacto, o tripé de consolidação do Grupo Eletrobrás, orientado pela incorporação de práticas de Governança, cuja ponta de lança é a atuação junto às Diretorias e Conselhos de Administração e Fiscais; pela reestruturação societária, alicerçada pela aprovação da Convenção do Grupo e pela institucionalização de um ambiente de compromissos para a gestão econômico-financeira, - permeado pela ótica da responsabilidade social e ambiental -, pautando o relacionamento com a União e com as Empresas Controladas.

Mais adiante, a plataforma será ampliada, com proposições para o desenvolvimento e valorização dos colaboradores; para a gestão dos novos negócios; para a reestruturação organizacional do Grupo; e para a implementação de demais práticas de governança corporativa.

¹ Duas Estratégias Corporativas (Investimento e Gestão de Pessoas) foram subdivididas em dois Grupos de Trabalho

Ao longo de 2007, o Planejamento Estratégico estará desdobrando essas proposições em metas físicas e financeiras e em compromissos operacionais, capazes de configurar um sistema de indicadores de desempenho que permita o acompanhamento e a aferição dos resultados.

A grande meta a atingir é a sustentabilidade empresarial e a base para conquistá-la é o espírito corporativo que surge a partir do interesse, informação e participação de todos.

1.2 Comunicação e Patrocínios Culturais e Esportivos

Em 2006 o PRR implementou ações de comunicação e projetos de patrocínio de interesse institucional, mercadológico e social em âmbito nacional, cujo grau de assimilação, retenção e retorno já podem ser percebidos pelo conjunto de colaboradores e pela sociedade.

Como resultados mais significativos do nosso trabalho em 2006 destacam-se:

- criação da Divisão de Imprensa e Comunicação Interna;
- realização de uma ampla campanha publicitária de divulgação nacional das ações, programas e projetos da Eletrobrás e do grupo Eletrobrás sob o tema "O Brasil é todo energia";
- centralização no PRR de todos os processos de patrocínio da empresa;
- realização de patrocínios culturais e esportivos expressivos, tais como: O Prêmio Eletrobrás de Teatro, o basquete feminino e masculino, o apoio a atletas consagrados e todos os outros patrocínios com o incentivo da Lei Rouanet;
- lançamento da Sala de Comunicação na Intranet, que representa a versão eletrônica dos produtos da comunicação (Jornal Eletrobrás, Rádio, Análise de mídia etc);
- realização de eventos promocionais e institucionais, tais como: Celebração do 44º aniversário da empresa, Confraternização Natalina, Natal de Luz, Prêmio Procel, e Prêmio Jovem Cientista;
- lançamento do Dicionário de Termos do Setor Elétrico;
- realização do programa de Media Training, com o intuito de proporcionar um debate de idéias, visando obter as percepções e proposições dos participantes a respeito dos aspectos envolvidos no relacionamento da mídia com as empresas.

Esse conjunto de ações faz parte da Política de Comunicação, que considerou preliminarmente a integração de esforços no âmbito do grupo Eletrobrás, consolidada à luz das diretrizes do Planejamento Estratégico da empresa.

Ainda foram realizadas ações voltadas para a capacitação profissional das equipes de trabalho, por intermédio da inscrição dos colaboradores internos em treinamentos diversos.

Para a elaboração da Política de Comunicação da ELETROBRÁS destacam-se os objetivos básicos:

- Conciliar os interesses institucionais e mercadológicos da ELETROBRÁS, em sua condição de empresa de economia mista, articulada com as políticas do Governo Federal para a

Cultura, tendo como foco o acesso da sociedade brasileira a bens culturais e a formação de novas platéias;

- Estabelecer diretrizes para o relacionamento da ELETROBRÁS com os veículos de imprensa, de modo a garantir uma imagem transparente da empresa e a cumprir com o artigo 37 da Constituição, que determina que: "a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)";
- Proporcionar um planejamento adequado, composto por ações coordenadas de comunicação e marketing, que aperfeiçoem os recursos humanos e financeiros, bem como os resultados da participação em campanhas publicitárias e eventos de interesse da ELETROBRÁS, conscientizando a sociedade, que estas manifestações possuem um diferencial de atratividade, consolidando a nossa imagem como "a melhor empresa de energia elétrica do país";
- Estabelecer princípios para o tratamento das questões sócio-ambientais associadas aos empreendimentos de energia elétrica realizados pela ELETROBRÁS, em conformidade com as diretrizes das políticas públicas relativas a meio ambiente, recursos hídricos e bem estar social, bem como com os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção do Clima, a Agenda 21, o Protocolo de Quioto e outros;
- Dar ênfase à transparência e à ética como pressupostos de produtividade, eficácia de serviços, qualidade de atendimento, eficiência administrativa, conformidade legal, além do respeito básico aos direitos humanos.

Assim, considerando as macro-orientações do Planejamento Estratégico, estabelecidas a partir de 2006, e por não estarem ainda definidos indicadores de desempenho e/ou uma métrica formal para a quantificação e comparação de dados, os resultados apresentados a seguir limitaram-se aos aspectos quantitativos de cada uma das áreas de atuação do PRR, exceto para o projeto de patrocínio das Seleções de Basquete (feminina e masculina).

1.2.1 Objetivos Gerais do PRR

No âmbito da Eletrobrás, cabe ao Departamento de Relacionamento com a Sociedade – PRR, propugnar, coordenar e promover interna e externamente a política de comunicação, publicidade e patrocínio da empresa de forma integrada bem como, avaliar constantemente a eficácia das ações empresariais para valorização da marca Eletrobrás;

1.2.2 Principais Atividades do PRR

- Eventos e Publicidade
- Patrocínios
- Imprensa e Comunicação Interna (área criada em fevereiro de 2006, com o objetivo de fortalecer as ações de comunicação da empresa com a imprensa e com o público interno).

1.2.3 Objetivos Específicos

1.2.3.1 Eventos e Publicidade

Criar ambientes personalizados, que possibilitem atingir o público interno e externo; promover ações e produtos; potencializar a expansão da marca Eletróbrás a novos mercados, de forma vinculada e compartilhada, buscando o comprometimento dos parceiros, garantindo destaque para a marca Eletróbrás;

Desenvolver conteúdos relevantes nos quais a ética e a estética propostas pela empresa sejam exercidas com criatividade, visando à veiculação da identidade empresarial no âmbito dos seus programas e ações internas e externas e ao mesmo tempo, sensibilizar a sociedade para o correto posicionamento da marca Eletróbrás bem como, da marca do grupo (fixação e revitalização);

Criar e acompanhar o desenvolvimento de projetos gráficos, que garantam unidade visual, mediante utilização de linguagem e tecnologia adequadas ao público interno e externo, visando o processo de informação, comunicação e visualização da logomarca da empresa em materiais gráficos, tais como: correspondências, sites, manuais, cartão de visitas, jornais, revistas, boletins, folheteria, *banners*, guias técnicos e brindes específicos para eventos e ainda, orientar sobre a aplicação de marcas e assinaturas em peças de publicidade utilizadas em projetos culturais e esportivos, em conformidade com as recomendações da SECOM;

Informar e divulgar a imagem da Eletróbrás, por meio de relacionamento com a imprensa; analisar a performance do setor elétrico e da sociedade, identificando expectativas e fatos geradores.

1.2.3.2. Patrocínio

Associar a marca da Eletróbrás a ações de interesse público em todos os segmentos sociais, utilizando recursos de comunicação, a fim de promover as ações da empresa, que expressem atributos desejados, pela expansão do senso de compromisso sócio-cultural e esportivo.

1.2.3.3 Imprensa e Comunicação Interna

Planejar, coordenar e incentivar o relacionamento com a imprensa e executar a política de comunicação interna da Eletróbrás; acompanhar e analisar a presença da ELETROBRÁS nos noticiários dos veículos de comunicação de massa e produzir o *clipping* de notícias sobre a empresa; prestar apoio aos executivos da empresa em seus contatos com representantes da mídia; produzir, editar e veicular a programação da Rádio Eletróbrás, a revista e o jornal da empresa; e coordenar o conteúdo das informações institucionais veiculadas na página eletrônica da empresa, nos relatórios anuais e na folheteria da empresa.

1.3 Departamento Jurídico

1.3.1 Principais ações em 2006:

- Contratação da Fundação Getúlio Vargas para a remodelagem, desenvolvimento e otimização do Departamento Jurídico;
- Contratação de Sacha Calmon – Misabel Derzi, Consultores e Advogados para a defesa especializada da Eletróbrás nos cinco primeiros recursos especiais que forem pautados e acolhidos em juízo de admissibilidade perante a Primeira Seção do Superior Tribunal de

Valter Luiz Carneal de Souza
Presidente em Exercício

Justiça, nos quais a Eletrobrás figure como recorrente ou recorrida e que tenham como objeto os critérios de correção monetária indicados pela legislação específica do Empréstimo Compulsório instituído pela Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, devendo a decisão a ser obtida consolidar teses favoráveis à Eletrobrás;

- Visitas a Ministros do Superior Tribunal de Justiça, em companhia da Consultora Jurídica Geral, com a demonstração das teses defendidas pela Eletrobrás e entrega de materiais correspondentes;
- Contratação de Serviços de Recorte de Diário Oficial para os estados onde se tem escritórios terceirizados para o acompanhamento da atuação dos advogados terceirizados.

1.4 Ouvidoria

1.4.1 Objetivos Gerais

A Ouvidoria da Eletrobrás foi criada por determinação da diretoria da empresa com o objetivo de identificar a necessidade de demanda dos cidadãos; buscar soluções para as questões apresentadas; oferecer as informações requeridas; analisar as sugestões apresentadas, criando um canal de comunicação permanente entre a presidência da empresa e toda sociedade (empregados, clientes, consumidores, fornecedores, acionistas e demais partes interessadas).

No âmbito das atribuições da Ouvidoria destaca-se a preservação dos princípios éticos (legislação ética) empresariais e relacionais, como também a constante busca de melhor atendimento ao cliente, preservando e valorizando, dessa forma, a imagem da Organização, contribuindo para o seu desenvolvimento sustentável.

1.4.2 Formas de contato com a Ouvidoria

A comunicação com a Ouvidoria-Geral da Eletrobrás se dá por meio eletrônico da Empresa – e-mail, carta/ofício, telefone, fax ou pessoalmente.

Todas as manifestações recebidas são encaminhadas aos setores responsáveis e as medidas e procedimentos adotados são informados aos interessados através de e-mail e/ou cartas. A ouvidoria garante a expressão dos direitos dos cidadãos e o emprego dos princípios éticos.

2 Indicadores:

2.1 Planejamento Energético

Conforme já observado, a construção de indicadores de desempenho capazes de aferir a consecução das metas associadas aos Planos de Ação, bem como a sua integração em um sistema de informações gerenciais constituem itens relevantes da agenda do Planejamento Estratégico Empresarial para 2007.

2.2 Comunicação e Patrocínios Culturais e Esportivos

A determinação dos dados apresentados abaixo está baseada nas atribuições básicas do departamento até dezembro de 2006, conforme diretrizes internas e foram quantificados para demonstrar a aplicação geral dos recursos face às oportunidades e demandas.

Foram consideradas como base de informação as ações de Imprensa, Comunicação Interna, Patrocínio, Eventos e Publicidade. Os dados foram organizados levando-se em conta o número de inserções de matérias em jornais, revistas, TV, rádio, sites e internet; projetos culturais patrocinados com e sem a utilização da lei Rouanet, projetos esportivos e eventos realizados.

O quadro, a seguir, apresenta o número de inserções por veículo/mídia (ud):

ÁREA DE ATUAÇÃO	2006 ANO
IMPRESA	
- Matérias em jornais e revistas	1.811
- Matérias em TV	111
- Matérias em rádio	72
- Matérias em sites e Internet	2.062
TOTAL IMPRESA	4054
PATROCÍNIO	
- Lei Rouanet	198
- Doações da própria empresa	12
- Em Eventos	81
TOTAL PATROCÍNIO	291
EVENTOS DO S.E. (PRRE)	68
TOTAL DE EVENTOS	68
PUBLICIDADE	
- Matérias em jornais e revistas	67
- Matérias em TV	1.388
- Matérias em rádio	26.309
- Matérias em sites e Internet	2.700.000
TOTAL DE PUBLICIDADE	2.727.764

Abaixo os investimentos realizados (R\$):

- Projetos patrocinados com a utilização da lei Rouanet = R\$ 28.510.657,91
- Projetos patrocinados com recursos próprios em Doações e Cont. Diversas = R\$ 5.624.874,57
- Projetos patrocinados com recursos próprios em Eventos = R\$ 1.026.415,00
- Projetos de publicidade = R\$ 28.018.178,36
- Participação em eventos = R\$ 321.563,00

O quadro, a seguir, representa o retorno de mídia, relativo ao projeto de patrocínio ao Basquete Feminino e Masculino, com investimento realizado = R\$ 8.000.000,00

EVENTO	IMPRESSA (R\$)	ELETRÔNICA (R\$)	TOTAL (R\$)	IMPRESSA (US\$)	ELETRÔNICA (US\$)	TOTAL (US\$)
TOTAL	141.329.069	246.323.051	387.652.120	65.617,171	114.564,654	180.181,825

2.3 Departamento Jurídico

O Departamento Jurídico não possui indicadores de desempenho ou de produtividade. Planeja-se, para o ano de 2007, a implantação de indicadores de qualidade, com o apontamento de problemas relacionados com a produção; indicadores de produção, relacionados ao tempo, e de produtividade, relacionados à quantidade e aos recursos envolvidos.

2.4 Ouvidoria

No exercício de 2006, foram contabilizadas pela Ouvidoria, 2038 reclamações / pedido de informações/ sugestões, das quais, 1535 foram solucionadas dentro do exercício, o que corresponde a um indicador de satisfação de 75,32% .

O maior volume de solicitações à Ouvidoria referiu-se a informações sobre Empréstimo Compulsório, Patrocínios e Concurso Público.

2.4.1 Canal de Gênero

O Departamento de Responsabilidade Social – DAS e a Ouvidoria – PRO formaram parceria, no ano de 2006, para que todos os empregados, terceirizados, estagiários, contratados, pudessem dispor de instrumento para comentar, sugerir e/ou denunciar assuntos relativos às questões de Gênero, abrangendo inclusive as questões de Assédio Moral e Assédio Sexual, no âmbito da Eletrobrás.

No exercício, a Ouvidoria, responsável pelo recebimento dessas denúncias, contabilizou um total de 06 (seis) denúncias sobre Assédio Moral, repassando-as à área de Responsabilidade Social.

3 Avaliação dos Resultados:

3.1 Planejamento Estratégico

O programa de atividades do Planejamento Estratégico Empresarial da Eletrobrás para o exercício de 2006 foi cumprido com êxito, tendo sido iniciada, já em janeiro de 2007, a fase de submissão à Diretoria Executiva das propostas de resolução decorrentes das recomendações consolidadas nos Planos de Ação.

3.2 Comunicação e Patrocínios Culturais e Esportivos

Verificou-se o cumprimento pelo PRR de sua função estratégica, assegurando uma comunicação eficaz com os diversos públicos relevantes da instituição.

Muito mais do que informar à sociedade sobre o papel e os serviços desenvolvidos pela empresa e pelo grupo Eletrobrás, o PRR está empenhado em fortalecer o atendimento das expectativas desses públicos, demonstrando que a empresa cumpre a sua função econômica e social, e participa efetivamente como um agente indutor e promotor do desenvolvimento sócio-cultural do país.

3.3 Departamento Jurídico

O exercício de 2006 foi extremamente produtivo em relação à reorganização da gestão das atividades e de seus processos, podendo ser destacadas as seguintes medidas:

- *Benchmarking* com outras empresas, como por exemplo, a CESP;
- Atualização do software de apoio à gestão;
- Diretrizes para a implementação de um sistema de gestão da qualidade com base na ISO 9.000/2000;
- Análise da distribuição de trabalho visando a identificar tarefas administrativas executada pelo pessoal técnico, e conseqüente criação da Supervisão de Planejamento e Controle;
- Mapeamento dos processos de todas as Divisões do Departamento Jurídico;
- Alteração de *layout*;
- Digitalização de processos;
- Criação de um *pool* de secretarias;
- Implementação de sistema de acompanhamento processual via *web*, com disponibilidade para os escritórios terceirizados;
- Implementação de controle digital de documentação processual;
- Substituição dos escritórios terceirizados do Rio Grande do Sul e Brasília;
- Implementação de exigência de relatórios quinzenais de produção de peças processuais pelos escritórios terceirizados;
- Fiscalização da atuação processual dos escritórios terceirizados pelos advogados internos;
- Reorganização do arquivo, através de catalogação.

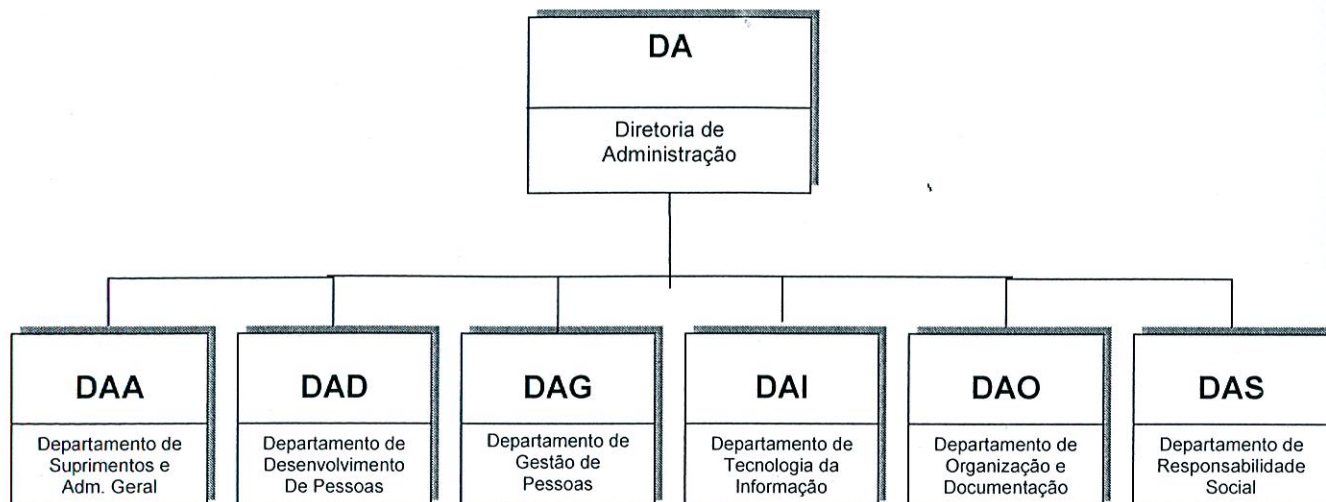
3.4 Ouvidoria

O volume de demandas recebidas e solucionadas reafirmou em 2006 o papel institucional da Ouvidoria como canal legítimo entre a Presidência e a Diretoria Executiva e as partes interessadas da empresa, sobretudo, o seu corpo de colaboradores.


Walter Luiz Carneal de Souza
Presidente em Exercício

II. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DA

- Organograma



- Finalidade

Coordenar as atividades referentes a suprimentos e administração geral, desenvolvimento e gestão de pessoas, tecnologia da informação, organização e documentação e responsabilidade social.

- Atribuições Básicas

- Coordenar o processo de negociação coletiva das empresas do Sistema Eletróbrás;
- Coordenar a implementação de planos de metas e participação nos resultados nas empresas do Sistema Eletróbrás;
- Elaborar estudos e simulações de suporte para os entendimentos com autoridades do governo sobre política salarial;
- Manter informações consolidadas das empresas do Sistema Eletróbrás, relativas às políticas de remuneração de seus empregados;
- Acompanhar as atividades de relações sindicais das empresas do Sistema Eletróbrás;
- Gerenciar o FDT (Fundo de Desenvolvimento Tecnológico);
- Supervisionar o planejamento do treinamento, organização, normalização, gestão e informação da Eletróbrás e de ações idênticas para as empresas do Sistema Eletróbrás;
- Promover treinamento e desenvolvimento para as empresas do Sistema Eletróbrás, por intermédio da UNISE – Universidade Corporativa do Sistema Eletróbrás;

- Coordenar e executar as tarefas da rotina de viagens para deslocamento e hospedagem de empregados ou pessoas a serviço da empresa, incluindo os respectivos procedimentos administrativos;
- Executar a programação e atendimento às necessidades de transporte local, de pessoal e de material, através do controle do uso adequado dos veículos da empresa;
- Administrar a reprodução de documentos, diretamente ou através de terceiros, controlando o centro de cópias e os equipamentos alocados nas unidades organizacionais, confeccionando impressos e demais serviços gráficos;
- Orientar e executar, diretamente ou através de terceiros, a tarefas relativas à copa e refeitório da diretoria;
- Coletar, registrar e distribuir a documentação de circulação interna e executar a recepção, triagem e registro, bem como a expedição e distribuição da correspondência externa da empresa;
- Manter em condições adequadas a frota de veículos da empresa, propondo sua reposição e alienação quando necessário;
- Identificar, controlar, registrar e gerenciar os bens patrimoniais da empresa;
- Coordenar e executar o programa de reciclagem de papéis na empresa;
- Administrar os imóveis próprios e alugados de terceiros pela Eletrobrás;
- Controlar e administrar os seguros dos bens móveis e imóveis ocupados pela empresa;
- Planejar e controlar o sistema de segurança interna, visando garantir a proteção de bens e pessoas da empresa.

1 GABINETE DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - GDA

1.1 PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2006

- Planejamento das ações referentes às relações de trabalho entre Empresa, seus empregados e os Sindicatos de Classe, bem como a coordenação da negociação, acompanhamento e cumprimento do Acordo firmado;
- Planejamento, coordenação e acompanhamento das ações dos Acordos Específicos das Empresas Controladas e Federais de Distribuição, bem como a Coordenação das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho Nacional - ACT para as Empresas do Sistema Eletrobrás;
- Coordenação das ações de gestão juntos às Assessorias de Relações Trabalhistas e Sindicais das Empresas do Sistema Eletrobrás, Entidades Representativas dos Empregados do Sistema Eletrobrás, órgãos governamentais e justiça do trabalho;

Valter Luiz Carneal de Souza
Presidente em Exercício

- Avaliação e encaminhamento ao MME/DEST do pedido de aumento do quadro de pessoal da CERON;
- Avaliação e encaminhamento ao MME/DEST do pedido de aumento do quadro de pessoal da Manaus Energia;
- Avaliação e encaminhamento ao MME/DEST de pedidos de Planos de Cargos e Salários – PCCS;
- Levantamento e acompanhamento dos gastos com pessoal nas empresas do Sistema Eletrobrás;
- Análise e acompanhamento das recomendações das auditorias interna e externa (CGU e TCU);
- Acompanhamento das pendências de auditorias internas e externas;
- Acompanhamento da elaboração do Relatório de Gestão da Diretoria;
- Acompanhamento das atividades dos departamentos da Diretoria de Administração;
- Participação nas reuniões de “pré-pauta”, que analisam processualmente as matérias a serem apreciadas pela Diretoria Executiva da Eletrobrás - DEE;
- Gestão administrativa da Diretoria de Administração;
- Gestão orçamentária dos recursos alocados à Diretoria de Administração;
- Participação no Comitê Gestor das empresas Federais de Distribuição;
- Participação no Grupo de Trabalho que elaborou a revisão da Norma 505;
- Participação no Grupo de Trabalho para elaboração das contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação;
- Participação no Grupo de Estudos para implantação da Universidade Corporativa do Sistema Eletrobrás – UNISE;
- Acompanhamento da gestão dos Bens da União sob Administração – BUSA;
- Participação nas discussões e gestões com vistas à atualização do sistema gerencial de gestão integrada - SAP/R3;
- Acompanhamento e gestão das despesas com viagem;
- Acompanhamento das despesas com veículos e motoristas;
- Acompanhamento e gestão das despesas com telefonia celular;
- Participação do Grupo de Trabalho para a reestruturação do DAA;

- Acompanhamento das despesas com pronto pagamento;
- Acompanhamento da implantação do portal de "Transparência Pública do Governo Federal";
- Acompanhamento das ações trabalhistas e emissão de pareceres sobre os assuntos encaminhados à Diretoria de Administração;
- Acompanhamento de processo junto ao Ministério Público do Trabalho sobre o reenquadramento de empregados;
- Análise das alterações dos regulamentos dos planos de previdência privada das empresas do Sistema Eletrobrás;
- Análise e acompanhamento dos processos de anistia de empregados;
- Acompanhamento da implantação da sistemática de lançamento de todos os contratos e convênios no Portal SIASG, do Governo Federal;
- Análise jurídica dos pleitos apresentados pelas entidades sindicais
- Gestão do orçamento (acompanhamento, revisão e transferência de verbas entre Unidades da Diretoria de Administração);
- Elaboração, em conjunto com as Unidades Administrativas da Diretoria, da previsão orçamentária para 2007;
- Autorizações e liberações de despesas até o valor limite permitido;
- Participação no Comitê de Investimentos da Eletrobrás;
- Elaboração de estudo do Plano de Incentivo ao Desligamento - gastos e tempo de retorno ou economia, com e sem reposição de pessoal;
- Acompanhamento da gestão do Fundo de Pensão Eletros e da Eletros-saúde;
- Acompanhamento da mudança do Plano de Previdência Privada da ELETROS. Além do Plano de Benefício Definido existente, passou a ter mais dois planos: o Plano de Contribuição Definida Saldado e o Plano de Contribuição Definida, ambos a partir de abril de 2006.
- Participação como presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS;
- Participação em Conselhos de Administração de Empresas do Sistema Eletrobrás e/ou nas quais a Eletrobrás é acionista;
- Acompanhamento e gestão dos patrocínios encaminhados à Diretoria de Administração;
- Coordenação das atividades do Comitê de Integração das Áreas de Administração do Sistema Eletrobrás – CIASE;

- Participação no Grupo de Estudos que aprovou as mudanças na matriz salarial da Eletróbrás;
- Participação no Grupo de Estudos que aprovou o aumento dos valores das gratificações praticadas na Eletróbrás.

2 DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E ADMINISTRAÇÃO GERAL - DAA

Obs. A Divisão de Suprimentos (DAAS) que funcionou com as atribuições indicadas até 30/10/2006, a partir de então foi desmembrada nas Divisões de Licitações e Contratos (DAAL) e de Suprimentos (DAAS)

FINALIDADE

Gerenciar as atividades de suprimentos e administração geral.

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

- Gerenciar as atividades relativas à aquisição e alienação de bens, contratação de serviços, administração do almoxarifado e cadastramento de fornecedores;
- Gerenciar as atividades relativas à administração dos bens patrimoniais da empresa, dos imóveis próprios e alugados de terceiros, e dos Bens da União sob a Administração da Eletróbrás;
- Gerenciar a execução dos serviços de vigilância, de segurança patrimonial, de proteção contra incêndio, e de recepção;
- Gerenciar as atividades de solicitação de viagens, de expedição de documentos, de reprografia e cópias, de serviços de copa e restaurante e de apoio da frota de veículos;
- Gerenciar as atividades relativas a estudos, projetos e execuções de serviços de engenharia e manutenção, conservação e limpeza das instalações prediais.

2.1 DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DAAG

FINALIDADE

Gerenciar as atividades de viagens, de transporte, de serviços de copa, cozinha e restaurante e de expedição de documentos.

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

- Administrar o Sistema de Viagens (aquisição de passagens aéreas, reservas de hotel e a utilização de seguro de viagem);
- Administrar a utilização de táxi especial;


Valtter Luiz Cardeal de Souza
Presidente em Exercício

- Operar e controlar a mesa do sistema PABX;
- Elaborar estudos e atualização dos layouts da empresa, especificações técnicas e planilhas de custos de obras e reformas, cronograma de obras e arquivo fotográfico, e especificação de mobiliário;
- Calcular áreas para tabelas de índices estatísticos para o SAP/R3;
- Acompanhar e fiscalizar obras.

2.4 DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL - DAAP

FINALIDADE

Gerenciar as atividades de administração do Ativo Imobilizado, desenvolvimento de serviços gráficos e gestão dos imóveis próprios e de terceiros.

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

- Elaborar e manter Inventário Físico;
- Gerenciar a movimentação e a guarda de ativos;
- Gerenciar o seguro dos bens móveis;
- Elaborar processo de alienação de bens;
- Gerenciar e controlar os lançamentos do Ativo Imobilizado no sistema SAP/R3 e Intranet com lançamentos físicos (TBM e Notas Fiscais), lançamentos contábeis (Depreciação, Baixa, Abertura e Encerramento de Exercício) e especificações para aquisição de ativos;
- Desenvolver e produzir materiais gráficos (jornais, folders, capas, livros etc);
- Gerenciar o parque de equipamentos de reprografia colorida e P&B;
- Gerenciar serviços gráficos externos específicos;
- Gerenciar as condições operacionais dos imóveis próprios como: seguros, IPTU, condomínio, energia elétrica, taxa de incêndio e outras taxas;
- Gerenciar as condições operacionais dos imóveis locados a terceiros como: contratos, IPTU, condomínio, energia elétrica, taxa de incêndio e outras taxas;
- Gerenciar os bens da União sob a administração da Eletrobrás.

2.5 DIVISÃO DE SUPRIMENTOS – DAAS

FINALIDADE

Gerenciar as atividades de aquisição e alienação de bens, contratação de serviços, administração do almoxarifado e cadastramento de fornecedores.

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

- Elaborar instrumentos convocatórios referentes às licitações realizadas e minutas de contratos referentes às tomadas de preços, concorrências e pregões;
- Efetuar as compras de materiais, equipamentos e as contratações de obras e serviços, elaborando os instrumentos contratuais referentes às dispensas de licitação por valor;
- Efetuar pesquisas com fornecedores, objetivando maior conhecimento mercadológico, melhores condições de preços, prazos, pagamentos e qualidade dos materiais a serem adquiridos e serviços a serem contratados;
- Proceder o acompanhamento das contratações de bens e equipamentos até a efetiva entrega dos mesmos aos requisitantes;
- Operacionalizar e manter o cadastro de fornecedores da Eletróbrás, bem como o arquivo dos processos de compra direta e convites;
- Fornecer certificados de registro cadastral e atestados de capacidade técnica, vinculados aos serviços prestados pelos fornecedores com a manifestação formal de aprovação por parte dos gestores dessas contratações;
- Controlar as quantidades de materiais de estoque entregues aos requisitantes, em função da totalidade das reservas, do consumo médio das unidades e dos saldos existentes;
- Receber, conferir e armazenar os materiais de estoque adquiridos;
- Executar, em conjunto com as áreas gestoras, quando por elas solicitado, os processos de prorrogação e alteração dos contratos de bens e serviços em vigor, promovendo o cadastramento dos contratos no sistema integrado de gestão empresarial, tornando-os disponíveis para acompanhamento pelas áreas gestoras;
- Auxiliar as demais unidades organizacionais, quando solicitada, nos procedimentos necessários à instauração dos processos licitatórios;
- Monitorar as informações referentes às contratações por inexigibilidade ou dispensa de licitação (exceto por valor) a partir dos documentos encaminhados pelas áreas requisitantes, que comprovam o cumprimento das exigências estabelecidas em legislação específica.

2.6 DAAL - ATRIBUIÇÕES BÁSICAS (RES-927/06, de 05.09.2006)

- Contratar na modalidade por Pregão;
- Contratar na modalidade Convite;
- Contratar na modalidade Tomada de Preços;
- Contratar na modalidade Concorrência;
- Administrar o Cadastro de Fornecedores;
- Elaborar os Aditivos Contratuais, interagindo com a área requisitante e a área jurídica;
- Contratar por inexigibilidade de licitação, interagindo com a área requisitante e a área jurídica;
- Contratar por dispensa de licitação, exceto por valor;
- Preparar matéria legal destinada à publicação (editais, avisos e comunicados), interagindo com a área requisitante e a área de comunicação;
- Acompanhar a vigência dos Contratos e Aditivos com emissão de alerta aos gestores;
- Preparar os Extratos de Contratos para publicação como matéria legal, no Diário Oficial da União e em veículos de grande circulação, encaminhando-os para a área de comunicação para a publicação;

2.7 DAAS - ATRIBUIÇÕES BÁSICAS (RES-927/06, de 05.09.2006)

- Administrar o almoxarifado da Empresa;
- Contratar na modalidade dispensa de licitação por valor, conforme norma específica da Empresa;
- Efetuar os registros no Sistema de Gestão Integrada da Empresa;
- Efetuar os registros no sítio ("site") Portal da Transparência, da Controladoria Geral da União – CGU, onde são registradas as informações sobre as aplicações de recursos federais;
- Efetuar a conferência, na *eletroweb*, das especificações das solicitações de compra conforme norma específica da Empresa;
- Efetuar o recebimento físico-fiscal das contratações de bens, materiais, obras e serviços e posterior encaminhamento para pagamento;

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2006 PELO DAA

1 – Reestruturação dos serviços de transporte da empresa

1.1 – Contratação de sistema de gerenciamento e acompanhamento do abastecimento da frota.

Visando dispormos de um controle mais seguro e eficaz dos abastecimentos dos veículos da frota da Eletróbrás no RJ, a partir de estudos iniciados em novembro de 2005, foi realizado processo licitatório que viabilizou a contratação da Petrobrás Distribuidora S.A, que disponibilizou para todos os veículos o sistema CTF que permite o controle, registro e acompanhamento dos abastecimentos efetuados através de dispositivo eletrônico, sem a inserção de dados tanto pelo frentista como pelo motorista. Este dispositivo, permite o abastecimento apenas dos carros da Eletróbrás devidamente cadastrados em postos credenciados pela Petrobrás.

1.2 - Terceirização do serviço de frota de veículos – em desenvolvimento

Considerando o estado atual de parte da frota de veículos da Eletróbrás tanto no RJ como no DF, com veículos com quilometragem superior a 200 mil Km rodados, que demanda elevados custos com manutenção dos mesmos, entre fevereiro e abril de 2006, foram realizados estudos visando definir a oportunidade e a viabilidade econômico financeira para terceirização da frota de veículos da empresa no RJ e DF.

Diante da conclusão de tais estudos, encontra-se em andamento processo licitatório para terceirização parcial da frota da empresa, através de locação em tempo integral de veículos com até 2 anos de uso, cuja manutenção, licenciamento, seguro e reposição ocorrerão por conta da Contratada.

1.3- Automatizar a emissão de bilhetes aéreos, vouchers de hotel e táxi pelo solicitante/viajante.

Considerando a grande demanda de emissão de bilhetes aéreos, vouchers de hotel e vouchers de táxi, a DAAG, em parceria com a DAIS, desenvolveu estudos objetivando o racionamento das atividades burocráticas inerentes a emissão desses documentos de viagem, para que os mesmos pudessem ser emitidos através meio eletrônico pelo próprio viajante. Assim, já a partir deste mês de novembro, este procedimento está disponível a todos os empregados, trazendo agilidade e conforto aos viajantes e respectivas áreas, que não mais necessitarão deslocar-se até o Setor de Viagens para receber seus vouchers.

De janeiro a setembro de 2006 foram emitidos / contratados:

- 4.748 bilhetes aéreos;
- 6.499 diárias em hotéis credenciados;
- 6.924 vouchers de táxi.

1.4 - Centralizar na DAAG o gerenciamento de viagens do RJ e DF

A DAAG, a exemplo das tarefas já desenvolvidas referentes à gestão de viagens disponibilizadas para as unidades organizacionais e colaboradores no Rio de Janeiro, estendeu todos os

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente em Exercício

procedimentos quanto a fornecimento de bilhetes aéreos, reservas de hotéis e vouchers de táxi ao PRB e seus colaboradores sediados em Brasília.

1.5 - Serviço de táxi especial.

Desde dezembro de 2005, foi restaurada a contratação de serviço de táxi especial para atendimento em viagens e outros deslocamentos, efetuando a correção do transtorno provocado pela mudança da modalidade de prestação deste serviço, e que mediante licitação, volta a ser fornecido com padrões de qualidade já anteriormente testados.

2- Ampliação da segurança predial

2.1 – Projeto de sistema de segurança predial e de prevenção contra incêndios - em desenvolvimento.

Em desenvolvimento projeto de montagem de uma central de supervisão predial, com terceirização do serviço, para o monitoramento das instalações da empresa, facilitando o controle dos bens patrimoniais e reduzindo os riscos de incêndios e outros sinistros.

2.2 – Ampliação do quadro de brigadistas voluntários - em desenvolvimento

Durante todo o ano de 2006, estão sendo desenvolvidas ações para a conscientização dos empregados sobre a necessidade da ampliação do quadro de brigadistas voluntários, que serão responsáveis pelo auxílio no controle de evacuação das instalações da empresa em situações emergenciais.

2.3 – Preparação para evacuação de todos os prédios - em desenvolvimento

Esta é uma atividade de rotina, portanto contínua, que visa preparar os ocupantes das instalações da empresa para as situações de riscos. Já foram realizadas as etapas de conhecimento, in loco, dos acessos a pontos de fuga para os colaboradores dos prédios Herm Stoltz e RB53, estando em desenvolvimento a etapa para os ocupantes do Ed. Vital Brazil.

3 – Realocação física

3.1 – Mudança do Flamengo para o Ed. Herm. Stoltz.

Em função do sinistro ocorrido nas instalações da empresa em 26.02.2004, a sua sede esteve provisoriamente transferida para o Ed. Park Tower, no Flamengo. A partir de abril deste ano, houve o gradual retorno às instalações do mesmo Ed. Herm Stoltz, no centro da cidade, o que propiciou a redução da distância entre as unidades organizacionais, a melhoria no ambiente de trabalho dos colaboradores e a redução nos custos de locação.

3.2 – Mudança das instalações da Gráfica e Almoxarifado - em desenvolvimento

O prédio atualmente ocupado pela Gráfica e Almoxarifado, além de ser distante dos demais prédios ocupados pelos escritórios da Eletrobrás, está com suas condições de trabalho comprometidas, com alagamentos frequentes, provenientes tanto das instalações pluviais como daquelas referentes ao esgoto. Com o objetivo de proporcionar uma maior proximidade da Gráfica e proporcionar uma melhoria no ambiente de trabalho dos colaboradores lotados nesta unidade

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente em Exercício

organizacional, estão sendo desenvolvidas ações administrativas para a seleção e locação de um novo endereço.

3.3 - Estudo de ocupação em novas instalações complementares - em desenvolvimento

Após alguns levantamentos promissores iniciais, constatou-se a existência de um mercado muito competitivo por instalações de porte na área do Centro. Assim, continuam os levantamentos e estudos de viabilidade de transferência de áreas da empresa para um novo endereço, próximo à Sede, ensejando a melhoria na alocação das unidades organizacionais da Eletróbrás.

4 - Adequação da área de suprimentos às novas atribuições

4.1 – Reestruturação operacionalmente a área de suprimentos.

Com o objetivo de dotar a área de suprimentos de maior capacidade operacional e agilidade, possibilitando a incorporação das novas atribuições de contratações e recebimento físico-fiscal, determinadas pela Diretoria, a área de suprimentos foi objeto de um processo recente de reestruturação, ensejando a implementação de duas novas unidades administrativas, sendo uma Divisão de Licitações e Contratos – DAAL, com atribuições específicas de licitações e contratos, e outra Divisão de Suprimentos – DAAS.

Foi então realizada a reestruturação do DAA objetivando melhorias para a ELETROBRÁS em suas contratações gerais e verificação fiscal, sendo criada a Divisão de Licitações e Contratos que concentrou todas as contratações de inexigibilidade e dispensa realizadas pela Empresa no tocante a serviços e bens, além de manter as atividades licitatórias de toda a empresa.

4.2 - Implementação da área de recebimento físico-fiscal e aperfeiçoamentos na área específica de suprimentos.

Ao ensejo da reestruturação da área de Suprimentos que passa a concentrar o foco de suas atividades neste seguimento de apoio logístico, foi incorporada a nova e estratégica atribuição de recebimento físico-fiscal das contratações de toda a ELETROBRÁS, atendendo a orientação superior de aprimorar mecanismos objetivando proteger a empresa na correta aplicação da legislação referente a tributos. A consolidação dessa nova atribuição deve se dar no decorrer do ano de 2007.

Devem ser destacados ainda, aprimoramentos na divulgação das contratações realizadas pela ELETROBRÁS, no espírito da transparência pública através de sites do Governo.

4.3 – Consolidação do uso da modalidade Pregão Eletrônico na Empresa.

Foram desenvolvidas diversas ações, incluindo a capacitação de colaboradores, para o uso da modalidade Pregão Eletrônico para as contratações pela empresa, com os objetivos de agilizar as contratações; ampliar a competição com ganhos comprovados em termos de redução de preços de aquisição de bens e serviços; e tornar mais transparentes todas as atividades de compra da Eletróbrás.

O uso do Pregão Eletrônico tem possibilitado uma redução de custos da ordem de 20% nas contratações de bens, materiais, obras e serviços.

Valter Luiz Carneal de Souza
Presidente em Exercício

4.4 – Formação específica dos novos quadros do DAA - em desenvolvimento

Com a renovação, mediante Concurso Público, de parcela substancial dos quadros do departamento, e mediante as especificidades da sua área de contratação, faz-se necessária a contínua rotina de treinamentos, interno e externo, para a capacitação do grupo de colaboradores.

5 – Reformas de ambiente

5.1 – Recuo para embarque/desembarque próximo Ed. H. Stoltz - em desenvolvimento

Encontra-se em negociação com a CET-RIO a proposta de criação de recuo próximo ao prédio onde localiza-se a sede da empresa, com o objetivo de agilizar os procedimentos de carga e descarga, face à problemática de paradas inconvenientes na Av. Pres. Vargas, mormente nas horas de maior movimento daquela importante via.

5.2 – Instalação da logomarca da empresa na fachada do Ed. H. Stoltz.

Reinstalação da logomarca da Eletrobrás no edifício onde está localizada a sua sede, que possui grande impacto visual para os colaboradores e para a sociedade em geral.

5.3 – Iluminação da logomarca na fachada do Ed. H. Stoltz.

O projeto envolveu providências junto ao fornecedor na busca da melhor solução a ser implantada com vistas à contratação de seguro contra acidentes, e o atendimento das exigências do condomínio do Ed. Herm Stoltz.

5.4 – Providências de acompanhamento de reforma do hall do Ed. H. Stoltz - em desenvolvimento

Dentro do objetivo de dotar a empresa de uma sede que retrate a sua importância, existe o acompanhamento permanente das obras essencialmente de responsabilidade do condomínio do Ed. H. Stoltz, com a mobilização da equipe da Eletrobrás, visando obter-se a melhor solução de instalação predial, e de segurança, envolvendo ainda o revestimento das paredes, aparelhos de climatização, a instalação de câmaras de segurança, e a melhoria das condições de acesso.

De janeiro a setembro de 2006:
Foram atendidas 2.214 solicitações de manutenção predial.
Foram realizados 37 estudos de modificações de layout nas dependências ocupadas pelos escritórios da empresa

6 – Modernização de bens móveis

6.1 – Leilão de biombos - em desenvolvimento

Com a previsão de ocorrer até meados de dezembro próximo, encontra-se em preparação leilão para a alienação de móveis que estão fora do padrão das instalações atuais da empresa e, assim, também contribuir para a redução dos custos de estocagem.

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente em Exercício

6.2 – Aquisição de novas cadeiras ergonômicas para todos os postos de trabalho - em desenvolvimento

Com base em projeto iniciado em outubro de 2005, e previsão para término ao final deste mês de novembro, encontra-se em elaboração o processo de licitação para a aquisição de novas cadeiras para os postos de trabalho da empresa, que atendam as necessidades de ergonomia, e possibilitem a substituição das cadeiras perdidas durante o sinistro de 2004, e o atendimento às demais necessidades da empresa, eliminando os custos atuais de locação de cadeiras.

6.3 – Aquisição de novo PABX

Com base em estudo sobre a viabilização de aquisição de centrais telefônicas PABX, que teve início em outubro de 2005, foi efetuada a aquisição e instalação de central telefônica PABX própria, em substituição à locação da central PABX – NEC anteriormente em uso.

6.4 – Aquisição de armários e outros móveis para a empresa - em desenvolvimento

Considerando o projeto de transferência das instalações da Praia do Flamengo para o Centro do Rio de Janeiro, os novos layouts das instalações, a necessária reposição dos móveis perdidos no sinistro de 2004, bem com a contratação de expressivo número de novos empregados, a Eletrobrás autorizou a aquisição de armários, mesas de reunião, e outros móveis para atender das demandas da empresa.

6.5 Contratação de telefonia móvel para celular com comodato de linhas e aparelhos.

Para melhor atendimento das necessidades da Eletrobrás, com redução nos custos da assinatura e tarifas locais, envolvendo o fornecimento de 136 aparelhos em regime de Comodato, devidamente habilitados com linhas no módulo digital com tecnologia CDMA; já em uso pela empresa, foi efetuada licitação, ganha pela empresa VIVO, com período de validade contratual de 17.07.2006 a 16.07.2007.

6.6 – Aquisição de nova guilhotina para gráfica - em desenvolvimento

Para promover a atualização do parque de equipamentos da Gráfica, melhorando sua produtividade e principalmente aumentando a segurança para os colaboradores, encontra-se em desenvolvimento, com previsão de término em meados do próximo mês de dezembro, o processo de aquisição de nova guilhotina para o setor da Gráfica da empresa.

6.7 – Processo de aquisição da versão atualizada do Autocad - em desenvolvimento

Também com previsão de finalização em meados de dezembro próximo, encontra-se em desenvolvimento o processo de aquisição de versão atualizada do sistema Autocad, uma vez que a versão ainda em uso na Eletrobrás encontra-se bastante desatualizada.

7 – Apoio institucional da eletrobrás

7.1 – Apoio na licitação do processo de fusão da CEAM – Manaus Energia

O departamento forneceu apoio à Presidência da Eletrobrás para o estabelecimento do procedimento de licitação do referido processo.


Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente em Exercício

7.2 – Apoio ao projeto Natal de Luz

O departamento está fornecendo apoio à Presidência da Eletrobrás para o estabelecimento dos procedimentos de licitação do referido projeto.

7.3 – Alienação do terreno de Macaé

Com término previsto para dezembro próximo, o departamento está fornecendo apoio para a alienação de terreno da empresa, localizado no município de Macaé, estado do Rio de Janeiro, anteriormente destinado à construção de uma usina termelétrica.

8 – Encontros promovidos pela diretoria de administração

8.1 – Participação na integração interdiretorias

O departamento efetuou levantamentos e coleta de dados, bem como elaborou os subsídios necessários, para uma participação efetiva nos encontros promovidos pela Diretoria de Administração para esclarecimentos das suas atividades às demais diretorias e unidades organizacionais da empresa.

Esse esforço busca sensibilizar as demais áreas sobre os desafios enfrentados e dificuldades a serem vencidas, e desenvolver o espírito de parceria com as demais unidades demandantes dos múltiplos serviços de apoio logístico das áreas de suprimentos e de administração geral, prestados sob a responsabilidade deste departamento.

9 – Outros destaques

9.1 – Realização do Inventário

Iniciado em abril de 2006, foi concluído neste mês de novembro um inventário completo dos bens móveis, utensílios e equipamentos, abrangendo todas as dependências da empresa, inclusive o escritório de Brasília.

9.2 – Contratação de copa e cozinha e serviços para o Restaurante

Foi efetuado contrato, com duração de 24 meses, de 02.12.2005 a 01.12.2007, para o fornecimento de refeições para o Restaurante localizado no Ed. H. Stoltz, que substituiu o fornecimento de refeições através de Furnas.

3 DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - DAD

FINALIDADE

Coordenar o planejamento e as ações de desenvolvimento de pessoas, gerenciando os programas de gestão do conhecimento, educação corporativa, avaliação e desenvolvimento de pessoas.

Valter Luiz Carneal de Souza
Presidente em Exercício

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

- Gerir o planejamento e a execução das ações de educação, treinamento e desenvolvimento da Eletrobrás;
- Gerir e coordenar a Universidade Corporativa da Eletrobrás e do Sistema Eletrobrás - UNISE;
- Exercer as atribuições de Reitoria da Universidade Corporativa da Eletrobrás e do Sistema Eletrobrás – UNISE;
- Coordenar o Comitê de Educação Corporativa da Universidade Corporativa da Eletrobrás e do Sistema Eletrobrás – UNISE;
- Coordenar os Comitês de Competências, Cargos, Carreiras e Salários;
- Gerir o programa e o banco de competências e talentos da Eletrobrás;
- Coordenar o Programa de Avaliação e Desenvolvimento da Eletrobrás – PADE;
- Coordenar os programas de motivação organizacional;
- Coordenar o Comitê de Gestão do Conhecimento do Sistema Eletrobrás – CGCGE;
- Subsidiar o Planejamento Estratégico da Eletrobrás nos assuntos relacionados à gestão do conhecimento, educação corporativa, avaliação e desenvolvimento de pessoas;
- Administrar as verbas da Diretoria de Administração oriundas do Fundo de Desenvolvimento Tecnológico – FDT relacionados às ações de treinamento e desenvolvimento do Setor Elétrico bem como as oriundas de fundações, instituições e/ou organizações voltadas para a educação e o desenvolvimento humano;
- Assessorar o representante sindical da empresa nas negociações e celebrações dos Acordos Coletivos de Trabalho – ACT nos assuntos relacionados a desenvolvimento de pessoas.

3.1 DIVISÃO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS - DADC

FINALIDADE

Gerir as competências, as carreiras e os salários dos colaboradores, identificando os talentos e fornecendo subsídio para o desenvolvimento de pessoas.

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

- Gerir as competências dos colaboradores;
- Identificar e gerir os talentos;
- Desenvolver e implantar o Programa de Avaliação e Desenvolvimento da Eletrobrás – PADE;

- Desenvolver e implantar programas de motivação organizacional;
- Atuar como Vice-Coordenador dos Comitês de Competências, Cargos, Carreiras e Salários;
- Subsidiar a Universidade Corporativa da Eletrobrás e do Sistema Eletrobrás – UNISE na identificação das necessidades de educação corporativa e treinamentos específicos;
- Subsidiar o Comitê de Gestão do Conhecimento da Eletrobrás e do Sistema Eletrobrás – CGCGE nos assuntos relacionados a competências, cargos, carreiras e salários;
- Subsidiar o Planejamento Estratégico da Eletrobrás nos assuntos relacionados a competências, cargos, carreiras e salários;
- Assessorar o representante sindical da empresa nas negociações e celebrações dos Acordos Coletivos de Trabalho – ACT nos assuntos relacionados a competências, cargos, carreiras e salários

3.2 DIVISÃO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - DADT

FINALIDADE

Gerir a educação corporativa com base nas estratégias organizacionais e nas competências dos colaboradores visando o desenvolvimento do capital intelectual da organização.

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

- Desenvolver e implantar a Universidade Corporativa da Eletrobrás e do Sistema Eletrobrás - UNISE;
- Exercer as atribuições de Vice-Reitoria da Universidade Corporativa da Eletrobrás e do Sistema Eletrobrás – UNISE;
- Atuar como Vice-Coordenador do Comitê de Educação Corporativa da Universidade Corporativa da Eletrobrás e do Sistema Eletrobrás – UNISE;
- Planejar e executar as ações de educação, treinamento e desenvolvimento da Eletrobrás com base nos objetivos estratégicos e nas competências dos colaboradores;
- Subsidiar o Planejamento Estratégico da Eletrobrás nos assuntos relacionados à Universidade Corporativa e aos programas de educação e treinamento;
- Subsidiar o Comitê de Gestão do Conhecimento da Eletrobrás e do Sistema Eletrobrás – CGCGE nos assuntos relacionados à Universidade Corporativa e aos programas de educação e treinamento;
- Aplicar as verbas da Diretoria de Administração oriundas do Fundo de Desenvolvimento Tecnológico – FDT relacionados às ações de treinamento e desenvolvimento do Setor Elétrico bem como as oriundas de fundações, instituições e/ou organizações voltadas para a educação e o desenvolvimento humano;

- Assessorar o representante sindical da empresa nas negociações e celebrações dos Acordos Coletivos de Trabalho – ACT nos assuntos relacionados a treinamentos e desenvolvimento de pessoas.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2006 PELO DAD

A Divisão de Cargos, Carreiras e Salários – DADC

A.1. Comitê de Cargos, Carreiras e Salários do Sistema Eletrobrás – CCCSSE

- Estudo dos planos de cargos, carreiras e salários praticados pelas empresas que compõem o Sistema Eletrobrás;
- Estudo salarial do Sistema Eletrobrás;
- Elaboração de tabela salarial unificada para o Sistema Eletrobrás;
- Coordenação do 1º Encontro do Comitê de Cargos, Carreiras e Salários do Sistema Eletrobrás – CCCSSE – (Hotel Guanabara, outubro de 2006).
- Apresentação dos estudos acima para deliberação no Comitê de Integração das Áreas de Administração do Sistema Eletrobrás – CIASE.

A.2. Planejamento Estratégico

- Participação nos seguintes grupos de trabalho:
 - EC1 – Governança
 - EC8 – Gestão Corporativa
 - EC9a – Gestão de Pessoas (Coordenação)

A.3. Mapeamento de Competências

- Criação do Comitê de Gestão do Conhecimento do Sistema Eletrobrás – CGCGE;
- Desenvolvimento da metodologia de mapeamento de competências.

A.4. Carreira e Avaliação de Desempenho

- Desenvolvimento e implantação do Programa de Avaliação e Desenvolvimento da Eletrobrás – PADE;
- Elaboração do Guia do Colaborador do Programa de Avaliação e Desenvolvimento da Eletrobrás – PADE.
- Desenvolvimento do curso on-line do PADE, em parceria com a UNISE.

A.5. Relatório Gerencial de Pessoal 2006

- Elaboração dos Relatórios Gerenciais de Pessoal de maio a dezembro de 2006.

A.6. Análise dos pleitos de reenquadramento / revisão salarial - (2º semestre)

- Análise de 31 (trinta e um) pleitos.

A.7. Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2006

- Assessoramento do representante sindical da empresa na negociação e celebração do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2006 nos assuntos relacionados a competências, cargos, carreiras e salários.

A.8. Consolidação dos Planos de Metas

- Consolidação dos Planos de Metas dos Departamentos da Diretoria de Administração.

B Divisão de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas – DADT

B.1. Programa de ambientação dos empregados

- Apoio ao Programa de Ambientação para Estagiários;
- Apoio ao Programa de Ambientação para os novos empregados.

B.2. Elaboração do curso de funções institucionais

- Curso de Negociação Coletiva de Trabalho;
- Workshop Planejamento e Negociação Coletiva de Trabalho / 2006;
- Palestra Mecânica de Batom DETRAN – (CIPA);
- Coordenação do curso de Prevenção de Acidentes para componentes da CIPA (CIPA).
- Treinamento de Brigadistas Voluntários.

B.3. Coordenação dos cursos de suprimentos do Sistema Eletrobrás.

- Comentários sobre Teoria e Prática - Lei 8.666;
- Noções sobre contratações 8.666/93;
- Tributação sobre Suprimento de Bens e Serviços;
- Gestão de Contrato;
- Administração de Materiais.
- Curso de Negociação com Foco em Suprimentos.

B.4. Promoção de Visitas Técnicas

- Visita Pró-Menores ao MAC - Niterói;
- Visitas dos empregados a UTE Angra dos Reis;
- Visitas dos empregados a UHE Funil;
- Visitas dos empregados a CEPEL – Adrianópolis e Ilha do Fundão;
- Visitas dos empregados ao complexo hidroelétrico de Lajes.
- Visitas dos empregados a UHE Marmelos.

B.5. Treinamentos fechados

- Curso “Modelos Estatísticos de Previsão: Teoria e Prática” – Software FORECAST PRO (DEND);
- Palestra Saúde Emocional – (DAS);
- Curso “Gerenciando Comportamentos - Disc” – (DADC);
- Treinamento Gestão de Patrocínio – (PRRP);
- Elaboração do curso “Relacionamento com a Imprensa” – (PRRI);
- Promoção do evento de treinamento das secretárias (PR);
- Coordenação de Curso Capacitação em Gestão de Projetos Sociais (DAS);

- Promoção do evento do Dia Internacional da Mulher (DAS);
- Coordenação do curso Projeto SOX – 404 (DF);
- Apoio – Curso de Capacitação e Nivelamento para novos empregados UFRJ (DF);
- Curso “Atualizações do Código do Processo Civil” – (PRJC);
- Palestra “A Importância do Exame Proctológico” – (DAS);
- Sensibilização Responsabilidade Social (DAS);
- Palestra Assédio Moral e Sexual (DAS);
- Treinamento Prático em Inspeções das Unidades de Alta tensão (DPA)
- Seminário Gênero e Raça nas Organizações (DAS);
- Curso Introdução aos Indicadores Demográficos e Projeções Populacionais (DEND)
- Workshop Empreendedorismo (DAG)

B.6. UNISE

- Elaboração do Estudo de viabilidade de construção de Universidade Corporativa;
- Coordenação das atividades da UNISE;
- Criação e administração do curso on-line da História da Eletrobrás;
- Criação e administração do curso on-line para o Programa de Avaliação e Desenvolvimento da Eletrobrás – PADE
- Elaboração do plano diretor de educação corporativa;
- Análise de demandas de cursos para UNISE;
- Apresentação em palestra multimídia a respeito do funcionamento da UNISE, apresentando sua finalidade e as tecnologias empregadas.

B.7. Treinamentos Internos

- Especificação e homologação de todos os cursos realizados pelos empregados da Eletrobrás;
- Efetivação das matrículas dos empregados da Eletrobrás nos cursos de treinamento;
- Pagamento das faturas dos cursos de treinamento da Eletrobrás;
- Envio/análise/consolidação de Relatórios de Avaliação de Treinamentos (RATE).

B.8. Cursos de Longa Duração

- Consolidação das indicações de empregados para realização dos cursos de longa duração;
- Análise individual de conformidade com os critérios definidos pelo Portal para indicação dos empregados nos cursos de longa duração;
- Negociação junto às instituições de preços mais vantajosos para a Eletrobrás;
- Visitas técnicas para avaliação das instituições de ensino superior;
- Inscrição dos empregados em cursos de longa duração;
- Acompanhamento de frequência e desempenho;
- Pagamento de faturas referente aos cursos de longa duração;
- Criação, aprovação e liberação de solicitação de compras de treinamentos de cursos de longa duração;
- Controle dos pagamentos.

B.9. Cursos de Idiomas

- Elaboração dos critérios para oferecimento dos cursos de idiomas;
- Recebimento das documentações (frequência e comprovantes de pagamento) dos cursos de idiomas;

- Conferência dos documentos enviados;
- Consolidação das informações para reembolso em folha de pagamento.

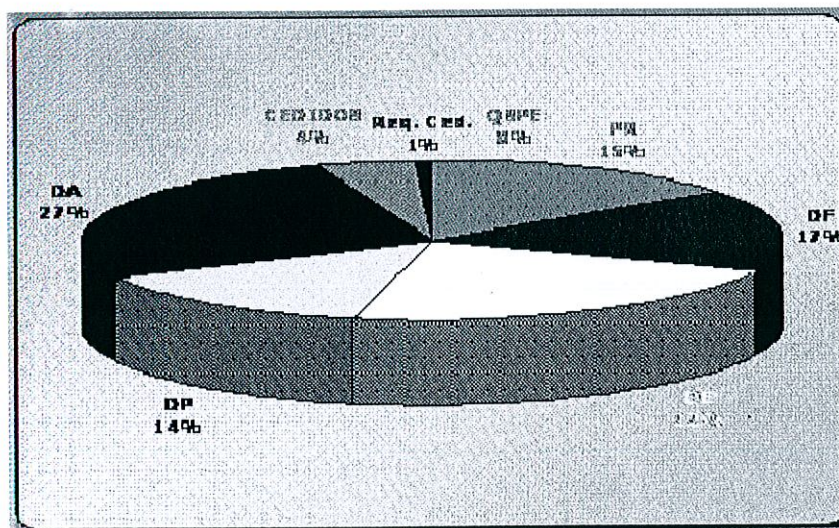
PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2006

Com o objetivo de permitir uma visão geral da Empresa e em relação à análise do presente Relatório de Atividades, apresentamos a seguir alguns dados relativos ao efetivo de pessoal Eletrobrás, tomando por base as informações do mês de dezembro de 2006.

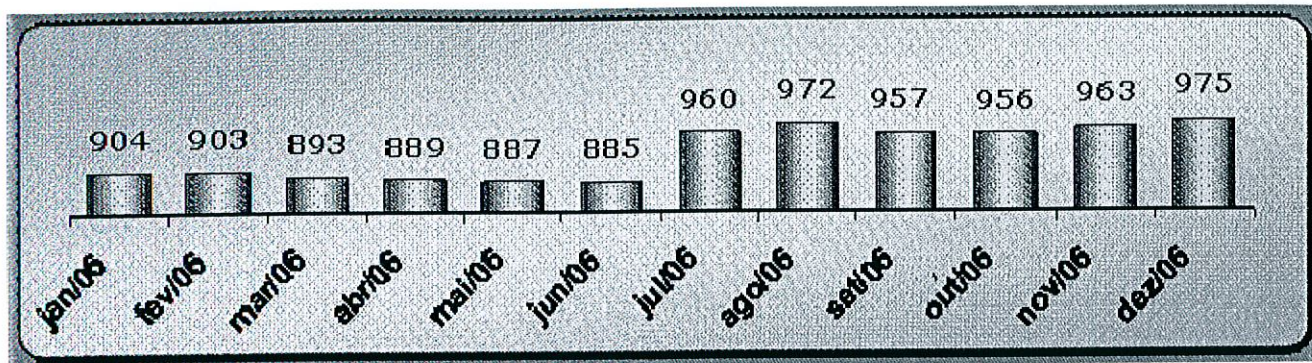
- Distribuição do Quadro de Pessoal – base: dezembro / 2006

Itens	Empregados e Diretores	Requisitados	Cargo Comissão	Total
PR	128	36	3	167
DA	287	11	2	300
DE	216	26	3	245
DF	158	29	0	187
DP	137	19	2	158
Cedidos	48	0	0	48
Req. Ced.	0	9	0	9
QSPE	1	0	0	1
	975	130	10	1115

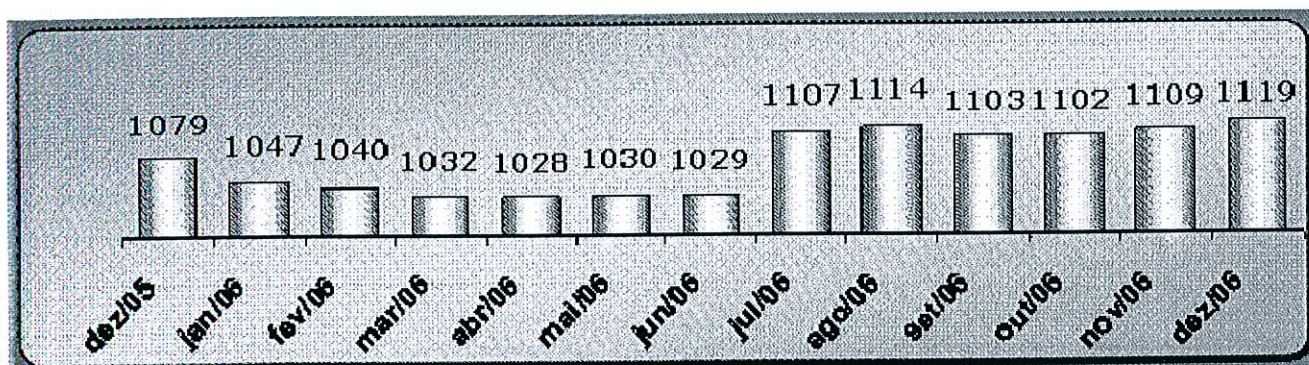
- Distribuição Percentual do Total do Quadro de Pessoal



- Histórico Efetivo Eletrobrás

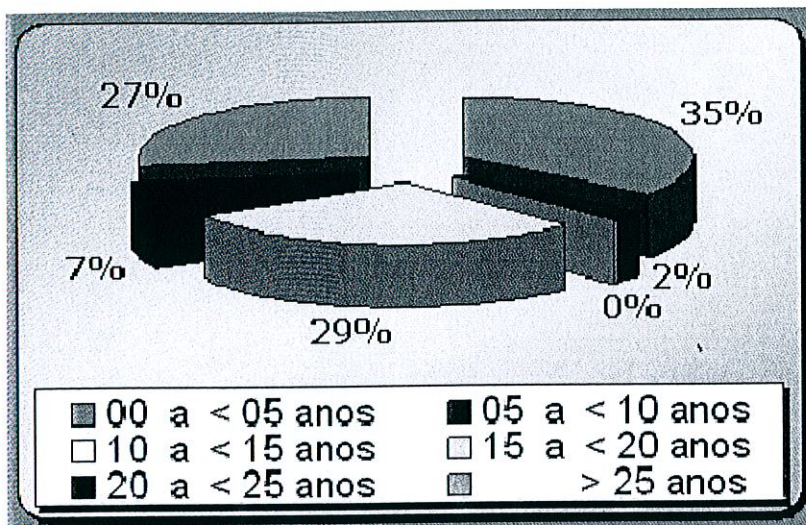


- Histórico Efetivo Global (2005-2006)



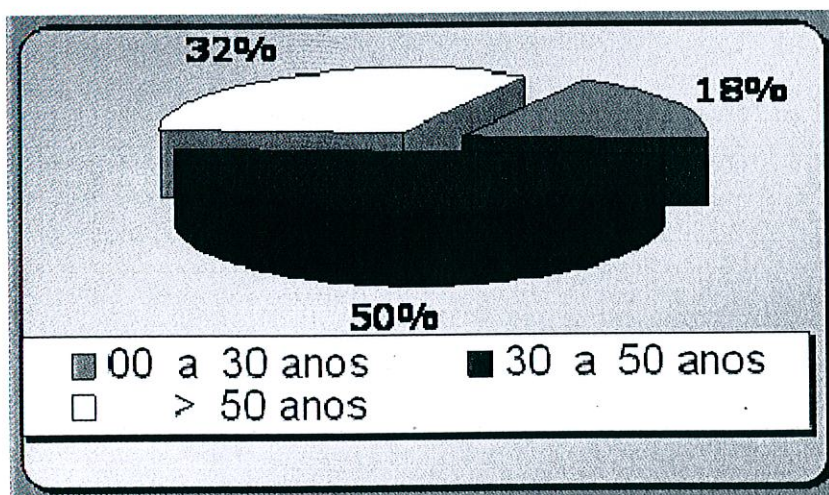
- Distribuição do Efetivo da Eletrobrás (exceto cargo em comissão) por tempo de serviço na Empresa

Faixa	Quantitativo
00 a < 05 anos	344
05 a < 10 anos	22
10 a < 15 anos	1
15 a < 20 anos	282
20 a < 25 anos	64
> 25 anos	262
TOTAL	975

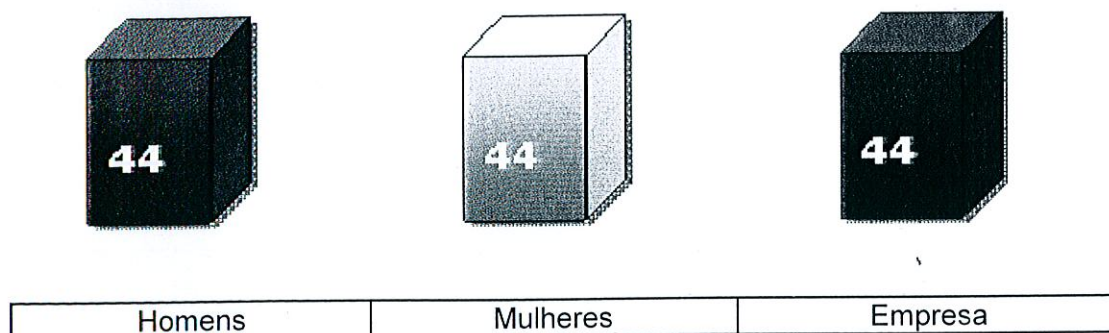


- Distribuição do Efetivo da Eletrobrás (exceto cargo em comissão) por faixa etária

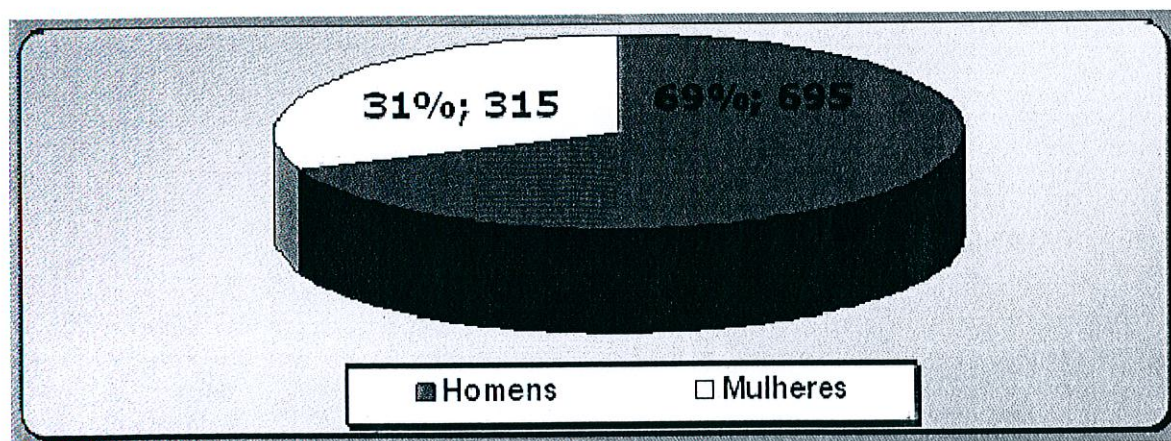
Faixa	Quantitativo
00 a 30 anos	172
30 a 50 anos	492
> 50 anos	311
TOTAL	975



- Distribuição do Efetivo da Eletrobrás (exceto cargo em comissão) por idades médias



- Distribuição do Efetivo da Eletrobrás (exceto cargo em comissão) por sexo



Ações/Projetos desenvolvidos em 2006

- 1 - Concessão do benefício Auxílio Alimentação, com fornecimento de aproximadamente 388.700 quotas/dia de refeições/alimentações fornecidos aos empregados, até o mês de dezembro.

Auxílio Alimentação em 2006

Fornecimento de 388,700 quotas/dia de refeições/alimentações

- 2 - Concessão do benefício – Auxílio Transporte, com aproximadamente 536 empregados beneficiados, até o mês de dezembro do ano em curso.

Valter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

- 3 - Concessão do benefício – Auxílio Creche, com 81 empregados beneficiados, até dezembro.
- 4 - Concessão do benefício – Reembolso de cursos de 3º grau, com 67 empregados beneficiados, até dezembro.
- 5 - Participação da Empresa em audiências trabalhistas, que atingiram a marca de 57, até dezembro.
- 6 - Admissão de 138 novos empregados, até o mês de dezembro de 2006, oriundos do Concurso Público realizado em 2005.

Admissão de 138 novos empregados em 2006

- 7 - Coordenação do Programa de Estágio da Eletrobrás, que contou com a participação de 199 estagiários até o mês de dezembro.
- 8 - Coordenação do Programa Pró-Menor, que contou ainda com a participação de 61 adolescentes, até o mês de setembro de 2006, quando o contrato com a Fundação São Martinho expirou.
- 9 - Administração dos processos de requisição e cessão de pessoal. Até o mês de dezembro de 2006 a empresa esteve com: 129 profissionais requisitados e 48 cedidos.

Administração dos Processos de Requisição e Cessão de pessoal

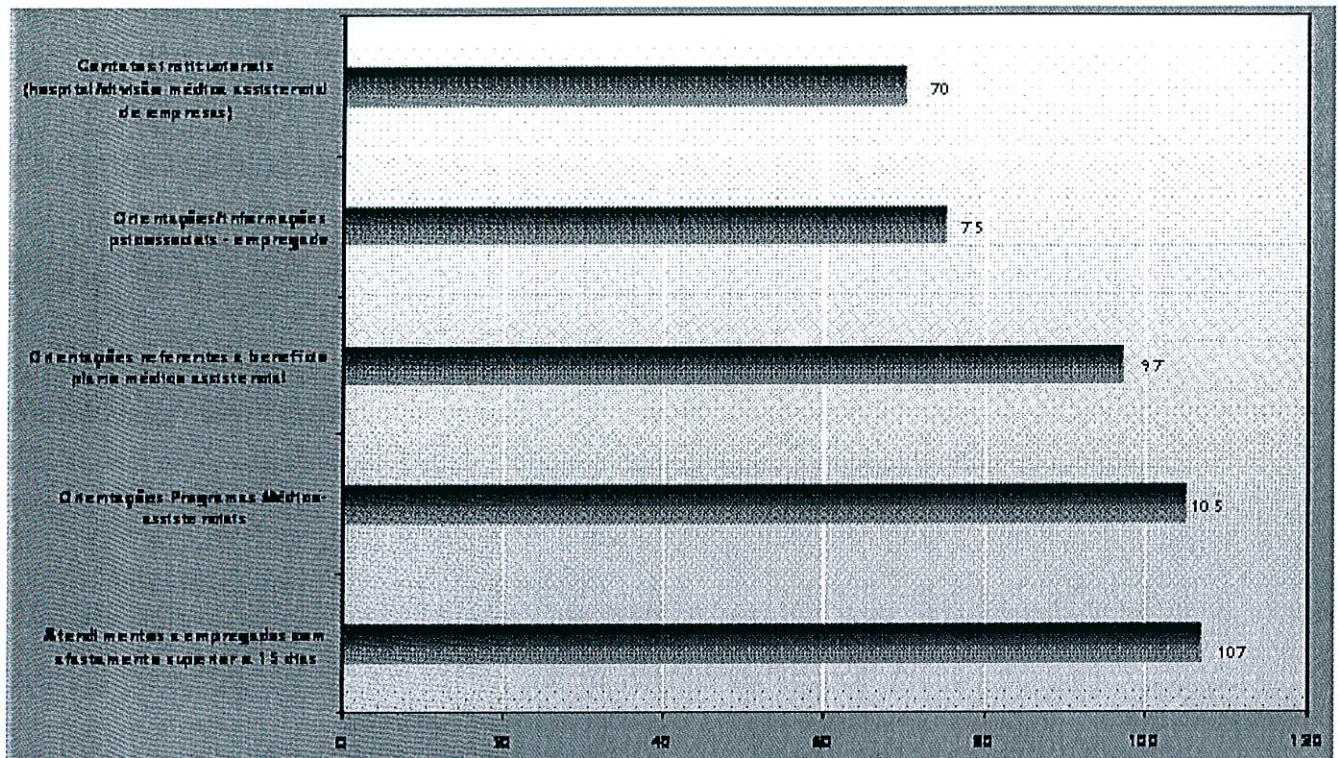
129 profissionais requisitados e 48 profissionais cedidos

- 10 - Administração dos processos de programação e pagamento de férias, que no ano de 2006 atingiu a marca das 864 saídas, até dezembro.
- 11 - Administração dos processos de desligamentos, orientando gerentes e empregados da empresa quanto aos procedimentos decorrentes. No ano de 2006 foram realizados 70 desligamentos, até dezembro.
- 12 - Cálculo, processamento e comando à efetivação de todos os pagamentos relativos à Folha de Pagamento. No ano de 2006 foram processadas 22 Folhas de Pagamento para os empregados, requisitados, dirigentes e pensionistas; 12 Folhas para os estagiários e ainda 36 Folhas de Pagamento de Férias.

- 13 - Análise, conferência e encaminhamento para pagamento das faturas de pessoal requisitado. No ano de 2006 foram processadas 208 faturas.
- 14 - Análise, conferência e encaminhamento para cobrança das faturas dos empregados cedidos. No ano de 2006 foram processadas 13 folhas de cobranças.
- 15 - Emissão de declarações diversas em atendimentos a solicitações de empregados, ex-empregados, requisitados, estagiários e pensionistas. No ano de 2006 foram emitidas 86 declarações.
- 16 - Emissão de comprovantes de rendimentos para empregados, requisitados, dirigentes e pensionistas. No ano de 2006 foram emitidos 1.180 comprovantes, até o mês de outubro.
- 17 - Realização dos exames médicos admissionais e demissionais no ano de 2006:
 - 157 exames admissionais realizados em candidatos ao emprego.
 - 222 exames admissionais realizados em candidatos a estágio.
 - 39 exames demissionais realizados em empregados.
- 18 - Realização de exames médicos periódicos em todos os empregados e requisitados da Eletrobrás. No ano de 2006 foram realizados 940 exames.
- 19 - Administração do serviço social da Empresa. No ano de 2006 foram realizados 927 atendimentos sociais.

Apresentamos abaixo os 5 tipos de atendimento mais frequentes

ATENDIMENTOS SOCIAIS	Total acumulado
Atendimentos a empregados com afastamento superior a 15 dias	107
Orientações Programas Médico-assistenciais	105
Orientações referentes a benefício plano médico assistencial	97
Orientações/informações psicossociais - empregado	75
Contatos institucionais (hospital/divisão médica assistencial de empresas)	70



20 - Desenvolvimento de programas de qualidade de vida e promoção da saúde. Sob o título "Eletrobrás Saudável" estão em desenvolvimento os seguintes programas:

- Programa do Coração;

Atuando de forma preventiva sobre os fatores de risco para doenças cardiovasculares, a Eletrobrás foca sua atenção aos empregados que apresentam indicadores significativos extraídos dos exames médicos periódicos.

Além de proporcionar acompanhamento por cardiologista, endocrinologista, nutricionista e exames laboratoriais entre outros correlatos, a empresa incentiva a participação desse grupo em atividades físicas, através da cobertura de 70% da mensalidade em academia de ginástica conveniada para essa finalidade, sendo os 30% restantes descontados em folha de pagamento.

Além disso, a título de empréstimo, a empresa fornece o aparelho de monitoramento cardíaco para ser usado por ocasião da prática dos exercícios.

- Programa de Reeducação Alimentar;

Tem por objetivo a promoção da saúde e a qualidade de vida do empregado a partir de um processo de reeducação alimentar.

Abrange pessoas com obesidade ou doença metabólica, através do qual cada participante é avaliado e recebe orientação alimentar individual de nutricionistas e acompanhamento médico.

Os participantes desse grupo também contam com cobertura de 70% da mensalidade em academia de ginástica conveniada para essa finalidade, sendo os 30% restantes descontados em folha de pagamento.

Os atendimentos dos nutricionistas são prestados nas dependências da Divisão de Saúde.

- Programa de Atenção ao Tabagismo;

O programa abrange todos os empregados tabagistas que apresentem interesse em abandonar o hábito de fumar. É baseado em técnicas reconhecidas pela comunidade científica internacional com atendimento individual e personalizado, voltado para as características e necessidades de cada paciente.

Os atendimentos podem ser prestados tanto nas dependências da Divisão de Saúde quanto nos consultórios dos consultores, em Copacabana, ficando a escolha a critério do participante.

Os participantes desse grupo também contam com cobertura de 70% da mensalidade em academia de ginástica conveniada para essa finalidade, sendo os 30% restantes descontados em folha de pagamento.

- Programa de Ergonomia;

Este programa conta com o "Comitê de Ergonomia" formado por uma equipe com profissionais das áreas de saúde, segurança do trabalho e administração geral. Visa instituir a Ergonomia como um processo na empresa, desencadeando a análise crítica das condições macroambientais do trabalho, avaliação dos postos de trabalho quanto aos mobiliários, posturas e equipamentos de informática e sua adequação aos usuários.

A partir de então, oferecer boas condições de trabalho e bem-estar com o objetivo de aumentar o conforto, a eficiência e a produtividade dos empregados e conseqüentemente a prevenção dos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.

- Saúde da Mulher;

Destinado às empregadas, trata de questões específicas para este público, através de palestras e distribuição de material informativo abordando temas como exame ginecológico, auto-exame das mamas, tensão pré-menstrual, métodos contraceptivos, gravidez, menopausa, osteoporose entre outros.

- Programa de Medicina de Viagem;

Este programa tem por objetivo orientar os empregados que viajam a serviço, quanto às doenças endêmicas das regiões para as quais se dirigem, por meio de consultas individualizadas, distribuição de folhetos informativos e aplicação ou orientação quanto ao uso de vacinas indicadas.

A aplicação de vacinas para Hepatites A e B, contra o tétano e orientações para outras vacinas como a febre amarela, são o foco desse programa quanto às imunizações.

Medicamentos a serem levados em viagens, cuidados com doenças pré-existentes, informações sobre diferenças de fuso, altitude e riscos de trombose ocasionados pelo voo também são esclarecidas por ocasião das consultas.

- Programa Energia & Movimento;

Programa de práticas alternativas de promoção de saúde que objetiva agregar valor de bem-estar ao corpo e à mente saudável. Inclui:

- Shiatsu Expresso ou Quick Message, que é um desdobramento do Shiatsu tradicional: São proporcionados atendimentos semanais gratuitos de Shiatsu Expresso para todos os empregados em todas as dependências da empresa, sem custo para os empregados.

- Atividades Físicas: Visando à promoção de saúde e a qualidade de vida de seus empregados e dependentes, a Eletrobrás estabelece parcerias com academias de ginástica, com o objetivo de obter descontos no valor das mensalidades para os empregados, seus dependentes e, também, estagiários.

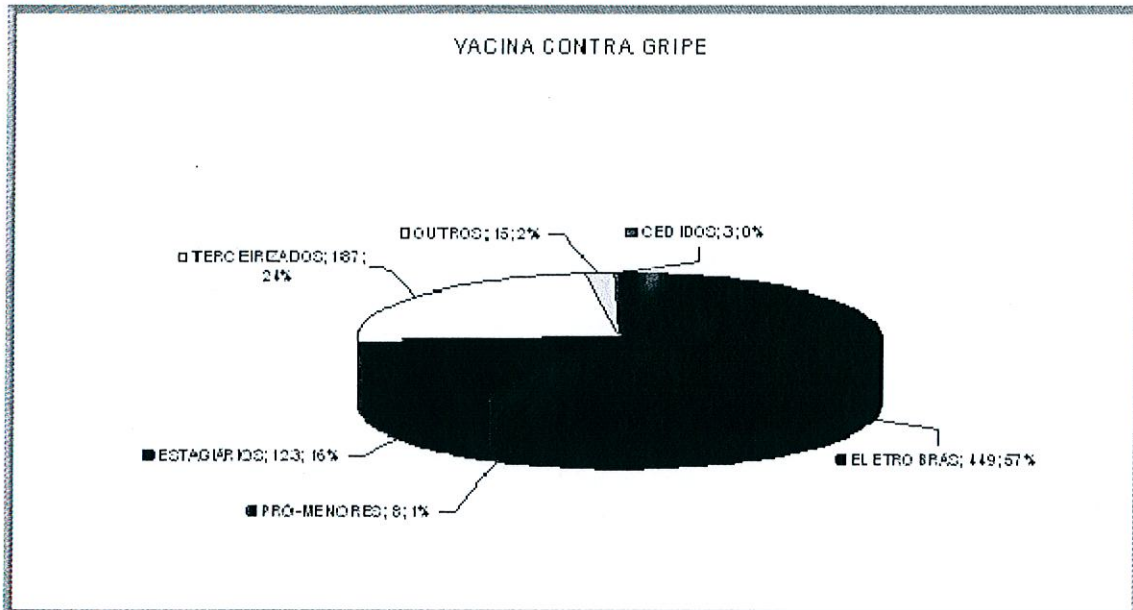
21 - Realização e participação em eventos relacionados à promoção da saúde e da qualidade de vida no ano de 2006 foram:

- 20 / JAN - Corrida de São Sebastião: 52 participantes pela Eletrobrás. Os competidores tiveram uma tenda de apoio da empresa na largada e um posto com frutas, bebidas e massagistas. Além disso, houve a distribuição de camisetas e brindes.
- 15 / MAR - Lançamento do Programa ELETROBRÁS SAUDÁVEL: Apresentação dos Programas do Coração, Atenção ao Tabagismo, Reeducação Alimentar e Energia em Movimento.
- 27 / SET - Evento comemorativo ao Dia Mundial do Coração: Palestra e debates com consultores do Programa Eletrobrás Saudável. Após o evento foi servido aos convidados um lanche caloricamente correto e balanceado.

22 - Realização de campanhas de vacinação Contra a Gripe para a preservação da saúde dos colaboradores.

- Campanha Contra Gripe realizada em Maio 2006.

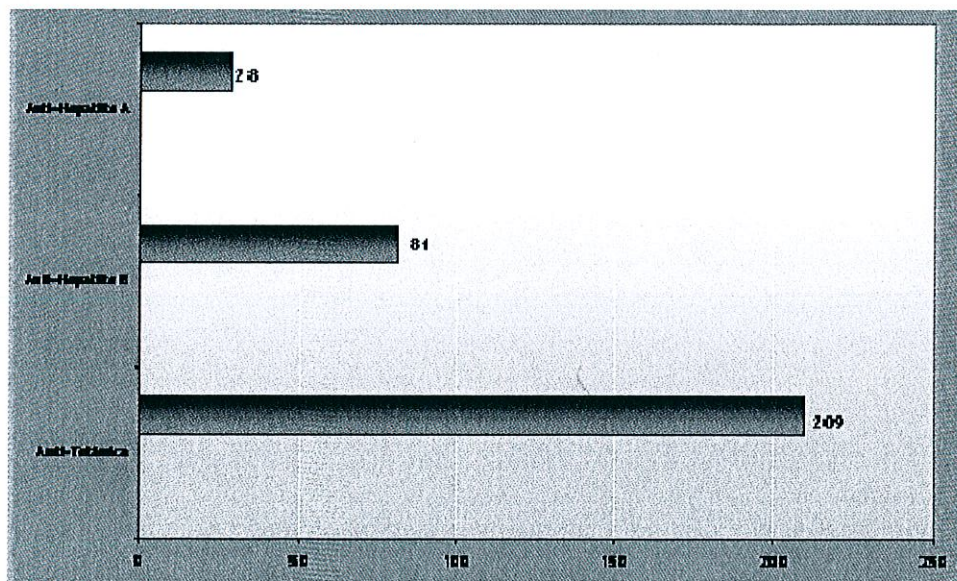
ÁREAS	DOSES APLICADAS
ELETROBRÁS	449
PRÓ-MENORES	8
ESTAGIÁRIOS	123
TERCEIRIZADOS	187
OUTROS	15
CEDIDOS	3
TOTAL	785



23 - Realização de outras campanhas de vacinação para o bem estar do quadro funcional, tendo sido realizadas no ano de 2006:

Campanhas de Vacinação no ano de 2006.

DOSES APLICADAS	Total acumulado
Anti-Tetânica	209
Anti-Hepatite B	81
Anti-Hepatite A	28
TOTAL	318



- 24 - Desenvolvimento de campanhas informativas relacionados à promoção da saúde e da qualidade de vida no ano de 2006 foram:

DATAS COMEMORATIVAS EM SAÚDE – “DE OLHO NA SAÚDE”

As ações têm por objetivo proporcionar informações na área de saúde através de meios de comunicação como: Folheto “De Olho na Saúde”, intranet, rádio Eletrobrás, palestras e eventos, sempre com técnicos especializados nos assuntos correspondentes às respectivas datas.

- 12 de JAN – Dicas de Verão
- 09 de FEV – Informações sobre o Comitê de Ergonomia
- 07 de ABR – Dia Mundial da Saúde
- 26 de ABR – Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial
- 31 de MAI – Dia Mundial sem Tabaco
- 26 de JUN - Semana Internacional de Combate às Drogas
- 19 de JUL – Reeducação Alimentar - Diabetes
- 08 de AGO – Dia Nacional de Combate ao Colesterol
- 29 de AGO – Dia Nacional de Combate ao Fumo
- 29 de SET – Dia Mundial do Coração
- 25 de OUT – Dia Nacional da Saúde Bucal
- 14 de NOV – Dia Mundial do Diabetes

- 25 - Controle e acompanhamento das licenças médicas e acidentes de trabalho, bem como do absenteísmo associado – absenteísmo por patologia.

- 5 casos de atendimentos de acidentes de trabalho na DAGS
- Absenteísmo total de 1.195 casos.

- 26 - Procedimentos realizados na DAGS

No período de janeiro a dezembro de 2006, no pronto-atendimento da DAGS verificou-se um total de 4.818 procedimentos.

Abaixo os 5 mais freqüentes procedimentos realizados na DAGS.

PROCEDIMENTOS	Total Acumulado
Vacinas	1.110
Exame Médico Periódico	940
Análise de Atestado	796
Pronto Atendimento	659
Provas Funcionais	370

- 27 - Implantação de ações de melhorias propostas à Eletrobrás pelos Grupos de Trabalho constituídos após a realização de Pesquisa de Clima Organizacional – PCO em 2005 – em desenvolvimento.
- 28 - Estruturação da política de gestão do clima organizacional da Eletrobrás – item previsto.
- 29 - Estruturação da política de cessão e requisição de profissionais – em desenvolvimento.
- 30 - Estruturação da política de benefícios da Eletrobrás – em desenvolvimento.
- 31 - Redimensionamento do Quadro Básico de Pessoal – QBP - em desenvolvimento.
- 32 - Estruturação, em conjunto com o Departamento de Desenvolvimento de Pessoas – DAD, do Plano de Desligamentos Programados – em desenvolvimento.
- 33 - Atualização do Cadastro de Pessoal e Benefícios da Eletrobrás – em desenvolvimento.
- 34 - Coordenação da implantação do Programa Jovem Aprendiz no âmbito do grupo Eletrobrás – concluído.
- 35 - Revisão do cálculo das rescisões – em desenvolvimento.
- 36 - Automatização do pagamento de horas extras e gratificações por substituição – em desenvolvimento.
- 37 - Automatização da prestação de informações aos gerentes em relação às licenças pelo INSS e acidentes de trabalho – em desenvolvimento.
- 38 - Criação de novos parâmetros de análise de consistência no Programa Auditor da Folha de Pagamento – em desenvolvimento.
- 39 - Implantação de sistema integrado para controle de benefícios - item previsto.
- 40 - Automatização da emissão de Perfil Profissiográfico Previdenciário - item previsto.

- 41 - Automatização do procedimento de atualização de carteiras de trabalho – em desenvolvimento.
- 42 - Implementação do módulo de marcação de férias na Intranet - item previsto.
- 43 - Implantação de novos procedimentos para concessão de adicional de periculosidade – em desenvolvimento.
- 44 - Implementação das ações identificadas no âmbito do Projeto SOX – em desenvolvimento.
- 45 - Automatização do Relatório Gerencial por unidade organizacional, acessível via Intranet. – em desenvolvimento
- 46 - Revisão do programa de provisão de férias e 13º salário – em desenvolvimento.
- 47 - Criação de banco de dados de informações gerenciais de Recursos Humanos no âmbito do grupo Eletrobrás - item previsto.
- 48 - Revisão e atualização das normas de Recursos Humanos – em desenvolvimento.
- 49 - Criação do Banco de Oportunidades da Eletrobrás, visando estabelecer regras para os processos internos de transferência de pessoal - em desenvolvimento

5 DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DAI

FINALIDADE

Administrar o uso de Tecnologia da Informação e de Telecomunicações de Dados e Voice over Internet Protocol - VoIP, promovendo a compatibilização desta com o Planejamento Estratégico Corporativo.

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

- Exercer as responsabilidades da área de tecnologia da informação corporativa referidas nos documentos normativos da empresa;
- Elaborar o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Telecomunicação de Dados e VoIP da Eletrobrás;
- Secretariar o Comitê de Tecnologia da Informação da Eletrobrás – CTIE;
- Propor normas e procedimentos relativos a Tecnologia da Informação e Telecomunicação de Dados e VoIP;
- Representar a empresa em Comitês e Grupos de Trabalho relativos a Tecnologia da Informação e Telecomunicação de Dados e VoIP;

Valter Luiz Carneal de Souza
Presidente em Exercício

- Coordenar as ações coletivas de Tecnologia da Informação e Telecomunicação de Dados e VoIP das empresas do Grupo Eletrobrás;
- Supervisionar o Suporte Técnico prestado por suas Divisões às demais Unidades Organizacionais;
- Supervisionar a atualização da empresa em relação à Tecnologia da Informação e Telecomunicação de Dados e VoIP;
- Administrar os Bens de Tecnologia da Informação e Telecomunicação de Dados e VoIP da empresa;
- Administrar o Plano de Segurança de Tecnologia da Informação e Telecomunicação de Dados e VoIP da empresa, os sistemas e os dados corporativos;
- Coordenar as Comissões de Padronização de Bens de Tecnologia da Informação e Telecomunicação de Dados e VoIP da empresa;
- Promover os processos de aquisição de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Telecomunicação de Dados e VoIP, em conjunto com as unidades organizacionais responsáveis pelas diversas etapas do processo de aquisição;
- Supervisionar o treinamento em Tecnologia da Informação e Telecomunicação de Dados e VoIP promovido por suas Divisões, em conjunto com a unidade organizacional responsável pelo treinamento.

5.1 DIVISÃO DE COMPUTAÇÃO CENTRAL - DAIC

FINALIDADE

Administrar o Data Center, o computador central, os bancos de dados centrais e a central de atendimento do Departamento, bem como prestar suporte técnico à utilização destes recursos.

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

- Avaliar novas tecnologias de computadores de grande porte e de bancos de dados centrais, para utilização na empresa;
- Promover a seleção, contratação, instalação, transferência e manutenção de hardware e de software básicos e de apoio do computador de grande porte e dos bancos de dados centrais;
- Administrar o computador central e os bancos de dados centrais, gerenciando, planejando a capacidade, assegurando a integridade, a segurança lógica e física e o desempenho dos mesmos;
- Prestar suporte técnico ao uso dos softwares básicos e de apoio instalados no computador central da empresa;

- Administrar o Data Center da empresa bem como a sua infra-estrutura, envolvendo tanto os recursos necessários ao seu funcionamento normal quanto aqueles necessários ao atendimento de situações de contingência;
- Executar a operação do computador central bem como dos servidores localizados no Data Center que integram a rede digital corporativa;
- Administrar a central de atendimento do Departamento de Tecnologia da Informação, promovendo suporte técnico de primeira instância ou acionando e acompanhando o suporte técnico especializado prestado por outras unidades organizacionais do DAI;
- Promover treinamento no uso dos softwares básicos e de apoio instalados no computador central da empresa em conjunto com a unidade organizacional responsável pelo treinamento.

5.2 DIVISÃO DE MICROINFORMÁTICA E REDES DIGITAIS - DAIM

FINALIDADE

Administrar e prestar suporte técnico ao uso de hardware e software de microinformática, à Rede Corporativa de Microcomputadores e à Rede de Telecomunicação de Dados e Voice over Internet Protocol - VoIP.

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

- Avaliar novas tecnologias de microinformática e de redes de microcomputadores para utilização na empresa;
- Avaliar novas tecnologias de redes de telecomunicação de dados e VoIP para utilização na empresa;
- Promover a seleção, contratação, instalação, transferência e manutenção de hardware e software de microinformática, básico e de apoio, e da rede corporativa de microcomputadores;
- Promover a seleção, contratação e instalação da rede telecomunicação de dados e VoIP;
- Promover a seleção, contratação, instalação, transferência e manutenção da infra-estrutura interna da rede de telecomunicação de dados e VoIP;
- Administrar a rede corporativa de microcomputadores, gerenciando, planejando a capacidade, assegurando a integridade, a segurança lógica e física e o desempenho;
- Administrar a infra-estrutura interna para telecomunicação de dados e VoIP, bem como a rede de telecomunicação de dados e VoIP, gerenciando, planejando a capacidade, assegurando a integridade, a segurança lógica e física e o desempenho;
- Prestar suporte técnico ao uso da rede corporativa de microcomputadores e software básico e de apoio padronizados para os microcomputadores da empresa;
- Prestar suporte técnico ao uso da rede telecomunicação de dados e VoIP;

- Promover treinamento em microinformática e redes de microcomputadores e de telecomunicação de dados e VoIP, em conjunto com a unidade organizacional responsável pelo treinamento.

5.3 DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - DAIS

FINALIDADE

Administrar o processo de desenvolvimento, aquisição, manutenção, implantação e utilização de Sistemas de Informação em Computador para Suporte às Atividades Empresariais e administrar e prestar suporte técnico ao uso do ambiente funcional do Sistema Integrado de Gestão Empresarial.

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

- Promover o desenvolvimento e manutenção de Sistemas de Informação de apoio aos processos de negócio empresariais;
- Fornecer suporte técnico e metodológico para a contratação de Sistemas de Informação, bem como do seu desenvolvimento, manutenção e implantação;
- Administrar o desenvolvimento, a manutenção e a implantação de Sistemas de Informação contratados junto a terceiros;
- Administrar o ambiente funcional do Sistema Integrado de Gestão Empresarial, avaliando a incorporação de novas funcionalidades e garantindo sua configuração conforme os requisitos empresariais;
- Fornecer suporte técnico e metodológico à especificação e contratação do desenvolvimento, manutenção e implantação de novas configurações no Sistema Integrado de Gestão Empresarial;
- Prestar suporte técnico na utilização de Sistemas de Informação de apoio aos processos de negócio empresariais, incluindo o Sistema Integrado de Gestão Empresarial;
- Promover o planejamento e acompanhamento da estratégia de informatização dos processos de negócio da empresa;
- Realizar o gerenciamento e a gestão de qualidade dos projetos de desenvolvimento e aquisição de sistemas de informação;
- Acompanhar a política de aquisição ou de desenvolvimento coletivo de sistemas de informação para as empresas de distribuição de energia sob administração da Eletrobrás;
- Coordenar a implementação coletiva de projetos de sistemas de informação nas empresas de distribuição de energia sob administração da Eletrobrás;
- Promover treinamento na utilização de Sistemas de Informação de apoio aos processos de negócio empresariais, incluindo o Sistema Integrado de Gestão Empresarial, em conjunto com a unidade organizacional responsável pelo Treinamento.

5.4 DIVISÃO DE APOIO À GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DAIT

FINALIDADE

Administrar os serviços destinados a viabilizar, através de meios eletrônicos, a disseminação e o intercâmbio de informações de interesse corporativo, gerenciar a infra-estrutura de hardware e software para o desenvolvimento, validação e disponibilização de Aplicativos e para a utilização do Sistema de Gestão Integrada da empresa, bem como desenvolver aplicativos de apoio à infra-estrutura computacional corporativa e coordenar projetos especiais vinculados a objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico de Departamento.

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

- Administrar os ambientes da Intranet, da Internet e das ferramentas de trabalho colaborativo, compreendendo a avaliação de novas tecnologias, o planejamento de capacidade, a garantia da integridade, da segurança lógica e física e do desempenho, além de suporte técnico e treinamento no uso dos mesmos e treinamento;
- Administrar a infra-estrutura de hardware e software do Sistema de Gestão Integrada, compreendendo o planejamento de capacidade, a garantia da integridade, da segurança lógica e física e do desempenho;
- Promover a seleção, avaliação, contratação, instalação e manutenção de softwares aplicativos e de softwares de apoio, em articulação com as demais unidades organizacionais do DAI;
- Administrar a infra-estrutura de hardware e software necessária ao desenvolvimento, validação e disponibilização de softwares aplicativos, em especial no que se refere a componentes utilizados pelos referidos softwares, e aquela necessária à disponibilização de softwares aplicativos adquiridos de terceiros;
- Administrar o Modelo Corporativo de Dados da empresa e o Processo de Modelagem de Dados;
- Desenvolver softwares aplicativos de apoio à infra-estrutura computacional corporativa;
- Administrar o processo de registro dos softwares desenvolvidos na Eletrobrás, ou de propriedade da empresa, junto à autoridade competente;
- Coordenar as ações relacionadas ao Plano de Segurança de Tecnologia da Informação, articulando as ações que visem mantê-lo continuamente atualizado, disseminando seu conteúdo e monitorando seu cumprimento;
- Coordenar o processo de elaboração das proposições de normas e procedimentos de tecnologia da informação e telecomunicação, envolvendo a compilação de informações junto às unidades organizacionais que compõem o Departamento, a adequação aos padrões vigentes, a organização e revisão de minutas e a interação com a área responsável pela gestão de normas corporativas;
- Apoiar a execução do Processo de Conformidade da Tecnologia da Informação do Grupo Eletrobrás a requisitos legais nacionais e internacionais;

- Avaliar, selecionar e promover a implantação de metodologias orientadas para a Gestão de TI, além de coordenar a execução do Processo de Gestão de TI;
- Coordenar projetos que visem fortalecer a integração entre os colaboradores, estimular a melhoria do clima organizacional e promover treinamento na utilização das tecnologias sob sua gestão, em conjunto com a unidade organizacional responsável pelo treinamento.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2006

1 – Atualização do Plano Estratégico da área de tecnologia da informação da Eletrobrás

Atualização permanente do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Eletrobrás, de forma a se antecipar necessidades e prover tempestivamente os recursos para atendê-las.

2 – Atualização e elaboração de novos controles relacionados ao Plano de Segurança de tecnologia da informação da Eletrobrás

Atualização permanente dos controles do Plano de Segurança de Tecnologia da Informação da Eletrobrás, de forma a garantir a permanente eficácia dos mesmos.

3 – Atualização e elaboração de normas e procedimentos na área de tecnologia da informação

Atualização permanente, em parceria com o Departamento de Organização e Documentação – DAO, das normas e procedimentos relacionados à tecnologia da informação para uso na empresa, de forma a se manter a necessária disciplina na utilização deste tipo de tecnologia na empresa.

4 – Coordenação de projetos e atividades de tecnologia da informação que envolvam as empresas do Grupo Eletrobrás

Coordenação de projetos e atividades de tecnologia da informação que envolvam empresas do Grupo Eletrobrás, com vistas a otimização de recursos, ganhos de escala e compartilhamento de experiências.

5 – Secretaria Executiva do Comitê de Tecnologia da Informação da Eletrobrás – CTIE

Atividades de secretaria do Comitê de Tecnologia da Informação da Eletrobrás - CTIE, marcando reuniões, elaborando as atas e prestando suporte técnico na área de tecnologia da informação aos membros do CTIE, com vistas à elaboração dos Planos Anuais de Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia da Informação para a empresa.

6 – Coordenação de Tecnologia da Informação para implantação do Projeto SOX no âmbito do Grupo Eletrobrás – em desenvolvimento

Coordenação das atividades de tecnologia da informação para implantação de controles requeridos pela Lei Sarbanes-Oxley na Eletrobrás e nas empresas controladas, com vistas à habilitação da empresa para comercialização de ações do nível ADRs tipo 2 na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

7 – Administração do processo de registro de softwares desenvolvidos pela Eletrobrás junto aos órgãos competentes

Administração do processo de registro dos *softwares* desenvolvidos na Eletrobrás, ou de propriedade da empresa, junto às autoridades competentes, com vistas à preservação do direito autoral da empresa sobre os mesmos.

8 – Conclusão do processo de renegociação e aprovação pela DEE e CAE da atualização de versão, manutenção e suporte técnico do Sistema de Gestão Empresarial SAP/R3, além da transferência da licença da ELETRONUCLEAR para a ELETROBRÁS

Renegociação e aprovação pela DEE e CAE da atualização de versão, manutenção e suporte técnico do Sistema de Gestão Empresarial SAP/R3, que se encontrava sem cobertura contratual desde 2002, além da transferência da licença da ELETRONUCLEAR para a ELETROBRÁS, permitindo, assim, que a empresa atualize o Sistema e passe a ter um contrato individual.

5.5 DIVISÃO DE COMPUTAÇÃO CENTRAL - DAIC**1 - Reunificação dos "Data Centers" num único endereço – em desenvolvimento**

Restauração da situação existente antes da ocorrência do sinistro, de fevereiro de 2004, no Ed. Herm Stoltz. Previsão de término em final de março de 2007.

2 - Consolidação de "Storage"

Concluída a disponibilização de infra-estrutura que permita o armazenamento centralizado dos dados corporativos de tal forma que esta consolidação viabilize o espelhamento destes dados em um futuro Data Center de contingência.

3 - Instalação do Data Center Corporativo de contingência - em desenvolvimento

Instalação de uma área que permita a continuidade da operação dos recursos de TI em caso de ocorrência de sinistro no Data Center de produção da Eletrobrás. Previsão de término em final de março de 2007.

4 - Aquisição de UPS com paralelismo - em desenvolvimento

Elevação do nível de segurança do Data Center de produção da Eletrobrás no que diz respeito ao abastecimento de energia elétrica. Previsão de término em final de novembro de 2006.

5 - Terceirização do Help-Desk - em desenvolvimento

Elevação do nível de qualidade do atendimento através da utilização de mão de obra especializada. Previsão de término em final de dezembro de 2006.

6 - Implementação do ambiente adabas sob LINUX - em desenvolvimento

Adoção da plataforma de software livre e redução de custo. Previsão de término em final de março de 2007.

7 - Consolidação e modernização de servidores e storage de espelhamento – em andamento

Disponibilização de infra-estrutura que permita a modernização dos servidores da rede corporativa como também o espelhamento dos dados corporativos em um futuro Data Center de contingência. Previsão de término em final de março de 2007.

8 - Administração dos recursos centralizados de TI

Atribuição básica da área.

9 - Administração do Help-Desk de TI

Atribuição básica da área.

10 - Expansão do link da internet

Foi concluída a elevação do nível de desempenho do acesso à internet.

11 - Implantação de infra-estrutura para utilização de software livre

Foi concluída a adoção da plataforma de software livre e redução de custo.

5.6 DIVISÃO DE MICROINFORMÁTICA E REDES DIGITAIS - DAIM

1 – Transferência de microcomputadores

Cópia de dados, reconfiguração, limpeza e remessa de 617 equipamentos para atender as necessidades das empresas federalizadas na implantação do novo sistema.

Atendimento às Empresas Federais do Grupo Eletrobrás

Remessa de 617 microcomputadores para suporte às Empresas.

2 - Consolidação de "Storage" - em desenvolvimento

Elaboração técnica do Edital para aquisição de infra-estrutura que permita o espelhamento dos dados em um futuro Data Center de contingência. Previsão de término em final de fevereiro de 2007.

3 – Software Terminal Server

Disponibilização de clientes de Terminal Server para as empresas federalizadas para atender as necessidades das empresas federalizadas na implantação do novo sistema.

4 – Acesso remoto

Foi concluída a configuração dos enlaces para acesso remoto às empresas federalizadas para permitir que a Eletrobrás acesse ao sistema AJURI.

5 – Acesso com perfil único

Foi concluída a configuração dos elementos da rede corporativa para suportar a utilização de perfil único por usuário com o objetivo de aumentar a segurança.

6 – Acesso a internet

Bloqueio a sites não relacionados com o serviço corporativo visando aumentar a banda disponível para acesso a internet.

7 - Consolidação de Servidores - em desenvolvimento

Elaboração técnica do Edital para aquisição de equipamento que permita a consolidação dos servidores da rede corporativa como também o espelhamento dos dados corporativos em um futuro Data Center de contingência. Previsão de término em final de fevereiro de 2007.

8 – Cópias de segurança

Alteração nos procedimento de cópias de segurança com o objetivo de reduzir o tempo de parada da rede corporativa.

9 – Escritório de Brasília –PRB

Foi concluída a implantação e configuração dos enlaces para Brasília com o objetivo de aumentar a disponibilidade de acesso à estrutura corporativa.

10 – Acesso externo a intranet

Foi concluída a implantação da nova estrutura de acesso remoto à intranet visando aumentar a segurança da rede corporativa.

11 – Interligação dos prédios

Foi concluída a implantação de uma estrutura em forma de anel ótico permitindo uma ligação redundante entre os prédios da empresa para aumentar a disponibilidade da rede corporativa.

12 – Transferência de equipamentos

Foi concluída a transferência de todos os equipamentos de microinformática para atender a mudança da sede da empresa.

Transferência de Equipamentos
Transferência com segurança e rapidez de todos os equipamentos de microinformática para atender a mudança da Praia do Flamengo para o Centro do Rio de Janeiro dos empregados da Eletrobrás.

13 – Antivírus

Foi concluída a implantação do novo formato de licenciamento do software de antivírus para atender a alteração no formato de licenciamento por parte do fornecedor.

14 – Software Livre

Implantação de uma estrutura destinada à utilização de software livre no ambiente de grande porte, com o objetivo de atender a orientação do Governo Federal, no sentido de que os órgãos públicos, na medida do possível, adotem software livre para atender suas necessidades de informatização.

15 – Acesso à Eletronorte

Foi concluída a instalação e configuração de um novo enlace para acesso à Eletronorte, com o objetivo de aumentar a disponibilidade de acesso às Empresas Federalizadas através da rede corporativa da Eletronorte.

16 – Editais

Elaboração de especificação técnica nas aquisições de softwares e hardwares de microinformática e apoio às comissões de licitações nas aquisições de produtos de informática.

17 – Administração da manutenção de equipamentos de microinformática

Manutenção em perfeito funcionamento de todo o parque de equipamentos de microinformática da empresa, prestando atendimento a uma média anual de 5.500 solicitações.

18 – Administração da Rede Corporativa

Manutenção em funcionamento 24 horas por dia de toda a infra-estrutura da rede corporativa da empresa, visando o desempenho otimizado e seguro da mesma, considerando neste último aspecto, que durante os últimos doze meses foram detectadas e evitadas cerca de 47.000 tentativas de inoculação de vírus na rede corporativa.

Administração da Rede Corporativa

Detectadas e evitadas 47.000 tentativas de inoculação de vírus na rede corporativa da Eletrobrás desde janeiro.

5.7 DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - DAIS

INFORMATIZAÇÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

1 - Renovação da licença de uso do SAP-R/3 para nova versão

Foi concluída a renovação do contrato de uso do SAP para versão mais atualizada do sistema, diante de risco de interrupção do software que atualmente opera na empresa com versão defasada das necessidades empresariais atuais e com elevado grau de dificuldade de manutenção.

2 - Atualização tecnológica do SAP-R/3 para nova versão - em fase de especificação para contratação do desenvolvimento

Implantação da nova versão do SAP-R/3 em substituição à versão atual que encontra-se defasada das necessidades empresariais atuais e com risco de interrupção da sua operação.

O Sistema de Gestão Empresarial SAP-R/3 é a espinha dorsal dos sistemas da empresa. Nele estão informatizados os processos de:

- Administração Financeira (Contas a Pagar / Receber / Tesouraria),
- Administração Contábil (Legal e de Custos).
- Administração Orçamentária (da Eletróbrás e do Grupo)
- Administração de Compras, Materiais e Estoque
- Folha de Pagamento de Estagiários
- Cadastro de Empregados
- Administração da RGR
- Administração da CDE

Diversos sistemas estão integrados eletronicamente ao SAP-R/3. Alguns deles são de uso corporativo e estão disponíveis para todos os colaboradores da empresa; tais como solicitações de Compras, Viagens, Pronto Pagamento, Avaliação de Desempenho, Elaboração do Orçamento, Manutenção Predial e de Informática e Transferência de Bens.

3 - Informatização dos registros das Notas Fiscais de materiais / serviços e emissão dos livros fiscais - concluída a fase 1, inicialmente contratada

Realização de ajustes de configuração no sistema SAP-R/3 para atendimento à legislação estadual e municipal por conta de novas atividades de comercialização auferidas pela Eletróbrás. Uma segunda fase com funcionalidades adicionais está sendo objeto de especificação para fins de contratação.

4 - Pacto de Resultados de acordo com as novas definições

Foi concluída a alteração do Sistema atual de Avaliação de Desempenho (SCR) de forma a propiciar o pacto das metas coletivas e individuais dos empregados.

5 - Novo sistema de avaliação de desempenho – PAD - em desenvolvimento

Desenvolvimento de novo sistema para atendimento de novas regras para avaliação de metas individuais/coletivas e competências junto aos empregados.

6 - Sistema Gerencial de Contratos de Bens, Materiais e Serviços

Foi concluído o desenvolvimento de sistema para consolidação dos contratos com vistas a melhorar a integração com os sistemas da administração pública.

7 - Adaptação de sistemas decorrente do Projeto SOX

Foi concluída a realização de ajustes emergenciais em diversos sistemas de informação para conformação de controles em atividades críticas para os negócios da empresa, visando atendimento às regras da Lei Sarbannes-Oxley, conforme abaixo.

Durante 12 (doze) meses, um total de 13 (treze) profissionais de sistemas do DAÍ foram alocados ao projeto, num total de 12.480 horas.

Somente em 2006, foram alocadas cerca de 3.750 horas, o equivalente a cerca 4(quatro) profissionais, em tempo integral durante seis meses, o que contribui para diminuir a capacidade de atendimento das solicitações de informatização das diversas áreas da empresa.

Os trabalhos estiveram associados a:

- levantamento de processos;
- aderência dos sistemas de informação aos processos e aos controles que foram demandados pelo projeto SOX;
- controles de acesso a funcionalidades do sistema
- controles no processo de desenvolvimento de sistemas

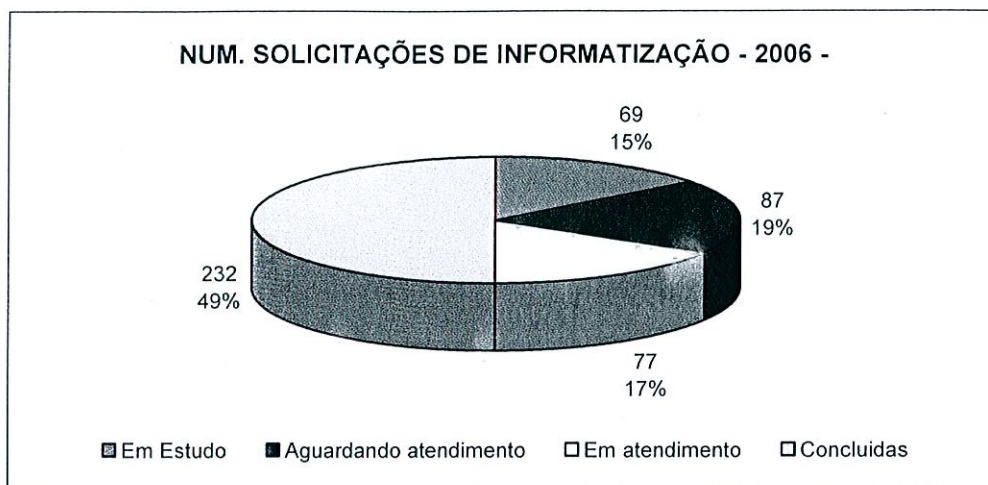
8 - Registro e acompanhamento de solicitações de informatização

Foi concluído o desenvolvimento de sistema para registro e acompanhamento das solicitações realizadas pelas áreas das empresas por meio da Intranet, bem como para acompanhamento e tratamento pelo DAÍ, abaixo.

Quando uma solicitação de informatização é enviada ao DAI, resumidamente, ela segue o seguinte ciclo:

- 1 – Em estudo para atendimento
- 2 – Aguardando atendimento (com estudo aprovado)
- 3 – Em atendimento (projetos em andamento)
- 4 – Concluída

Em 2006, foram registradas cerca de 465 solicitações. Desse total, cerca de 309 (67%) foram concluídas (232 ou 49%) ou estão em andamento (77 solicitações). O número de horas alocadas totaliza cerca de 30.000 horas.



9 – Aquisição de sistema para gestão tributária / fiscal – em fase de especificação para contratação de software de mercado

Aquisição de licença de uso de software para a gestão tributária e fiscal disponível no mercado.

10 – Aquisição de sistema para USGAAP– em fase de especificação para contratação de software de mercado

Aquisição de licença de uso de software para elaboração e consolidação das demonstrações contábeis do Grupo Eletrobrás, de acordo com os padrões norte-americanos.

INFORMATIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

11 - Empréstimos e financiamentos obtidos - em fase de homologação pelo gestor do sistema

Desenvolvimento de novo sistema para administração dos empréstimos e financiamentos obtidos. Visa a substituição de sistema atual que encontra-se obsoleto.

12 - Gestão de pedidos de financiamento - em fase de especificação para contratação do desenvolvimento

Desenvolvimento de sistema para registro do pedido de financiamento pelas empresas, por meio da Internet. Haverá integração com os sistemas existentes na empresa, incluindo aquele responsável pelo acompanhamento do andamento de todo o processo dos pedidos de financiamento.

13 - Ampliação do trâmite dos pedidos de financiamento – em fase de homologação pelos gestores do sistema

Configuração do sistema existente para ser usado por todas as áreas da empresa que atuam na análise dos pedidos de financiamentos. Com o uso desse sistema, será possível manter um acompanhamento gerencial sobre o andamento desses pedidos à medida que o processo for se desenvolvendo, desde a sua chegada na empresa até a elaboração do contrato.

INFORMATIZAÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS

14 – Gestão de Novos Negócios - em fase de especificação para contratação do desenvolvimento

Desenvolvimento de sistema para administrar a análise e seleção de oportunidades de negócio, considerando as estratégias empresariais e as disponibilidades de recursos existentes.

INFORMATIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

15 - PROINFA – Administração da comercialização de energia - em fase de especificação para a contratação do desenvolvimento

Desenvolvimento de sistemas para a administração dos contratos de compra e venda, incluindo as operações de pagamento e recebimento deles decorrentes, bem como a geração de informações para a contabilização na CCEE e para a elaboração dos Planos existentes.

16 - Acompanhamento físico de projetos do PROINFA

Foi concluído o desenvolvimento de sistema para acompanhamento físico dos empreendimentos do PROINFA, incluindo informações contratuais e o licenciamento ambiental.

Esse sistema adota a tecnologia de geo-referenciamento que permite a visualização dos empreendimentos do PROINFA no mapa do Brasil, bem como a sua consulta com um simples clique do mouse sobre a figura.

A facilidade, que pode ser utilizada em outros sistemas, está abaixo apresentada:

Tipo	Nome Usina	UF	Situação	Pot. PROINFA ...	Empreendedor	Dt. Oper. C...	Data Tendência...	Cr.
UEE	Canoa Quebrada	CE	Não Iniciada	57,0	Ventos Energia e Tecnologia Ltda	20/12/2006		
UEE	Preço do Moçoado	CE	Não Iniciada	28,8	Eletrowind S.A	29/12/2006	31/12/2007	

PROINFA - SATEP

Empreendimentos

Utiis: Detalhes | Cronograma Previsto | Cronograma Realizado | Meio Ambiente

Tipo: UEE: Pratas de Passaru | Empreendedor: Elkoward S.A. | Situação: Não Iniciada

Município: CE - BEBERIBE | Contato: Walter Nunes Seio Neto | Detalhes | Alterar...

Longitude: W 37°52'41" | Latitude: S 04°21'13"

Endereço: Rua Leonor M. C. Calmon de Bittencourt, nº 44, sala 1 804, Cidade Jardim | Local: CE

Resolução ANEEL: Número: 526 | Data: 24/09/2002 | Potência Total (MW): 28,80 | Pot. PROINFA (MW): 28,80 | Dt. Tendência Entrada Operação (DEGE): 31/12/2007

Geradores	Quantidade	Potência	Potência (MW)
	32	0,90	0,9
	Quantidade:		32
	Total		38,8

Novo... | Alterar... | Excluir...

Contrato: Número: 004 | Dt. Assinatura: 30/06/2004 | Dt. Vencimento: 07/12/2026
Data Operação: 08/12/2006 | Data Adão: 31/12/2007
Energia Contratada: 76801,00 (MWh/ano)

Observações: 32 x 0,90 MW

Alterar... | Excluir...

INFORMATIZAÇÃO DA GESTÃO DO GRUPO ELETROBRÁS

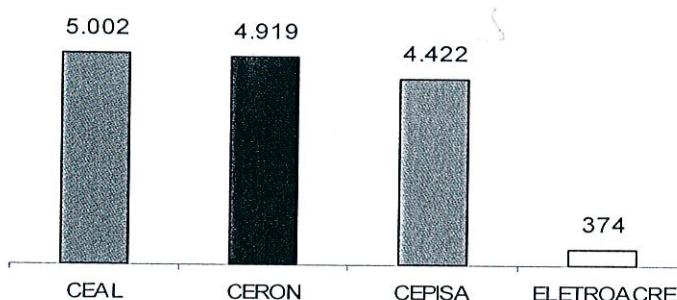
17 - Implantação do sistema AJURI na CEPISA

Foi concluída a implantação do sistema de gestão comercial AJURI, padronizado pela Eletrobrás para uso nas empresas distribuidoras do Grupo.

Através da RES-811/2004, a ELETROBRÁS padronizou o AJURI, software desenvolvido pela ELETRONORTE, como o sistema de gestão comercial de energia elétrica a ser adotado por todas as suas empresas distribuidoras.

No âmbito do projeto AJURI, o sistema foi implantado, em apenas dois anos, na CEAL, CERON e CEPISA, totalizando um investimento de cerca R\$ 10,6 milhões em infra-estrutura tecnológica (82% do total) e serviços (18% do total).

Já foram economizados cerca de R\$ 14,7 milhões, dos quais R\$ 4,9 milhões em função da centralização na ELETROBRÁS da aquisição dos itens de infra-estrutura (micro, servidores, etc) e R\$ 9,8 milhões pela adoção do AJURI em lugar de uma aquisição de software de terceiros.



18 - Informações Gerenciais de Gestão Comercial – AJURI (Projeto Piloto) - em fase de elaboração do estudo de viabilidade

Desenvolvimento de sistemática para disponibilização de informações gerenciais (incluindo indicadores de performance) a partir de dados operacionais extraídos diretamente dos sistemas de gestão comercial (AJURI) em operação nas empresas distribuidoras. Os softwares necessários e os links de comunicação já estão adquiridos / estabelecidos.

19 - Gestão de Projetos do Grupo Eletrobrás (acompanhamento e avanço físico) - em fase de especificação para contratação do desenvolvimento

Desenvolvimento de sistema gerencial para promover o acompanhamento físico e financeiro de todos os projetos do Grupo Eletrobrás, financiados ou não pela Eletrobrás, mantendo sua vinculação com os Programas e Ações do PPA – Plano Plurianual de Ações do Governo Federal.

20 - Gestão do Programa Plurianual de Ações do Governo Federal – PPA - em fase de especificação da contratação do desenvolvimento

Desenvolvimento de sistema para promover o acompanhamento dos empreendimentos que integram o PPA.

21 - Indicadores Gerenciais no Sistema de Acompanhamento de Gestão Empresarial - SIAGE

Foi concluído o acompanhamento do desenvolvimento da fase 2 do SIAGE, contratado junto a terceiros. Abrange o acompanhamento dos indicadores das empresas federalizadas de acordo com as metas definidas pelo COAGE.

22 - Fluxo de Caixa das Empresas Distribuidoras do Grupo - fase de homologação pelo gestor do sistema

Desenvolvimento de sistema para a coleta de dados de compromissos a pagar / receber por meio da internet, visando melhorar administração do fluxo de caixa das empresas distribuidoras de energia.

INFORMATIZAÇÃO DE RECURSOS SETORIAIS

23 – Implantação de sistema de coleta de dados de consumo de combustíveis (CCC) em Sistemas Isolados

Foi concluída a implantação de sistema para acompanhamento e análise do consumo de combustíveis com a obtenção eletrônica, pela Internet, dos dados coletados a partir de fluxômetros instalados nas usinas. Visa atendimento à portaria da ANEEL.

24 - Documentação dos Sistemas do Empréstimo Compulsório

Foi concluída a elaboração de documentação dos sistemas de Ações (SAC), Empréstimo Compulsório (CEC) e Ações Judiciais do EC (JUD), visando a sua reengenharia, bem como a modernização dos processos associados.

INFORMATIZAÇÃO DE PROGRAMAS FEDERAIS

25 – Portal de Eficiência Energética (PROCEL-INFO)

Foi concluído o processo de acompanhamento do desenvolvimento de Portal na Internet para coletar e divulgar um grande banco de dados sobre eficiência energética no Brasil e no mundo. Serão disponibilizados ambientes cooperativos para troca de informações.

26 – Implantação de base de informações referentes ao Selo PROCEL – em fase de contratação do desenvolvimento

Desenvolvimento de sistema computacional (INFOSELO) com informações referentes aos equipamentos e eletrodomésticos que participam do Programa do Selo PROCEL. Promoverá a integração da Eletrobrás com o INMETRO, laboratórios e fabricantes de equipamentos.

27 - Coleta de informações de materiais utilizados no Programa LUZ PARA TODOS - em fase de homologação pelo gestor do sistema

Desenvolvimento de sistema para obtenção, pela Internet, dos dados de materiais visando a correta finalização dos contratos de empreendimentos, no que diz respeito a contabilizações dos itens de obra.

5.8 DIVISÃO DE APOIO À GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DAIT

1 – GED / WORKFLOW

1.1 - Levantamento de informações, elaboração e compilação da documentação técnica incorporada ao Edital de Licitação para contratação de serviço de elaboração de Projeto Básico (atividades realizadas em parceria com o DAO)

Conclusão do projeto básico será parte da documentação técnica para posterior contratação, através de licitação do serviço de implantação da Gestão Eletrônica de Documentos na Eletrobrás.

1.2 – Licitação na modalidade Tomada de Preços (Técnica/Preço) – em desenvolvimento

Modalidade de licitação adotada se justifica pelo fato do referido serviço ter especificidades próprias que tornam indispensável que, além do preço, o perfil e capacitação técnica dos proponentes sejam avaliados.

1.3. – Execução do serviço de elaboração do Projeto Básico - não iniciada

Previsão da execução do serviço de 90 dias a um custo estimado de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

2 – Modernização do site da Eletrobrás

2.1 – Colaboração e planejamento

Conclusão do levantamento de necessidades e definição do escopo do projeto.

2.2 – Empresa

Conclusão da definição da arquitetura da informação, design gráfico e implementação da seção EMPRESA.

2.3 – Relação com os Investidores - em desenvolvimento

Definição da arquitetura da informação, design gráfico e implementação da seção RELAÇÃO INVESTIDORES.

2.4 – Extranet - em desenvolvimento

Definição da arquitetura da informação, design gráfico e implementação da EXTRANET.

2.5 – Implantação – não iniciada

Teste e homologação do produto e da infra-estrutura.

3 – Revitalização da intranet corporativa

3.1 – Elaboração, através da utilização de técnicas especializadas, do Mapa da Arquitetura da Informação

Conclusão do processo de utilização de tecnologias que facilitem a “usabilidade” da ferramenta.

3.2 – Elaboração do design gráfico da nova intranet

Conclusão da representação gráfica das estruturas estabelecidas através do Mapa da Arquitetura da Informação.

3.3 – Desenvolvimento – em desenvolvimento

Criação de todo o aparato de infra-estrutura das páginas, assim como o desenvolvimento das mesmas.

3.4 – Implantação - em desenvolvimento

Teste e homologação do produto, com a promoção dos ajustes necessários.

4 – Portal de TI

4.1 – Ante-Projeto

Conclusão dos estudos de viabilidade de execução do projeto.

4.2. – Elaboração do Projeto

Conclusão da fase de identificação de prazos e recursos requeridos.

4.3 – Implantação do Projeto

Conclusão da elaboração de protótipo, submissão para apreciação dos técnicos do Departamento, recebimento e implementação de contribuições/sugestões, testes, homologação, implantação e divulgação.

5 – Migração da plataforma de correio para Exchange 2003

5.1 – Ante-Projeto

Conclusão dos estudos de viabilidade de execução do projeto.

5.2 – Elaboração do Projeto

Concluída a elaboração do projeto no que concerne a identificação de prazos e recursos requeridos.

5.3 – Implantação do Projeto

Necessidade de dotar a empresa de infra-estrutura de software moderna alinhada com os requisitos esperados pelos usuários do Serviço de Correio (confiabilidade, segurança, rapidez, etc), além de funcionalidades voltadas para o trabalho colaborativo.

A migração da plataforma de correio do Exchange 2000 para a plataforma Exchange 2003 incorpora novas funcionalidades e serviços, como descrito no quadro a seguir:

Migração da plataforma de correio do Exchange2000 para Exchange 2003	
Caixas Postais:	
Total de Caixas Postais Migradas:	2.800
Número de Mensagens Migradas:	1.200.000
Novos Servidores:	
Cluster IBM 4 Processadores Dual Core 64 Bits	
Novos Recursos	
▪ Novo Acesso Via Web (Ajax) - Novo Outlook Web Access, permite o acesso externo e interno as mensagens de correio através de um cliente web mais funcional	
▪ Mobile – Implantação do OWA (Outlook Mobile Access), que possibilita o acesso as mensagens via celular (GPRS)	
▪ RPC Over HTTP – Este recurso permite que usuários fora do ambiente de trabalho, que possuam Outlook 2003 instalado, possam acessar seus e-mails com todas as funcionalidades que o Outlook da estação de trabalho permite.	

6- Implantação do novo processo de administração de dados

6.1 – Ante-Projeto

Conclusão dos estudos de viabilidade de execução de projeto com vistas a dotar a empresa de processo ágil, seguro e confiável de administração de dados.

6.2 – Levantamento de informações, elaboração e compilação da documentação técnica incorporada ao Edital de Licitação para contratação de ferramenta para suportar o novo processo de administração de dados

Conclusão do levantamento e avaliação das ferramentas disponíveis no mercado, respectivos preços e principais funcionalidades que atenderiam às necessidades de automatização do processo de administração de dados da Eletróbrás.

6.3 – Contratação da ferramenta para suportar o novo processo de administração de dados por inexigibilidade de Licitação

Constatação da existência de um único produto com características únicas que são de interesse da Eletróbrás e que é comercializado por um fornecedor exclusivo; a previsão do valor da contratação é de R\$ 213.541,60 (duzentos e treze mil, quinhentos e quarenta e um reais e sessenta centavos). Etapa concluída.

6.4 – Instalação da ferramenta para suportar o novo processo de administração de dados - não iniciada

Operacionalização da utilização da ferramenta contratada.

6.5 – Contratação e implantação do novo serviço de administração de dados - não iniciada

Implantação de processo ágil, seguro e confiável de administração de dados, composto por um conjunto de atividades, métodos e ferramentas, que implemente um gerenciamento adequado dos recursos de dados da empresa.

7 – Implantação de solução antivírus e antispam baseada em “APPLIANCE” (solução conjunta de hardware dedicado e software)

7.1 - Levantamento de informações, elaboração e compilação da documentação técnica incorporada ao Edital de Licitação para contratação da solução

Conclusão do levantamento quanto a necessidade de contratação de ferramenta robusta para fazer frente aos ataques cada vez mais sofisticados de “códigos maliciosos” e para identificar emails indesejados (spams).

7.2 – Contratação através de Pregão Presencial no valor de R\$ 75.400,00 (setenta e cinco mil e quatrocentos reais)

Modalidade de licitação adotada se justifica pelo fato do produto a ser contratado poder ser claramente definido através de especificação técnica e haver diversos fornecedores para o mesmo. Etapa concluída.

7.3 - Implantação da solução

Atendimento à necessidade de dotar a Eletróbrás de solução robusta destinada a preservá-la de ataques de “códigos maliciosos” e emails indesejados (spams). Etapa concluída.

Segue a descrição de algumas das principais melhorias alcançadas:

Melhorias na Infra-Estrutura
▪ Aumento da Escalabilidade - aumento da capacidade de processamento para 50.000 mensagens por segundo.
▪ Novos recurso de Anti-Vírus
▪ Novos recurso de Anti-Span
▪ Controle de Mensagens por Reputação – Diminuiu consideravelmente o número de spans e de falsas mensagens recebidos na Eletrobrás
▪ Filtro de Anexo e Conteúdo
▪ Mail Flow Center – Registro de estatísticas detalhadas de controle de envio e recebimento de mensagens por domínio e por usuário, facilitando o processo de administração e suporte.

8 – Programa de Sugestões

8.1 – Coleta de Sugestões

Foram disponibilizados os mecanismo para submissão de sugestões por parte dos colaboradores do DAI.

8.2 – Avaliação

Foi concluída a fase de avaliação das 29 sugestões encaminhadas pelos colaboradores do DAI.

8.3 – Compilação e proclamação dos resultados

Foram compilados os resultados preliminares provenientes das votações de cada um dos Gerentes do DAI, a cargo da gerente da DAIT, seguindo-se a proclamação das sugestões mais votadas, ocorrida na reunião semanal do Departamento em 09/10/2006.

8.4 – Implantação das sugestões – em desenvolvimento

Alcance do objetivo maior do programa, além de se constituir numa fonte de motivação para os colaboradores.

9 – Projeto SOX

9.1 – Piloto TIGC – Information Technology General Controls

Foi concluída a fase de treinamento para os profissionais de TI das empresas para documentação dos controles dos processos gerais de Tecnologia da Informação.

9.2 – Piloto TICA – Information Technology Control Applications

Foi concluída a fase de treinamento para os profissionais de TI das empresas para documentação dos controles automáticos das aplicações que geram impacto financeiro.

9.3 – Documentação dos processos e controles-chave relacionados a TI e implementação de planos de ação para controles ineficazes

Concluída a elaboração de documentação de acordo com metodologia estabelecida para garantir aderência à Lei Sarbanes-Oxley dos processos e controles-chave relacionados a TI com implementação de planos de ação para aqueles ineficazes.

9.4 – Testes de TIGC – em desenvolvimento

Avaliação da eficácia geral dos controles-chave identificados nos processos de TI.

TOTAL DE CONTROLES (1 + 2)	100		
1 - TOTAL A TESTAR PRÓXIMA ONDA	10		
2 - TOTAL TESTADO	90		
CONFORMES	23	% CONFORMES	25,56%
NÃO CONFORMES	67	% NÃO CONFORMES	74,44%

9.5 – Testes de TICA

Concluída a avaliação da eficácia geral dos controles-chave sistêmicos identificados nos processos de negócio.

TOTAL DE CONTROLES	90		
CONFORMES	47	% CONFORMES	52,22%
NÃO CONFORMES	43	% NÃO CONFORMES	47,78%

9.6 – Certificação de TI pela auditoria externa – em desenvolvimento

Avaliação da eficácia geral dos controles-chave identificados nos processos de TI e dos controles-chave sistêmicos identificados nos processos críticos de negócio.

10 – Controle de Contatos e Envio de E-mails Personalizados do Setor de Relação com os Investidores.

Administração dos contatos, ou seja, dos dados cadastrais dos investidores, permitindo a montagem de e-mails personalizados, além de possibilitar o controle e o agendamento do envio de e-mails seletivos como, por exemplo, a grupos que receberão e-mails em espanhol, inglês, dentre outras possibilidades. Processo concluído.

11 – Administração e suporte da infra-estrutura dos servidores de aplicação

Criação e manutenção de condições de infra-estrutura adequadas para o armazenamento de aplicativos desenvolvidos na empresa; número de aplicativos administrados: aplicações cliente/servidor – 26 em desenvolvimento, 20 em qualidade e 22 em produção; aplicações web – 61 em desenvolvimento, 53 em qualidade e 48 em produção.

12 – Administração e suporte da infra-estrutura dos servidores de aplicativos de terceiros

Criação e manutenção de condições de infra-estrutura adequadas para o armazenamento de aplicativos desenvolvidos por terceiros. Número de aplicativos administrados: 11 (onze).

13 – Administração e suporte da infra-estrutura do servidor de “versionamento”

Criação e manutenção de infra-estrutura de suporte para o gerenciamento de versões de software, em alinhamento com os preceitos da Lei Sarbanes-Oxley.

14 – Administração de dados

Gestão do acervo de dados corporativos com vistas a garantir sua integração e a minimização de redundâncias. Número de modelos atualmente administrados: 254 (96 em desenvolvimento, 83 em qualidade e 75 em produção).

15 – Administração de componentes de aplicações desenvolvidas internamente e de componentes de integração entre plataformas

Viabilização do compartilhamento de códigos de programas e da interoperabilidade entre plataformas computacionais.

16 – Desenvolvimento e manutenção de sistemas de apoio à infra-estrutura

Automatização de processos internos ao DAI e de processos de interesse corporativo.

17 – Prospecção e avaliação de novas tecnologias de desenvolvimento de sistemas que venham a integrar a infra-estrutura de TI

Desenvolvimento tecnológico.

18 – Administração e suporte da infra-estrutura web (internet e intranet)

Viabilização de condições favoráveis à utilização plena dos serviços Internet e Intranet.

19 – Prospecção e avaliação de novas tecnologias web

Desenvolvimento tecnológico.

20 – Administração e suporte dos recursos de correio e colaboração

Serviço de Correio e Colaboração

Média de mensagens (outubro de 2006)

Média de mensagens enviadas para fora da Eletrobrás: 7.400 / dia

Média de mensagens internas (sistemas corporativos e colaboradores):
20.500 / dia

Média mensal de mensagens recebidas: 2.670.735 (100%)

- Não confiáveis: 2.136.451 (79,99%)
- Destinatários inválidos: 1.915 (0,07%)
- Identificadas como SPAM: 277.873 (10,4%)
- Com vírus: 1.230 (0,05%)
- Confiáveis: 253.271 (9,48%)

Viabilização de condições favoráveis à utilização plena do Serviço de Correio e Colaboração.

Serviço de Correio e Colaboração

Atendimento à solicitações técnicas, administração e manutenção (ano de 2006)

- Atendimentos a Usuários: 1.153 (Local e via SMS)
- Criação de novas caixas postais: 237

21 – Suporte técnico para contratação, implantação e manutenção da infra-estrutura tecnológica para a UNISE (Universidade Corporativa do Sistema Eletrobrás)

Necessidade de atendimento aos requisitos de tecnologia da informação demandados para a implantação e manutenção da UNISE, em alinhamento com a RES-1185/2005, de 14/12/2005, que formalizou a participação do DAI nessa iniciativa.

22 – Administração de conteúdo da intranet / internet

Validação e publicação de informações de interesse corporativo.

23 – Gerenciamento do Plano de Segurança do Departamento

Estabelecimento de políticas, diretrizes, procedimentos e estratégias, baseado em normas, padrões e legislação vigente, a fim de assegurar a proteção dos bens de TI da empresa, mitigando assim os riscos e ameaças à segurança destes, ao bom funcionamento da empresa e à continuidade dos seus negócios.

24 – Elaboração das normas de segurança de TI

Elaboração, em parceria com o DAO, de documentos que fixem diretrizes e regras visando garantir a qualidade dos serviços prestados.

25 – Administração do Planejamento Estratégico do DAI

Cômputo de indicadores e desenvolvimento de Planos de Ação vinculados aos objetivos estratégicos definidos para o DAI.

27 – Provisão de proteção, em nível físico e lógico, dos ativos de informação e de processamento da área de atuação de segurança infra-estrutura do SAP-R/3

Continuidade de negócio, garantindo a não paralisação das atividades financeiras da empresa.

28 – Participação nas diversas Comissões criadas para implantação da arquitetura e-ping – padrões de interoperabilidade de Governo

Definição de um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas continuidade de negócio, que regulamentam a utilização de TI e Comunicação (TIC) no Governo Federal,

estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

6 DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO - DAO

FINALIDADE

Gerenciar os documentos normativos, de organização, de estrutura, o arquivo e a biblioteca centrais da empresa.

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

- Gerenciar o sistema de documentação administrativa da empresa;
- Administrar e organizar os arquivos da empresa bem como o seu acervo bibliográfico, preservando a memória técnica e administrativa da empresa;
- Gerenciar a elaboração e revisão de documentos de cunho normativo;
- Gerenciar a elaboração e revisão das normas e procedimentos;
- Gerenciar a divulgação dos documentos elaborados ou revisados após aprovados;
- Administrar a Estrutura Organizacional da empresa;
- Gerenciar o mapeamento e/ou revisão dos processos de negócios da empresa;
- Prestar consultoria em organização e documentação.

6.1 DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA - DAOD

FINALIDADE

Gerenciar o Arquivo e a Biblioteca Centrais da empresa, facilitando o acesso a informações e documentos.

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

- Administrar o Arquivo Central da empresa: gerenciar a contratação do serviço terceirizado de guarda de documentos, administrar as bases de dados de informações arquivísticas, atender as demandas de consulta à documentação administrativa e supervisionar os serviços prestados;
- Administrar a Biblioteca Central da Empresa: efetuar pesquisas e localizar fontes de informações para apoio às atividades das unidades organizacionais e em atendimento às demandas de informação dos usuários, promover o uso do acervo bibliográfico disponível para o público em geral, gerenciar as bases de dados bibliográficas;
- Efetuar as aquisições de publicações e assinaturas de periódicos, solicitadas pelas unidades organizacionais, de acordo com as normas estabelecidas na empresa;

- Manter atualizada a base de dados dos Processos da empresa, digitalizando e indexando as Resoluções de Diretoria e documentação anexa;
- Manter atualizada a Tabela de Temporalidade Documental (TTD);
- Prestar assessoria às unidades organizacionais com relação a organização e metodologias específicas de acervo institucional para preservar o acervo documental;
- Orientar os usuários no acesso às bases de dados documentais e na localização de outras fontes de informações;
- Promover o intercâmbio de informações e documentos com instituições de ensino, bibliotecas do setor elétrico, entre outras;
- Acompanhar a execução dos serviços contratados para implementação de metodologias de organização de arquivos, tramitação, acondicionamento, arquivamento e indexação de documentos nas unidades organizacionais;
- Coordenar a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos com a responsabilidade de identificar os documentos para guarda permanente e eliminar aqueles destituídos de valor.

6.2 DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS - DAOM

FINALIDADE

Gerenciar os documentos normativos, de organização, de estrutura da empresa, facilitando o acesso a informações.

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

- Elaborar e revisar os documentos de cunho normativo da empresa;
- Elaborar e revisar as normas da empresa;
- Elaborar e revisar os procedimentos da empresa;
- Divulgar os documentos elaborados ou revisados após aprovados;
- Analisar e emitir parecer sobre a estrutura organizacional da empresa;
- Mapear e/ou revisar os processos de negócios da empresa;
- Atualizar o organograma da empresa;
- Prestar consultoria em organização.

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente em Exercício

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2006

6.2.1- Divisão de Documentação e Biblioteca – DAOD

A DAOD é, sem dúvida, a área da Eletrobrás mais afetada pelo sinistro de fevereiro de 2004, uma vez que ainda aguarda a mudança para instalações no Ed. Herm. Stoltz, ou em outro local adequado, para a reinstalação de todo o acervo bibliográfico da Empresa, que encontra-se desmontado desde o referido incêndio, pois a laje do Ed. Vital Brazil não suporta o peso das estruturas que compõem tal acervo.

Assim, o esforço da equipe da DAOD é para o atendimento às demandas, no menor prazo possível, considerando as condições de armazenagem do acervo.

A - Biblioteca Central

1 - Implementação do produto *Sumários Online* na Intranet – em desenvolvimento

Em parceria com o DAI, que viabilizou a utilização de módulo do sistema SYSBIBLI, de controle do acervo bibliográfico, para permitir aos usuários, via intranet, o acesso às capas e sumários das revistas, em tempo real, bem como o pedido de cópias de artigos de interesse.

2 - Atualização e aprovação em DEE das normas: “Funcionamento da Biblioteca” e “Aquisição de Publicações”.

A DAOD, interagindo com a DAOM, participou da elaboração dos textos das referidas normas. A RES-774/06, de 11.07.06, aprovou a norma EDO-02 – Biblioteca Central.

3 – Elaboração dos procedimentos vinculados às normas da Biblioteca – em desenvolvimento

A DAOD, interagindo com a DAOM, participa da elaboração dos textos dos procedimentos vinculados às normas da Biblioteca.

4 - Desenvolvimento de mini-sites - Projeto BIBLIOWEB em parceria com a MEMÓRIA

Condição: A DAOD, em parceria com a MEMÓRIA e apoio do DAI deverá atualizar ou desenvolver os seguintes trabalhos:

4.1 – Mini-site “Grupo ELETROBRÁS: as grandes Empresas do Setor Elétrico”

Em parceria com a MEMÓRIA e apoio do DAI, foi realizada a atualização do texto e elaboração das versões em inglês e espanhol deste mini-site, com o objetivo de ser implantado no mês de junho, mês de aniversário da Eletrobrás.

4.2 – Mini-site “Biografia de todos os Presidentes da ELETROBRÁS” – em desenvolvimento - previsão para 2007

A DAOD e a MEMÓRIA iniciaram o levantamento de informações, mas o projeto foi postergado para 2007. Necessário o apoio do DAI para sua implantação.

4.3 - Mini-site “Grupo ELETROBRÁS: as grandes usinas do Setor Elétrico” - em desenvolvimento - previsão para 2007

Em parceria com a MEMÓRIA e apoio do DAI, este mini-site irá focar as grandes usinas do setor elétrico brasileiro em geral, mostrando o pioneirismo de algumas soluções empregadas e a complexidade dessas obras. Projeto que deverá estender-se até 2007.

5 - Implantação do acesso ao acervo bibliográfico pela Internet.

Para facilitar o acesso ao acervo bibliográfico, a DAOD e o DAI desenvolveram ações que possibilitam o acesso ao acervo pela internet.

6 - Instalação do acervo bibliográfico em novo *lay-out* - em desenvolvimento - previsão para 2007

O DAO / DAOD desenvolve projeto de *lay-out* para a Biblioteca da Empresa, de modo a torná-la ponto de referência para todos os colaboradores.

B - Arquivo Central

1 – Criação da Comissão Permanente de Avaliação Documental – CPAD.

Para atendimento à legislação vigente, a DA propôs à Diretoria Executiva a criação da CPAD, aprovada pela RES-983/06, de 21.09.06, com coordenação do DAO / DAOD.

2 - Conclusão e aprovação da nova Tabela de Temporalidade Documental – TTD referente à Diretoria de Administração – DA – em desenvolvimento

A TTD é um instrumento arquivístico que tem por objetivo definir os prazos de guarda e destinação dos documentos de forma a garantir o acesso à informação e o respeito à legislação vigente. A DAOD decidiu adotar nova metodologia de levantamento de dados em todas as áreas da empresa, de forma simultânea com o apoio da CPAD.

3 - Elaboração e aprovação dos Procedimentos associados à norma EDO-01–Gestão de Documentos Arquivísticos.

A DAOD, em parceria com a DAOM, elaborou os referidos procedimentos, aprovados por Determinação DA.

4 - Revisão da base de dados de processos e dos termos de indexação dos documentos inseridos no sistema - em desenvolvimento

Atividade da DAOD, em estreita interação com o DAI, que encontra-se em fase de implantação.

5 - Digitalização e indexação dos Processos relativos ao período 2000 a 2002.

6 - Digitalização e indexação das Resoluções de Diretoria e anexos.

Atividade contínua da área.

7 - Projeto de Gestão Eletrônica de Documentos – GED na Empresa – 1ª fase - em desenvolvimento

A DAOD, em parceria com a DAOM e o DAI, aprovou as especificações para a contratação de consultoria especializada para a elaboração de Projeto Básico de implantação de GED na ELETROBRÁS. Previsão da licitação para a contratação ocorrer neste mês de novembro. Foi feito o acompanhamento da consultoria de GED nas entrevistas realizadas em todas as áreas da Empresa.

8 - Atendimento às demandas das diversas áreas da Empresa

8.1 - **Presidência – PR** - Implantação de metodologia e organização do arquivo da PRJO.

8.2 – **Presidência – PR** - Indexação dos memorandos da PRJO do ano de 2005 no Sistema PESQDOC.

8.3 – **Presidência – PR** - Levantamento do arquivo da secretaria da PRJC.

8.4 – **Presidência – PR** - Análise de documentos da PRJA.

8.5 - **Presidência – PR** - Digitalização e indexação dos documentos de processos administrativos.

8.6 - **Diretoria de Administração – DA** - Contratação de microfilmagem para os prontuários médicos da Divisão de Saúde – DAGB.

8.7 - **Diretoria de Engenharia – DE** - Organização dos processos de contratação de empreendimentos pelo PROINFA / DEC.

8.8 - **Diretoria Financeira - DF** - Transferência de documentos da secretaria da DFFT.

e) Diretoria de Projetos Especiais e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial - DP

8.9 - **Diretoria de Projetos Especiais e Des. Tec. Industrial – DP** - Ordenação, acondicionamento e indexação dos documentos do DPEP (Reluz,GEM).

8.10 - **Diretoria de Projetos Especiais e Des. Tec. Industrial – DP** - Supervisão e reorganização dos arquivos da DPEE.

9 - Outras atividades da área

9.1 - Atendimento às demandas de informações técnicas e administrativas para a comunidade de usuários interna e externa.

9.2 - Análise de documentos técnicos e administrativos recebidos pelas áreas da empresa para serem inseridos no acervo.

9.3 - Inventário do acervo de microfilmes.

9.4 - Gerenciamento das bases de dados bibliográfica e arquivística.

9.5 - Análise e atualização do conteúdo informacional da Biblioteca Virtual.

9.6 – Treinamento de multiplicadores para a atividade de levantamento documental de todos os Departamentos.

Valter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

6.2.2 - Divisão de Organização e Métodos – DAOM

A DAOM, além das atividades descritas a seguir, deu suporte ao DAO nas atividades de coordenação do Grupo de Trabalho da Estratégia Corporativa nº 8 – GTEC8 do ciclo de Planejamento Estratégico em desenvolvimento na Eletrobrás. Assim, como produto deste Planejamento Estratégico, deverão surgir alterações nas atribuições e objetivos de áreas específicas da empresa, o que levará ao surgimento de novas metas para a DAOM.

1 – Elaboração do Manual de Organização da Eletrobrás

Foi concluído o processo de recebimento de informações das diversas áreas da empresa, avaliação e aprovação em DEE das atribuições e finalidades das áreas e elaboração do Manual de Organização da empresa, com desenvolvimento de projeto gráfico, em parceria com o PRR e a área da Gráfica, e aprovação final em DEE por meio da RES-542/2006, de 24.05.2006. Distribuído para as áreas em junho.

2 – Elaboração do Manual de Normas da Eletrobrás

Já concluída a formatação do projeto gráfico do Manual de Normas da empresa em maio, com aprovação da Diretoria de Administração – DA e distribuição às áreas em junho.

3 - Mapeamento dos processos das áreas da Eletrobrás

3.1 – Foi concluído o mapeamento dos processos do Departamento de Suprimentos e Administração Geral – DAA e encaminhado à área para avaliação.

3.2 – A primeira fase do mapeamento dos processos do Gabinete da Presidência em Brasília - PRB já foi concluída e encontra-se em desenvolvimento o levantamento das atividades desenvolvidas naquela Unidade da Companhia.

Tarefa iniciada com o levantamento dos macro-processos do PRB que se encontra em continuidade com o desdobramento das atividades relativas a tais processos.

3.3 - Mapeamento dos processos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA , coordenado pelo Departamento de Comercialização de Energia – DEC. A primeira fase relativa ao desenvolvimento dos macro-processos encontra-se ainda em desenvolvimento.

Tarefa iniciada com o levantamento dos macro-processos do PROINFA, em parceria com o DAI, que deverá ter continuidade com o desdobramento das suas atividades.

4 - Desenvolver sistema para o acompanhamento das normas.

Tarefa desenvolvida em parceria com o DAI, com previsão de término para dezembro/07. Esse sistema permitirá o acompanhamento, *on line*, do posicionamento de cada norma, isto é, em qual etapa se encontra, até a sua aprovação em DEE. Assume grande importância, pois foi estabelecido prazo máximo de 24 meses, pela Diretoria Executiva, para a reavaliação de cada norma da empresa.

5 - Desenvolver, em parceria com as demais áreas da Empresa, o arcabouço normativo da Eletrobrás.

Elaboração ou atualização de normas por meio de Grupos de Trabalho multidisciplinares, constituídos por representantes da DAOM e das diversas unidades organizacionais envolvidas nos assuntos de cada norma em questão. O quadro a seguir apresenta o resultado das atividades da DAOM em 2006.

Quadro 5.1 - Normas: Elaboração / Atualização

Nº	Código	Denominação	Condição
1	EAE-01	Funções Gratificadas (1ª edição)	Aprovada – FEV
	EAE-04	Convênio para Projetos de Responsabilidade Social	Em andamento
	EAE-06	Patrocínios	Em andamento
2	EAG-03	Viagens no País (3ª edição)	Aprovada – MAR
3	EAG-06	Administração de Bens Patrimoniais Móveis	Em andamento
	EAG-09	Concessão e Utilização de <i>Voucher</i> de Táxi (5ª edição)	Em andamento
4	EAG-10	Contratação de Bens, Materiais, Obras e Serviços (4ª edição)	Aprovada – JAN
5	EAG-11	Distribuição e Administração de Equipamentos Portáteis de Dados, Voz e Imagem (1ª edição)	Aprovada – FEV
6	EAG-14	Utilização dos Serviços de Copa, Cozinha e Restaurante	Em andamento
7	ECO-12	Correspondência Corporativa Externa (2ª edição)	Aprovada – FEV
8	EDO-02	Biblioteca Central (1ª edição)	Aprovada – JUL
9	EDO-03	Aquisição de Publicações	Em andamento
10	EFI-01	Orçamentos do Programa de Dispêndios Globais – PDG e de Investimentos – OI (1ª edição)	Aprovada – OUT
	EFI-02	Despesas de Pronto Pagamento (4ª edição)	Em andamento
11	EFI-03	Gestão da Conta de Desenvolvimento Energético	Em andamento
12	EOM-01	Documentos de Organização e Métodos (4ª edição)	Aprovada – JUN

Quadro 5.1 - Normas: Elaboração / Atualização (continuação)

Nº	Código	Denominação	Condição
13	ERH-01	Aposentadoria Especial	Em andamento
14	ERH-02	Transferência de Pessoal	Em andamento
15	ERH-03	Cobertura Parcial de Despesas com Assistência à Saúde (2ª edição)	Aprovada - JUN
16	ERH-04	Dependentes para Cadastro de Benefícios (2ª edição)	Aprovada - FEV
17	ERH-05	Controle e Apuração de Freqüência e Horas	Aprovada - FEV

		Extraordinárias (2ª edição)	
18	ERH-05	Controle e Apuração de Frequência e Horas Extraordinárias (3ª edição)	Revisada - JUN
19	ERH-05	Controle e Apuração de Frequência e Horas Extraordinárias (4ª edição)	Revisada - JUL
	ERH-06	Cessão e Requisição de Pessoal	Em andamento
20	ERH-07	Ajuda de Custo	Em andamento
21	ERH-12	Adicional de Penosidade (2ª edição)	Aprovada - JUN
22	ERH-13	Programa Pró Menor – programa extinto	Norma extinta
23	ERH-14	Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal	Em andamento
24	ERH-15	Adicional por Tempo de Serviço (4ª edição)	Aprovada - JUN
25	ERH-16	Férias (2ª edição)	Aprovada - JUN
26	ERH-17	Décimo Terceiro Salário (2ª edição)	Aprovada - JUN
27	ERH-18	Seguro de Vida em Grupo e Auxílio Funeral	Em andamento
28	ERH-20	Regime de Sobreaviso de Trabalho	Em andamento
29	ERH-23	Estágio para Estudantes de Nível Médio e Superior (3ª edição)	Aprovada - FEV
30	ERH-24	Ergonomia	Em andamento
31	ERH-26	Licença de Pessoal (2ª edição)	Aprovada - JUN
32	ERH-27	Reembolso Parcial de Curso de Nível Superior	Em andamento
33	ERH-28	Conduta na Empresa	Em andamento
34	ERH-29	Desligamento de Pessoal	Em andamento
35	ERH-30	Adicional de Periculosidade (1ª edição)	Aprovada - FEV
36	ERH-31	Adicional de Insalubridade (1ª edição)	Aprovada - JUN
	ETI-01	<i>Intranet, Internet</i> e Serviço de Correio Eletrônico (2ª edição)	Em andamento
37	ETI-02	Bens e Serviços de TI (1ª edição)	Aprovada - MAR

6 - Revogar o conjunto de normas existentes que esteja desatualizado

Avaliação do conjunto existente de normas, principalmente as emitidas anteriormente à criação do DAO, em outubro de 2002, que esteja desatualizado em função do novo modelo setorial, das novas atribuições da Empresa ou, também, das alterações na legislação vigente. Análise feita a luz da RES-1045/2006, de 10.10.2006.

7 - Desenvolver, em parceria com o as demais áreas da empresa, os procedimentos associados às normas aprovadas, quando necessário.

Avaliação de cada norma aprovada para o estabelecimento dos procedimentos vinculados necessários de serem desenvolvidos, em parceria com representantes das diversas unidades organizacionais envolvidas nos assuntos em questão.

Valter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

Quadro 7.1 – Procedimentos vinculados às Normas

Nº	Procedimentos Vinculados à Norma	Condição
	EAG-07 -Trânsito nas Dependências da Empresa	Aprovado - FEV
	EAG-10 - Contratação de Bens, Materiais, Obras e Serviços	Aprovado - DEZ
	EDO-01 - Gestão de Documentos Arquivísticos	Em andamento
	ERH-30 - Adicional de Periculosidade	Em andamento
	ETI-01 - <i>Intranet, Internet</i> e Serviço de Correio Eletrônico	Cancelado

8 - Elaboração de Diagnósticos Administrativo Organizacionais.

Análise das propostas de reestruturações organizacionais, avaliando as necessidades e as possíveis zonas de conflito de interesses entre as unidades organizacionais da empresa, e as conseqüentes alterações no organograma da empresa.

8 – Atividades ligadas ao Projeto SOX – 1ª fase.

As atividades do Projeto SOX, coordenado em sua 1ª fase na empresa pela área de Auditoria Interna – PRA, tiveram a participação de empregados lotados na DAOM, que foram temporariamente cedidos, em tempo integral, para apoio ao mapeamento de processos requerido pelo projeto.

9 – Atividades ligadas à Reestruturação Societária das empresa CEAM e MANAUS ENERGIA S.A. – em desenvolvimento

Neste projeto, coordenado na Eletróbrás pela Diretoria de Projetos Especiais e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial – DP, a DAOM ficou responsável pela coordenação do Subgrupo 3 – Estrutura Organizacional, Normas e Procedimentos. Os trabalhos foram interrompidos e a área aguarda a redefinição do seu cronograma de execução.

7 DEPARTAMENTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - DAS

FINALIDADE

Gerir e coordenar a Política de Responsabilidade Social da Eletróbrás e do Grupo Eletróbrás.

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

- Representar a Eletróbrás junto aos órgãos governamentais, internacionais, empresas controladas, empresas privadas e organismos da sociedade civil em assuntos de Responsabilidade Social;
- Coordenar a Política de Responsabilidade Social do Grupo Eletróbrás, em conjunto com suas empresas controladas, propiciando as mesmas uma referência para a ação - em termos de metodologia e linguagem comum - articulando-as e promovendo iniciativas integradas, bem como sua implementação;

- Disseminar, apoiar e acompanhar a implementação de ações de Responsabilidade Social nas práticas de gestão da empresa e junto aos *stakeholders*, com foco na Agenda de Responsabilidade Social recomendada pelo Instituto ETHOS (Valores, Transparência e Governança; Público Interno; Consumidores e Clientes; Meio Ambiente; Fornecedores; Comunidades Atingidas; Governo e Sociedade);
- Atuar em parceria com as áreas estratégicas da Eletrobrás apoiando o desenvolvimento dos programas institucionais visando maximizar resultados que promovam a inclusão social;
- Realizar articulações com as representações das comunidades de atingidos pelos empreendimentos elétricos, com as empresas do Grupo Eletrobrás, bem como outras instituições afetas ao Setor Elétrico, buscando soluções conjuntas para minimizar os impactos sócio-econômicos dos seus empreendimentos, coordenando ações e implementando programas que propiciem o desenvolvimento sustentável desses grupos sociais;
- Coordenar o Comitê de Avaliação de Projetos Sociais e realizar gestão das demandas em complementaridade às Políticas Públicas e da sociedade civil que estejam alinhadas com os focos de atuação da Eletrobrás e os critérios de seleção;
- Representar a Eletrobrás no Comitê Permanente para Questões de Gênero do Ministério de Minas e Energia - MME, coordenar o Comitê Permanente para Questões de Gênero da Eletrobrás e o Programa de Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM;
- Coordenar o Comitê de Responsabilidade Social da Eletrobrás e a elaboração do Balanço Social da Eletrobrás e do Grupo Eletrobrás e participar do Grupo de Trabalho de Avaliação do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE e do Relatório de Sustentabilidade - GRI, quando de sua implementação;
- Apoiar as ações do Comitê de Entidade no Combate à Fome pela Vida - COEP e o Comitê de Cidadania dos Empregados da Eletrobrás CEEL;
- Promover, incentivar e participar de eventos sobre Responsabilidade Social.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2006

O Departamento de Responsabilidade Social vem atuando de acordo com a Agenda de Responsabilidade Social do Instituto Ethos, composta pelos seguintes itens:

- 1 Valores, Transparência e Governança
- 2 Público Interno
- 3 Clientes
- 4 Meio Ambiente
- 5 Fornecedores
- 6 Comunidade
- 7 Governo e Sociedade

As ações desenvolvidas durante o ano de 2006 estão organizadas neste relatório, com base nessa Agenda.

Valter Luiz Cartel de Souza
Presidente em Exercício

1 Valores, Transparência e Governança

1.1 - Filiação ao Instituto ETHOS de Responsabilidade Social

Com o objetivo de trocar experiências com empresas reconhecidas pela responsabilidade sócio ambiental, a Eletróbrás, em janeiro de 2006 se filiou ao Instituto ETHOS de Responsabilidade Social, considerado referência no tema, e vem participando das reuniões setoriais e estaduais.

1.2 - Balanço Social

Coordenação do processo de elaboração do Balanço Social ELETROBRÁS - 2005 com base no modelo recomendado pelo Instituto ETHOS e IBASE, em conjunto com consultoria especializada.

1.3 - Planejamento Estratégico

Participação no Grupo de Trabalho do Planejamento Estratégico – EC10 - Imagem da Empresa.

1.4 - Ética

Participação na Comissão de Ética da Eletróbrás - CEE e no Comitê de Sustentabilidade, criado pela Res-1146/2006 de 14/11/2006

1.5 - Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa – Dimensão Social

O ISE é o um índice da Bovespa que visa monitorar a *performance* financeira das empresas líderes de mercado comprometidas com a sustentabilidade.

A Eletróbrás, que participa do grupo de empresas listadas no ISE 2005, busca manter sua permanência no ISE 2006.

A metodologia do índice, prevê o preenchimento de um questionário onde constam 6 dimensões de análise de *performance*. A Eletróbrás Holding ficou responsável pelo preenchimento de 3 (Geral, Governança e Produto), cabendo as empresas controladas o preenchimento das outras 3 (Ambiental, Social, Econômico-Financeira).

Desta forma o trabalho foi dividido em 4 coordenações:

- 1 Coordenação Geral – DFR
- 2 Coordenação da Dimensão Ambiental – DEA
- 3 Coordenação da Dimensão Social – DAS
- 4 Coordenação da Dimensão Econômico-Financeira - DFR

Coube às equipes de coordenação das dimensões Ambiental, Social e Econômico-Financeira a atuação junto às empresas controladas recomendando as diretrizes de preenchimento e interpretação dos questionários do ISE, bem como a consolidação das respostas no sistema da Bovespa.

2 Público Interno

2.1 - Sensibilização sobre Responsabilidade Social Empresarial junto à força de trabalho

O DAS considerando a importância do entendimento do conceito de responsabilidade social empresarial pela força de trabalho, para a realização de um trabalho conjunto, realizou o I Encontro de Responsabilidade Social da ELETROBRÁS com o objetivo de sensibilizar toda a força de trabalho para a temática. Foram realizadas palestras com consultor especializado e apresentação dos objetivos da área, em três turmas, nos dias 25 e 26 de junho/2006.

2.2 - Gênero

A Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres lançou o Programa Pró-Eqüidade de Gênero, em parceria com a UNIFEM e a OIT, com o objetivo de incentivar nas empresas o desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional, para alcançar a equidade de gênero no mundo do trabalho. As empresas do GRUPO ELETROBRÁS, que já formavam o Comitê Permanente para Questões de Gênero do MME e Empresas Vinculadas, aderiram de imediato ao referido Programa. Por conta disso uma série de ações voltadas ao público interno foram realizadas:

2.2.1. Adesão e assinatura, em 26/06/06, do Termo de Compromisso do “Programa Pró-Eqüidade de Gênero” pelo Presidente da ELETROBRÁS e a Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, Nilcéa Freire.

2.2.2. Elaboração do Perfil Social da Eletrobrás em parceria com o DAG e o DAD, com base na ficha modelo do Programa.

2.2.3. Elaboração do Plano de Ação para implementação do Programa Pró-Eqüidade de Gênero na ELETROBRÁS, e pactuação do mesmo, junto à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM e ao Comitê Pró-Eqüidade de Gênero.

2.2.4. Realização da Palestra “Sua Saúde Emocional Vai Bem?” em parceria com o DAG, para toda a força de trabalho, em 22/08/06, em cumprimento ao plano de ação do programa Pró-Eqüidade.

2.2.5. Realização da Palestra “Mecânica de Automóveis para Mulheres” (Mecânica de Batom), em parceria com a CIPA, em 13/07/06 e 18/08/06, em cumprimento ao plano de ação do programa Pró-Eqüidade.

2.2.6. Realização da Palestra “A Importância do Exame Proctológico”, em parceria com o DAG e o DAA, voltada para os empregados terceirizados em 22/09/06, em cumprimento ao plano de ação do programa Pró-Eqüidade.

2.2.7. Criação do “Canal de Gênero” em parceria com a OUVIDORIA – PRO, em cumprimento ao plano de ação do Programa Pró-Eqüidade. O Canal é dirigido ao público interno e é específico para o encaminhamento de sugestões, reclamações e/ou denúncias em relação a questões de gênero, assédio moral e sexual. O lançamento do Canal ocorreu em 20/10/06 com seguintes palestras para toda a força de trabalho: “Relações de Gênero” e “Assédio Moral e Sexual – uma jornada de humilhações e adoecimentos”.

2.2.8. Inclusão no sistema informatizado de pessoal, do recorte de gênero e raça/cor em conjunto com o DAG e o DAD, para o acompanhamento estratificado dos processos de admissão, contratação de estagiários e ações educacionais da força de trabalho, em cumprimento ao plano de ação do Programa Pró-Eqüidade de Gênero.

2.2.9. Produção e distribuição da Cartilha “Gênero, vamos clarear esta idéia?” para toda a força de trabalho e para as empresas do Grupo, para esclarecimentos sobre o conceito de gênero, igualdade e equidade de gênero.

2.2.10. Produção e distribuição para a toda a força de trabalho do Folder **“Você conhece o Programa Pró-Equidade de Gênero?”** para esclarecimentos sobre os objetivos do Programa e divulgação do plano de ação da Eletróbrás.

2.2.11. Realização do evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher – 08 de março, aberto a todos os empregados, em parceria com os Comitês de Gênero do CEPEL e da ELETRONUCLEAR.

2.3 - Portal de Responsabilidade Social na Intranet

O DAS em parceria com o DAI está desenvolvendo o site de Responsabilidade Social a ser disponibilizado na Intranet, com informações sobre os projetos sociais apoiados pela empresa, ações voltadas ao público interno, entre outras, consideradas relevantes para conhecimento da força de trabalho - **em desenvolvimento**

3- Clientes / Empresas do Grupo

3.1 - Sensibilização sobre Responsabilidade Social Empresarial com as empresas do Grupo Eletróbrás

Em junho de 2006 o DAS realizou o **I Encontro de Responsabilidade Social do GRUPO ELETROBRÁS**. O evento contou com os Coordenadores de Responsabilidade Social das empresas Controladas e das Federalizadas, com o objetivo de nivelar o conceito de responsabilidade social empresarial e trocar informações sobre o estágio da responsabilidade social em cada uma das empresas. Ficou evidente neste encontro a necessidade da construção conjunta de uma Política de Responsabilidade Social do GRUPO ELETROBRÁS, coordenada pela Holding, para aprovação em Consise. Ficou estabelecido cronograma de reuniões com este objetivo, a partir de fevereiro de 2007.

3.2 - Gênero

Atuação junto às Empresas Federais de Distribuição recomendando diretrizes e estratégias no sentido de inserir o recorte de Gênero na gestão daquelas empresas permitindo a participação no Comitê Permanente para Questões de Gênero do MME.

Participação nas **Assembléias do Comitê Permanente para Questões de Gênero do MME**: o Comitê de Gênero do MME realiza quatro Assembléias durante o ano para discussão sobre o acompanhamento/implementação da política de gênero na gestão das empresas. Foram realizadas as seguintes Assembléias: **FURNAS** (março/06), **CHESF** (julho/06), **PETROBRAS** (setembro/06) e **ELETROBRÁS** (novembro/06).

4 - Comunidade / Governo e Sociedade

O DAS considerou como prioridade no ano de 2006 o estabelecimento de diretrizes que permitissem a análise e a seleção dos projetos sociais encaminhados à Eletróbrás. Para tanto foram desenvolvidas as seguintes atividades:

4.1 - Realização de **Programa de Capacitação em Projeto Social**, em parceria com o DAD, para a equipe do DAS, extensiva a profissionais de outras áreas, com o objetivo de capacitar a equipe do departamento para a análise e seleção de projetos sociais – março/2006.

4.2 - Criação do **Comitê Técnico para Avaliação de Projetos Sociais**, no DAS, por meio da RES-018/06, de 10.01.06 – o Comitê tem como atribuição analisar os projetos recebidos de acordo com critérios estabelecidos e emitir parecer para posterior aprovação pela Diretoria.

4.3 - Definição de **critérios para análise e seleção de Projetos Sociais** demandados à Eletrobrás – foram estabelecidos 10 critérios considerados relevantes na seleção de um projeto social a ser apoiado. São eles: Compatibilidade com a Política do Grupo, Compatibilidade com as Políticas Públicas do Governo Federal, Compatibilidade com as Metas do Milênio, Sustentabilidade, Fortalecimento da imagem Institucional, Relação Custo-Benefício e abrangência do projeto, Participação dos beneficiários e parceiros, Qualificação da entidade proponente, Qualidade técnica do projeto, Localização das áreas de impacto do projeto.

4.4 - **Padronização de Formulários** – Roteiro de Projeto, Cronograma de Execução, Planilha de Custos, etc. a serem disponibilizados aos proponentes para envio do projeto a Eletrobrás.

4.5 - Elaboração, em conjunto com o DAO, da **Norma de Análise e Seleção de Projetos Sociais - em desenvolvimento**.

Durante o ano de 2006 foi destinado pelo DAS um total de R\$ 4.450.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais) para apoio a projetos sociais, voltados para o atendimento às políticas públicas de inclusão digital, igualdade racial, educação e capacitação, geração de trabalho e renda além de apoio às comunidades atingidas por empreendimentos elétricos do GRUPO ELETROBRÁS. Dentre eles destacamos:

Projeto “Programa de Educação para a Cidadania Energética e Ambiental – PECEA”

Este projeto tem como objetivo desenvolver programas de informação, educação em capacitação energética, ambiental e principalmente social, com vistas à consolidação da cidadania, contribuindo para a difusão de conhecimentos acerca dos aspectos sociais, técnicos, econômicos culturais e ambientais, permitindo o conhecimento e a inclusão em programas e políticas públicas do Governo. É realizado em parceria com a Associação Nacional dos Atingidos por Barragens – ANAB, tendo como foco a população do entorno dos empreendimentos do GRUPO ELETROBRÁS.

Projeto “Promovendo a Ação Alfabetizadora”

Este projeto é uma parceria da ELETROBRÁS com a ANAB e o MEC e tem como objetivo a execução de um programa de alfabetização, por meio de método específico, desenvolvido para atender uma população residente em áreas onde não chega a rede de ensino tradicional. O programa atinge quase 6000 jovens e adultos, em 54 municípios de 14 estados e tem a duração de 8 meses.

Projeto “Negro Cosme”

Este projeto está dentro do Protocolo de Intenções assinado com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – **SEPPIR** e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios quilombolas no município de Itapecuru-Mirim – MA, gerando ocupação e renda para suas famílias, por meio da implementação de melhorias nos processos de industrialização e comercialização da produção de mandioca e de arroz, e do fortalecimento destas comunidades. São beneficiárias diretas as 978 famílias pertencentes a estas

comunidades. O projeto é realizado em parceria com a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão – ACONERUQ-MA

Projeto “Cidadão Mirim”

Esse projeto visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento psico-social de 200 crianças e adolescentes de baixa renda, matriculadas no ensino público, com idades entre 6 e 14 anos, por meio da promoção de ações preventivas e abrangentes, numa linha complementar à escola, garantindo o pleno exercício da cidadania, promovendo a inclusão social e a elevação do IDH do município de Iguaba Grande-RJ.

Projeto “Os Oito Objetivos do Milênio nas Comunidades COEP”

O objetivo desse projeto é uma parceria com o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida – COEP e contempla a implementação de ações que visem sensibilizar e mobilizar diferentes atores sociais como as associadas ao COEP, governos, outras organizações públicas e privadas e a sociedade para, somando esforços, contribuírem para o desenvolvimento comunitário com foco nos ODM, atendendo demandas de comunidades selecionadas em cada estado/município onde o COEP atua.

Projeto “Mulher, Educar para Participar-Alfabetizar para uma Vida Melhor”.

O projeto é desenvolvido em parceria com a Confederação das Mulheres do Brasil – CMB e tem como objetivo a alfabetização de até 12.000 mulheres jovens e adultas, no período de 6 (seis) meses, em vários estados do Brasil. Este projeto atende ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, do Governo Federal.

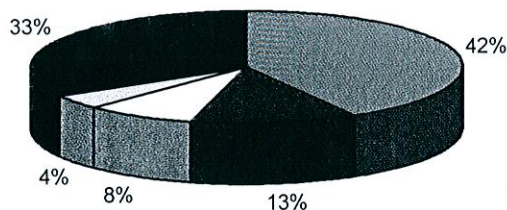
Projeto “Alfabetização dos Empregados Terceirizados”

Este projeto, realizado em parceria com a Associação Latina Americana de Pesquisa e Ação Cultural – ALPAC, foi concluído em outubro/2006. Seu objetivo foi contribuir para o combate ao analfabetismo entre os empregados terceirizados da ELETROBRÁS. O curso teve a duração de 10 meses e foi realizado nas instalações da empresa. Inicialmente com uma turma de 45 adultos, o projeto foi concluído com 21 alunos na faixa etária de 28 a 60 anos, alfabetizados.

Projetos Sociais em Números

Total de Projetos Apoiados - 24
Investimento Total - R\$ 4.500.000,00
Total de Beneficiados – 22.908 pessoas
Total de Estados Atendidos - 15

Distribuição dos Projetos por Áreas



■ Educação / Capacitação ■ Geração de Trabalho e Renda □ Igualdade Racial □ Inclusão Digital ■ Inclusão Social

ANEXO II
1. MOVIMENTAÇÃO POR CESSÃO / REQUISICÃO

Empresas Devedoras	Natureza	Valor	Providências
ANP	Empregado Cedido	26.352,60	Foi solicitado a DFGC pelo Memorando DAG-005/2007 de 03.01.2007, para manter a cobrança, após parecer do Departamento Jurídico da Eletrobrás.
ANTT	Empregado Cedido	19.341,36	A cobrança em referência ainda se enquadra nos termos do Memorando DFF-371/2006, datado de 09.10.2006. Continuamos aguardando resposta.
BNDES	Empregado Cedido	15.785,88	A cobrança em referência ainda se enquadra nos termos do Memorando DFF-371/2006, datado de 09.10.2006. Aguardamos resposta.
Câmara Legislativa do Distrito Federal	Empregado Cedido	17.918,98	Os técnicos da DFGC continuam analisando a documentação comprobatória enviada pela Câmara.
CBEE	Empregado Cedido	52.698,13	A DFGC com base no Memorando DAG-007/2007, encaminhou para a CBEE carta DFGC-776/2007, datado de 23.01.2007, solicitando imediatamente a regularização do débito. Aguardamos resposta.
ELETRONUCLEAR AR	Empregado Cedido	9.274,84	A Eletronuclear informou por meio de telefone a DFGC, que submeteu o assunto para análise do seu Recursos Humanos e estamos aguardando retorno.
MME	Empreg. Requisitado	372,29	Foi enviada a carta DAGP 12664/2006 de 20.10.2006 ao MME, concordando com glosa de parte do pagamento. Foi solicitado a DFGC que encaminhe nova cobrança ao MME com novo valor do débito.
EPE	Empregado Cedido	8.359,86	Em 29.09.2006, a EPE solicitou o envio da segunda via da cobrança para análise a DFGC e foi realizada em 04.10.2006. Estamos aguardando resposta.
SEINPE	Empregado Cedido	79.759,83	A DFGC em 26.10.2006, encaminhou para o PRJ por meio do Memorando DFFO-398/2006, solicitando parecer jurídico a respeito da possibilidade do recebimento na Justiça.

III. DIRETORIA FINANCEIRA - DF**1- DEMONSTRAÇÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS FINANCEIROS**

Foram eleitos índices de análise empresarial muito comuns, porém bastante relevantes para comparação e a formação de uma opinião acerca do desempenho da empresa.

O resultado da rentabilidade baseado nas Demonstrações Consolidadas da Eletrobrás está assim apresentado:

A empresa apresenta uma boa rentabilidade, com um crescimento em quase todos os índices selecionados. A Margem Operacional, o EBTIDA e o Resultado Operacional tiveram um pequeno crescimento. A Receita vêm crescendo durante todo o período de análise, em razão do crescimento da contratação da "energia existente" nas empresas do grupo.

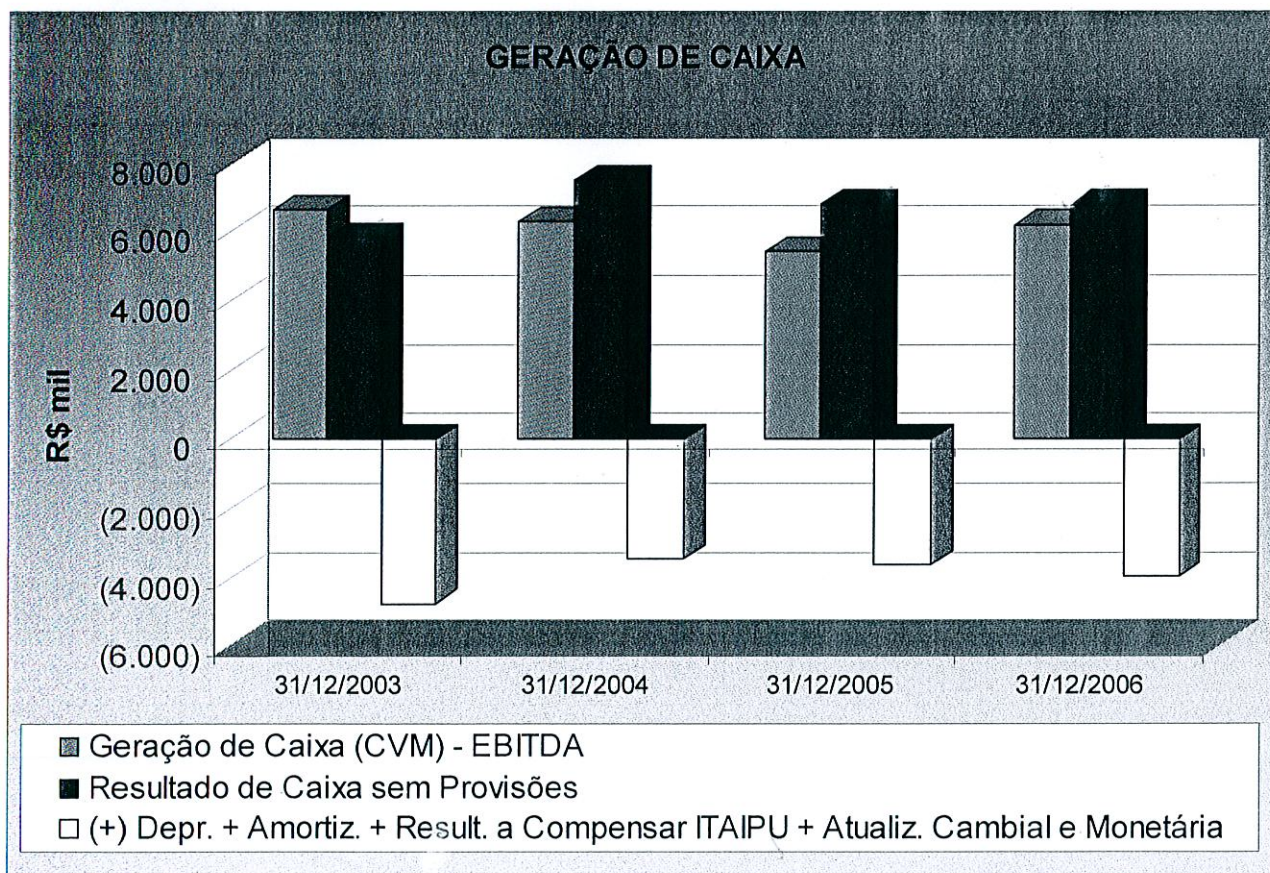
Para maiores detalhes, estão apresentados nas demonstrações condensadas do resultado e gráficos detalhados acerca do desempenho da companhia:

R\$ milhões

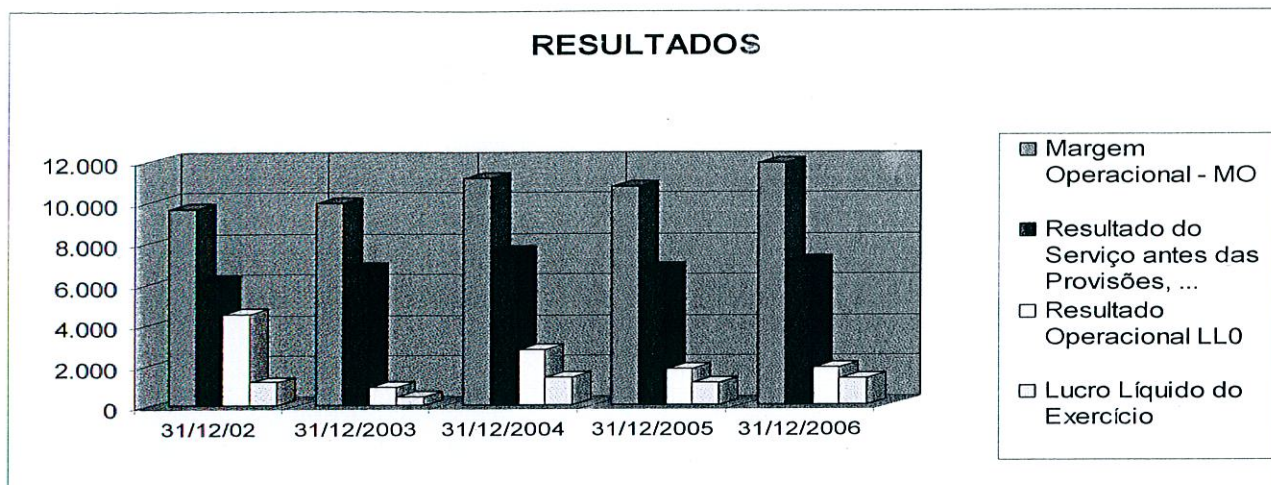
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2003	2004	2005	2006
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	15.479	16.732	16.340	18.164
DESPEAS COM VENDA DE ENERGIA	(5.520)	(5.583)	(5.595)	(6.229)
MARGEM OPERACIONAL	9.959	11.149	10.745	11.935
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	199	183	583	362
DESPEAS OPERACIONAIS – (PMSO)	(3.405)	(3.784)	(4.564)	(5.183)
RESULTADO DO SERVIÇO ANTES DAS PROVISÕES, ETC.	6.752	7.547	6.764	7.113
PROVISÕES OPERACIONAIS	(113)	(1.259)	(1.367)	(918)
EBITDA	6.639	6.288	5.397	6.195

Walter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

RESULTADO FINANCEIRO – (RF) (Sem atualizações)	(945)	(66)	47	(340)
RESULTADO CAIXA - SEM PROVISÕES	5.807	7.481	6.811	6.773
(depreciação e amortização + resultados a compensar + Atualização Cambial e Monetária)	(4.771)	(3.482)	(3.659)	(3.982)
RESULTADO OPERACIONAL - (LLO)	923	2.740	1.785	1.873
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	390	(23)	(61)	(25)
RESULTADO ANTES DO IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.314	2.717	1.724	1.848
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	323	1.293	975	1.161



RESULTADOS



2- PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os resultados a seguir são influenciados pelo crescimento das receitas operacionais ocasionada pela venda da energia descontratada existente nas empresas controladas. Outro fator foi a influência da variação cambial, pois o decréscimo da correção cambial influencia nas dívidas em moeda estrangeira e em diversas despesas operacionais. Finalmente houve um decréscimo dos investimentos em controladas em função da queda de seus resultados.

Receitas Operacionais - Participações Societárias – Controladora					
	2006	2005	2004	2003	2002
Investimentos em controladas	641.662	1.858.522	538.898	1.404.288	-2.293.419
Investimentos em coligadas	111.119	355.927	4.264	68.152	251.273
Investimentos temporários	-	-	-	-6.653	-1.213.199
Outros investimentos	235.790	173.326	180.212	130.406	310.348
TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES	988.561	2.387.775	723.374	1.596.193	-2.944.997

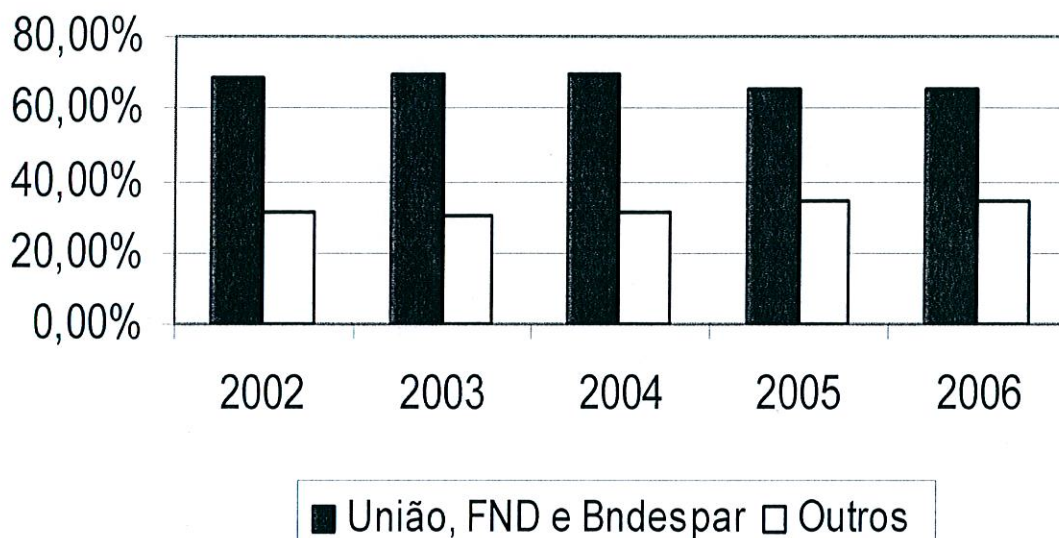
O resultado das participações societárias da controladora é de R\$ 988,6 milhões em 2006, sendo 16% do EBITDA (R\$ 6.195 milhões - geração de caixa bruta) do resultado consolidado.

3- RELAÇÃO COM INVESTIDORES E MERCADO

Em 2006 não houve oscilação na participação acionária da Eletrobrás.

ACIONISTAS	2002	2003	2004	2005	2006
União, FND e BNDESPAR	69,00%	69,41%	69,32%	65,80%	65,80%
Outros	31,00%	30,59%	30,68%	34,20%	34,20%

Composição Acionária da Eletrobrás 2002 a 2006



Na tabela abaixo apresentamos as variações das ações da Eletrobrás em relação ao IBOVESPA durante o exercício de 2006:

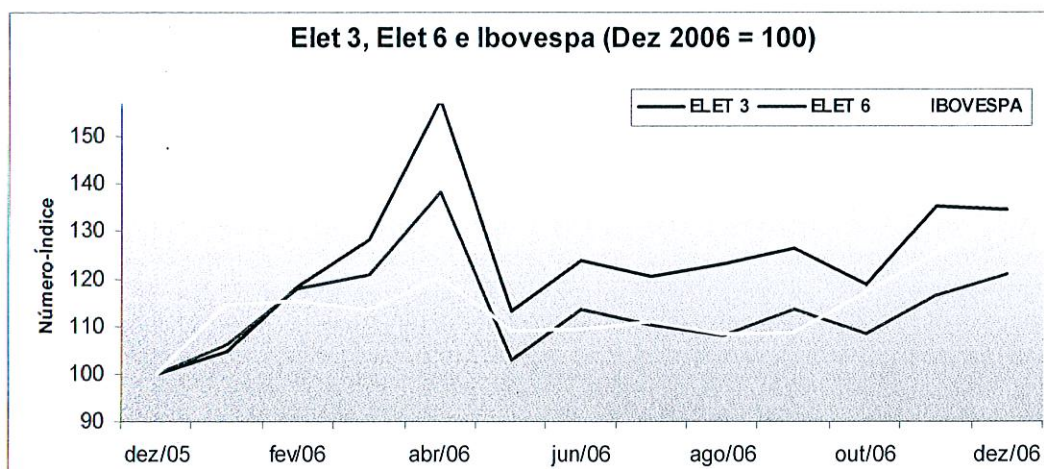
PERÍODO	COTAÇÃO (R\$/1000)		PONTOS	VARIÇÃO %			
	ELET 3	ELET 6	IBOVESPA	MÊS	ELET 3	ELET 6	IBOVESPA
dez/05	38,00	39,60	33.455				
jan/06	39,80	42,00	38.382	jan/06	6,06	14,73	14,73
fev/06	44,99	46,65	38.610	fev/06	11,07	0,59	0,59
mar/06	48,75	47,95	37.951	mar/06	2,79	-1,71	-1,71
abr/06	59,88	54,80	40.363	abr/06	14,29	6,36	6,36
mai/06	43,00	40,80	36.530	mai/06	-25,55	-9,50	-9,50
jun/06	47,00	44,90	36.631	jun/06	10,05	0,28	0,28
jul/06	45,80	43,60	37.077	jul/06	-2,90	1,22	1,22
ago/06	46,80	42,80	36.232	ago/06	-1,83	-2,28	-2,28
set/06	48,00	45,00	36.449	set/06	5,14	0,60	0,60
out/06	45,10	42,90	39.262	out/06	-4,67	7,72	7,72
nov/06	51,40	46,09	41.931	nov/06	7,44	6,80	6,80
dez/06	51,09	47,90	44.473	dez/06	3,93	6,06	6,06
VARIÇÃO NO ANO					20,96	34,45	32,93

Entre dezembro de 2005 e dezembro de 2006, a valorização do IBOVESPA foi de 32,93%, enquanto que as ações ordinárias (ELET3) valorizaram 34,45% e as preferenciais (ELET6) valorizaram 20,96%. Destaque para abril de 2006, quando as ações ordinárias e preferenciais

tiveram um desempenho muito acima do IBOVESPA, com uma valorização de 22,8% e 14,27%, respectivamente, contra e 6,35% do IBOVESPA.

AÇÕES X IBOVESPA:

NÚMERO-ÍNDICE			
PERÍODO	ELET 3	ELET 6	IBOVESPA
dez/05	100,00	100,00	100,00
jan/06	104,74	106,06	114,73
fev/06	118,39	117,80	115,41
mar/06	128,29	121,09	113,44
abr/06	157,58	138,38	120,65
mai/06	113,16	103,03	109,19
jun/06	123,68	113,38	109,49
jul/06	120,53	110,10	110,83
ago/06	123,16	108,08	108,30
set/06	126,32	113,64	108,95
out/06	118,68	108,33	117,36
nov/06	135,26	116,39	125,34
dez/06	134,45	120,96	132,93



O gráfico acima demonstra, em número-índice, a evolução das ações da Eletrobrás e do Índice da Bolsa de Valores de São Paulo - IBOVESPA.

4 - PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS BLOQUEADAS PARA GARANTIA DE PROCESSOS JUDICIAIS

A seguir mostra-se a participação acionária da Eletrobrás em 2005 e 2006:

Valor da Carteira em 31.12.2005	R\$ 3.246.609.978,91
Valor da Carteira em 31.12.2006	R\$ 4.731.545.402,35

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente em Exercício

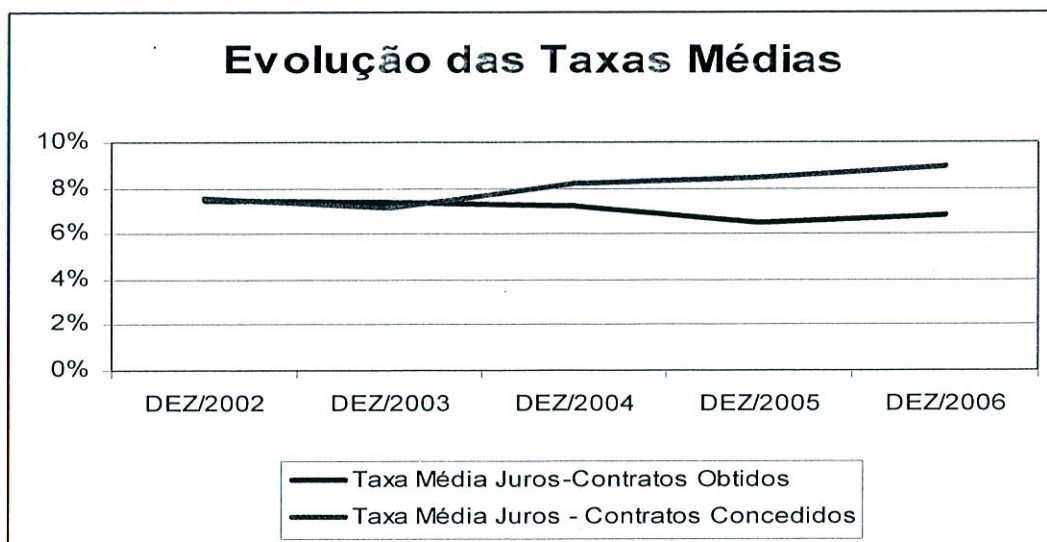
BLOQUEADAS em 31/12/2006	R\$	%
Bloqueios processos obrigações ao portador	419.343.641,60	8,86
Bloqueios processos correção empréstimo compulsório	1.296.785.185,78	27,41
Bloqueios processos na receita federal	253.656.825,20	5,36
Bloqueios processos em varas trabalhistas	93.213.093,50	1,97
TOTAL BLOQUEADO EM PROCESSOS JUDICIAIS	2.062.998.746,08	43,60
Bloqueios para garantias de contratos	792.994.422,26	16,76
TOTAL BLOQUEADO EM 31.12.06	2.855.993.168,34	60,36

Em 2006 foram efetuados 157 bloqueios para garantia em processos judiciais, sendo 52 para Obrigações e 89 para Empréstimo Compulsório; 12 para Secretaria da Receita Federal e 4 para Varas Trabalhistas.

5- EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E OBTIDOS

1) Taxa Média de Juros - Contratos Concedidos x Contratos Obtidos:

ITEM	DEZ/2002	DEZ/2003	DEZ/2004	DEZ/2005	DEZ/2006
Taxa Média Juros - Contratos Obtidos	7,4875%	7,3979%	7,2388%	6,4869%	6,8312%
Taxa Média Juros - Contratos Concedidos	7,5258%	7,1882%	8,2410%	8,4213%	8,9485%



Podemos observar que a ELETROBRÁS consegue rentabilidade maior em sua dívida a receber, comparando com sua dívida a pagar.

Na apuração das taxas médias de juros de contratos obtidos não está incluído o Imposto de Renda sobre encargos nas remessas para o exterior.

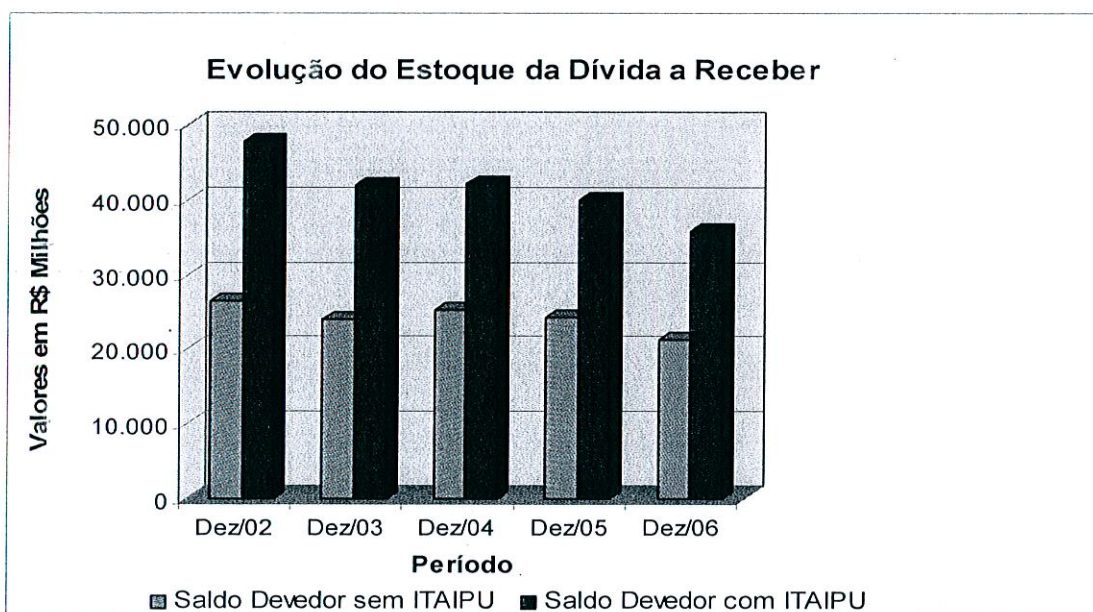
2) Evolução das Taxas de Câmbio (Última taxa de cada ano - PTAX 800):

ANO	DEZ/2002	DEZ/2003	DEZ/2004	DEZ/2005	DEZ/2006
TAXA	3,5333	2,8892	2,6544	2,3407	2,1380

3) Estoque da Dívida a Receber - Saldos Devedores dos Contratos Concedidos:

R\$ milhão

ITEM	DEZ/2002	DEZ/2003	DEZ/2004	DEZ/2005	DEZ/2006
Saldo Devedor sem ITAIPU	26.497,6	23.993,0	25.277,7	24.255,7	21.220,4
Saldo Devedor com ITAIPU	47.740,6	41.813,7	42.181,4	39.921,2	35.883,1

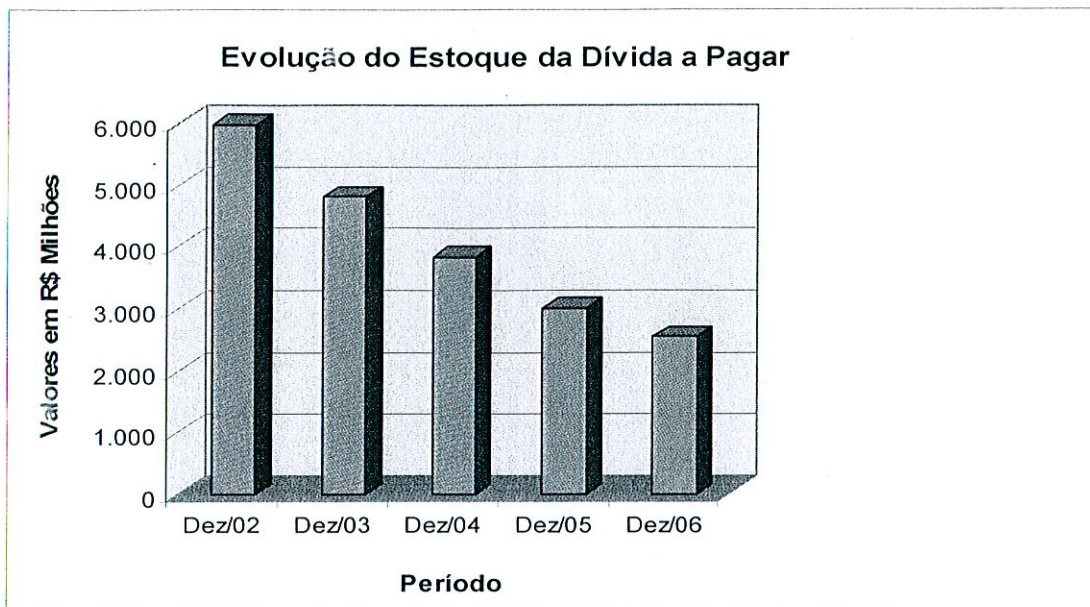


A ELETROBRÁS tem, em sua carteira de contratos concedidos, cerca de 40% do volume total de saldos devedores vinculados a Itaipu Binacional, cujos contratos são em dólar americano que sofreram impacto com a redução das taxas de câmbio nos últimos anos. Estão incluídos, nos saldos devedores de contratos concedidos, os acordos de acionistas (parcerias).

4) Estoque da Dívida a Pagar - Saldos Devedores dos Contratos Obtidos:

R\$ milhão

ITEM	DEZ/2002	DEZ/2003	DEZ/2004	DEZ/2005	DEZ/2006
Saldo Devedor	5.970,8	4.797,6	3.834,1	2.995,0	2.534,0



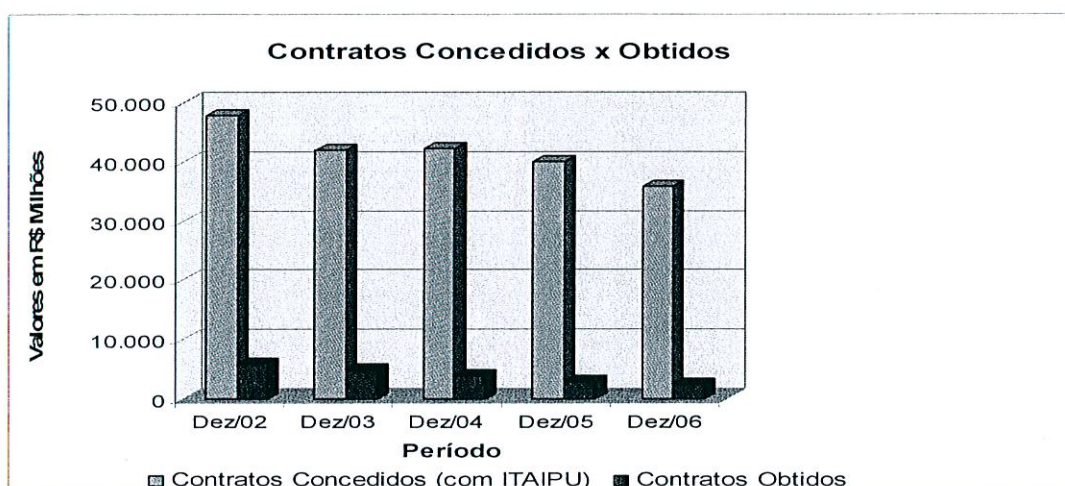
Com relação a sua carteira de contratos obtidos, a ELETROBRÁS, tem sua maioria contratos em moeda estrangeira (US\$, Iene e EURO, principalmente). O decréscimo é explicado pelo impacto com a redução de taxas de câmbio nos últimos anos, bem como pela redução de seu endividamento, em face do encerramento de alguns contratos.

Estão incluídos, nos saldos devedores de contratos obtidos, os contratos com o Tesouro Nacional.

5) Comparativo - Contratos Concedidos x Contratos Obtidos:

R\$ milhão

ITEM	DEZ/2002	DEZ/2003	DEZ/2004	DEZ/2005	DEZ/2006
Contratos Concedidos (com ITAIPU)	47.740,6	41.813,7	42.181,4	39.921,2	35.883,1
Contratos Obtidos	5.970,8	4.797,6	3.834,1	2.995,0	2.534,0



Dentro de uma análise comparativa, observamos que a carteira a pagar da ELETROBRÁS representa apenas 7,1% do total de seus valores a receber.

6- FINANCIAMENTOS - FUNDOS SETORIAIS E RECURSOS ORDINÁRIOS

Os dados de 2006 em relação a 2005 indicam uma elevação na aplicação nos fundos setoriais em 60,2% sendo 59,9% relativos aos recursos da CDE e 61,2% da RGR. Destaca-se o programa Luz Para Todos com aumento de 171%. Outros destaques foram os programas de financiamento às concessionárias com recursos da RGR para distribuição (52,5%), transmissão (30,2%).

Os recursos ordinários da Eletrobrás foram aplicados, em sua maior parte, em financiamentos para as empresas federais de distribuição e outra parcela na ELETRONUCLEAR e em ITAIPU. Em relação a 2005, as aplicações em 2006 registraram uma redução de 60,1%. Em 2006 o valor mais significativo dos financiamentos deve-se ao agravamento da situação econômico-financeira destas empresas federais de distribuição.

FUNDOS SETORIAIS	2006	2005	2006/2005
CDE			
LUZ PARA TODOS	1.348.047.913,70	515.251.100	161,63%
LUZ PARA TODOS – UPPs	2.308.948,62	11.720.106	-80,30%
BAIXA RENDA	1.524.982.630,04	1.222.117.599	24,78%
CARVÃO MINERAL	471.794.961,93	332.805.656	41,76%
CPMF	18.952.830,21	13.549.123	39,88%
OUTROS VALORES	27.456,10	9.720.006	-99,72%
TOTAL CDE	3.366.114.740,60	2.105.163.589	59,90%
RGR			
LUZ PARA TODOS	469.560.870,04	173.111.291	171,25%
LUZ NO CAMPO	50.395.866,47	16.571.385	204,11%
RELUZ	43.442.859,28	47.162.640	-7,89%
GERAÇÃO	--	--	--
CONSERVAÇÃO	1.562.227,50	184.522	746,63%
REVITALIZAÇÃO PARQUES TÉRMICOS	27.728.314,16	19.924.881	39,16%
DISTRIBUIÇÃO	251.696.436,66	165.040.299	52,51%
TRANSMISSÃO	15.264.010,51	55.960.072	-72,72%
CPMF	6.768.472,95	5.322.926	27,16%
BAIXA RENDA	--	--	--
OUTROS VALORES	41.528.446,73	80.130.193	-48,17%
TOTAL RGR	907.947.504,30	563.408.211	61,15%
TOTAIS FUNDOS SETORIAIS	4.274.062.244,90	2.668.571.800	60,16%
RECURSOS ORDINÁRIOS			
Adiantamento Futuro Aumento Capital	4.639.469	591.336.109	-99,2%
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	0	10.104.141	-
EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO	0	34.740.280	-
FINANCIAMENTOS	269.727.154	51.448.843	424,3%
TOTAIS RECURSOS ORDINÁRIOS	274.366.623	687.629.373	-60,1%

IV. DIRETORIA DE ENGENHARIA - DE

COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS MISSÃO INSTITUCIONAL

A ELETROBRÁS exerce funções empresariais de coordenação e de integração das Empresas controladas e das Empresas Federais de Distribuição, além do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL que constituem a Holding do Grupo ELETROBRÁS, incluindo ações de planejamento, de gestão socioambiental, de acompanhamento e implementação de programas governamentais e envolvendo, ainda, ações de relacionamento internacional.

A implementação dessas funções cabe, em parte, à Diretoria de Engenharia - DE, cujas principais atribuições são informadas adiante. Essas atribuições são de natureza institucional e técnica, por estarem associadas a compromissos ou vínculos estabelecidos junto a dois públicos alvos distintos, respectivamente o externo e o interno.

Integram a DE em 2006 os seguintes Departamentos:

- Departamento de Meio Ambiente - DEA
- Departamento de Comercialização de Energia - DEC
- Departamento de Engenharia de Geração - DEG
- Departamento de Estudos Energéticos - DEN
- Departamento de Engenharia de Distribuição - DED
- Departamento de Gestão do Programa de Universalização - DEP
- Departamento de Sistemas Isolados e Combustíveis - DES
- Departamento de Engenharia de Transmissão - DET

ATRIBUIÇÕES DE NATUREZA INSTITUCIONAL

Em seu relacionamento externo, de natureza institucional, a DE implementa o suporte da ELETROBRÁS a programas e projetos junto a outras entidades, compreendendo as seguintes ações:

- Representar a ELETROBRÁS na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e no Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;
- Representar a ELETROBRÁS nas demandas do Congresso Nacional, TCU, ANEEL, relativas aos Sistemas Eletricamente Isolados;
- Coordenar o Comitê de Operação, Planejamento, Engenharia e Meio Ambiente - COPEM, no âmbito do CONSISE;
- Coordenar a participação da ELETROBRÁS nos estudos de planejamento setorial no âmbito do MME/EPE;

- Coordenar a participação da ELETROBRÁS nos estudos do MME, relativos ao planejamento da Matriz Energética Nacional, com a participação das demais Diretorias envolvidas;
- Coordenar as atividades de planejamento, engenharia e operação dos sistemas isolados no âmbito do Grupo Técnico Operacional da Região Norte – GTON;
- Coordenar o relacionamento da ELETROBRÁS e das suas Empresas com o CEPEL;
- Coordenar em conjunto com o CEPEL o desenvolvimento de projetos de transmissão com o uso de novas tecnologias;
- Coordenar a representação e participação da ELETROBRÁS em foros nacionais relativos à engenharia de geração e transmissão, meio ambiente, planejamento e operação de sistemas elétricos e comercialização de energia;
- Coordenar os relacionamentos da ELETROBRÁS com ANEEL e ANA com relação a aspectos regulatórios referentes às áreas de comercialização, de engenharia e de meio ambiente;
- Coordenar os estudos de engenharia de empreendimentos de geração, transmissão e distribuição, com vistas à concessão de financiamento com recursos da RGR e outras fontes da ELETROBRÁS ou para a participação societária da empresa em empreendimentos de geração e transmissão, bem como realizar o acompanhamento e fiscalização daqueles empreendimentos, quando de sua implantação;
- Coordenar as ações técnicas de implantação e acompanhamento dos programas de distribuição urbana e rural com financiamentos da ELETROBRÁS;
- Coordenar a participação das Empresas do Grupo ELETROBRÁS e o CEPEL, na concretização de empreendimentos de Gás Natural na Amazônia com vistas a Geração de Energia Elétrica;
- Coordenar a participação das Empresas do Grupo ELETROBRÁS e o CEPEL, em empreendimentos de transmissão na Amazônia, com vistas a Integração de Sistemas Eletricamente Isolados ao Sistema Interligado Brasileiro;
- Coordenar a atualização e a manutenção operacional dos bancos de dados de informações dos Sistemas Elétricos.
- Desenvolver, no âmbito do GTON, estudos elétricos, energéticos e de comercialização nos sistemas isolados e interligados, com vistas a subsidiar o planejamento da expansão e as decisões de participação da ELETROBRÁS em empreendimentos;
- Desenvolver, em conjunto com as empresas do Grupo ELETROBRÁS, estudos técnicos/comerciais com vistas à participação nos leilões de novos empreendimentos de geração e transmissão;
- Administrar os contratos de compra e venda de energia elétrica, assim como os estudos pertinentes da ITAIPU Binacional no âmbito do sistema interligado Brasil/ITAIPU/Paraguai e representar no Brasil os interesses da ITAIPU Binacional, no âmbito dos órgãos de planejamento setorial e coordenação da operação;

- Administrar a aplicação dos recursos da Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados - CCC e da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE aplicáveis à geração com combustível líquido, gasoso e carvão mineral nacional ou outras fontes incentivadas;
- Supervisionar a implantação e operação dos empreendimentos do PROINFA e administrar os contratos de aquisição e repasse de energia dos mesmos;
- Participar junto ao Ministério de Minas e Energia - MME e Empresas do Sistema Elétrico, no planejamento, execução e acompanhamento do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica - LUZ PARA TODOS.
- Desenvolver ações com a obtenção e comercialização de crédito de carbono dos empreendimentos do PROINFA, Sistemas Isolados e outros empreendimentos com participação da ELETROBRÁS;
- Apoiar a representação e participação internacional da ELETROBRÁS em foros relativos à engenharia de geração e transmissão, meio ambiente, planejamento e operação de sistemas elétricos e comercialização de energia;
- Apoiar a realização de estudos para subsidiar as atuações da ELETROBRÁS na gestão das empresas federalizadas;

Para desenvolver estas ações, a Diretoria de Engenharia - DE, diretamente ou por intermédio de seus Departamentos, estabeleceu vínculos institucionais diversos, com órgãos do Governo Federal, Autarquias e demais Instituições, em função da especificidade de cada assunto envolvido. O quadro seguinte informa sobre os referidos vínculos institucionais.

DEPARTAMENTO	VÍNCULO INSTITUCIONAL VIGENTE EM 2004
DEA	MME, MMA, MPO, MS, MM, MCT, ANEEL, ANA, IBAMA, INCRA, FUNAI, CONAMA, COPRON e FBMC
DEC	MME; ANEEL, ITAIPU, UTE, ONS e CCEE
DED	MME, MPO, MS, ANEEL, ONS, CCPE e COBEI
DEG	MME, MPO e Ministério da Defesa (Comandos da Aeronáutica, da Marinha e ANEEL) e EPE
DEN	MME, CCPE, NOS, ANA, MMA, ANEEL
DEP	MME, MPO, MS, ANEEL, ONS, CCPE e COBEI
DES	MME, GTON, ANEEL, ONS, CCPE, Agentes de Distribuição, Geração e Transmissão, BR-Distribuidora, SNIEC, SIECESC e Empresas Mineradoras de Carvão, por conta da Gestão de Conta de Consumo de Combustíveis/CCC e da Conta de Desenvolvimento Energético/CDE
DET	MME, MPO, MS, MRE, ANEEL, CCPE, ONS, MP e COBEI


Empresa de pesquisa Energética – EPE
Ministério de Minas e Energia – MME
Ministério do Meio Ambiente – MMA
Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO
Ministério da Saúde – MS

Ministério da Defesa – MD
Ministério da Marinha – MM
Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT
Ministério de Relações Exteriores - MRE
Ministério Público – MP
Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
Agência Nacional de Águas - ANA
Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE
Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA
Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas – FBMC/PR
Comissão de Coordenação do Programa Nuclear Brasileiro - COPRON
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
Comitê Brasileiro de Eletricidade Eletrônica e Telecomunicações – COBEI
Adminstración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas – UTE
Grupo Técnico Operacional da Região Norte – GTON
Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Carvão Mineral – SNIEC
Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina – SIECESC

ATRIBUIÇÕES DE NATUREZA TÉCNICA

Em seu relacionamento interno, de natureza técnica, a DE responde pela execução de atividades que podem ser específicas de determinado Departamento, ou envolver outros Departamentos da própria DE, bem como outras áreas da Empresa, caso em que o Departamento em questão atua em nível de co-responsabilidade ou apoio. Integram este conjunto as seguintes ações:

- Desenvolver e analisar estudos e projetos de empreendimentos de geração, transmissão e distribuição urbana e rural, para fins de concessão de financiamento ou para a participação societária da ELETROBRÁS;
- Coordenação da elaboração e acompanhamento do PPA 2004/2007 – Programa Plurianual de Investimentos do Governo Federal, no que se refere às ações de geração, transmissão e distribuição de Energia Elétrica, junto às Empresas controladas e federais de distribuição do Grupo ELETROBRÁS;
- Participar, junto a outros órgãos da ELETROBRÁS, do planejamento, execução e acompanhamento do Programa "LUZ PARA TODOS";
- Coordenar e executar todas as atividades relativas ao PROINFA tais como gerência dos contratos, elaboração de Planos Anuais do PROINFA, acompanhamento da implantação e operação dos empreendimentos, medição e obtenção e comercialização dos créditos de carbono;
- Acompanhar física e economicamente os empreendimentos de geração, transmissão e distribuição que possuam a participação financeira da ELETROBRÁS;
- Coordenar, executar e analisar estudos socioambientais de empreendimentos de geração e de transmissão de energia elétrica;
- Realizar estudos de expansão e análises de desempenho e riscos de sistemas de transmissão;
- Promover o desenvolvimento de protótipos para empreendimentos de transmissão;


Valter Luiz Cartes de Souza
Presidente em Exercício

- Desenvolver estudos de cenários para a evolução da oferta global de energia (Matriz Energética) e formular alternativas para a expansão da oferta de energia elétrica;
- Coordenar a participação da ELETROBRÁS nos estudos de planejamento da Matriz Energética Nacional, com a participação das demais Diretorias envolvidas;
- Coordenar a participação da ELETROBRÁS nos estudos de planejamento setorial no âmbito do MME/EPE;
- Coordenar o Sistema de Informações Empresariais do Setor Elétrico – SIESE, o Sistema de Informações do Potencial Hidrelétrico Brasileiro – SIPOT e o Sistema de Orçamento de Usinas Hidrelétricas - SISORH ;
- Coordenar as atividades de planejamento, engenharia e operação dos sistemas isolados no âmbito do Grupo Técnico Operacional da Região Norte - GTON, e administrar a aplicação dos recursos da Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados;
- Coordenar as ações técnicas de implantação e acompanhamento dos programas de distribuição urbana e rural de participação da ELETROBRÁS;
- Participar da realização de estudos para subsidiar a atuação da ELETROBRÁS para a gestão das empresas federais de distribuição;
- Desenvolver estudos elétricos, energéticos, ambientais e de comercialização nos sistemas isolados e interligados, com vistas a subsidiar o planejamento da expansão, as decisões de participação da ELETROBRÁS em empreendimentos;
- Desenvolver as atividades de Comercialização de Energia Elétrica de Itaipu, do PROINFA, de intercâmbios internacionais e de outras transações que venham a ser autorizada a ELETROBRÁS;
- Desenvolver modelos e critérios para comercialização de energia e gestão de riscos, visando suportar as atividades internas e fornecer apoio técnico em comercialização às Empresas do Grupo ELETROBRÁS;
- Dar suporte técnico e institucional ao Subcomitê de Meio Ambiente do Grupo ELETROBRÁS – SCMA, através do exercício da Secretaria Executiva e Coordenação Técnica das atividades do Subcomitê e coordenação técnica de Grupos de Trabalho específicos;
- Coordenar as atividades técnicas em aspectos relativos à engenharia e meio ambiente de empreendimentos do BUSA - Bens sob Administração Direta da União em apoio à Diretoria de Administração da ELETROBRÁS;
- Coordenar no âmbito da ELETROBRÁS as atividades relacionadas à Carteira PI realizadas pelo CEPEL, como contrapartida pelo aporte de recursos da ELETROBRÁS, maior mantenedora do Grupo;
- Participar dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do CICOP, representando a DE na composição das Forças Tarefas por ele instituídas, com a missão de possibilitar a integração e implementação de inovação tecnológica do Grupo ELETROBRÁS, tanto nos projetos relacionadas à Carteira ANEEL quanto à Carteira de Projetos Institucionais - PI desenvolvida pelo CEPEL;
- Apoiar a Diretoria Financeira nas atividades de captação de recursos e de relacionamento com investidores e mercados, destacando-se aquelas que requerem a aplicação dos princípios da gestão sustentável, como a listagem das ações da empresa nos índices de sustentabilidade das bolsas de valores de São Paulo e de Nova York;
- Participar do Comitê de Sustentabilidade da ELETROBRÁS, bem como das atividades requeridas para o atendimento dos compromissos decorrentes da adesão ao Pacto Global;

- Participar do Consórcio Eletrobras-Furnas-Odebrecht-Engevix para realização de Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental do AHE Baynes, no Rio Cunene, na fronteira de Angola com a Namíbia, conforme convenio a ser celebrado entre os países.
- Coordenar as tratativas, com a Secretaria de Energia da Argentina e a EBISA, para o desenvolvimento dos Estudos de Inventário do trecho binacional do Rio Uruguai e de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental do AHE Garabi no mesmo trecho de rio.

1. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE – DEA

O DEA é constituído por duas Divisões, DEAA – Divisão de Análise e Gestão e DEAP – Divisão de Estudos e Planejamento.

I. BLOCO 1 – ITEM 1: PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES

As ações a cargo do DEA programadas para 2006 visaram atender aos seguintes objetivos:

- Desenvolvimento de estudos, execução de análises e pareceres técnicos, acompanhamento, e planejamento e gestão ambiental em subsídio às atividades da ELETROBRÁS, com destaque naquela de coordenação, inerente à sua função de holding;
- Apoio técnico ao MME em questões afetas a legislação ambiental, representação junto ao CONAMA e acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos candidatos a leilões;
- Emissão de pareceres técnico-orçamentários em subsídio a pedidos de financiamento de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica;
- Acompanhamento físico-financeiro dos componentes ambientais de empreendimentos quando financiados e/ou com participação da ELETROBRÁS;
- Realização de estudos socioambientais, vinculados à expansão dos sistemas de transmissão;
- Supervisão e acompanhamento de estudos de viabilidade socioambiental visando à expansão da geração de energia elétrica e de estudos sócio-ambientais para o inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas;
- Desenvolvimento de estudos técnicos visando o estabelecimento de metodologias, diretrizes e critérios para a avaliação ambiental no planejamento da expansão da geração e da transmissão;
- Exercício da Coordenação Técnica e da Secretaria Executiva do SCMA (Subcomitê de Meio Ambiente do COPEM – Comitê de Operação, Planejamento, Engenharia e Meio Ambiente do Grupo ELETROBRÁS) assim como coordenação de cinco dos sete Grupos de Trabalho que constituem o Subcomitê;
- Representação da ELETROBRÁS em foros relativos à definição de Políticas Ambientais de interesse das Empresas do Grupo ELETROBRÁS, como COPRON e o CONAMA, bem como naqueles relativos à discussão de temas sócio-ambientais relacionados à geração e transmissão de energia elétrica;
- Apoio técnico à Diretoria de Administração – DA no tocante, aos empreendimentos de geração pertencentes ao BUSA – Bens da União sob Administração da ELETROBRÁS, através da avaliação do estado ambiental e de acompanhamento de laudos técnicos.

- Apoio técnico à Diretoria Financeira nas atividades de captação de recursos e de relacionamento com investidores e mercados, destacando-se aquelas que requerem a aplicação dos princípios da gestão sustentável, como a listagem das ações da empresa nos índices de sustentabilidade das bolsas de valores de São Paulo e de Nova York;

II. BLOCO 1 – ITEM 2: REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO

No desempenho de suas atribuições, o DEA contabilizou as seguintes realizações em 2006:

II.1 Plano Plurianual de Investimentos - PPA 2004 - 2007

- Apoio ao DEG na emissão de comentários sobre contribuições encaminhadas pelas empresas relativas a questões ambientais referentes ao PDG – 2007.

II.2 Colaboração com o Ministério de Minas e Energia e EPE

- Participação em Grupo de Trabalho, coordenado pelo MME, para análise da questão ambiental na projeção da Matriz Energética Nacional utilizando alguns indicadores de sustentabilidade ambiental;
- Participação em Grupos de Trabalho coordenados pelo MME para revisão do Manual de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas, sob a execução do CEPEL;
- Apoio técnico à representação do MME no CONAMA compreendendo: acompanhamento das reuniões do Conselho; participação nas Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho de interesse, representando a empresa e o Grupo ELETROBRÁS;
- Participação nas discussões coordenadas pelo MME, no âmbito da agenda MME/MMA, relativas à instituição da compensação ambiental;
- Apoio técnico às atividades do Núcleo Estratégico Ambiental – NESA;
- Participação em grupo de trabalho coordenado pelo MME, para o acompanhamento das questões ligadas aos Efeitos dos Campos Eletromagnéticos sobre a saúde humana;
- Participação no Comitê Socioambiental e em grupos de trabalho coordenados pela EPE para a elaboração do Plano Decenal de Geração para 2007 – 2016.

II.3 Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento

- Desenvolvimento de estudos técnicos em conjunto com o CEPEL visando o desenvolvimento de metodologias para a Avaliação Ambiental Estratégica no Planejamento da Expansão, e para Avaliação Ambiental no Planejamento da Transmissão;
- Desenvolvimento de estudo sobre “Uso de microalgas para a biofixação de CO₂ proveniente do gás de combustão da UTE Presidente Médice (Candiota)”, através de convênio firmado com a CGTEE e a FURG.
- Elaboração, em conjunto com a DPEP, de estudo sobre o descarte de aparelhos de ar-condicionado ineficientes, substituídos das unidades públicas que mantêm contrato com o PROCEL;

- Desenvolvimento de estudos técnicos em conjunto com o CEPEL visando o desenvolvimento de metodologias para a Avaliação Ambiental Estratégica no Planejamento da Expansão, e para Avaliação Ambiental no Planejamento da Transmissão;
- Acompanhamento das discussões sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, contando com consultoria técnica especializada.
- Apoio técnico ao processo de habilitação e comercialização de Créditos de Carbono referentes aos projetos do PROINFA compreendendo a elaboração de termo de referência para a habilitação dos créditos e contratação de entidade certificadora;
- Acompanhamento sistemático das discussões e desenvolvimentos sobre mudanças climáticas, em especial das atividades do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas subordinado à Presidência da República;
- Acompanhamento sistemático das discussões e desenvolvimentos sobre sustentabilidade empresarial.

II.4 Atividades de Elaboração e Gestão de Planos, Programas e Projetos

- Apoio ao Planejamento da Expansão das empresas do Grupo ELETROBRÁS, através da participação nos grupos de trabalho do Subcomitê de Estudos Energéticos, coordenado pelo Departamento de Estudos Energéticos – DEN;
- Colaboração com o processo do Planejamento Estratégico da empresa, através da participação nos grupos de trabalho Investimento e Novos Negócios, Diversificação, Internacionalização e Imagem,
- Colaboração com o DES nos entendimentos com a Marinha do Brasil visando o desenvolvimento de projeto de suprimento de energia elétrica e eficiência das instalações existentes na Ilha de Trindade, destacando-se os subsídios ao processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA;
- Participação, em apoio ao DES nas análises ambientais e inspeções físicas para o Acompanhamento e Controle do Parque Térmico e de Estoque de Combustível dos Sistemas Isolados;
- Apoio ao DES/GTON na revisão do Capítulo 4 – Qualidade do Produto, Meio Ambiente e Segurança do Manual de Recebimento, Armazenagem, Manuseio e Qualidade de Produtos Derivados de Petróleo em Usinas Térmicas, concluído no exercício;
- Acompanhamento, em apoio à UEP, das questões ambientais inerentes à execução dos contratos do PROINFA, compreendendo a verificação sistemática da documentação de natureza ambiental, a realização de inspeções físicas aos empreendimentos e órgãos licenciadores, a emissão de pareceres técnicos e de relatórios periódicos;
- Apoio técnico ao DAÍ e à UEP no desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento Técnico dos Empreendimentos do PROINFA – SATEP;
- Participação nas atividades de execução do ACT Tripartite ELETROBRÁS - Prefeitura Municipal de Porto Alegre e CGTEE - em sua segunda etapa, que compreende a implantação de um projeto piloto;

- Participação na elaboração de ACT Tripartite entre a ELETROBRÁS, a CGTEE e a PREFEITURA Municipal de Caxias do Sul visando a elaboração de estudo de viabilidade de produção de energia a partir de biogás de aterro sanitário;
- Participação, em apoio à PR, nos grupos de trabalho de meio ambiente e de combustível do Projeto de Geração de Energia Utilizando resíduos sólidos urbanos no município de Belo Horizonte;
- Participação em análise técnico orçamentária visando subsidiar a elaboração de ACT com a CGTEE e TECNOGEN visando a instalação de sistema experimental de dessulfurização dos gases de exaustão na UTE São Jerônimo;
- Participação na retomada e atualização dos estudos do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Uruguai e de seu Afluente Peperi-Guaçu, previsto no tratado de cooperação bilateral para fins de geração e transmissão energética firmado em maio de 1982, compreendendo o acompanhamento das tratativas e elaboração de termos de referência para a Avaliação Ambiental Integrada, complementação dos estudos de inventário e estudos de viabilidade;
- Apoio técnico nos entendimentos relativos à participação da ELETROBRÁS no projeto internacional da UHE Baynes;
- Análise técnico-orçamentária dos aspectos sócio-ambientais de projetos com pedido de financiamento por parte da ELETROBRÁS destacando-se: o projeto de Implantação do Manejo de Microbacias no Cinturão das Áreas Protegidas na margem direita do reservatório da UHE Itaipu – Projeto Carapã – Ypoti e Implantação do Sistema de Controle Ambiental em UTEs – CEAM;
- Subsídios à incorporação de critérios ambientais na gestão do Programa Luz para Todos e na análise técnico-orçamentária da 2ª tranche de financiamento à CEAM;
- Participação no projeto de criação de novos trâmites no Sistema de Acompanhamento de Pedidos de Financiamento – APF, redefinindo os padrões a ser adotado pela DE;
- Participação na revisão dos trâmites do sistema APF-SSE 1870, relativo às empresas federalizadas;
- Continuidade de participação nas atividades em desenvolvimento visando à implantação do Projeto SOX, sob coordenação da PRA;
- Coordenação das atividades gerenciais de meio ambiente da ELETROBRÁS no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica do CHE Belo Monte, compreendendo o acompanhamento das atividades do Comitê Executivo e a coordenação técnica dos trabalhos relativos aos Estudos de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), Avaliação Ambiental Integrada, Peça Antropológica e Comunicação Social e participação técnica nos trabalhos do Inventário;
- Condução, em apoio à DE e à Coordenação Executiva, do processo de licenciamento ambiental do CHE Belo Monte, destacando-se o protocolo, junto ao IBAMA, do pedido de Licença Prévia do empreendimento;
- Participação em apoio ao Departamento de Administração do Capital Social – DFS, nas seguintes atividades: análise das exigências para listagem no ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial Bovespa e no DJSI – Dow Jones Sustainability Index; estabelecimento de medidas para adequação das empresas do grupo Eletrobrás às exigências para listagem no ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial Bovespa e no DJSI – *Dow Jones Sustainability Index*, no que tange a aspectos ambientais, assim como no que tange aos demais aspectos que tenham implicações neste último; análise das implicações de adesão ao Pacto Global da

ONU e estabelecimento de medidas visando a manutenção da Empresa nesse pacto; constituição do Comitê de Sustentabilidade da Eletrobrás e do Comitê de Sustentabilidade do grupo Eletrobrás; e discussões visando a elaboração pela Eletrobrás de Relatórios de Sustentabilidade anuais de acordo com o GRI *Global Reporting Initiative*, assim como de um único Relatório de Sustentabilidade anual para todo o grupo Eletrobrás, de acordo com o GRI.

- Participação no Comitê de Sustentabilidade da ELETROBRÁS, bem como das atividades requeridas para o atendimento dos compromissos decorrentes da adesão ao Pacto Global

II.5 Coordenação do SCMA – COPEM

Em 2005 a Diretoria Executiva da ELETROBRÁS reestruturou o CONSISE, criando o Comitê de Operação, Planejamento, Engenharia e Meio Ambiente - COPEM e o Subcomitê de Meio Ambiente - SCMA, mantendo as atribuições do antigo COMAGE. Considerando as contínuas mudanças que vêm ocorrendo no cenário internacional, as alterações nas atribuições da ELETROBRÁS e a nova estrutura do CONSISE, ficou evidenciada a urgência de uma reavaliação do SCMA quanto a seus objetivos, metas, estrutura e forma de atuação,

Em 2006 foram desenvolvidas atividades de operacionalização do Subcomitê de Meio Ambiente - SCMA, destacando-se a sua reestruturação e conseqüente redefinição de seus objetivos, metas, estrutura e forma de atuação. Esta reestruturação foi realizada em uma série de Oficinas de Planejamento, no período de janeiro a março de 2006, tendo sido consolidada com a aprovação, em 19 de abril de 2006, do Plano de Atividades do SCMA para 2006/2007.

A estrutura do SCMA passou a incluir: sete GTs, sendo dois coordenados por representantes das empresas e cinco, por técnicos do Departamento de Meio Ambiente da ELETROBRÁS - DEA; uma secretaria-executiva, uma "secretaria institucional" e uma "secretaria de comunicação", exercidas por técnicos do DEA. A "secretaria institucional" está ligada diretamente ao GT2 – Legislação Ambiental e Marcos Regulatórios, fazendo a interface do SCMA com o MME. A "secretaria de comunicação" está ligada diretamente à Coordenação e é responsável por todas as ações de divulgação e comunicação do SCMA.

Ressaltamos ainda a participação do SCMA, em apoio à Diretoria Financeira da ELETROBRÁS, no processo de seleção de 2006 para o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BOVESPA (ISE BOVESPA).

Durante o ano de 2006, foram realizadas as seguintes reuniões:

- ✓ 3ª reunião / oficina de planejamento do SCMA (30-31/01/2006);
- ✓ oficinas de planejamento dos GTs e da Coordenação (20 a 29/03/2006);
- ✓ 4ª reunião do SCMA (19/04/2006);
- ✓ 5ª reunião do SCMA (24/08/2006).

Dentre as atividades desenvolvidas ao longo do ano, ressalta-se:

- Coordenação:
 - ✓ aprovação, pelo COPEM, da Política Ambiental do Grupo ELETROBRÁS, em 2 de fevereiro, e pelo CONSISE, em 21 de março de 2006, com a recomendação de sua ampla divulgação no âmbito das empresas do Grupo. O evento de lançamento da Política ocorreu em 8 de junho de 2006;
 - ✓ interação com a coordenação técnica do Planejamento Estratégico da holding ELETROBRÁS, visando balisar as atividades do SCMA;

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente em Exercício

- ✓ interação com o Subcomitê de Estudos Energéticos do COPEM, coordenado pelo Departamento de Estudos Energéticos da ELETROBRÁS, visando dar início às atividades do GT8;
- ✓ disponibilização, em 25 de setembro de 2006, do Serviço de Documentos do SCMA, desenvolvido pela Divisão de Tecnologia da Informação da ELETROBRÁS, na Página da ELETROBRÁS;
- ✓ desenvolvimento do número zero do Informe Eletrônico do SCMA, devendo circular mensalmente, via correio eletrônico.

▪ GTs:

- ✓ acompanhamento, pelo GT2, dos projetos de lei de interesse do Grupo ELETROBRÁS, contando com o apoio da assessoria parlamentar da ELETRONORTE;
- ✓ início do tratamento de dados, pelo GT3, para a elaboração do Relatório do Inventário dos Gases de Efeito Estufa do Grupo ELETROBRÁS - ano base 2005;
- ✓ questionamento do GT4 sobre a obrigatoriedade de atendimento à Resolução CFC 1003/04 e início de elaboração, em conjunto com as áreas contábeis, de uma estrutura contábil formal incluindo a classificação de custos ambientais;
- ✓ realização do Seminário "Aspectos Técnicos da Aqüicultura em Reservatórios de Hidrelétricas", promovido pelo GT6, no período de 13 a 16 de setembro de 2006, e início de elaboração do Relatório sobre as diretrizes para o desenvolvimento da aqüicultura nos reservatórios das empresas do Grupo;
- ✓ atendimento, pelo GT7, ao processo de listagem no ISE BOVESPA 2006, compreendendo: análise e resposta do questionário, participação na audiência pública, discussão e nivelamento de conceitos sobre perguntas e respostas, identificação de dificuldades e oportunidades de melhoria e proposição de continuidade dos trabalhos, com o objetivo de preparar o Grupo para a seleção do ISE BOVESPA 2007 e do DJSI.

II.6 Apoio à Coordenadoria de Responsabilidade Social das Empresas do Grupo ELETROBRÁS

- Apoio técnico institucional às atividades e assuntos tratados no âmbito do DAS que possuem pertinência às questões ambientais trabalhadas no DEA, com o objetivo de consolidar uma parceria e reforçar os espaços de atuação comum e complementares.

2. DEPARTAMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - DEC

O DEC é constituído por duas divisões, Divisão de Estudos e Modelos de Comercialização – DECM e Divisão de Energia e Operações no MAE– DECE.

I. BLOCO 1 - ITEM 1: PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES

As ações a cargo do DEC programadas para 2006 visaram atender aos seguintes objetivos:

Valter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

- Desenvolvimento das atividades de comercialização de energia elétrica de ITAIPU, do PROINFA e de intercâmbios internacionais, autorizadas à ELETROBRÁS;
- Participação nas atividades desenvolvidas no âmbito da CCEE e do ONS, bem como de outros organismos constituídos por agentes do Setor, nos segmentos de comercialização e operação elétrica;
- Desenvolvimento das atividades da ELETROBRÁS no âmbito do Comitê de Administração e Operação dos Contratos de Compra e Venda dos Serviços de ITAIPU – CADOP, e dos Grupos de Trabalho de análise da operação interligada do sistema brasileiro – ITAIPU / ANDE;
- Acompanhamento e análise comercial da estrutura tarifária do Setor;
- Acompanhamento dos leilões de energia realizados no âmbito da CCEE, com a finalidade de subsidiar a participação da ELETROBRÁS no âmbito das empresas do grupo;
- Desenvolver modelos e critérios para comercialização de energia, visando suportar as atividades internas e fornecer apoio técnico em comercialização às empresas do GRUPO ELETROBRÁS;
- Avaliação de empreendimentos envolvendo parcerias nacionais e internacionais;
- Apoio na elaboração e análise dos contratos de compra e venda de energia elétrica e de gás a serem celebrados pelas empresas do Grupo ELETROBRÁS;
- Análise da viabilidade econômica e comercial de empreendimentos de geração a serem financiados com recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, conta de Desenvolvimento Energético – CDE etc.;
- Desenvolver análises econômicas e comerciais de empreendimentos de geração, para fins de concessão de financiamento ou para participação societária da ELETROBRÁS;
- Participar na elaboração e execução de programas institucionais que envolvam comercialização de energia elétrica;
- Realizar a gestão administrativa, comercial e energética dos contratos de compra e venda de energia elétrica celebrados pela Eletrobrás, incluindo os celebrados no âmbito do PROINFA;
- Inspeccionar o sistema de medição das Usinas Geradoras de Energia – UGE contratadas no âmbito do PROINFA;
- Acompanhar o cumprimento das programações de operação das UGEs contratadas no âmbito do PROINFA;
- Elaborar estudos de operação das UGEs contratadas no âmbito do PROINFA;
- Elaborar o Plano Anual do PROINFA - PAP para homologação e cálculo das quotas de energia e de custeio pela ANEEL;
- Análise de riscos associados a empreendimentos e a programas governamentais em que a ELETROBRÁS participa, seja como garantidora na compra de energia e/ou sócia;
- Participar de projetos institucionais junto ao Centro de Pesquisa de Energia Elétrica - CEPTEL para o desenvolvimento de ferramentas de comercialização de energia elétrica e análise comercial de empreendimentos de geração de energia elétrica;
- Acompanhar e analisar a legislação, englobando leis, decretos, portarias, atos regulatórios visando à participação na comercialização de energia, nos mercados nacional e internacional.
- Apoiar as empresas controladas e federalizadas no que se refere à elaboração, negociação e gestão de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica e comercialização de energia;

- Participar em conjunto com o MME de propostas referentes aos créditos de carbono do PROINFA de modo a realizar alterações no Decreto 5025/2004 para incluir a possibilidade de pagamento dos gastos com a obtenção dos certificados de créditos de carbono pela Conta PROINFA, assim como ressarcir despesas que venham a ser realizadas com esse objetivo.

II. BLOCO 1 - ITEM 2: REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO

No desempenho de suas atribuições, o DEC contabilizou as seguintes realizações em 2006:

II.1 Atividades Desenvolvidas pela ELETROBRÁS como Agente Comercializador de Energia Elétrica de ITAIPU

Compreendeu as atividades de:

- Elaboração da contabilização horária dos suprimentos de energia elétrica ao Brasil realizados juntamente com ITAIPU por esta empresa ao Brasil, bem como a consolidação mensal destas contabilizações para fins de pagamento da demanda contratada e respectiva energia vinculada, e pagamentos relativos à energia excedente, denominada energia não vinculada;
- Quantificação dos suprimentos de energia elétrica, para fins de faturamento de energia elétrica às concessionárias de distribuição das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, das parcelas relativas ao repasse da demanda contratada de ITAIPU e respectiva energia vinculada;
- Participação nas atividades desenvolvidas no âmbito do Comitê de Administração e Operação dos Contratos de Compra e Venda dos Serviços de Eletricidade da ITAIPU – CADOP, e de suas comissões;
- Participação na Elaboração do Programa Mensal dos Suprimentos de Energia Elétrica da ITAIPU Binacional às Entidades Compradoras – PMS;
- Participação na Reestruturação Societária CEAM-MANAUS.

Na condição de Agente Comercializador de Energia da Itaipu, no ano de 2006 a Eletrobrás repassou para as concessionárias das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, um montante anual de 124.113.000 kW de potência contratada, correspondendo a um faturamento anual de aproximadamente R\$ 5,8 bilhões.

No âmbito da CCEE, as liquidações das diferenças entre a energia vinculada à potência contratada da Itaipu e a energia suprida por esta usina, ao sistema brasileiro, contabilizada pela CCEE resultou em saldo positivo de cerca de R\$ 71 milhões, Atente-se ao fato de que neste valor não foi considerada a liquidação do mês de dezembro de 2006, pois os valores ainda não foram divulgados pela CCEE.

II.2 Atividade de Participação no Grupo Executivo de Assuntos Institucionais do COAGE

- Compreendeu a coordenação do sub-grupo 6 – Tarifas e Comercialização do Grupo Executivo de Assuntos Institucionais do COAGE para Reestruturação Societária da CEAM-MANAUS.

Valter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

II.3 Atividades do Grupo de Sistemas Isolados – Portaria MME nº 413/2005

- Participação no sub-grupo SGT2 – Equilíbrio Econômico-Financeiro nas concessionárias do Grupo de Trabalho dos Sistemas Isolados instituído pela Portaria do MME nº 413/2005.

II.4 Atividades de Comercialização da Energia Elétrica Intercambiada através da Estação Conversora de Freqüência de Rivera.

Compreendeu as atividades de:

- Participação na negociação de ACORDO DE CESSÃO TEMPORÁRIA DE DIREITO DE USO DAS INSTALAÇÕES DA ESTAÇÃO CONVERSORA DE FREQUÊNCIA DE RIVERA, firmado entre ELETROBRÁS e UTE, o qual formalizou a cessão ao direito de uso da conversora de freqüência em solo uruguaio e a linha de transmissão dedicada à conversora em território brasileiro para os seguintes períodos, no ano de 2005: janeiro a março, abril a maio e o mês de agosto, nos quais houve a exportação ao Uruguai pela ENERTRADE, vencedora do concurso público promovido pela UTE no Brasil para a exportação de energia àquele país;
- Contabilização na CCEE da energia importada pelo Brasil nos meses de maio, agosto e outubro e a respectiva devolução no mês de novembro;
- Participação na Negociação do Contrato de Conexão à Transmissão – CCT, que será celebrado com a CEEE, relativos à Estação Conversora de Freqüência de Rivera.

II.5 Atividades Desenvolvidas com o ONS

Compreendeu as atividades de:

- Representação da ELETROBRÁS nas atividades de validação dos modelos NEWAVE, DECOMP, DESSEM e SUISHI no âmbito do ONS;
- Análise, encaminhamento e consolidação, junto ao ONS, dos dados referentes às mudanças de estado operativo das unidades geradoras de ITAIPU e das interconexões internacionais (Conversoras de Freqüência de Rivera e Uruguaiana);
- Participação na elaboração do Plano Anual de Operação, Programa Mensal de Operação e Programação Diária de Operação, envolvendo a UHE Itaipu e as Estações Conversoras de Rivera e Uruguaiana.

II.6 Atividades Desenvolvidas com o CEPEL

Compreendeu as atividades de:

- Representação da ELETROBRÁS nos projetos da carteira PI (Programas Institucionais), no tocante aos programas de Planejamento da Operação Energética desenvolvidos pelo CEPEL, como o Modelo Newave, Modelo Suishi-o, Modelo DECOMP e Modelo Dessem;
- Participação na coordenação dos seguintes projetos:
 - MODAF – Desenvolvimento e Atualização do Modelo de Análise Financeira e Gestão de Riscos, em especial o simulador ANAFIN.

[assinatura]
Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente em Exercício

II.7 Atividades Relacionadas a CCEE

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE sucedeu ao Mercado Atacadista de Energia – MAE, nos termos da Lei nº 10.848, de 15.03.2004 que a instituiu com a finalidade de viabilizar a comercialização de energia elétrica entre concessionários, permissonários e autorizados de serviços e instalações de energia elétrica, no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Participação na elaboração dos procedimentos específicos referentes à operacionalização da comercialização de energia oriunda do PROINFA no ano de 2006.

Participação no processo de contabilização e liquidação financeira relativo a comercialização de Itaipu, Rivera e Uruguiana.

II.8 Apoio a MESA na Análise de Propostas Comerciais

Envolveu a análise da proposta dos chineses para revitalização/substituição das UTEs Aparecida e Electron, em conjunto com a MESA e ELETRONORTE, originando uma Nota Técnica com a avaliação das propostas.

Envolveu a elaboração e análise da minuta do contrato de compra e venda de gás a ser assinado entre MESA e CIGÁS.

II.9 Estudo de Viabilidade de Comercialização de Créditos de Carbono nas Atividades Desenvolvidas pelo Grupo ELETROBRÁS

Envolveu a atuação em conjunto com diversas áreas nos estudos de viabilidade da participação da ELETROBRÁS no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), através da obtenção futura dos Certificados de Emissões Reduzidas (CER), provenientes de programas de governo sob a coordenação da ELETROBRÁS, tais como: PROINFA e PROCEL, além de outros projetos sob a responsabilidade das empresas do Grupo ELETROBRÁS, tais como: PDTI, Sistemas Isolados, Térmicas do Sistema Interligado, projetos hidrelétricos de grande porte, projetos na área nuclear, projetos de geração de hidrogênio e parcerias voltadas à geração de energia a partir de rejeitos orgânicos etc.

Compreendeu a participação da Eletrobrás na elaboração do Decreto 5822/2006 através da redação em conjunto com o MME de propostas referentes aos créditos de carbono do PROINFA de modo a realizar alterações no Decreto 5025/2004 para incluir a possibilidade de pagamento dos gastos com a obtenção dos certificados de créditos de carbono pela Conta PROINFA.

II.10 Análise e Apoio Comercial Visando Subsidiar a CERON no Atendimento ao Sistema Isolado

Compreendeu atividades de análise e apoio comercial, visando subsidiar a CERON no atendimento ao Sistema Isolado e nas negociações envolvendo a contratação da energia das PCHs Saldanha e Cachoeira Formosa, além de auxiliar a CERON na gerência dos contratos das PCHs Apertadinho, Rio Branco e primavera e da UHE Rondon II.

II.11 Apoio à CGTEE na análise comercial da UTE Candiota III

- Análise da viabilidade econômica e financeira da UTE Candiota III com vistas a subsidiar a CGTEE na inclusão do empreendimento no leilão de energia nova.

II.12 Análise de viabilidade econômica e financeira de aproveitamentos de UHE para subsidiar a participação da ELETROBRÁS no leilão de energia nova;

II.13 Implantação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

O PROINFA tem por objetivo principal e imediato aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa, no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Ademais, objetiva estrategicamente a diversidade de fontes no fornecimento de energia elétrica e a pesquisa de soluções sustentáveis, de cunho regional, por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais e da criação de oportunidades de emprego, o que lhe permite estar em absoluta consonância com os programas de desenvolvimento do Governo Federal.

A Lei 10.438/02 preconiza que na primeira fase, os contratos serão celebrados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRÁS, para a implantação de 3.300 MW de capacidade, assegurando a compra da energia a ser produzida no prazo de 20 anos, a partir da data de entrada em operação definida no contrato.

A aquisição da energia é feita pelo valor econômico correspondente à tecnologia específica de cada fonte. Esse valor, acrescido dos custos administrativos da ELETROBRÁS, será rateado entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo SIN. O índice de nacionalização dos equipamentos e dos serviços será de, no mínimo, 60%.

II.13.1 Resultados esperados com o PROINFA:

Poder-se-ia resumir os resultados esperados com o PROINFA, sob os pontos de vista:

Social: Geração intensa de empregos durante a construção e a operação (150.000 postos de trabalho diretos e indiretos, sem considerar aqueles de efeito – renda);

Tecnológico: Ampliação da indústria nacional: R\$ 4 bilhões na indústria de equipamentos e materiais, na primeira etapa;

Estratégico: Complementaridade energética sazonal entre os regimes hidrológico/eólico (NE) e hidrológico/biomassa (SE) (a cada 100 MW médios produzidos por parques eólicos, economizam-se 40m³/s de água na cascata do rio São Francisco);

Meio Ambiente: Ambiente potencial de negócios: Certificação de Redução de Emissão de Carbono nos termos do Tratado de Kyoto (emissão evitada de 2,5 milhões de tCO₂/ano);

Econômico: Investimento privado da ordem de R\$ 10,14 bilhões.

Os números finais da contratação do PROINFA estão apresentados na tabela a seguir:

Walter Luiz Cardoal de Souza
Presidente em Exercício

Fontes	Total de Empreendimentos	Potência Contratada (MW)	Energia (MWh/ano)	Custo (MR\$/ano)	Investimentos
PCH	63	1.191,24	6.541.338	801,83	R\$ 3,60
Eólica	54	1.422,92	3.719.799	786,37	R\$ 5,53
Biomassa	27	685,24	2.275.572	229,77	R\$ 1,01
TOTAL	144	3.299,40	12.536.709	1.817,97	R\$ 10,14

Tabela 1 – Números finais da contratação do PROINFA

II.13.2 Atividades relativas ao PROINFA em 2006

Em 2006 os trabalhos relativos ao PROINFA se concentraram no gerenciamento dos contratos já assinados, principalmente no que se refere ao acompanhamento do cumprimento das programações de operação das UGEs e realização de aditivos contratuais visando à prorrogação do prazo de operação comercial, alteração de titularidade, alteração da energia de referência, prorrogação do prazo de entrega das garantias, antecipação da data de entrada em operação e acompanhamento dos recursos administrativos dos interessados.

Elaboração de estudos e relatórios para implantação do Processo de Acompanhamento da Operação das Usinas do PROINFA.

Elaboração das notificações dos empreendimentos em atraso para a implantação na data contratual;

Inspeções técnicas e elaboração dos relatórios das visitas técnicas aos empreendimentos para Acompanhamento da Operação: PCH Aquarius, Carlos Gonzatto, e Senador Jonas Pinheiro, EÓLICA Água Doce e RN15-Rio do Fogo, e BIOMASSA Água Bonita, Cerradinho, Coruripe, JB, Maracá, Pioneiros, Goiás, Ruelle, Giasa II, Ecoluz, Santa Teresinha-Tapejara e Winimport;

O Plano Anual do PROINFA (PAP) para o ano de 2007, foi aprovado pela Resolução de diretoria nº 1126 de 09/11/2006 e resultará em resolução ANEEL que estabelecerá as quotas de rateio.

Em 2006, entraram em operação, 28 empreendimentos do PROINFA, acrescentando 755,08 MW de potência ao sistema.

Dados de entrada em operação comercial do PROINFA em 2006:

Fontes	Empreendimentos em operação (quantidade)	Empreendimentos em operação (%)	Potência em operação (MW)	Potência em operação (%)
PCH	8	12,7%	132,34	11,1%
Eólica	5	9,2%	208,30	14,6%
Biomassa	15	55,5%	414,44	60,5%
TOTAL	28	19,4%	755,08	22,9%

Tabela 2 - Entrada em Operação Comercial do PROINFA em 2006

II.13.3 PROINFA - Total comercializado em 2006

A ELETROBRÁS, através do DEC, contabiliza, para o PROINFA, as variações mensais entre os montantes de energia contratada e a efetivamente gerada. A diferença mensal apurada representa a energia comercializada na CCEE.

A energia contratada no âmbito da CCEE é aquela sazonalizada segundo as informações contidas nos Planos Anuais de Geração – PÁGS para 2006, informados pelos empreendedores.

Para as PCHs participantes do MRE considerou-se a energia efetivamente gerada referida ao centro de gravidade do SIN e não a energia alocada pelo MRE.

O resultado da comercialização de energia do PROINFA no âmbito da CCEE foi composto pela parcela de Contribuição Anual à CCEE e pela parcela de Liquidação da CCEE, com valores de R\$ 17.456,47 e de R\$ 22.002.688,21, respectivamente, valores estes apurados na elaboração do PAP-2007.

Ao final de 2006, o pagamento realizado para a parcela de Contribuição Anual à CCEE correspondeu à R\$ 12.446,05 e para a parcela de Liquidação da CCEE foi realizado, até 30 de novembro de 2006, o valor de R\$ 49.591.203,95.

II.13.4 PROINFA - Metas Assumidas x Realizadas – 2006

Em 2006, entraram em operação, 28 empreendimentos do PROINFA, acrescentando 755,08 MW de potência ao sistema.

A previsão para 2006 era a conclusão de 37 empreendimentos, somando 914,57 MW de potência.

Ao longo do ano de 2006, alguns empreendimentos motivados por caso fortuito, força maior ou fato de terceiros, não conseguiram cumprir seus cronogramas de implantação. Isto resultou em atrasos na entrada em operação comercial destas usinas, deslocando a previsão de início de operação de algumas usinas para janeiro de 2007.

Muitos empreendimentos estão em processo de celebração de aditivos com a ELETROBRÁS para adequar as novas datas, conforme autoriza as portarias MME nº. 452, de 28 de setembro de 2005, e 296/06, de 29 de novembro de 2006.

II.13.5 Cronograma Previsto x Realizado – Entrada em Operação Comercial

Na tabela a seguir, estão relacionadas, por fonte, as datas planejadas para entrada em operação comercial em 2006, conforme contrato e as datas de entrada em operação comercial realizadas até 31/12/2006 e as respectivas potências.


Walter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

Datas de Entrada em Operação Comercial em 2006						
Previsto X Real						
Fonte	Empreendimento	Data Planejada Operação Comercial	Estado	Potência (MW)	Data Entrada em Operação Comercial	Potência (MW)
PCH	Mosquitão	30/9/2006	GO	30,00	27/12/06	30,00
PCH	Esmeralda	15/12/2006	RS	22,20	23/12/06	22,20
PCH	Flor do Sertão	30/10/2006	SC	16,50		
PCH	São Bernardo	30/3/2006	RS	15,00	05/08/06	15,00
PCH	Carlos Gonzatto	2/1/2006	RS	9,00	01/04/06	9,00
PCH	Aquarius	30/4/2006	MS	4,20	19/09/06	4,20
PCH	Piranhas	30/9/2006	GO	18,00	08/12/06	18,00
PCH	Buriti	25/12/2006	MS	30,00		
PCH	Canoa Quebrada	30/12/2006	MT	28,00	30/12/06	28,00
PCH	Senador Jonas Pinheiro	1/1/2006	MT	5,94	09/09/06	5,94
PCH	Total			178,84		132,34
UEE	Água Doce	30/11/2006	SC	9,00	07/09/06	9,00
UEE	dos Índios	30/12/2006	RS	50,00	30/12/06	50,00
UEE	Sangradouro	30/6/2006	RS	50,00	30/09/06	50,00
UEE	Osório	30/9/2006	RS	50,00	15/07/06	50,00
UEE	RN 15 - Rio do Fogo	30/6/2006	RN	49,30	15/07/06	49,30
UEE	Beberibe	30/11/2006	CE	25,20		
UEE	Palmares	30/12/2006	RS	7,56		
UEE	Taíba-Albatroz	30/10/2006	CE	16,50		
UEE	Canoa Quebrada	30/12/2006	CE	10,50		
UEE	Lagoa do Mato	30/12/2006	CE	3,23		
UEE	Total			271,29		208,30
UTE	Mandu	26/06/06	SP	20,20	26/06/06	20,20
UTE	Goiás Goiás Alcool	10/04/06	GO	42,52	01/08/06	42,52
UTE	Santa Terezinha -	05/05/06	PR	27,54	01/06/06	27,54
UTE	Santa Terezinha -	31/05/06	PR	20,56	01/06/06	20,56
UTE	Cerradinho	01/06/06	SP	50,00	01/09/06	50,00
UTE	Ecoluz	30/08/06	PR	10,00		
UTE	Giasa II	15/07/06	PB	20,00	04/10/06	20,00
UTE	Winimport	30/01/06	PR	7,00	08/11/06	7,00
UTE	Água Bonita	08/05/06	SP	15,80	02/06/06	15,80
UTE	Canaã	30/04/06	SP	30,00	08/08/06	30,00
UTE	Jalles Machado	05/05/06	GO	12,00	01/07/06	12,00
UTE	Usaciga	01/09/06	PR	40,00		
UTE	Pioneiros	09/05/06	SP	28,40	09/05/06	28,40
UTE	Volta Grande	27/08/06	MG	30,00	25/10/06	30,00
UTE	Ruette	02/06/06	SP	24,40	02/06/06	24,40
UTE	Maracá	02/06/06	SP	36,82	31/08/06	36,82
UTE	JB	02/01/06	PE	33,20	20/09/06	33,20
UTE	Coruripe	02/01/06	AL	16,00	07/02/06	16,00
UTE	Total			464,44		414,44
	TOTAL			914,57		755,08

Tabela 3 – Datas de Entrada em Operação Comercial - Previsto x Realizado

Walter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

II.13.6 PROINFA - Usinas que entram em Operação Comercial em 2006

USINAS EM OPERAÇÃO COMERCIAL NO ANO DE 2006			
FONTE	USINA	ESTADO	POTÊNCIA (MW)
UEE	RIO DO FOGO	RN	49,30
UEE	SANGRADOURO	RS	50,00
UEE	OSÓRIO	RS	50,00
UEE	ÁGUA DOCE	SC	9,00
UEE	DOS INDIOS	RS	50,00
TOTAL DE 5 EÓLICAS			208,30
UTE	JB	PE	33,20
UTE	CORURIBE	AL	16,00
UTE	WINIMPORT	PR	7,00
UTE	GOIASA	GO	42,52
UTE	CANAÃ	SP	30,00
UTE	JALLES MACHADO	GO	12,00
UTE	STA TEREZINHA	PR	48,10
UTE	ÁGUA BONITA	SP	15,80
UTE	PIONEIROS	SP	28,40
UTE	CERRADINHO	SP	50,00
UTE	RUETTE	SP	24,40
UTE	MARACAI	SP	36,82
UTE	MANDU	SP	20,20
UTE	GIASA II	PB	20,00
UTE	VOLTA GRANDE	MG	30,00
TOTAL DE 15 UTEs			414,44
PCH	SEN JONAS PINHEIRO	MT	5,94
PCH	CARLOS GONZATTO	RS	9,00
PCH	SÃO BERNARDO	RS	15,00
PCH	AQUARIUS	MS	4,20
PCH	MOSQUITÃO	GO	30,00
PCH	PIRANHAS	GO	18,00
PCH	CANOVA QUEBRADA	MT	28,00
PCH	ESMERALDA	RS	22,20
TOTAL 8 PCH			132,34
TOTAL DE 28 USINAS NO PROINFA EM 2006			755,08

Tabela 4 – Usinas em Operação Comercial no ano de 2006

II.13.7 Despesas com aquisição e comercialização de energia - PROINFA

O Decreto nº. 5.025, de 30 de Março de 2004, que regulamenta o Art. 3º da Lei nº 10.438, de 29 de abril de 2002, determina que a ELETROBRÁS, através do Plano Anual do PROINFA – PAP defina o montante anual a ser rateado entre as empresas para composição dos recursos financeiros que darão cobertura às despesas com a aquisição e comercialização da energia elétrica do PROINFA.

II.13.8 Montantes de Energia e Custeio – 2006

Com base no que estabelece o Art. 12 do Decreto 5.025/2004 a ELETROBRÁS elaborou o Plano Anual do PROINFA de 2006 (PAP-2006), cujos valores de energia e custeio foram homologados pela ANEEL por meio da Resolução nº. 250/2005.

O PAP-2006 foi elaborado com base nas Datas Planejadas de Entrada em Operação Comercial (DPOC) estabelecidas nos contratos do PROINFA e seus termos aditivos, considerando em alguns casos a data mais provável de entrada em operação comercial, de acordo com os relatórios de acompanhamento de obras da área de engenharia da ELETROBRÁS.

Em conformidade com as alterações da Lei 10.438/2002, estabelecidas pela Lei 11.075, de 30 de dezembro de 2004, o MME publicou a Portaria nº. 452, de 28 de setembro de 2005, autorizando a ELETROBRÁS a prorrogar as DPOC dos empreendimentos participantes do PROINFA, para até 30 de dezembro de 2008.

A ELETROBRÁS, através de sua Diretoria Executiva, autorizou a assinatura de termos aditivos aos contratos do PROINFA, estabelecendo o novo limite para a DPOC como 30 de dezembro de 2007.

Desta forma, os empreendimentos com previsão de atraso na execução das obras formalizaram, através de termos aditivos, alterações de seus cronogramas de implantação, estabelecendo novas Datas Planejadas de Operação Comercial, para o ano de 2007.

Além disso, no período de janeiro a agosto de 2006, alguns empreendimentos motivados por caso fortuito, força maior ou fato de terceiros, não conseguiram cumprir seus cronogramas de implantação. Isto resultou em atrasos na entrada em operação comercial destas usinas.

Tal situação resultou na redução da oferta prevista no PAP conforme a Tabela 5, que considera a configuração verificada no período de 01 de janeiro até 31 de agosto de 2006 e prevista para o período de 01 de setembro até 31 de dezembro de 2006.

PAP- 2006 – realizado (1/1/06 a 31/8/06) e previsto (1/9/06 a 31/12/06)			
Fonte	Empreendimentos	Energia (MWh)	Custo anual (R\$)
PCH	11	188.303,31	24.846.111,05
Eólica	10	203.938,28	44.681.414,99
Biomassa	16	605.952,94	64.314.380,55
Total	37	998.194,53	133.841.906,59

Tabela 5 – Custo anual da energia contratada – realizado (1/1/06 a 31/8/06) e previsto (1/9/06 a 31/12/06).

Os valores de energia e custeio expressos na tabelas 5 referem-se somente a parcela de energia contratada dos empreendimentos apurados para na elaboração do PAP-2007.

Ao final de 2006, o pagamento total realizado para os empreendedores foi de R\$113.786.032,66.

Os dados de entrada em operação comercial do PROINFA em 2006 estão apresentados na tabela abaixo:

Dados Realizados em 2006				
Fontes	Empreendimentos em operação	Potência em operação (MW)	Energia (MWh)	Pagamento pela energia (R\$)
PCH	8	132,34	68.825,892	11.939.210,49
Eólica	5	208,30	199.456,217	41.295.336,80
Biomassa	15	414,44	585.795,945	60.551.485,37
TOTAL	28	755,08	854.078,054	113.786.032,66

Tabela 2 – Dados Realizados do PROINFA em 2006

II.13.9 Valor da Energia

O preço da energia contratada correspondente à tecnologia específica de cada fonte foi definido através da Portaria MME nº. 45 de 30 de março de 2004. Os contratos foram assinados com os preços ajustados até suas respectivas datas de assinatura, conforme determina essa Portaria, e a cada período de doze meses serão reajustados, com base na variação, nesse período, do Índice Geral de Preços do Mercado calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV).

Para 2006, tivemos os seguintes valores econômicos:

PROINFA - VALORES ECONÔMICOS - Anexo II da portaria nº. 45 de 30/03/2004 - Decreto Nº. 5025 de 30/03/2004						
Correções Mensais - Valores em R\$/MWh - A ser aplicado ao valor base (março de 2004)						
	Índices de Correção	PCH	EOL Máximo	EOL Mínimo	Bagaço	Madeira
Mar-04	0.000000	117.02	204.35	180.18	93.77	101.35
Jan-06	1.120058	131.07	228.88	201.81	105.03	113.52
Feb-06	1.130346	132.27	230.99	203.67	105.99	114.56
Mar-06	1.130496	132.29	231.02	203.69	106.01	114.58
Apr-06	1.127858	131.98	230.48	203.22	105.76	114.31
May-06	1.123117	131.43	229.51	202.36	105.31	113.83
Jun-06	1.127343	131.92	230.37	203.12	105.71	114.26
Jul-06	1.135792	132.91	232.10	204.65	106.50	115.11
Aug-06	1.137798	133.15	232.51	205.01	106.69	115.32

Sep-06	1.142017	133.64	233.37	205.77	107.09	115.74
Oct-06	1.145317	134.03	234.05	206.36	107.40	116.08
Nov-06	1.150647	134.65	235.13	207.32	107.90	116.62
Dec-06	1.159310	135.66	236.90	208.88	108.71	117.50

Tabela 6 – VALORES ECONÔMICOS - Anexo II da portaria nº. 45 de 30/03/2004 - Decreto Nº. 5025 de 30/03/2004 Valores de IGP-M - Fonte: www.ipeadata.gov.br

II.13.10 Meta para 2007 e próximos anos

II.13.10.A Meta para 2007

- **Pagamento dos contratos do PROINFA no ano de 2007**

O Decreto nº. 5.025, de 30 de Março de 2004, que regulamenta o Art. 3º da Lei nº 10.438, de 29 de abril de 2002, determina que a ELETROBRÁS, através do Plano Anual do PROINFA – PAP defina o montante anual a ser rateado entre as empresas para composição dos recursos financeiros que darão cobertura às despesas com a aquisição e comercialização da energia elétrica do PROINFA.

O montante previsto a ser rateado no ano de 2007 é de 4.215.469,98 MWh, de acordo com os cálculos do Plano Anual do PROINFA – PAP – 2007.

O montante anual de custeio do PROINFA necessário para o ano de 2007 é de R\$ 637.712.660,66, de acordo com os cálculos do Plano Anual do PROINFA – PAP – 2007.

- **Créditos de Carbono**

O Decreto nº. 5882, de 31 de agosto de 2006, alterou dispositivos do Decreto 5025/2004 e ratificou que os benefícios provenientes da comercialização dos créditos de carbono do PROINFA serão destinados à redução dos custos do programa, visando à modicidade tarifária.

Encontra-se em fase inicial, o processo para obtenção dos créditos de carbono que ocorre desde a preparação e validação dos Documentos de Concepção de Projeto – DCPs, registro, monitoramento e certificação das Reduções de Emissões, bem como comercialização de créditos de carbono.

Estão em andamento estudos para viabilizar a comercialização, nos mercados nacionais e internacionais, dos créditos de carbono relativos ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo dos empreendimentos contratados.

II.13.11 Meta para os próximos anos

- **Geração de energia**

Até dezembro de 2008, estarão em operação 139 usinas de geração de eletricidade com base em fontes alternativas financiadas pelo Programa, já descontadas algumas rescisões contratuais e ações judiciais.

- **Diversificação da Matriz Energética**

O PROINFA reforça a política do Governo Federal de diversificação da matriz energética brasileira e de estímulo ao desenvolvimento de fontes renováveis de energia.

- **Geração de empregos**

Com a implantação do PROINFA, estima-se a geração de 150 mil empregos diretos e indiretos e investimentos do setor privado da ordem de R\$ 10,14 bilhões, estimulando-se a Indústria Nacional.

- **Complementaridade energética**

O PROINFA representará um papel de reforço ao abastecimento e de complementaridade energética sazonal entre os regimes hidrológico/eólico e hidrológico/biomassa. Na Região Nordeste, a energia eólica servirá como complemento ao abastecimento hidráulico, já que o período de chuvas é inverso ao de ventos. O mesmo ocorrerá no Sul e no Sudeste com o uso da biomassa, cujas safras propícias à geração de energia elétrica ocorrem em período diferente do chuvoso.

- **Créditos de Carbono**

Na determinação do benefício resultante dos créditos de carbono proveniente da geração de energia a partir de fontes renováveis, estima-se um total de 2,8 milhões ton CO₂eq/ano.

As receitas provenientes de transações com os créditos de carbono associados aos empreendimentos do PROINFA dependerão dos preços que serão pagos pela tonelada evitada no momento da comercialização desses créditos.

Ressaltamos que outros cenários deverão ser explorados, como aqueles que projetem elevação do preço da energia nos leilões, combinado com uma projeção do preço da tonelada de CO₂ no mercado internacional de carbono.

II.13.12 Previsão de Despesas do PROINFA

O Decreto nº. 5.025, de 30 de Março de 2004, que regulamenta o Art. 3º da Lei nº 10.438, de 29 de abril de 2002, determina que a ELETROBRÁS, através do Plano Anual do PROINFA – PAP, defina o montante anual a ser rateado entre as empresas para composição dos recursos financeiros que darão cobertura às despesas com a aquisição e comercialização da energia elétrica do PROINFA.

O montante previsto a ser rateado no ano de 2007 é de 4.215.469,98 MWh, de acordo com os cálculos do Plano Anual do PROINFA – PAP – 2007.


Walter Luiz Cartea de Souza
Presidente em Exercício

O montante anual de custeio do PROINFA necessário para o ano de 2007 é de R\$ 637.712.660,66, de acordo com os cálculos do Plano Anual do PROINFA – PAP – 2007.

II.13.13 Desafios e Oportunidades

II.13.13.A PROINFA 2ª ETAPA

Após a primeira etapa do PROINFA, atingida a meta de 3.300 MW, o desenvolvimento do Programa será realizado de forma que as fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa atendam a 10% (dez por cento) do consumo anual de energia elétrica no País, objetivo a ser alcançado em até 20 (vinte) anos, aí incorporados o prazo e os resultados da primeira etapa.

Os contratos serão celebrados pela Eletrobrás, com prazo de duração de 15 (quinze) anos e preço equivalente ao valor econômico correspondente à geração de energia competitiva, definida como o custo médio ponderado de geração de novos aproveitamentos hidráulicos com potências superiores a 30.000 kW e centrais termelétricas a gás natural, calculado pelo Poder Executivo.

A aquisição far-se-á mediante programação anual de compra da energia elétrica de cada produtor, de forma que as referidas fontes atendam o mínimo de 15% (quinze por cento) do incremento anual da energia elétrica a ser fornecida ao mercado consumidor nacional, compensando-se os desvios verificados entre o previsto e realizado de cada exercício, no ano subsequente.

Além disso, os empreendimentos deverão comprovar um grau de nacionalização de equipamentos e serviços, em valor, não inferior a 90%.

A segunda etapa do Programa é descrita na Lei 10.438 de 26 de abril de 2002, no artigo 3º, inciso II.

II.13.14 Créditos de Carbono

II.13.14.A Créditos de Carbono - PROINFA


Na determinação do benefício resultante dos créditos de carbono provenientes da geração de energia a partir de fontes renováveis do PROINFA, estima-se um total de 2,8 milhões ton CO₂eq/ano.

A regulamentação da titularidade dos créditos de carbono e a composição da receita da conta PROINFA, administrada pela ELETROBRÁS é efetuada pelo Decreto 5.025/04, como se segue:

Artigo 5o - parágrafo único: estabelece que o programa visa reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE nos termos do Protocolo de Quioto.

Artigo 16 - alínea "c": determina que os eventuais benefícios financeiros do MDL irão compor a receita da Conta PROINFA, administrada pela ELETROBRÁS.

Tendo em vista que o Decreto 5025/04 não incluía o pagamento pela Conta PROINFA dos gastos com a obtenção das RCEs - Reduções Certificadas de Emissões de gases de efeito estufa e


Valtair Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

considerando que alguns empreendedores haviam iniciado, de forma independente, o processo de solicitação das RCEs, admitiu-se a possibilidade da ocorrência de disputas jurídicas futuras quanto à titularidade dos créditos de carbono do Programa.

Desta forma o MME solicitou a colaboração da Eletrobrás para a elaboração de propostas referentes aos créditos de carbono do PROINFA, que culminaram nas alterações no Decreto 5025/2004, com a inclusão do ressarcimento dos gastos com a obtenção dos certificados de créditos de carbono pela Conta PROINFA, assim como a ênfase à titularidade destes créditos em favor do consumidor..

A entrada da ELETROBRÁS no mercado de carbono deve ser entendida, do ponto de vista tático, como componente de suas práticas e instrumentos de governança corporativa e, do ponto de vista estratégico, como subproduto de seu engajamento na questão das mudanças climáticas, em consonância com suas políticas de meio ambiente e de responsabilidade social.

Nesse sentido, a empresa investe na geração de energia elétrica com uso de tecnologias eficientes e, preferencialmente, a partir de fontes renováveis e em bases ambientalmente sustentáveis, o que credencia seus projetos a participarem do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

II.13.14.B Balanço em 31/12/2006 (Créditos obtidos, Projetos em andamento)

A partir da entrada em vigor do Decreto nº. 5882 de 31 de agosto de 2006, que alterou dispositivos do Decreto 5025/2004 e ratificou que os benefícios provenientes da comercialização dos créditos de carbono do PROINFA serão destinados à redução dos custos do Programa, iniciaram-se os estudos para viabilizar a comercialização, nos mercados nacionais e internacionais, dos créditos de carbono dos empreendimentos contratados do PROINFA.

Encontra-se, também, em fase inicial o processo para obtenção dos créditos de carbono do PROINFA que se inicia com a preparação e validação dos Documentos de Concepção de Projeto – DCPs, registro, monitoramento e certificação das Reduções de Emissões, e é concluído com a comercialização nos mercados nacionais e internacionais.

II.13.15 Desafios e Oportunidades

As receitas provenientes de transações com os créditos de carbono associados aos empreendimentos do PROINFA dependem dos preços que serão pagos pela tonelada evitada no momento da comercialização desses créditos.

Ressalta-se que outros cenários poderão ser explorados como aqueles que projetem elevação do preço da energia nos leilões, combinada com uma projeção do preço da tonelada de CO₂ no mercado internacional de carbono.

Cabe observar que a obtenção dos créditos de carbono do PROINFA, apesar de não se traduzir em benefícios financeiros diretos, contribuirá de maneira decisiva para consolidação da imagem da ELETROBRÁS como empresa alinhada com os grandes esforços mundiais para enfrentar desafios como o do aquecimento global.

O engajamento da empresa na mitigação das mudanças climáticas, com o adequado tratamento da questão do carbono, trará benefícios adicionais, tangíveis e intangíveis, relativos, por exemplo:

- à possibilidade de captação de recursos junto a entidades nacionais e internacionais que possuem critérios de "pontuação de sustentabilidade";
- à emissão de bônus internacionais;
- à adequação ao processo de seleção de Índices de Sustentabilidade Empresarial.

II.13.16 SITUAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS METAS ASSUMIDAS ANTERIORMENTE

II.13.17 Metas para 2007 e Próximos Anos

O mercado de créditos de carbono se configura inegavelmente como uma das atrativas áreas de atuação da ELETROBRÁS que nele poderá operar como responsável pela comercialização dos créditos gerados a partir da realização de seus empreendimentos para tal elegíveis.

A realização dessa atividade pela Eletrobrás gerará inegáveis benefícios para o país e para o setor elétrico estatal, aumentando o poder de negociação em um mercado cada vez mais competitivo e ampliando igualmente o poder de captação de recursos para novos investimentos de geração a partir de fontes limpas, enquadráveis no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL.

Durante os últimos anos acumularam-se exemplos da crescente exigência por parte de importantes agentes financeiros internacionais pelo adequado tratamento da questão do carbono como indicador de sustentabilidade e boa governança corporativa de empresas e, mesmo, como critério relevante para concessão de empréstimos e financiamentos.

A meta de obtenção pela ELETROBRÁS de créditos de carbono no âmbito do Protocolo de Quioto significará, necessariamente, que a empresa passou por rigoroso processo de avaliação e validação por instituições internacionais credenciadas pela ONU, pelo crivo da CIMGC, que é a Autoridade Nacional Designada e, finalmente, pelo Comitê Executivo do MDL, órgão da ONU que emite os RCEs. Isso consolidará a sua posição como uma organização de boa imagem institucional no mercado, adequada às tendências internacionais, demonstrando à sociedade assim como aos seus acionistas que a Empresa está atenta e engajada no processo de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa, demonstrando a visão moderna e progressista do seu corpo diretivo nessa questão.

PROINFA - EMPREENDIMENTOS EM OPERAÇÃO

PCH				
Estado	Empreendimento	Empresa	Potência (MW)	DEOC
MS	PCH Aquarius	Companhia Agrícola Sonora Estância	4,2	19/9/2006
MT	PCH Senador Jonas Pinheiro	Caeté Empreendimentos Energéticos Ltda	5,94	9/9/2006
RS	PCH Carlos Gonzatto	Cesbe S.A. Engenharia e Empreendimentos	9,00	1/4/2006
	PCH São Bernardo	C. J. Energética S.A.	15,00	5/8/2006

EÓLICA				
Estado	Empreendimento	Empresa	Potência (MW)	DEOC
RN	RN 15 - Rio do Fogo	ENERBRASIL Energias Renováveis do Brasil Ltda.	49,30	15/7/2006
RS	Osório	Enerfin do Brasil - Produtora de Energia Ltda.	50,00	15/7/2006
	Sangradouro	Enerfin do Brasil - Produtora de Energia Ltda.	50,00	30/9/2006
SC	Água Doce	Parque Eólico de Santa Catarina Ltda.	9,00	7/9/2006

BIOMASSA				
Estado	Empreendimento	Empresa	Potência (MW)	DEOC
AL	Coruripe	S/A Usina Coruripe Açúcar e Alcool	16,00	7/2/2006
GO	Goiasa Goiatuba Alcool	Goiasa Goiatuba Alcool Ltda.	42,52	1/8/2006
	Jalles Machado	Jalles Machado S.A.	12,00	1/7/2006
MG	Volta Grande	Usina Caeté S.A. - Unidade Volta Grande	30,00	25/10/2006
PB	Giasa II	Giasa S.A.	20,00	4/10/2006
PE	JB	JB Açúcar e Alcool Ltda.	33,20	20/9/2006
PR	Santa Terezinha - Tapejara	Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda - Tapejara	20,56	1/6/2006
	WINIMPORT	Winimport S.A.	27,54	1/6/2006
SP	Água Bonita	Destilaria Água Bonita Ltda.	7,00	8/11/2006
	Canaã	COCAL Comércio e Indústria Canaã Açúcar e Alcool Ltda.	15,80	2/6/2006
	Cerradinho	Usina Cerradinho Açúcar e Alcool S.A.	30,00	8/8/2006
	Mandu	Usina Mandu S.A.	50,00	1/9/2006
	Maracai	Usina Mandu S.A.	20,20	26/6/2006
	Pioneiros	Nova América S.A. - Alimentos	36,82	31/8/2006
Ruelle	Destilaria Pioneiros S.A.	Destilaria Pioneiros S.A.	28,40	9/5/2006
	Antônio Ruelle Agro-industrial Ltda.	Antônio Ruelle Agro-industrial Ltda.	24,40	2/6/2006

DEOC: Data de Entrada em Operação Comercial

3. DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE GERAÇÃO - DEG

O DEG é constituído de duas Divisões: a Divisão de Acompanhamento de Empreendimentos de Geração – DEGE e a Divisão de Estudos de Geração e Fontes Alternativas – DEGF.

I. BLOCO 1 - ITEM 1: PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES

As ações a cargo do DEG programadas para 2006 visaram atender aos seguintes objetivos:

- Realizar o acompanhamento da implantação e operação dos empreendimentos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, procedendo as inspeções técnicas e emitindo os Certificados de Engenharia de Entrada em Operação Comercial - CEEOC;
- Realizar o acompanhamento físico-econômico das obras de geração financiadas e/ou com participação societária da ELETROBRÁS;
- Gerenciar e desenvolver o Sistema de Acompanhamento Técnico dos Empreendimentos do PROINFA – SATEP;
- Coordenar o desenvolvimento dos estudos complementares de viabilidade técnico, econômico e ambiental do AHE Belo Monte, de acordo com o Acordo de Cooperação Técnica nº ECE-120/2005;
- Desenvolvimento e análise de estudos e projetos de empreendimentos de geração de energia;

Walter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

- Participar do Consórcio Eletrobras-Furnas-Odebrecht-Engevix para realização de Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental do AHE Baynes , no Rio Cunene, na fronteira de Angola com a Namíbia ,conforme convenio a ser celebrado entre os países.
- Emissão de pareceres técnico-orçamentários sobre pedidos de financiamento e parcerias em empreendimentos de geração de energia elétrica;
- Realização de estudos de viabilidade visando à expansão da geração de energia elétrica
- Realização de análises de desempenho e de riscos nas usinas hidrelétricas;
- Coordenação da elaboração, atualização e acompanhamento do PPA 2004/2007 – Plano Plurianual de Investimentos, em parceria com o DET, no que se refere às ações de geração, transmissão e distribuição de Energia Elétrica, junto às Empresas controladas e federalizadas do Grupo ELETROBRÁS;
- Coordenação em parceria com o DET, do PDG 2007 – Programa de Dispêndios Globais, junto às empresas controladas e federalizadas de distribuição;
- Coordenação em parceria com o DET na atualização e acompanhamento do PDG 2006;
- Representação da ELETROBRÁS em foros relativos a engenharia, no âmbito da produção de energia elétrica;
- Apoio técnico à DA no que se refere aos empreendimentos de geração pertencentes ao BUSA (Bens Sob a Administração Direta da União);
- Apoiar as ações do MME para a viabilização do PROINFA;
- Manutenção e atualização do Sisorh (Sistema de Orçamento de Obras Civis de Usinas Hidrelétricas).
- Coordenar as tratativas, com a Secretaria de Energia da Argentina e a EBISA, para o desenvolvimento dos Estudos de Inventário do trecho binacional do Rio Uruguai e de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental do AHE Garabi no mesmo trecho de rio.

II. BLOCO 1 – ITEM 2: REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO

No desempenho de suas atribuições, o DEG contabilizou as seguintes realizações em 2005:

II. 1 Plano Plurianual de Investimentos - PPA 2004-2007 da ELETROBRÁS

O DEG, em parceria com o DET, participou do Plano Plurianual de Investimentos do Governo Federal – PPA 2004-2007, através da Coordenação, Atualização e Acompanhamento das Ações dos Programas que integram o Plano, no que se refere à geração, transmissão e manutenção de energia elétrica das Empresas do Grupo ELETROBRÁS, durante o exercício de 2006. Foram realizadas reuniões conjuntas das quais participaram, sob a coordenação do DEG e do DET, as Empresas do Grupo além dos Ministérios de Minas e Energia e o de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Valter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

Outra vertente, na qual o DEG participou do PPA 2004-2007 foi enquanto coordenador da ação, ou seja, responsável pela implementação da ação "Projetos de Viabilidade de Implantação do Sistema de Geração e de Transmissão na Região Amazônica".

Esta ação tem por objetivo elaborar estudos de viabilidade de aproveitamentos hidrelétricos na região Amazônica, de modo a promover o uso racional dos recursos energéticos ali existentes, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.

Está contemplado nessa ação os estudos de viabilidade da UHE Belo Monte, com capacidade prevista de 11.181MW.

II.2 Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA

- Foram emitidos 28 Certificados de Engenharia de Entrada em Operação Comercial – CEEOC, viabilizando 755,08 MW de capacidade instalada;
- Elaboração dos relatórios mensais de acompanhamento da implantação dos empreendimentos do PROINFA;
- Apresentação mensal da evolução da implantação do PROINFA ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico do MME;
- Participação na elaboração das notificações dos empreendimentos em atraso para a implantação na data contratual;
- Análise das respostas recebidas dos empreendimentos notificados pela UEP;
- Gerenciamento e desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento Técnico dos Empreendimentos do PROINFA – SATEP;
- Realizadas inspeções técnicas aos empreendimentos em construção a saber: PCH Alto Irani, Aquarius, Buriti, Carlos Gonzatto, Esmeralda, Flor do Sertão, Ludesa, Mosquitão, Nhandu, Plano Alto, Piranhas, Ponte Alta, Rochedo, São Bernardo e Senador Jonas Pinheiro, EÓLICAS Água Doce, Dos Índios, Osório, RN15-Rio do Fogo e Sangradouro, e BIOMASSAS Água Bonita, Canaã, Cerradinho, Coruripe, Ecoluz, Giasa II, Goiás, Jalles Machado, JB, Mandu, Maracá, Pioneiros, Ruelle, Santa Teresinha-Tapejara, Usaciga, Volta Grande e Winimport;
- Apoio ao Gestor do PROINFA na ELETROBRÁS.

II.3 Coordenação dos Estudos Complementares do CHE Belo Monte

Em agosto de 2005 foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica para conclusão dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do CHE de Belo Monte, visando a elaboração de um Novo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), bem como de adequações necessárias aos estudos de engenharia com vistas ao leilão de concessão desse empreendimento. O acordo foi firmado entre a ELETROBRÁS e um grupo de empresas privadas.

Entre as atividades realizadas destacamos:

- Participação nas reuniões do Comitê Executivo;
- Reuniões com o IBAMA, a FUNAI e o Museu Paranense Emílio Goeldi;
- Acompanhamento do desenvolvimento dos estudos de revisão do inventário do potencial hidroenergético da bacia do rio Xingu e da avaliação ambiental integrada da bacia.
- Apoio a PRJ em ações junto ao judiciário.

Valter Luiz Carneal de Souza
Presidente em Exercício

II.4 Convênio ELETROBRÁS-EBISA

Participação no desenvolvimento dos trabalhos referentes à elaboração dos Termos de Referência dos Estudos de Inventário e de Viabilidade da UHE Garabi, acordo ELETROBRÁS-EBISA, com as seguintes atividades:

- Avaliação do termo de referência e do cronograma para os estudos de inventário do trecho internacional do rio Uruguai entre Brasil e Argentina.
- Participação na reunião com o MME sobre o termo de referência e o cronograma dos estudos de inventário.
- Participação de vídeo-conferência ELETROBRÁS-EBISA (Argentina) sobre o termo de referência e o cronograma dos estudos de inventário do trecho internacional do rio Uruguai entre Brasil e Argentina.
- Participação no desenvolvimento dos trabalhos referentes à elaboração dos Termos de Referência dos Estudos de Inventário e de Viabilidade.

II.5 Colaboração com o Ministério de Minas e Energia

Compreendeu as seguintes atividades:

- Apoio ao MME e a Casa Civil nas atividades relativas a propostas de viabilização das UHE Santo Antonio e Jirau no Rio Madeira

II.6 Colaboração com suporte técnico a CGTEE e a ELETROSUL

- Assessoramento à CGTEE no desenvolvimento dos estudos de modernização da UTE São Jerônimo e a viabilização da UTE Candiota II (fase C). Quanto a ELETROSUL foi dado apoio nas atividades relativas à retomada de suas atividades na geração de energia elétrica, em especial em relação a UHE Passo de São João a as PCHs Barra do Rio Chapéu, João Borges, Itararé e Pinheiro.

II.7 Análise de pedidos de financiamento para FURNAS

- Em andamento as análises técnico-orçamentária das modernizações das UHEs Luiz Carlos Barreto, Mascarenhas de Moraes e Furnas, com vistas a concessão de financiamento.

II.8 Análise de pedidos de financiamento para a CHESF

- Em andamento as análises técnico-orçamentárias das melhorias do sistema de geração das UHEs Funil, Xingo, Apolônio Sales, Luis Gonzaga e Paulo Afonso I, II, III e IV.

II.9 Colaboração ao DED no Programa Luz para Todos

- Análise técnico-orçamentária dos projetos do Programa Luz para Todos, no que tange a geração de energia.

II.10 Análise e Acompanhamento de Empreendimentos Financiados com Recursos da ELETROBRÁS

Compreendeu as seguintes atividades:

Empreendimentos com financiamento da ELETROBRÁS

- Implantação da segunda etapa da UHE Tucuruí, com um total de 4.125 MW (11 x 375 MW), com entrada em operação de 750 MW em 2004 (2 x 375 MW);
- Instalação das duas últimas unidades da UHE Itaipu (2 x 700 MW);
- Acompanhamento do Plano de Conclusão das Obras de Itaipu;
- Análise dos aditivos contratuais do Plano de Conclusão das Obras de Itaipu;
- Análise dos aspectos de engenharia do projeto Carapá-Ypoti de micro bacias da UHE Itaipu;
- Modernização/ampliação da UTE Santa Cruz, de FURNAS, com mais 350 MW – Em andamento;
- Troca de geradores a vapor da Usina Nuclear de Angra I – em andamento.

Empreendimentos com participação societária da ELETROBRÁS

- A ELETROBRÁS, conforme contrato de parceria com as Centrais Elétricas do Rio Jordão – ELEJOR, está acompanhando a implantação das UHE's Santa Clara (120 MW) e Fundão (120 MW), integrantes do Complexo Energético Fundão - Santa Clara, no rio Jordão, Estado do Paraná.

Com relação a Estudos de Viabilidade de empreendimentos

Acompanhamento dos Estudos de Viabilidade das UHE's Jirau – 3.900 MW e Santo Antônio – 3.580 MW, no rio Madeira, Estado de Rondônia, em interação com FURNAS.

Desenvolvimento do Estudo de Viabilidade de térmica em Belo Horizonte a partir da utilização de resíduos sólidos urbanos, com tecnologia de plasma.

Com relação a Projetos Básicos de empreendimentos

Acompanhamento do desenvolvimento do Projeto Básico da UHE Passo de São João – 77 MW, no Estado do Rio Grande do Sul e das quatro PCH em Santa Catarina, em interação com a Eletrosul.

II.11 Colaboração com a Diretoria Financeira da ELETROBRÁS

Compreendeu as seguintes atividades:

- Participação na coordenação e consolidação do Plano de Dispêndio Global – PDG 2007 das empresas do Grupo ELETROBRÁS;
- Elaboração de relatórios de acompanhamento físico dos empreendimentos financiados com recursos e/ou participação societária da ELETROBRÁS, visando subsidiar a DF no tocante à liberação de recursos contratados;
- Atualizações das informações dos empreendimentos em construção do Sistema ELETROBRÁS para o DFC prestar informações a CVM.

Walter Luiz Cardozo de Souza
Presidente em Exercício

- Participação, em conjunto com o DFP e com o DAI, na elaboração dos sistemas de Acompanhamento do PPA - Plano Plurianual de Investimentos, do COG - Cadastro de Obras de Geração - Fase I e do PROINFA - Acompanhamento de projetos.
- Análise técnico-orçamentária de empreendimentos de geração com vistas a formatação de concessão de financiamentos e/ou viabilização de parcerias.

II.12 Atividades diversas

- Elaboração do Convênio de colaboração técnica entre a Eletrobrás, Eletronuclear, CGTEE no sentido de melhorar a eficiência da UTE Candiota;
- Sub-coordenação do Grupo de Trabalho "Estudos de Engenharia" para a revisão do Manual de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas ;
- Participação no Grupo de Trabalho que está desenvolvendo o Planejamento Energético do Grupo Eletrobrás;
- Coordenação dos sub-grupos – GTMI – Medição, Proteção, Controle e Telecomunicações e GTMU – Equipamentos de Geração, pertencentes ao Grupo de Trabalho de Manutenção, desenvolvido pela ELETROBRÁS;
- Participação no Comitê de Estudos de Máquinas Elétricas Rotativas (CE-A1) do Cigré-BR;
- Participação do Grupo de Trabalho da ABNT no sentido de criar a Norma Brasileira de Turbinas para Geração Eólica;
- Participação em Projeto da Carteira PI do Cepel (GERDIST);
- Elaboração de dados de usinas para o anuário estatístico da Fundação CIDE da Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro.
- Participação nas reuniões do Conselho Administrativo do Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear – IBQN, em substituição ao Diretor de Engenharia;
- Participação no VI Simpósio de Estruturas de Concreto, realizado na USP, em São Paulo.
- Participação no V Simpósio Brasileiro sobre Pequenas e Médias Centrais Hidrelétricas, realizado pelo CBDB, em Florianópolis.
- Participação no 3º Seminário da Integração de Centrais Eólicas à Rede Elétrica, realizado pelo ONS.
- Participação em reunião com o MME, ANEEL e ELETRONORTE sobre o projeto da PCH São Gabriel da Cachoeira.
- Participação no 1º Seminário de Divulgação da Revisão do Manual de Inventário Hidroelétrico, realizado no CEPEL, no Rio de Janeiro.
- Participação na apresentação de Divulgação da Política Ambiental do Grupo ELETROBRÁS, realizada na FIRJAN, no Rio de Janeiro.

- Participação no IIº Seminário Energia e Meio Ambiente - Perspectivas Legais, promovida pela ABCE e Escolas de Magistraturas da Justiça Federal, em Manaus.
- Participação no Curso Energia Eólica: Técnica, Planejamento, Financiamento e Verificação - promovido pela DEWI, em Porto Alegre.
- Participação no Fórum e Exposição de Energias Alternativas no Brasil – POWER FUTURE, em Fortaleza, realizado pela Secretaria da Infra-Estrutura do Estado do Ceará – Governo do Estado do Ceará.
- Participação no 48º Congresso Brasileiro de Concreto.
- Participação na reunião sobre aerogeradores com a empresa VERGNET.
- Participação no Seminário Franco-Brasileiro de Produção de Eletricidade por Tecnologia Nuclear, no Clube de Engenharia, RJ.
- Participação, representando a DE, na reunião de instalação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD e na 2ª reunião de trabalho.
- Participação no Seminário de Consulta Pública da Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do rio Uruguai, realizado pela EPE, em Chapecó/SC.
- Participação na reunião sobre a norma da periculosidade, promovida pelo DAG, com participação do DEG, DEA, DEN, DES, DEC, DEP, DED e DET.
- Participação na II Conferência de PCH - Mercado e Meio Ambiente, em São Paulo, com a apresentação dos artigos: "Riscos Financeiros em uma PCH no PROINFA".

4. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ENERGÉTICOS – DEN

O DEN é constituído por três divisões, a saber, DEND – Divisão de Estudos de Demanda de Energia, DENO – Divisão de Estudos da Expansão da Oferta de Energia e DENH – Divisão de Recursos Hídricos e Inventário.

I. BLOCO 1 - ITEM 1: PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES

As ações a cargo do DEN programadas para 2006 visaram atender aos seguintes objetivos:

- Desenvolvimento de atividades relacionadas a estudos de demanda e oferta de energia elétrica e análises macroeconômicas para formular alternativas para expansão do Sistema Elétrico;
- Desenvolvimento de análises energético-econômicas de aproveitamentos de geração visando a avaliação da oportunidade de financiamento e parceria da ELETROBRÁS;
- Desenvolvimento de estudos energéticos de dimensionamento de interligações nacionais e internacionais;
- Desenvolvimento e análises de estudos hidrológicos de projetos de empreendimentos de geração de energia;
- Desenvolvimento de metodologias, modelos, diretrizes e critérios para a elaboração de estudos de inventário;

Valter Luiz Carneval de Souza
Presidente em Exercício

- Coordenação dos Grupos de Trabalho de Recursos Hídricos, Estudo de Demanda e da Oferta de Energia Elétrica no âmbito do Grupo Eletrobrás;
- Desenvolvimento de estudos para levantamento e estimativa da oferta destinada à autoprodução transportada, para a elaboração das previsões de mercado;
- Análise dos Planos de Expansão da Oferta de Energia Elétrica de curto, médio e longo prazo, desenvolvidos pelo MME/EPE;
- Participação nos Programas Mensais de Operação coordenados pelo ONS;
- Participação na validação dos modelos energéticos desenvolvidos pelo CEPEL;
- Participação na Revisão do Manual de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas, em apoio ao MME;
- Gerenciamento do Sistema de Informação do Potencial Hidrelétrico Brasileiro – SIPOT;
- Participação nas atividades de revisão e atualização dos procedimentos de rede junto ao ONS, na forma de representantes de Itaipu Binacional;
- Desenvolvimento de métodos e critérios e realização de estudos para quantificação dos parâmetros básicos aplicáveis aos estudos de expansão da oferta no âmbito do Grupo Eletrobrás;
- Formulação de cenários macroeconômicos de evolução da economia brasileira.
- Acompanhamento da implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos;

II. BLOCO 1 - ITEM 2: REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO

No desempenho de suas atribuições, o DEN contabilizou as seguintes realizações em 2006:

II.1 Estudos Internos da ELETROBRÁS

Compreendeu a realização das seguintes atividades:

- Avaliação da Previsão da População Brasileira 2004-2014 do IBGE e Previsão dos Domicílios para subsidiar as projeções da classe residencial;
- Análise dos Cenários Macroeconômicos do IE-UFRJ e a desagregação regional dos mesmos por subsistemas;
- Acompanhamento e Análise da Estrutura de Tarifas de Energia Elétrica do Sistema Brasileiro, com ênfase no Grupo Eletrobrás;
- Realização de Estudos de Mercado para o Plano Anual de Operação e o Programa Mensal de Operação dos Sistemas Isolados – PMO, no âmbito do Grupo Técnico Operacional da Região Norte - GTON;
- Informações trimestrais de mercado dos Sistemas Isolados;
- Informe semestral de Conjuntura Econômica;
- Incorporação dos resultados do programa “Luz Para Todos”, nas previsões de mercado de energia elétrica, e avaliação dos resultados e metas necessárias à universalização;
- Gerenciamento do Sistema de Acompanhamento de Mercado – SIM e do Sistema de Planejamento dos Sistemas Isolados – PLANIS;
- Acompanhamento mensal do mercado faturado das empresas dos Sistemas Isolados;

Walter Luiz Cardinal de Souza
Presidente em Exercício

- Análise do mercado das localidades a serem contempladas no programa "Luz Para Todos";
- Análises dos mercados das concessionárias CEPISA e CEAL, para subsidiar as contratações em A-3 e A-5, prevista no leilão de energia;
- Representação da Itaipu Binacional relativa aos Estudos Hidrológicos, perante o ONS;
- Elaboração de programas para manipulação das informações dos modelos NEWAVE e MSUI;
- Análise da competitividade das usinas térmicas SEIVAL e PETROLINA, candidatas ao leilão de energia nova para o Grupo Eletrobrás;
- Desenvolvimento de estudos energéticos para avaliação do impacto energético das diversas alternativas de vazão ambiental do estirão de jusante do AHE Belo Monte;
- Desenvolvimento de estudo energético do AHE Belo Monte objetivando elucidar contestações apresentadas
- Estudos de Revisão de Inventário Hidrelétrico do rio Xingu.
- Conclusão dos estudos energéticos como subsídio ao sub-grupo de Tarifas e Comercialização, do Grupo COAGE, para a reestruturação das empresas Manaus Energia S.A. e Companhia Energética do Amazonas – CEAM ;
- Treinamento das empresas do Grupo Eletrobrás para os modelos MSUI e NEWAVE abrangendo metodologia e aplicação dos modelos;
- Conclusão do processo de aprovação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Teles Pires pela ANEEL, junto com as empresas Furnas e Eletronorte;
- Coordenação do Grupo de Trabalho de Recursos Hídricos e do Potencial Hidrelétrico no âmbito do Grupo Eletrobrás;
- Gerenciamento do Sistema de Informação do Potencial Hidrelétrico Brasileiro – SIPOT;
- Elaboração do Termo de Referência para a realização dos estudos de inventário do rio Uruguai, em parceria com a empresa argentina EBISA, com a participação do DEA e DEG;
- Participação na elaboração do Termo de Referência para realização dos estudos de Viabilidade de empreendimentos selecionados nos estudos de Inventário do rio Uruguai;
- Participação na elaboração do Convênio de Cooperação entre Eletrobrás e a empresa argentina EBISA para realização dos estudos do trechos binacional do rio Uruguai;

II.2 Estudos Conjunto do Grupo da ELETROBRÁS

Compreendeu a realização das seguintes atividades:

- Formulação de cenários macroeconômicos pelo IE/UFRJ e desenvolvimento de metodologia de regionalização destes cenários pelo Grupo Eletrobrás;
- Formulação de projeções de mercado de energia elétrica, com as empresas do Grupo Eletrobrás, por classe e por subsistema, para os Cenários Alto e de Referência;
- Desenvolvimento de metodologia para estudos demográficos;
- Treinamento das empresas do Grupo Eletrobrás nos métodos demográficos de previsão;
- Treinamento de técnicos das empresas do Grupo Eletrobrás no software estatístico de previsão de negócios FORECAST PRO;

- Treinamento na área de mercado, tarifas, comercialização e consumo industrial para as equipes das empresas federalizadas (CEPISA – julho de 2006);
- Apoio técnico à Eletronorte, na elaboração dos Cenários Macroeconômicos da Amazônia;
- Apoio técnico às empresas federalizadas na orientação das informações de mercado e explicações sobre os principais indicadores de mercados a serem encaminhados ao DEN.
- Treinamento das equipes das empresas do Grupo Eletrobrás nos modelos MSUI e NEWAVE, abrangendo metodologia e aplicação dos modelos;
- Análise qualitativa do PDEE - Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015 MME/EPE, em contribuição à Consulta Pública 01/2006 do MME;
- Análise quantitativa do PDEE – Plano Decenal. Expansão de Energia Elétrica 2006-2015;
- Formulação, com as empresas do Grupo Eletrobrás, de alternativas de expansão da oferta de energia elétrica para o horizonte de 15 anos (2006/2021);
- Atualização do SIPOT com dados das usinas hidrelétricas das empresas do Grupo Eletrobrás.

II.3 Colaboração com o Ministério de Minas e Energia

Compreendeu a realização das seguintes atividades:

- Participação nas reuniões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico relativo aos Sistemas Isolados;
- Informações mensais referentes à carga de energia e à demanda de energia das capitais nos Sistemas Isolados;
- Participação no processo de Consulta Pública do Plano Decenal de Expansão.
- Participação na validação do modelo MELP – Modelo de Planejamento da Expansão da Geração a Longo Prazo, para utilização no desenvolvimento do PNE2030 – Plano Nacional Energia;
- Disponibilização do Inventário do Teles Pires como subsídio ao planejamento da expansão do Setor Elétrico brasileiro;
- Disponibilização dos dados do SIPOT para os estudos de planejamento da expansão sob a responsabilidade do MME;
- Estudos de Revisão de Inventário Hidrelétrico do rio Xingu com a participação da Eletronorte e supervisão do MME..

II.4 Colaboração com a ANEEL

Compreendeu a realização das seguintes atividades:

- Divulgação mensal dos índices de perdas das empresas que compõem os Sistemas Isolados;
- Elaboração das projeções de mercado anual para subsidiar o Plano Anual de Combustíveis – PAC.

II.5 Estudos Conjuntos com o OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA - ONS

Compreendeu a realização das seguintes atividades:

Walter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

- Participação na elaboração dos Programas Mensais de Operação coordenados pelo ONS;
- Participação na FT-NEWAVE, coordenada pelo ONS e MAE, para validações de versões do modelo NEWAVE, desenvolvido pelo CEPEL;
- Participação na FT-SUISHI-O, coordenada pelo ONS, para validação do modelo SUISHI-O, desenvolvido pelo CEPEL;
- Participação na FT- Hidrologia, coordenada pelo ONS, para a alteração metodológica de previsão de vazão;
- Acompanhamento dos trabalhos do Projeto de Previsão de Vazões do ONS, para a implantação de novos modelos de previsão de vazões.

II.6 Colaboração com o CEPEL

Compreendeu a realização das seguintes atividades:

- Coordenação e desenvolvimento conjunto com o CEPEL, dos Projetos da Carteira PI, nos modelos PREVMERCADO, POPISOL, SINV, NEWAVE, SUISHI-O, MELP, CONFINT e PREVIVAZ;"
- Coordenação e desenvolvimento conjunto do programa de incorporação da conservação de energia nas previsões de mercado de energia elétrica em cooperação com o PROCEL – DPS (programa reativado em fins de 2006).
- Coordenação do Subgrupo de Recursos Hídricos no Subgrupo de Estudos Energéticos do Grupo Executivo referente ao PROJETO DE REVISÃO DO MANUAL DE INVENTÁRIO HIDROELÉTRICO, gerido pelo MME e coordenado pelo CEPEL – Em andamento;

II.7 Colaboração com a EPE

- Fornecimento de informações mensais realizadas de carga de energia dos Sistemas Isolados.
- Fornecimento de informações do SIPOT sobre o potencial hidrelétrico estimado para os estudos de planejamento energético de longo prazo (MELP).

5. DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE DISTRIBUIÇÃO DED

O DED é constituído por duas divisões, DEDP – Divisão de Análise de Programas de Obras e DEDI - Divisão de Inspeção Física de Obras.

I. BLOCO 1 - ITEM 1: PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES

As ações a cargo do DED programadas para 2006 visaram atender aos seguintes objetivos:

- Participação, junto ao MME, do planejamento, execução e acompanhamento do Programa "LUZ PARA TODOS";

- Desenvolvimento e análise de estudos e projetos de empreendimentos de distribuição urbana e rural que possuam participação da ELETROBRÁS;
- Emissão de pareceres técnico-orçamentários sobre pedidos de financiamento de empreendimentos de distribuição;
- Emissão de pareceres técnico-orçamentários sobre pedidos de financiamento de empreendimentos de melhorias e implantações de redes distribuição para Iluminação Pública, dentro do Programa ReLuz, financiado pela ELETROBRÁS;
- Acompanhamento físico e econômico dos contratos das obras de distribuição com financiamento da ELETROBRÁS;
- Coordenação de análises técnico-orçamentárias de programas de obras encaminhados pelos Agente Executores, para fins de concessão de financiamento e subvenção, dentro do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, de acordo com as diretrizes constantes de Portaria do MME, consolidadas pelo Manual de Operacionalização do Programa "LUZ PARA TODOS";
- Coordenação de análises técnico-orçamentárias e técnico-econômicas de projetos de obras nos sistemas elétricos das concessionárias, para fins de concessão de financiamento, dentro dos seus Programas para Redução de Perdas pelo Lado da Oferta, de acordo com as diretrizes constantes da Resolução DE nº 186 da ELETROBRÁS de abril/2002, consolidadas pelo "MANUAL PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS PARA REDUÇÃO DE PERDAS PELO LADO DA OFERTA";
- Coordenação de análises técnico-orçamentárias de projetos de redes de distribuição encaminhados pelas concessionárias para fins de financiamento;
- Coordenação e execução de inspeções físicas de obras relacionadas ao Programa "LUZ PARA TODOS", com todos os Agentes Executores participantes do Programa;
- Coordenação, acompanhamento e execução de andamento físico das obras de distribuição para redução de perdas, com cobertura financeira dos contratos com a ELETROBRÁS;
- Orientação às Empresas Federalizadas de Distribuição referentes à sua atuação no gerenciamento dos recursos e no alcance das metas de universalização do Programa LUZ PARA TODOS;
- Coordenação do Comitê Técnico de Distribuição do Grupo Técnico Operacional da Região Norte – CTD/GTON.

II. BLOCO 1 - ITEM 2: REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO

No desempenho de suas atribuições, a seguir a rol das principais realizações, que o DED contabilizou no ano de 2006:

II.1 Programa Luz para Todos

Neste item se desenvolveram as seguintes ações:

- Efetuadas 70 análises técnico-orçamentárias das solicitações de financiamento e subvenção para empreendimentos de eletrificação rural, sendo que 22 encontram-se em análise na DEDP e 48 foram aprovadas, resultando na assinatura, neste ano, de 34 contratos. Cabe ressaltar que dentre este total, 19 foram pedidos de revisão com alterações de metas físicas e/ou revisão de kit's de instalação interna às Unidades Consumidoras;

- Realizadas 112 inspeções físicas das obras de distribuição visando avaliar o avanço físico das obras, que resultaram em informações para subsidiar a Diretoria Financeira nas liberações dos recursos financeiros contratados;
- Realizadas 26 inspeções físicas das obras dos Projetos Pioneiros do Programa Luz Para Todos, sendo 4 na região norte, 17 na região nordeste, 1 na região centro-oeste, 1 na região sudeste e 3 na região sul;
- Realizadas 82 inspeções físicas das obras do Programa, sendo 5 na região norte, 19 na região nordeste, 6 na região centro-oeste, 21 na região sudeste e 31 na região sul;
- Realizadas 4 inspeções físicas nas saídas dos alimentadores das subestações da CEMAR, CEMAT, CELPA e CELTINS, para comprovação do atendimento aos consumidores do Programa Luz Para Todos;
- Emissão de 112 relatórios analíticos referentes às inspeções físicas realizadas durante o ano de 2006;
- Emissão de relatórios gerenciais e analíticos, com respeito às obras executadas pelo Programa Luz no Campo, Programa Luz Para Todos e dos Projetos Pioneiros do Programa Luz Para Todos;
- Coordenação, em parceria com o DEP, de seminário técnico com os Agentes Executores do Programa LUZ PARA TODOS, da região sudeste, realizado em Belo Horizonte;
- Suporte técnico a diversas concessionárias para a elaboração de seus Programas de Obras;
- Assessoria aos técnicos da CEPISA, CEAL CEAM, e ELETROACRE na elaboração dos seus Programas de Obras, visando atender às metas do Programa;
- Elaboração de relatório diagnóstico, das análises realizadas na 1ª Tranche do Programa LPT, referentes aos programas de obras apresentados pelas empresas de energia elétrica das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- Elaboração de relatório comparativo entre as análises realizadas na 1ª e 2ª Tranches do Programa LPT, para os programas de obras apresentados pelas Empresas distribuidoras de energia elétrica das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- Elaboração da Revisão, em parceria com o MME, do "Manual de Operacionalização do Programa Luz para Todos";
- Elaboração, Em parceria com o DEP, DFI e DAÍ, de Nota Técnica sobre a metodologia e procedimentos para encerramento dos créditos dos Contratos de Financiamento e Subvenção Econômica, celebrados entre ELETROBRÁS e Agentes Executores do Programa LPT – RES-1070 de 17/10/2006.

II.2 Programas de Redução de Perdas pelo Lado da Oferta

Neste item se desenvolveram as seguintes ações:

- Conclusão das análises de 4 projetos da CEAM versando sobre: Regularização de consumidores taxados, Regularização de consumidores clandestinos, Melhoramento de rede de média e baixa tensão e Recondutoramento de redes de média tensão;
- Conclusão das análises de 3 projetos da CEPISA objetivando: Regularização de consumidores clandestinos/taxados e Regularização de UC's sem medição faturados a forfait;
- Conclusão da análise do projeto da CERON sobre: Medição de alimentadores;


Valter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

- Conclusão das análises de 3 projetos da CEAL com os seguintes focos: Medição de alimentadores; Combate às ligações clandestinas com a instalação de kit's de medição e Regularização de consumidores clandestinos;
- Em análise, projetos da CEPISA e da CEAM sobre Medição de Alimentadores;
- Conclusão das análises dos projetos da BOVESA sobre Aquisição e Instalação de padrões de baixa renda e Extensão de circuitos de ede de distribuição em MT e BT;
- Realização de 17 inspeções físicas das obras dos Programas de Redução de Perdas pelo Lado da Oferta, sendo 11 na região norte, 4 na região nordeste e 2 na região sul;

II.3 Programas de Obras de Distribuição Urbana

Neste item se desenvolveram as seguintes ações:

- Analisadas solicitações de prorrogação de cronogramas físicos e de alteração de metas físicas de Programas para contratos em andamento;
- Conclusão da análise do projeto da CEPISA: Implantação de sistemas de gestão de gerenciamento de distribuição "Sistemas de Gestão Técnica SGT";
- Conclusão da análise do projeto da CEAL: Sistema computacional para automação do mapeamento geo-elétrico da RD e gestão da operação;
- Conclusão da análise do projeto da ELETROACRE: Construção de Linhas de Distribuição, em 34,5kV - 13,8kV, interligando sistemas isolados ao sistema Acre / Rondônia;

II.4 Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - ReLuz

Neste item se desenvolveram as seguintes ações, em colaboração com a Diretoria de Projetos Especiais - DP:

- Conclusão das análises de 5 projetos de Expansão das redes de iluminação pública sendo 2 projetos da CEMIG, 1 projeto da ELETROSUL, 1 da COPEL e 1 projeto da CERON;
- Em análise 8 projetos relativos a Expansão das redes de IP, sendo 2 projetos da CPFL, 2 projetos da COPEL, 3 projetos da CEMIG e 1 projeto da CEMAR.

II.5 Sistema de Custos Modulares da Distribuição – SMD

Neste item se desenvolveram as seguintes ações:

- Levantamento de dados obtidos de notas fiscais de compra, junto às Concessionárias distribuidoras, para a obtenção dos preços médios regionalizados de materiais e equipamentos, visando à inserção das informações atualizadas no SMD;
- Pesquisa dos índices/indicadores componentes das fórmulas utilizadas na atualização dos preços para os itens orçamentários referentes a: materiais, equipamentos, mão-de-obra e transporte, para inclusão no SMD;
- Análise comparativa do banco de dados de preços médios de equipamentos e materiais, com preços obtidos pela sistemática de reajuste de índices e os da referência de preços obtidos por meio de cálculo das compras efetuadas pelas concessionárias distribuidoras;
- Em andamento a avaliação dos módulos e estruturas do SMD, que visa obter maior confiabilidade deste sistema.

II.6 Outras Atividades

Neste item se desenvolveram as seguintes ações:

- Elaboração de Informes Técnicos / Relatórios específicos, versando sobre:
 - Definição de planilhas contendo as características técnicas e/ou mecânicas dos materiais e equipamentos utilizados pelas Empresas Federalizadas, bem como o estudo de um plano de uniformização das especificações técnicas dos citados materiais e equipamentos;
 - Dentro das atividades de encerramento do Programa Luz no Campo foi realizada 1 inspeção física das obras do Programa, na região sul;
 - Metodologia de cálculo, da distância máxima admissível, entre o ponto de medição e o local de consumo, quando da instalação do ramal de ligação do consumidor para a Operacionalização do Programa Luz para Todos;
 - Propostas visando à melhoria operacional do sistema utilizado nas análises técnico-orçamentárias do Programa Luz para Todos;
 - Viabilidade técnico-econômica da utilização de condutores isolados multiplexados em redes secundárias de distribuição rural.

6. DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO PROGRAMA DE UNIVERSALIZAÇÃO - DEP

O DEP é constituído por duas divisões, DEPC – Divisão de Controle de Programas e DEPP – Divisão de Projetos Complementares.

I - BLOCO 1 - ITEM 1 : PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES

As ações a cargo do DEP programadas para 2006 se desenvolveram para atender os seguintes objetivos:

- Participar junto ao Ministério das Minas e Energia - MME e outros órgãos e empresas do Grupo ELETROBRÁS do planejamento, execução e acompanhamento do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica LUZ PARA TODOS - LPT;
- Coordenar o acompanhamento dos Programas de Universalização dos diversos Agentes Executores do País;
- Gerenciar a interação com as coordenações regionais do Programa LUZ PARA TODOS das empresas controladas da ELETROBRÁS;
- Coordenar o aperfeiçoamento e a divulgação do Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa LUZ PARA TODOS - LPT;
- Coordenar o acompanhamento das obras de eletrificação rural do Programa LUZ PARA TODOS;
- Desenvolver o Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa LUZ PARA TODOS – Sistema LPT, para Acompanhamento e Cadastramento de Obras do Programa LUZ PARA TODOS - LPT em conjunto com o Departamento de Tecnologia da Informação - DAI;

- Encaminhar mensalmente ao MME o *Relatório de Acompanhamento de Consumidores do LPT*, com dados recebidos dos Agentes Executores (concessionárias e cooperativas);
- Acompanhar "on line" a execução do Programa LUZ PARA TODOS mediante utilização de um sistema informatizado – Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa LUZ PARA TODOS;
- Apoiar e orientar os Agentes Executores no acompanhamento das várias fases dos contratos de financiamento e subvenção firmados com a ELETROBRÁS, no âmbito do Programa LUZ PARA TODOS, como: tramitação, cadastramento de obras, geração de lotes e amostras para inspeção física; acompanhamento de consumidores contratados *vis-à-vis* consumidores com projetos elaborados, com obras em andamento, bem como os efetivamente ligados;
- Emitir relatórios gerenciais e analíticos dos resultados e detalhamento das obras executadas no âmbito do Programa LPT;
- Desenvolver Banco de Dados Gerenciais para acompanhamento da tramitação dos Programas e Projetos do Programa LUZ PARA TODOS visando à obtenção expedita de informações de "follow-up" dos contratos de financiamento e subvenção e avanços físico e financeiro dos projetos;
- Coordenar o desenvolvimento de projetos complementares voltados para a universalização e para o uso de energia elétrica.
- Coordenar o desenvolvimento de projetos de capacitação voltados para o uso produtivo de energia elétrica.
- Coordenar o desenvolvimento das pesquisas de avaliação socioeconômica de projetos complementares.
- Coordenar as atividades do Projeto de Cooperação Técnica "Ações para Disseminação de Fontes Renováveis de Energia no Norte e Nordeste do Brasil" entre a ELETROBRÁS e a GTZ, no âmbito do Acordo Básico Bilateral Brasil/Alemanha.
- Acompanhamento dos resultados do Centro Comunitário de Produção - CCP de Resfriamento e Comercialização de Leite na Comunidade de Boa Esperança, município de São Fidélis, Rio de Janeiro;

II. BLOCO 1 – ITEM 2: REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO

No desempenho de suas atribuições, o DEP contabilizou as seguintes realizações em 2006:

- Revisão, em parceria com o MME e o Departamento de Engenharia de Distribuição - DED, do Manual de Operacionalização do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica LUZ PARA TODOS, com destaque para o item 7 – Critérios Técnicos de Atendimento, onde foram incluídas as definições de Ramal de Entrada, Conexão, Ligação, etc;
- Revisão dos documentos *Manual de Operacionalização Técnica – Sistema de Gerenciamento de Projetos* e *Manual de Operacionalização Técnica – Cadastro e Inspeção de Obras* do Programa LUZ PARA TODOS, sendo o último em parceria com o DED, visando adequá-los ao Manual de Operacionalização do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica LUZ PARA TODOS;
- Realização, em parceria com o DED e apoio do Departamento de Administração de Investimentos - DFI, de Encontros Técnicos LUZ PARA TODOS para os Agentes Executores das regiões Sudeste e Centro Oeste, em Belo Horizonte (05 e 06.04.2006);

Valter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

- Encaminhamento ao DFI da documentação necessária à celebração de 32 novos Contratos e 33 aditivos contratuais do Programa LUZ PARA TODOS, que totalizam R\$ 2,7 bilhões, contemplando o atendimento de 516 mil consumidores;
- Acompanhamento, de 224 Contratos de Concessão de Subvenção Econômica referentes aos Projetos Pioneiros, no âmbito do LUZ PARA TODOS, no montante global de R\$ 42,5 milhões, dos quais 85% subvencionados pela Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE. As obras foram classificadas como prioritárias pelo MME e se destinam ao atendimento de 13.636 consumidores;
- Acompanhamento, de 146 Contratos de Financiamento e Concessão de Subvenção firmados entre os Agentes Executores e a ELETROBRÁS, no âmbito do LUZ PARA TODOS, no montante global de R\$ 5,05 bilhões, dos quais R\$ 3,74 bilhões subvencionados pela CDE e R\$ 1,31 bilhões financiados pela Reserva Geral de Reversão – RGR, visando contemplar 1,13 milhões de consumidores;
- Supervisão das atividades de gestão do Programa LUZ PARA TODOS nas empresas do setor elétrico CERON, CEPISA, CEAL, MANAUS ENERGIA, CEAM e CEA;
- Início da implantação dos projetos de CCPs nos municípios de Ribeira - SP e Santa Maria Madalena –RJ, que estão sendo implementados em parceria com as prefeituras, órgãos de extensão rural e concessionárias locais e cujos equipamentos estão sendo patrocinados pelo PNUD com recursos da USAID;
- Apresentação de monografia agraciada com prêmio de menção honrosa em concurso promovido pelo DEST- Ministério do Planejamento, com o título “Centros comunitários de produção: empregando a energia elétrica para fins produtivos e promovendo o desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro”, abordando da ELETROBRÁS a partir do projeto piloto de Boa Esperança;
- Implantação do Centro Comunitário de Produção de Pintadas, inaugurado em 05 de junho de 2006, empreendimento fruto da parceria da ELETROBRÁS, COELBA e Prefeitura Municipal, que beneficiou famílias integrantes da Cooperativa Agroindustrial de Pintadas no sertão baiano;
- Avaliação socioeconômica de Centros Comunitários de Produção: pesquisa de campo e relatório de avaliação da 1ª etapa de Pintadas–BA;
- Avaliação socioeconômica do projeto dos sistemas de Fontes Renováveis de Energia: planejamento e execução da pesquisa de campo da 1ª etapa de Xapuri–AC;
- Apresentação de trabalho no VII SICONEE – *Seminário Nacional da Gestão da Informação e do Conhecimento no Setor Elétrico*, realizado em Florianópolis–SC, intitulado: “Centro Comunitário de Produção de Boa Esperança: Incentivo ao associativismo e à geração de renda como caminhos para a consolidação da cidadania”;
- Coordenação da Pesquisa dos Impactos Socioeconômicos do Programa de Eletrificação Rural. Pesquisa de campo realizada entre 2000 e 2004 e elaboração de relatórios de análise da fase pós-eletrificação (2 a 3 anos com eletricidade regular e segura) de 15 estados brasileiros, pelo Centro de Pesquisas da ELETROBRÁS – CEPEL e apoio do Programa das Nações Unidas - PNUD;
- Implantação da versão 1.0 do Sistema de Dados IMPAR, com os dados da Pesquisa Sócio-Econômica do Programa de Eletrificação Rural (2000-2004), desenvolvido pelo CEPEL e pelo DAI;
- Conclusão da etapa de Planejamento de Longo Prazo do Projeto de Cooperação Técnica Bilateral entre a ELETROBRÁS e a GTZ;

- Elaboração e encaminhamento do I Relatório de Progresso do Projeto de Cooperação Técnica, referente ao ano de 2005, à ABC;
- Continuidade da implementação do Projeto Piloto no Município de Xapuri, Acre. Realização de visitas técnico-gerenciais à ELETROACRE, em conjunto com a GTZ, para apoio no desenvolvimento do Projeto Piloto de Xapuri, abrangendo o modelo de gestão, protótipo do sistema fotovoltaico, licitação de materiais e serviços de instalação, aquisição de materiais, cadastro dos moradores, entre outras atividades;
- Coordenação e realização, em conjunto com a GTZ e com apoio da ELETROACRE, de um treinamento sobre Sistemas Fotovoltaicos Domiciliares, direcionado aos técnicos que serão os responsáveis pela implantação, operação, manutenção e gestão dos sistemas específicos do Projeto Piloto de Xapuri, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica;
- Reuniões e contatos com representantes da ANEEL, visando autorização para a implantação do Projeto Piloto de Xapuri, tendo como resultado a Resolução Autorizativa ANEEL 646, que dá anuência às condições previstas pelo Projeto de Cooperação Técnica ELETROBRÁS / GTZ;
- Compilação e análise da regulamentação relativa ao uso de Fontes Renováveis de Energia em comunidades isoladas, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica ELETROBRÁS / GTZ;
- Realização, em conjunto com a GTZ, do Workshop "Sistemas Fotovoltaicos na Eletrificação Rural – Experiências, Oportunidades e Desafios" no evento Rio6, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica;
- Gerenciamento das ações conduzidas no âmbito do Contrato PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Projeto BRA/05/020 – Fortalecimento da Participação dos Agentes no Programa LUZ PARA TODOS: contratos de consultoria, treinamentos, aquisição de equipamentos e contrato com pessoa jurídica;

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

A ELETROBRÁS através dos Departamentos de Engenharia de Distribuição - DED e Departamento de Gestão do Programa de Universalização - DEP participa, junto ao MME, do planejamento, execução e acompanhamento do Programa "LUZ PARA TODOS" e para tanto realizou no ano de 2006 as seguintes atividades:

1) número de consumidores ligados até 31/12/2006

No ano de 2006, foram realizadas 590.013 novas ligações no âmbito do Programa, acumulando até 31.12.2006, um montante de 1.038.580 ligações efetuadas o que corresponde a um total de mais de 5 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro.

No Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa LUZ PARA TODOS – Sistema LPT - onde constam as obras integrantes dos contratos administrados pela Eletrobrás, já contabilmente encerradas, não sendo computadas aquelas realizadas por meio de Convênios com os Governos Estaduais - foram cadastradas, no ano de 2006, 456.111 ligações, totalizando um número acumulado desde o início do Programa de 724.255 ligações.

Valter Luiz Cardinal de Souza
Presidente em Exercício

2) consumidores com obras em andamento (pode ser o número contratado)

Em 31.12.2006, estavam em andamento um conjunto de obras que, em um curto espaço de tempo, vão acrescentar 132.634 ligações ao montante já realizado.

Até o final do ano de 2006, o número de ligações contempladas nos 146 contratos de financiamento e concessão de subvenção firmados entre os Agentes Executores (concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural) e a ELETROBRÁS totalizava uma meta de 1.132.671 ligações. Como já foram cadastradas no Sistema LPT 724.255 ligações, está prevista a realização e cadastramento de no mínimo 408.416 ligações durante o ano de 2007.

3) total investido em 2006

Durante o ano de 2006, a ELETROBRÁS liberou R\$ 1.804 milhões, sendo R\$ 1.350 milhões originados de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e R\$ 454 milhões da Reserva Global de Reversão – RGR.

4) situação em relação às metas assumidas

Em 2006, foram realizadas 98,3% da meta global de 600.000 ligações, computados os compromissos dos executores com a ELETROBRÁS e os Governos Estaduais.

Até 31.12.2006, foram cadastradas 724.255 ligações, o que corresponde a 63,9 % do total de ligações contratadas entre os Agentes Executores e a ELETROBRÁS até a mesma data.

Até 31.12.2006, foi liberado pela ELETROBRÁS para os Agentes Executores um montante de R\$ 2,89 bilhões (recursos da CDE e da RGR) de um total contratado de R\$ 5,05 bilhões, ou seja, 57,2 % do total de recursos contratados.

5) meta para os próximos anos

O Programa LUZ PARA TODOS visa beneficiar com acesso a energia elétrica 12 milhões de pessoas no meio rural brasileiro até 2008.

Segundo a Resolução Normativa nº 175, de 28.11.2005 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, até o final de 2007, deverão estar concluídas 1.561.484 ligações no âmbito do Programa, ou seja, no ano de 2007 ainda deverão ser realizadas mais 522.904 ligações para cumprimento da meta nacional.

A mesma Resolução prevê para o ano de 2008, o atendimento de no mínimo 381.344 novas unidades consumidoras.

6) total de recursos investidos desde o início do Programa

Alem dos recursos financeiros administrados pela ELETROBRÁS da ordem de R\$ 5,05 bilhões, distribuídos entre as contas CDE (R\$ 3,74 bilhões) e da RGR (R\$ 1,31 bilhões). o Programa Luz para Todos conta também com recursos originados dos próprios Agentes Executores (R\$ 1,07 bilhão) e dos respectivos Governos Estaduais (R\$1,00 bilhão), englobando um montante de investimentos de R\$ 7,12 bilhões.

7) informações complementares

No ano de 2006, foram efetuadas pela ELETROBRÁS 70 análises técnico-orçamentárias das solicitações de financiamento e subvenção para empreendimentos de eletrificação rural e

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente em Exercício

realizadas 112 inspeções físicas de obras associadas aos contratos firmados entre os Agentes Executores e a ELETROBRÁS no âmbito do Programa LUZ PARA TODOS.

No ano de 2006, foram cadastradas 84.556 obras no Sistema LPT, totalizando desde 2004, 121.961 obras que compreendem a realização de ligações em 4.849 municípios brasileiros. Estas 121.961 obras contemplam a construção de 155.695 km de redes elétricas de alta e baixa tensão, a implantação de 1.637.266 postes, a instalação de 250.264 transformadores e a implementação de 1.943 sistemas fotovoltaicos.

Também em 2006, foram firmados 7 contratos de concessão de subvenção econômica referentes à Projetos Pioneiros, que se caracterizam pelo caráter de urgência das demandas sociais da área rural de municípios com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH inferior à média estadual. Estes Projetos Pioneiros contemplam mais 73 ligações e envolvem investimentos totais de R\$ 549.354,80, sendo R\$ 466.951,59 com recursos oriundos da CDE e R\$ 82.403,21 dos próprios Agentes Executores.

No ano de 2006, foram efetuadas pela ELETROBRÁS 70 análises técnico-orçamentárias das solicitações de financiamento e subvenção para empreendimentos de eletrificação rural e realizadas 112 inspeções físicas de obras associadas aos contratos firmados entre os Agentes Executores e a ELETROBRÁS no âmbito do Programa LUZ PARA TODOS.

No ano de 2006, foram cadastradas 84.556 obras no Sistema LPT, totalizando desde 2004, 121.961 obras cadastradas, que compreendem a realização de ligações no meio rural de 4.849 municípios brasileiros. Estas 121.961 obras contemplam a construção de 155.695 km de redes elétricas de alta e baixa tensão, a implantação de 1.637.266 postes, a instalação de 250.264 transformadores e a implementação de 1.943 sistemas fotovoltaicos.

Também em 2006, foram firmados 7 contratos de concessão de subvenção econômica referentes à Projetos Pioneiros, que se caracterizam pelo caráter de urgência das demandas sociais da área rural de municípios com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH inferior à média estadual. Estes Projetos Pioneiros contemplam mais 73 ligações e envolvem investimentos totais de R\$ 549.354,80, sendo R\$ 466.951,59 com recursos oriundos da CDE e R\$ 82.403,21 dos próprios Agentes Executores.

Programa de Criação e Consolidação de Centros Comunitários de Produção – CCP-Eletrobrás

Objetivos

Os Centros Comunitários de Produção são unidades em que um grupo de pequenos agricultores de base familiar e reunidos em uma cooperativa ou associação, beneficiam sua produção utilizando, em sua maioria, equipamentos movidos à energia elétrica, transformando-a em um insumo de produção capaz de agregar valor e gerar trabalho.

A implementação dos projetos é baseada na construção de parcerias, meio eficaz de otimizar esforços, minimizando investimentos das instituições, sem onerar as organizações comunitárias, onde cada parceiro (associações de produtores rurais, prefeituras municipais, concessionárias, órgãos de assistência técnica e extensão rural dentre outros, além da Eletrobrás) atua conforme suas aptidões específicas.

A implantação de projetos de CCP contribui para:

- Desenvolvimento econômico e social das áreas atendidas pelos programas de eletrificação rural do Governo Federal.
- Difundir o uso final da energia elétrica como fator essencial para programas e projetos relacionados com o Desenvolvimento Sustentável.
- Viabilizar o uso de máquinas e equipamentos pelos pequenos produtores, evitando-se investimentos que são elevados se realizados individualmente.
- Capacitar técnicos e produtores para adoção de novas tecnologias e práticas comerciais.
- Reduzir o êxodo e gerar empregos no meio rural ou longe dos grandes centros.
- Promover o uso racional de energia, melhorando o fator de carga e redução dos investimentos do sistema elétrico, viabilizando o mercado de energia nas áreas rurais.
- Melhorar o planejamento da produção agrícola, usar tecnologias que aumentam a produtividade e estimular a adoção de práticas visando preservação do meio ambiente.

1. Como são selecionadas as comunidades

- Os projetos ou propostas de projetos são encaminhados para a Eletrobrás, em geral através de uma Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica, que identifica comunidades com potencial de realização dos projetos conforme os critérios estabelecidos no Manual para Apresentação de Projeto de Centro Comunitário de Produção da Eletrobrás;
- A análise técnica e aprovação dos projetos são efetuadas pela DEPP.

2. Ações desenvolvidas e CCPs implantados até 31/12/2006

O processo de implementação dos CCPs é composto por três segmentos de atividades: Implantação, Acompanhamento e Avaliação Socioeconômica. Assim, foram realizadas as seguintes atividades:

2.1 Implantação

- Análise de dados preliminares de cinco projetos nas áreas de concessão das seguintes concessionárias: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – Cemat, Companhia Força e Luz

Cataguazes Leopoldina, Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – Saelpa e Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre;

- Análise de quatro projetos recebidos nas áreas de concessão da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – Cemat, Ampla Energia e Serviços S.A e Elektro Eletricidade e Serviços S.A;
- Execução de dois projetos aprovados nas áreas da Ampla Energia e Serviços S.A (CCP Fazenda Boa Vista, Santa Maria Madalena – Rio de Janeiro) e Elektro Eletricidade e Serviços S.A (CCP Cana Verde, Ribeira – São Paulo);
- Inauguração do CCP do Sertão, Pintadas – Bahia, área de concessão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba.

2.2 Acompanhamento

- Análise de dados da operação do CCP de Boa Esperança (São Fidélis – Rio de Janeiro, área de concessão da Ampla Energia e Serviços S.A) e do CCP do Sertão (Pintadas – Bahia, área de concessão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba);

2.3 Avaliação Socioeconômica

- Aplicação de pesquisa de campo em duas comunidades localizadas nas áreas de concessão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba (CCP do Sertão, Pintadas – Bahia) e Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre;
- Processamento dos dados das pesquisas realizadas em três comunidades, localizadas nas áreas de concessão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba (CCP do Sertão, Pintadas – Bahia), Ampla Energia e Serviços S.A (CCP Fazenda Boa Vista, Santa Maria Madalena – Rio de Janeiro) e Elektro Eletricidade e Serviços S.A (CCP Cana Verde, Ribeira – São Paulo);
- Elaboração do Relatório da Primeira Fase da Avaliação Socioeconômica do CCP do Sertão (Pintadas – Bahia, área de concessão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba).

3. Resultados

CCP DE BOA ESPERANÇA – Município de São Fidélis - Rio de Janeiro

Beneficiamento: Resfriamento e armazenagem de leite

Inauguração: 5 de novembro de 2003

Área de Concessão: Ampla Energia e Serviços S.A

Investimento (equipamentos - Eletrobrás): R\$ 60.000,00

Número de beneficiados: 38 produtores, mais de 150 pessoas

Valter Luiz Carneal de Souza
Presidente em Exercício

Produção média mensal: 52.730 litros de leite
Consumo médio de energia elétrica: 1.062 kWh/mês
Receita bruta média mensal: R\$ 28.750,00

Com três anos de inauguração, o CCP de Boa Esperança já comercializou quase 2.000.000 l de leite, movimentando mais de R\$ 1.000.000,00 na comunidade. O Relatório da Primeira Fase da Avaliação Socioeconômica do CCP de Boa Esperança, realizado um ano depois de sua inauguração, indicou um aumento médio de cerca de 8% nos rendimentos dos produtores filiados ao CCP em relação ao antigo canal de comercialização, o que representa o rendimento de um mês de trabalho.

CCP DO SERTÃO - Município de Pintadas – Bahia

Beneficiamento: Resfriamento e armazenagem de leite

Inauguração: 5 de junho de 2006

Área de Concessão: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia –
Coelba

Investimento: R\$ 81.415,00

Número de beneficiados: 50 pequenos produtores de leite, mais de 200
pessoas

Produção média mensal: 56.550 litros de leite

Consumo médio de energia elétrica: 1.078 kWh/mês

Receita bruta média mensal: R\$ 22.335,00

A partir destes CCPs de leite, a produção é comercializada da maneira adequada como estabelece a Normativa 51 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, graças a instalação de equipamentos para análise, recepção e resfriamento de leite de rebanho bovino.

3. Situação em relação às metas assumidas anteriormente

A situação é de cumprimento das metas pretendidas.

4. Metas para 2007 e próximos anos

1 – Implantação e monitoramento sócio econômico

CCP CANA VERDE – Município de Ribeira – São Paulo

Beneficiamento: Fabricação de açúcar-mascavo, rapadura, melado e doces

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente em Exercício

Previsão de Inauguração: Janeiro de 2007

Beneficiamento de 36 pequenos produtores de cana-de-açúcar

Custo estimado dos equipamentos: R\$ 68.232,00 (patrocinados pela USAID/PNUD)

CCP DA FAZENDA BOA VISTA – Município de Santa Maria Madalena
– Rio de Janeiro

Fabricação de farinha de mandioca e polvilho

Previsão de Inauguração: Março de 2007

Beneficiamento de 37 pequenos produtores de mandioca

Custo estimado dos equipamentos: R\$ 50.000,00 (patrocinados pela USAID/PNUD)

2 - Implantação

Cinco projetos nas áreas de concessão das seguintes concessionárias: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – Cemat, Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina, Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – Saelpa e Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre.

5. Outras informações relevantes

A centralização do processo de beneficiamento da produção agrícola, se por um lado possibilita a obtenção de uma escala que justifique os investimentos de implementação e facilite a atuação das instituições criadas para o apoio aos produtores rurais, por outro redundava numa utilização mais eficiente da energia elétrica, graças à concentração da carga e da diminuição das perdas características com redes de distribuição ociosas.

Configura-se assim um empreendimento em que todos os envolvidos ganham:

- Produtores rurais de base-familiar;
- Entidades de assistência técnica e extensão rural;
- Prefeituras Municipais;
- Concessionárias de distribuição de energia elétrica;
- ELETROBRÁS;
- Brasil.

Através dos CCPs como ação complementar do processo de eletrificação rural, se demonstra o papel da eletricidade como um vetor de desenvolvimento do interior brasileiro. Assim, a universalização do acesso à energia elétrica não se limita a iluminar, mas oferece também a

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente em Exercício

possibilidade do seu uso produtivo que contribuirá para a alteração da realidade social que hoje se verifica.

Os Centros Comunitários de Produção são Projetos Complementares às obras do Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos, que devem ser vistos não apenas como projetos de engenharia complementares à eletrificação rural, mas também como ações concretas da Eletrobrás que redundam em eficiência energética, responsabilidade social e promovem o desenvolvimento sustentável no interior. Estes fatos estão alinhados com os princípios do estatuto da empresa e com a sua missão empresarial de "Criar, ofertar e implementar soluções que atendam os mercados nacional e internacional de energia elétrica, atuando com excelência empresarial, com rentabilidade e responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde venha a atuar."

7. DEPARTAMENTO DE SISTEMAS ISOLADOS E COMBUSTÍVEIS - DES

O DES é constituído por duas divisões, DESI – Divisão de Planejamento e Operação dos Sistemas Isolados e DESC – Divisão de Gestão de Combustíveis.

I. BLOCO 1 - ITEM 1: PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES

As ações a cargo do DES programadas para 2006 visaram atender aos seguintes objetivos:

- Coordenar o Comitê Técnico de Planejamento dos Sistemas Isolados - CTP do Grupo Técnico Operacional da Região Norte - GTON, responsável pelo Plano de Operação e pelos Programas Mensais de Operação – PMO;
- Coordenar o Comitê Técnico da Operação dos Sistemas Isolados - CTO do GTON, responsável, dentre outras, pela análise, elaboração e implantação de métodos e procedimentos de operação e manutenção nos sistemas isolados;
- Coordenar o Comitê Técnico de Combustíveis - CTC do GTON, responsável, dentre outras, pela elaboração dos Planos de Combustíveis;
- Coordenar a Comissão Especial de Atendimento aos Sistemas Eletricamente Isolados -CESI, criada no âmbito da Secretaria Executiva do GTON, responsável pela implantação do Sistema de Coleta de Dados estabelecido pela Resolução ANEEL nº 163;
- Coordenar o Projeto Ribeirinhas, uma iniciativa da ELETROBRÁS em parceria com o CEPEL, que visa avaliar a viabilidade técnico-econômica e sócio-ambiental de utilização de microssistemas descentralizados de geração elétrica utilizando recursos energéticos locais, para o suprimento de povoações dispersas ao longo dos rios e igarapés;
- Coordenar o Projeto ENERGIS, que é um Sistema de Informações Geo-referenciadas com aplicações no planejamento da expansão dos sistemas isolados da Região Norte, e que visa buscar soluções para o atendimento das metas de universalização, a partir da identificação de potenciais energéticos locais e das carências de atendimento elétrico, com ênfase na utilização de fontes alternativas de energia;

Válter Luiz Cardinal de Souza
Presidente em Exercício

- Coordenar projeto para implantação de um Sistema de Geração de Energia Elétrica a partir de fontes renováveis na Ilha de Trindade. Este Projeto é uma iniciativa da ELETROBRÁS com a Marinha do Brasil e está sendo desenvolvido com o apoio do CEPEL;
- Avaliar, supervisionar e fiscalizar os projetos de geração e operação dos Sistemas Isolados, financiados pela ELETROBRÁS, bem como aqueles que serão implantados com os recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 146/2005, que estabelece as condições e os prazos para a sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC em favor de titulares de concessão ou autorização de empreendimentos que substituam derivados de petróleo ou que permitam a redução do dispêndio atual ou futuro da CCC nos Sistemas Elétricos Isolados;
- Analisar projetos de engenharia referentes a empreendimentos com uso de energias renováveis, em substituição à geração térmica de fontes fósseis nos sistemas isolados;
- Apoiar tecnicamente as avaliações de participação societária em projetos de geração nos sistemas isolados;
- O projeto DIMTERM tem por finalidade a otimização do funcionamento de grupos geradores diesel dos parques térmicos de geração isolada;
- Efetuar inspeções de comprovação física de projetos executados com recursos provenientes de contratos de financiamento firmados entre a ELETROBRÁS e as Concessionárias, visando cumprir as cláusulas contratuais que condicionam a liberação desses recursos a esta comprovação;
- Administrar os recursos das Contas de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC;
- Calcular e controlar as quotas de recolhimento da CCC, bem como administrar a aplicação dos recursos e o uso de combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, cobertos por esta Conta, para os Sistemas Isolados brasileiros;
- Elaborar o Plano Anual de Combustíveis para os Sistemas Isolados brasileiros, administrar seus estoques e uso, realizando estudos e projetos relacionados ao Parque Gerador Térmico, e emitir periodicamente relatórios de acompanhamento e avaliação de combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica;
- Administrar os estoques físicos de combustíveis e os saldos financeiros remanescentes das sub-contas da CCC dos Sistemas Interligados, quer tiveram sua operação encerrada em 31/12/2005, de acordo com a Lei 9.648/1998;
- Gerir os recursos financeiros, oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, destinados ao reembolso dos custos de consumo de combustíveis primário e secundário para empreendimentos termelétricos que utilizem apenas carvão mineral nacional.

II. BLOCO 1 - ITEM 2: REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO

No desempenho de suas atribuições, o DES contabilizou as seguintes realizações em 2006:

II.1 Conta de Consumo de Combustível Fósseis – CCC

A CCC, gerida pela ELETROBRÁS, constitui-se em uma reserva financeira para cobertura do custo dos combustíveis fósseis, rateando os ônus e as vantagens decorrentes da termelétricidade.

Com o encerramento da operação das CCCs dos Sistemas Interligados em 31/12/2005, de acordo com a Lei 9.648/1998, a gestão concentrou-se na CCC dos Sistemas Isolados, que tem como

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente em Exercício

contribuintes todos os Agentes de Distribuição, Geração e Transmissão que atendam a consumidores finais do país.

Os montantes necessários para a CCC-ISOL são orçados no Plano Anual de Combustíveis – PAC a partir das quantidades de combustíveis necessárias ao atendimento da geração térmica prevista pelo Grupo Técnico Operacional da Região Norte – GTON, sendo esse o documento que subsidia a ANEEL na determinação da Quota Anual da CCC.

Sistemas Isolados

Para os Sistemas Isolados, o montante a ratear previsto para 2006 foi da ordem de 4,6 bilhões de reais, composto da seguinte forma:

ITEM	MILHÕES DE R\$
Custo da Geração	4.244
Equivalente Hidráulico	429
Sub-rogações	74
Saldo anterior (negativo)	697
Valor a Ratear	4.586

Este custo de geração pode ser discriminado por fonte como se segue:

FONTE GERADORA	GERAÇÃO (GWH)	QUANTIDADE	CUSTO GERAÇÃO (R\$ MILHÕES)
Óleo Combustível	2.196	515 mil t	706
Óleo PGE	934	188 mil t	264
Óleo Diesel	3.268	929 milhões l	1.848
Óleo Leve PTE	2.319	802 milhões l	1.413
Biodiesel	21	6 milhões l	13

II.2 Gestão da CCC

Na administração dos recursos oriundos da CCC, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Efetivação dos reembolsos das despesas com combustíveis, pela CCC, aos Agentes Geradores;
- Gestão de todo o processo financeiro com a PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A., fornecedora de combustível para as termelétricas cobertas pela CCC dos Sistemas Isolados;
- Elaboração do Plano Anual de Combustíveis para 2007 para os Sistemas Isolados, compreendendo coleta das informações necessárias junto aos Agentes Geradores e com o Grupo Técnico Operacional da Região Norte - GTON, órgão responsável pelo Planejamento da Operação dos Sistemas Isolados, além das interações necessárias com a ANEEL;
- Elaboração dos Programas Mensais de Operação dos Sistemas Isolados referentes ao período janeiro-dezembro, que servem de base para o cálculo das quotas mensais de CCC-ISOL;

Walter Luiz Carneal de Souza
Presidente em Exercício

II.3 Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A CDE, movimentada pela ELETROBRÁS, tem por finalidade promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, e a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

A sistemática de cobertura do custo do combustível primário é efetivada ao gerador mediante o reembolso de percentual de até 100% da despesa, mantida a obrigatoriedade de compra mínima de combustível estipulada nos contratos vigentes em 29 de abril de 2002.

Os empreendimentos beneficiados pela sistemática em questão são: Usinas de Charqueadas e Jorge Lacerda, ambas da TRACTEBEL ENERGIA; ii) Usinas de São Jerônimo e Presidente Médici, da CGTEE; iii) e, a Usina de Figueira, da COPEL GERAÇÃO.

Na tabela a seguir são descritas as quantidades mensais de carvão mineral nacional cobertas pela CDE no ano de 2006:

Tabela 1: Quantidade Prevista de Carvão Mineral Nacional (t/mês)

Usinas	Quantidades
Charqueadas	28.866,000
Jorge Lacerda	200.000,000
Presidente Médici	133.333,330
São Jerônimo	6.500,000
Figueira	6.500,000

Em relação ao combustível secundário foram mantidas consideradas as quantidades da seguinte ordem:

Tabela 2: Quantidade Prevista Óleo Combustível (t/mês)

Usinas	Quantidades
Charqueadas	80
Jorge Lacerda	200
Presidente Médici	2.100
São Jerônimo	-
Figueira	-

Tabela 3: Quantidade Prevista Óleo Diesel (l/mês)

Usinas	Quantidades
Charqueadas	1.000
Jorge Lacerda	200.000
Presidente Médici	15.000
São Jerônimo	-
Figueira	12.500

Para cobertura financeira das quantidades de combustível primário e secundário no ano de 2006, o Ministério de Minas e Energia estabeleceu por meio do Ofício nº 014/2006/SEE um valor correspondente a R\$ 491.134.569,72.

II.4 Planejamento da Operação dos Sistemas Isolados - GTON

As atividades de Planejamento da Operação dos Sistemas Isolados, realizadas no âmbito do CTP/GTON compreenderam as seguintes ações:

- Reavaliação do Plano de Operação de 2006;
- Elaboração dos Programas Mensais de Operação referentes ao período janeiro-dezembro de 2006;
- Elaboração do Plano de Operação referente ao ano de 2007;
- Participação dos estudos de atendimento ao Sistema Manaus.
- Especificação dos procedimentos para automatização dos controles das atividades do GTON/CTP;
- Implantação de ferramentas para dar suporte aos procedimentos do GTON/CTP;
- Elaboração de Estudos de Atendimento Eletro-Energético para CELPA – Solicitação de financiamento para projeto de interligação e para CEAM – Análise de viabilidade de transferência da energia excedente de Benjamin Constant para Islândia (Peru);

II.5 Acompanhamento da Operação dos Sistemas Isolados

Dentre as atividades de acompanhamento da operação dos sistemas isolados realizadas pelo DES destacaram-se:

- Inspeção de comprovação física dos Projetos de Aquisição ou Revitalização de grupos geradores pertencentes às usinas térmicas da CEAM (ECF 2057/00 e 2459/05), CERON (ECF 2509/05) e Manaus Energia (ECF 2327-A/04, 2461/05 e 2463/05) nos contratos entre a ELETROBRÁS e estas empresas;
- Implementação do Sistema de Coleta de Dados (Resolução ANEEL nº 163/2005) – Implantação do Sistema de Monitoramento da ELETROBRÁS (SME) para obtenção das informações dos agentes;
- Treinamento de Implantação do Manual de Recebimento, Manuseio e Qualidade de Produtos Derivados de Petróleo em Usinas Térmicas dos sistemas isolados na empresa CEMAT em maio/2006;
- Elaboração da 2ª revisão do Manual de Recebimento, Manuseio e Qualidade de Produtos Derivados de Petróleo em Usinas Térmicas e das Instruções Técnicas de Recebimento – ITR.
- Acompanhamento e Controle do Parque Térmico e do Estoque de Combustível dos Sistemas Isolados no interior do estado do Rondônia (Sistema Vilhena – CERON);

- Análise técnica dos projetos de geração do Programa Luz para Todos, instituído pelo Decreto nº 4.873/2003, a saber:
 - CEAM – 1ª e 2ª Tranches;
 - CEMAT;
- Inspeções “*in loco*” dos estoques de combustível armazenados nos tanques das usinas térmicas desativadas em 2006, a saber:
 - Iranduba – CEAM;
 - Nova Esperança do Piriá –CELPA;
 - Aripuanã, Juara, Juína, Tabaporã, Sapezal e Colniza – CEMAT;
 - Pimenta Bueno – CERON;
 - Porto Murinho – ENERSUL;
 - Mauá II – MESA;
- Desenvolvimento de metodologia para preenchimento da Planilha de Acompanhamento de Estoque de Combustível – AEC;
- Desenvolvimento de metodologia para tratamento das perdas registradas na Planilha de Acompanhamento de Estoque de Combustível – AEC;
- Desenvolvimento de metodologia para avaliação do consumo específico das unidades geradoras das usinas térmicas nos Sistemas Isolados pelo grupo de trabalho criado no âmbito do GTON .

II.6 Projeto Ribeirinhas

No âmbito deste Projeto destacaram-se os seguintes eventos:

- Implantação do sistema gaseificação no município de Manacapuru;
- Fim da vigência do contrato deste Projeto e conseqüente celebração do Termo de Rescisão e Quitação.

II.7- Apoio ao Ministério de Minas e Energia, Tribunal de Contas da União e Agência Nacional de Energia Elétrica

O apoio aos órgãos em epígrafe compreendeu as seguintes atividades:

- Participação do CMSE-Sistemas Isolados
- Elaboração de respostas aos ofícios encaminhados por estes órgãos;
- Elaboração do Plano de Ação solicitado pelo TCU, objetivando a redução do orçamento anual da Conta de Consumo de Combustível Fósseis dos Sistemas Isolados (CCC-Isol).

II.8- Projeto DIMTERM SI

O projeto tem por finalidade a otimização do funcionamento de motores diesel em parques térmicos de geração isolada. No âmbito deste Projeto destacou-se o seguinte evento:

Walter Luiz Cardozo de Souza
Presidente em Exercício

- Apresentação do Caderno de Contas e definição dos principais objetivos para o ano de 2007, visando sugestões de melhorias e aprimoramento para o referido programa.

II.9- Projeto Ilha de Trindade

No Projeto destacaram-se os seguintes eventos:

- Elaboração da Minuta de Convênio Eletrobrás-Cepel-Marinha;
- Inicialização do processo de licenciamento junto ao IBAMA;
- Reavaliação do projeto de geração a ser implantado na Ilha de Trindade, visando a otimização dos recursos;

8. DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE TRANSMISSÃO DET

O DET é constituído por duas divisões, DETE – Divisão de Estudos Elétricos e DETT - Divisão de Engenharia de Transmissão.

I. BLOCO 1 - ITEM 1: PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES

As ações a cargo do DET programadas para 2006 visaram atender aos seguintes objetivos:

- Desenvolvimento e análise de estudos e projetos de empreendimentos de sistemas de transmissão de energia elétrica;
- Emissão de pareceres técnico-orçamentários sobre pedidos de financiamento de empreendimentos de transmissão, telecomunicações e automação de subestações;
- Acompanhamento físico e econômico das obras de transmissão, telecomunicações e automação de subestações financiadas e/ou com participação da ELETROBRÁS;
- Realização de estudos de expansão dos sistemas de transmissão;
- Realização de estudos de transmissão de integração de novas centrais geradoras;
- Desenvolvimento de metodologia, modelos, diretrizes e critérios para a expansão dos sistemas de transmissão;
- Supervisão e coordenação das atividades de operação e manutenção, assim como as análises de desempenho e riscos das Empresas do Grupo ELETROBRÁS, no âmbito da transmissão;
- Realização de estudos de tarifas de uso do sistema de transmissão e serviços ancilares;
- Apoio ao CEPEL no desenvolvimento de protótipos para empreendimentos de transmissão;
- Realização de estudos elétricos de transmissão no âmbito da Comissão Mista de Operação ANDE - ITAIPU - ELETROBRÁS (CMO);
- Consolidação e acompanhamento da execução do Plano Plurianual de Investimentos – PPA das Empresas do Grupo ELETROBRÁS, no âmbito das atividades de transmissão e distribuição de energia elétrica;
- Participação e acompanhamento do Programa de Dispêndios Globais – PDG, relativo aos investimentos das Empresas do Grupo ELETROBRÁS, no âmbito das atividades de transmissão de energia elétrica;

Walter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

- Acompanhamento das ações relacionadas à conexão dos empreendimentos do PROINFA, no âmbito da transmissão;
- Atualização dos custos modulares de linhas de transmissão e de subestações;
- Administração do contrato de operação e manutenção das instalações vinculadas à interligação elétrica entre Brasil e Uruguai por intermédio da conversora de frequência de Rivera.

II. BLOCO 1 - ITEM 2: REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO

No desempenho de suas atribuições, o DET contabilizou as seguintes realizações em 2006:

II.1 Atividades envolvendo as empresas do Grupo ELETROBRÁS

Compreendeu as seguintes atividades:

- Coordenação do SCMT – Subcomitê de Manutenção, criado no âmbito do COPEM, o qual substituiu o Grupo Técnico de Manutenção das Empresas do Grupo ELETROBRÁS – GTM. O objetivo principal do Subcomitê é estabelecer um foro permanente para debates de assuntos de Manutenção no Grupo ELETROBRÁS. No âmbito do SCMT vem sendo discutida, principalmente, a questão do Enxofre Corrosivo em Óleo Mineral Isolante – “Óleo Nynas”. O SCMT está organizado em grupos de trabalho conforme a estrutura a seguir:
 - Grupo de Trabalho de Gestão da Manutenção - GTMG
 - Grupo de Trabalho de Linhas de Transmissão e Subestações – GTMT
 - Grupo de Trabalho de Instrumentação, Controle, Proteção e Telecomunicações – GTMI
 - Grupo de Trabalho de Equipamentos de Geração – GTMU
- Emissão dos seguintes relatórios no âmbito do SCMT:
 - Informe Técnico COPEM/SCMT-001/2006 - Falhas e Defeitos em Buchas HSP Instaladas em Equipamentos do Grupo ELETROBRÁS
 - Informe Técnico COPEM/SCMT-002/2006 - Especificação Técnica e Referencial de Preços para Manutenção Geral de Seccionadores
 - Informe Técnico COPEM/SCMT-003/2006 - Especificação Técnica e Referencial de Preços para Manutenção Geral de Disjuntores
- Coordenação do Grupo de Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), que tem como objetivo capacitar os técnicos das empresas para o cálculo da TUST, bem como atender às demandas de negócios do Grupo ELETROBRÁS. No âmbito deste Grupo estão sendo montados os arquivos, no horizonte 2007-2015, necessários para a utilização do programa NODAL, que é a ferramenta computacional utilizada para o cálculo das tarifas de uso do sistema de transmissão;
- Elaboração do relatório Acompanhamento do Desempenho dos Sistemas de Transmissão das Empresas do Grupo ELETROBRÁS – Período 2002 a 2005, com o objetivo de apresentar os principais indicadores de desempenho dos sistemas de transmissão, e contribuir para o correto diagnóstico e a aplicação de ações para melhorar esse desempenho – Em fase de conclusão.

II.2 Apoio ao GTON

- Realização de estudos de planejamento da expansão da transmissão dos Sistemas Isolados. Foram acompanhados os Programas Mensais de Operação dos Sistemas Isolados (PMO) e os programas de obras de transmissão e subtransmissão das empresas que fazem parte dos Sistemas Isolados da Região Norte. Trata-se de atividade de rotina, reiniciando-se anualmente. Para o ano de 2006 esta atividade foi inteiramente concluída.

II.3 Apoio à EPE - Ministério de Minas e Energia

Compreendeu as seguintes atividades:

- Análise do Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica – PDEE 2006/2015, no que se refere à transmissão, em conjunto com as empresas do Grupo ELETROBRÁS, visando contribuir com sugestões para o aprimoramento do mesmo, conforme Consulta Pública MME nº 01/2006 – Concluída;
- Acompanhamento da elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica – PDEE 2007/2016, no que se refere à transmissão – Concluído;
- Acompanhamento dos Estudos da Expansão da Transmissão – Análise dos Sistemas Regionais Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste – Período 2007/2016 – Concluído;
- Participação nos Estudos da Interligação Brasil-Uruguai. De acordo com o Memorando de Entendimento assinado entre os Ministros das áreas energéticas do Brasil e do Uruguai, em 5 de julho de 2006, foi criado o Grupo de Trabalho de Interconexão, com o objetivo de estabelecer os montantes de energia a serem exportados pelo Brasil, sem a necessidade de implantação de reforços na Rede Básica brasileira e indicando os condicionantes correspondentes a essa interligação. Os resultados serão subsídios para que a equipe uruguaia defina a capacidade da estação conversora de frequência – Em andamento;
- Participação no Estudo para Definição dos Sistemas de Integração dos AHEs Jirau e Santo Antônio - Complexo do Rio Madeira, com ênfase no sistema de transmissão para o escoamento da potência das usinas, e sua interação com os sistemas regionais do Acre, Rondônia, Mato Grosso e sistema receptor da região Sudeste. O estudo tem como objetivo indicar a melhor alternativa técnica e econômica para o empreendimento, levando em consideração os aspectos socioambientais – Em andamento;
- Participação no Estudo de Análise de Reforços Associados ao Sistema de Transmissão de Itaipu, que tem como objetivo a definição de uma alternativa técnica e economicamente viável de ampliação do sistema de transmissão de Itaipu, em corrente alternada, que proporcione uma rota alternativa para o escoamento da potência parcial gerada pelo setor de 60 Hz da UHE Itaipu, no caso de perda de um ou dois dos circuitos existentes de 765 kV, criando, desta forma, uma alternativa que minimize o efeito provocado pela quedas de torres na região e contemple também o aumento da capacidade instalada da usina – Em andamento;
- Participação no Estudo de Suprimento às Regiões de Tapajós, Juruti, Parintins e Calha Norte, com o objetivo de indicar a melhor alternativa para interligação ao sistema interligado nacional de localidades dos Sistemas Isolados situadas na margem esquerda e na margem direita do rio Amazonas, nos estados do Pará e Amazonas – Em andamento.

II.4 Colaboração com o Ministério de Minas e Energia

- Participação nas reuniões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico relativo aos Sistemas Isolados.

- Colaboração fornecendo suporte técnico ao MME / DEC na análise dos projetos de PCHs, Eólicas e Biomassa do PROINFA, no que se refere à conexão destes ao sistema elétrico das concessionárias;
- Participação na elaboração dos casos de referência utilizados no programa MELP (Modelo de Expansão de Longo Prazo), desenvolvido pelo CEPEL, produzindo as estimativas de custos das conexões dos sistemas de transmissão associados aos novos empreendimentos de geração e na quantificação dos custos de expansão da transmissão dos sistemas de interligação.
- Apoio ao MME na avaliação anual dos Programas de Energia do PPA 2004-2007, das empresas do Grupo Eletrobrás (trabalho realizado em conjunto com o DEG);
- Coordenação dos trabalhos de Acompanhamento da execução físico-econômico das Ações do PPA 2004-2007, das empresas do Grupo ELETROBRÁS (trabalho realizado em conjunto com o DEG);

II.5 Gestão dos Assuntos Ligados à ITAIPU e ANDE

Compreendeu as seguintes atividades:

- Elaboração de estudos e relatórios de acompanhamento, relativos às atividades desenvolvidas pela Comissão Mista de Estudos de Operação dos Sistemas ANDE, Itaipu e ELETROBRÁS – CMO, envolvendo os grupos de Controle de Carga e Freqüência e Reserva de Potência, Estudos Elétricos da Operação, Proteção e Procedimentos Operativos. Concluída a etapa de 2006. Trata-se de atividade de rotina, reiniciando-se após a conclusão da etapa precedente;
- Concluídas as atividades do Acordo de Cooperação Técnica ELETROBRÁS/ANDE, para elaboração dos estudos de definição das alternativas técnicas de otimização do sistema de transmissão principal da ANDE, e para possibilitar a operação totalmente interligada com as usinas hidrelétricas de Itaipu e Yacyreta. Como produto deste estudo conjunto ELETROBRÁS-ANDE foram elaborados os seguintes relatórios:
 - Sumário Gerencial
 - Dados e Informações sobre o Sistema Interligado Argentino
 - Elaboração dos Casos Base de Simulação – Regime Permanente
 - Diagnóstico dos Limites do Sistema de Transmissão da ANDE (Versões 2005 e 2006)
 - Validação dos Controladores das Máquinas dos Sistemas Argentino – Brasileiro – Paraguai em 50 Hz
 - Análise da Operação Interligada dos Sistemas Elétricos Argentino – Brasileiro – Paraguai - Estudos de Estabilidade
 - Estudos de Curto-circuito ANDE/ITAIPU Interligado ao Sistema Argentino

II.6 Colaboração com o Operador Nacional do Sistema - ONS

- Participação no estudo conjunto ONS/ELETROBRÁS/ITAIPU/FURNAS visando à reavaliação dos Esquemas de Controle de Emergência (ECE), em operação no tronco de 765 kV de Itaipu, considerando a evolução da topologia do SIN, e contemplando a entrada em operação da décima unidade geradora na UHE Itaipu 60 Hz.

- Participação no Grupo de Trabalho de Análise de Superação de Equipamentos de Alta Tensão.

II.7 Programas do PPA 2004-2007 da ELETROBRÁS

Interligação dos Sistemas Elétricos Brasileiro e Uruguaio através da Conversora de Rivera (Ressarcimento de 50% dos Investimentos Realizados pela Empresa Estatal Uruguiaia UTE - Usinas y Transmisiones Electricas), pertencente ao Programa - Energia na Região Sul - **Ação 5115**. Essa Ação foi extinta em 2005, com a conclusão de todos os serviços previstos na implantação e efetuados o ressarcimento a Eletrosul, em dezembro de 2004.

Entretanto, devido à necessidade de se efetuar adequações na subestação de Livramento 2, no bay da linha de transmissão proveniente da Conversora de Rivera, visando dar maior flexibilidade operativa, bem como atender as recomendações da CCEE, a Eletrobrás designou a Eletrosul como responsável para promover a instalação de uma chave seccionadora de bay-pass do disjuntor e substituição dos medidores e equipamentos de medição (transformadores de corrente e de potencial).

Para o atendimento das providências acima foi criada uma nova **Ação 1H02**, visando dar respaldo orçamentário para a realização dos serviços acima mencionados, no exercício de 2006.

A Eletrosul concluiu em outubro de 2006, todos os serviços previstos e a Eletrobrás está providenciando toda a documentação necessária para efetuar o ressarcimento a Eletrosul, ainda neste exercício.

II.8 Colaboração com a ANEEL

No âmbito do Acordo de Cooperação Técnica Nº 2/2002 entre ELETROBRÁS e ANEEL, com o objetivo de gerar custos de referência de transmissão, desenvolveram-se atividades ligadas à concepção e manutenção de um banco de dados de custos de materiais e equipamentos para linhas de transmissão e subestações. Foram ainda coordenadas as atividades do Grupo de Trabalho para elaboração da revisão das Diretrizes para Estimativa de Custos Padrão de Linhas de Transmissão e Subestações.

Os Relatórios Finais com a revisão das Diretrizes para Estimativa de Custos Padrão de Linhas de Transmissão e de Subestações foram concluídos.

Em elaboração uma nova versão do documento "Referência de Custos LTs e SEs de AT e EAT-Junho/2006", considerando as novas diretrizes e com base nos custos unitários praticados pelas empresas do Grupo Eletrobrás.

II.9 Análise e Acompanhamento de Empreendimentos Financiados com Recursos ELETROBRÁS

Compreendeu as atividades de:

- Análise de viabilidade técnico-orçamentária de obras de transmissão com a participação da ELETROBRÁS e/ou com financiamento através de suas linhas de crédito, destacando-se:
- Conclusão da análise da reformulação do contrato de financiamento ECF-2301/03, da Manaus Energia;
- Conclusão das seguintes análises técnico-orçamentárias de obras de subtransmissão, vinculadas ao Programa Luz para Todos:

Valter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

- ✓ CEMAR - no valor de R\$ 7.793.876,71 (2ª Tranche);
 - ✓ ELETROACRE – no valor de R\$ 1.013.827,78;
 - ✓ CEMAT – no valor de R\$ 10.210.777,53 (2ª Tranche);
 - ✓ COELCE - no valor de R\$ 49.208.690,74;
 - ✓ CERON – no valor de R\$ 1.166.781,21(2ª Tranche);
 - ✓ CEMAR - no valor de R\$ 7.979.003,84;
 - ✓ CEPISA – no valor de R\$ 4.561.820,00 (1ª Revisão, 2ª Tranche);
 - ✓ ENERSUL – no valor de R\$ 1.491.620,00 (Revisão, 2ª Tranche);
 - ✓ CELPA – no valor de R\$ 9.078.882,58 (2ª Tranche);
 - ✓ CELPA – no valor de R\$ 9.029.947,77 (1ª Tranche);
 - ✓ COELBA – no valor de R\$ 4.047.473,49 (3ª Tranche);
 - ✓ CEAM – no valor de R\$ 393.580,00 (1ª Tranche);
- Conclusão das seguintes análises técnico-orçamentárias de obras de transmissão visando à concessão de financiamento da ELETROBRÁS:
- ✓ CEEE – Rede Óptica Metropolitana no valor de R\$ 2.406.542,40;
 - ✓ CHESF – Obras de Transmissão no valor de R\$ 266.857.800,00;
 - ✓ AES SUL – Obras de Subtransmissão no valor de R\$ 10.732.067,09;
 - ✓ ELETROACRE – atendimento das regiões do Sistema Isolado, através da SE Rio Branco no valor de R\$ 2.551.268,57;
 - ✓ AES SUL – Obras de Transmissão no valor de R\$ 16.395.355,78;
 - ✓ CEAL – Obras de Transmissão no valor de R\$ 1.924.495,09
 - ✓ CEB – Obras de Subtransmissão no valor de R\$ 8.430.115,22;
 - ✓ CEEE – Obras de Transmissão no valor de R\$ 53.709.220,36;
 - ✓ CEB – Obras de Transmissão no valor de R\$ 27.513.483,85;
 - ✓ MANAUS ENERGIA - Obras de Telecomunicações para Atendimento ao Sistema de Transmissão no valor de R\$ - 18.097.070,00;
 - ✓ ELETRONORTE – Obras de Transmissão no valor de R\$ 120.000.002,00;
 - ✓ CEMAT – Obras de Transmissão na Região do Baixo Araguaia no valor de R\$ 98.000.000,00
 - ✓ CEPISA – Adequação de Subestações no valor de R\$ 231.610,00;
 - ✓ CEPISA – Automação de Subestações no valor de R\$ 1.944.334,00;
 - ✓ CEPISA – Implantação do sistema de Tele-alarmes e Radio-comunicações móveis no valor de R\$ 1.545.000,00;
 - ✓ CEMIG – Subtransmissão e Distribuição referentes ao Programa Cresce Minas e Plano Noroeste, no valor de R\$ 125.133.900,00;
 - ✓ ELETROSUL - Sistema de Atendimento à Região de Gravataí e Litoral Norte do RS, no valor de R\$ 146.545.500,00

- Encontra-se em andamento as seguintes análises técnico-orçamentárias de obras de transmissão visando à concessão de financiamento da ELETROBRÁS:
 - ✓ CELPA – Sistema de Transmissão a Parintins, no valor de R\$ 235.000.000,00
 - ✓ CERON – Projetos de transmissão considerados estratégicos, no valor de R\$ 37.117.000,00;
 - ✓ CEAL – Sistema Móvel de Transmissão via Satélite, no valor de R\$ 1.587.700,00;
 - ✓ CEAL – Ampliação da SE Benedito Bentes 69/13,8 kV no valor de R\$ 2.202.600,00;
 - ✓ CEPISA – Modernização e Ampliação de um total de 28 SEs, no valor de R\$7.068.600,00;
 - ✓ CEAL – Implantação da SE Stella Maris, no valor de R\$ 9.821.000,00;
 - ✓ COELBA – Expansão do Sistema de Transmissão/Distribuição, no valor de R\$47.239.000,00;
 - ✓ CEAL – Construção da SE Centro e LT 69 kV Trapiche da Barra / Centro e ampliação do barramento de 69 kV da SE 69 kV – Trapiche no valor de R\$ 10.184.000,00;
 - ✓ CEPISA – Sistema de Radiocomunicação para unidades de atendimento a consumidores – UACs, no valor de R\$ 1.202.100,00;
 - ✓ CEPISA – Repotencialização de Sistemas de Transmissão e Distribuição, no valor de R\$ 4.591.800,00;
 - ✓ CHESF – Melhorias e ampliação no Sistema de Transmissão, no valor de R\$ 352.549.000,00;
 - ✓ FURNAS – Ampliação e Construção de subestações, no valor de R\$ 232.300.000,00;

- Acompanhamento do progresso físico dos seguintes empreendimentos de transmissão:
 - Sistema de Transmissão da CERON, objeto dos contratos de financiamento da ELETROBRÁS ECF-2063/2202, ECF – 2462/2005 e ECF – 1794/2002 ;
 - Sistema de Transmissão da Manaus Energia, objeto dos contratos de financiamento da ELETROBRÁS ECF-2299/03, ECF-2301-A/03 e ECF-2452/04;
 - Sistema de Transmissão da CEB, objeto do contrato de financiamento da ELETROBRÁS ECF – 2465/2005 ;
 - Sistema de Transmissão da CEEE objeto dos contratos de financiamento da ELETROBRÁS ECF – 2285/2003 , ECF – 2515/2005 e ECF – 2164-A/2005 ;
 - Sistema de Transmissão de FURNAS, objeto do contrato de financiamento da ELETROBRÁS ECF – 2506/2005;
 - Sistema de Transmissão da ELETROSUL, objeto do contrato de financiamento da ELETROBRÁS ECF – 2513/2005
 - Sistema de Transmissão da ENERSUL, objeto do contrato de financiamento da ELETROBRÁS ECF – 2480/2005
 - Sistema de Transmissão da CEPISA, objeto dos contratos de financiamento da ELETROBRÁS ECF – 2114-A/2003 e ECF – 2479/2005;
 - Sistema de Transmissão da CEAL, objeto dos contratos de financiamento ECF – 2335/2004, 2510/2005 e ECF – 2336/2004
 - Sistema de Transmissão da CELPA, objeto dos contratos de financiamento da ELETROBRÁS ECF - 2476/2005;

- Programa Luz Para Todos da CELPA, objeto do contrato de financiamento ECFs – 033-B/2005;
- Programa Luz Para Todos da ENERSUL, objeto do contrato de financiamento ECFs – 024-B/2005;
- Sistema de Transmissão da CHESF, objeto do contrato de financiamento da ELETROBRÁS ECF – 2561/2006;
- Programa Luz Para Todos da CELTINS, objeto do contrato de financiamento da ELETROBRÁS, ECFS – 032/2004;
- Programa Luz Para Todos da CEMAT, objeto do contrato de financiamento da ELETROBRÁS, ECFS – 029/2004;
- Sistema de Transmissão da COELCE, objeto do contrato de financiamento da ELETROBRÁS ECF – 2550/05;
- SEs Nova Santa Rita e Caxias 5, Sistema de Transmissão da ELETROSUL;

II.10 Acompanhamento de Empreendimentos Integrantes do PPA 2004-2007 das Empresas do Grupo ELETROBRÁS

Compreendeu o acompanhamento do progresso físico dos seguintes empreendimentos de transmissão:

ELETRONORTE - Região Norte

- Sistema de Transmissão da ELETRONORTE, LT 230kV Ji-Paraná/Pimenta Bueno/Vilhena;

CHESF - Região Nordeste

- Remanejamento das linhas de transmissão que suprem a SE Delmiro Gouveia da SE Fortaleza I para a SE Fortaleza II;
- Seccionamentos da LT 230 kV Recife II / Bongui C1, C2 e C3;
- SE 230 kV Joairam: Implantação de 2 transformadores trifásicos 230/69 kV – 150 MVA cada;
- SE Fortaleza II: implantação do 3º banco de autotransformadores monofásicos 500/230/13,8 kV – 3 x 200 MVA.

FURNAS - Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

- SEs Samambaia, Serra da Mesa, Itumbiara, Rio Verde: Reforços no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal. Obras em andamento.

ELETROSUL – Ampliação do Sistema de Transmissão no Sul

- SE Nova Santa Rita - Implantação da SE com setores de 525 e 230 kV, 2 ATF 525/230 kV - 672 MVA (4x224) com uma fase reserva e seccionamento da LT Itá – Gravataí – Obra concluída.
- SE Caxias 5 – 1º ATF 230/69 kV – 3 x 55 MVA e 2º ATF 230/13,8 kV – 50 MVA e respectivos setores de 230, 69 e 13,8 kV – Obra concluída.

II.11 Colaboração junto ao Comitê Brasileiro de Eletricidade Eletrônica e de Telecomunicações – COBEI

Compreende a participação na Comissão de Estudos CE:03:011.10, para revisão da Norma Técnica NBR-7095 "Ferragens Eletrotécnicas para Linhas de Transmissão de Energia Elétrica" - Em andamento.

II.12 Colaboração à Diretoria Financeira da ELETROBRÁS

Compreendeu as atividades de:

- Revisão do Orçamento de Investimento do Plano de Dispêndios Globais - PDG 2006 e consolidação de investimento do PDG 2007 das empresas do Grupo ELETROBRÁS;
- Elaboração de relatórios de acompanhamento físico dos empreendimentos financiados com recursos da ELETROBRÁS, visando subsidiar a área Financeira no tocante à liberação dos recursos contratados.

II.13 Outras Atividades

- Elaboração do Mapa de Transmissão – Sistema Elétrico Brasileiro – Configuração 2013;
- Elaboração do Informe Técnico DETE-001/2006 – Análise do Projeto de Atendimento a Localidades da Margem Direita do Rio Amazonas – Juruti e Parintins, com o objetivo de analisar o desempenho do sistema elétrico proposto pela CELPA na Solicitação de Financiamento encaminhada à ELETROBRÁS;
- Apresentação dos seguintes trabalhos no X SEPOPE (Simpósio de Especialistas em Planejamento da Operação e Expansão Elétrica), que foi realizado no período de 21 a 25 de maio de 2006, em Florianópolis – SC:
 - Avaliação Probabilística da Disponibilidade de Geração de Usinas Eólicas para Estudos de Confiabilidade e Planejamento
 - Riscos do Sistema Interligado Nacional – Uma Estimativa
 - Estudo de rejeição de carga do 3º circuito da Interligação Norte-Sul – A interação com os circuitos existentes
 - Análise do aumento da transmissão na Interligação Norte-Sul - Recapacitação dos capacitores série fixos e dos TCSCs versus 4º circuito
 - Avaliação do Limite Dinâmico de Sistemas de Transmissão utilizando Lógica Fuzzy
- Análise dos Estudos de Viabilidade dos AHEs Santo Antônio e Jirau – Complexo do Rio Madeira, no que concerne à transmissão, e emissão de Parecer Técnico.
- Avaliação dos Estudos de Viabilidade do AHE Baynes, a ser construído na fronteira entre Angola e Namíbia, nos aspectos relativos à transmissão.

Coordenação das atividades vinculadas à implantação de projetos pilotos para a aplicação do sistema de escaneamento a laser para as linhas de transmissão, no âmbito do Protocolo de Intenções celebradas entre a OPTEN e a Eletrobrás, envolvendo as empresas do Grupo Eletrobrás.

V. DIRETORIA DE PROJETOS ESPECIAIS - DP

1. DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO EMPRESARIAL - DPA

1) REAJUSTE TARIFÁRIO

1.a) Identificação

Acompanhamento dos processos de Reajuste Tarifário junto às Empresas Federais de Distribuição – EFD e a ANEEL.

1.b) Descrição

Coordenação dos processos de Reajuste Tarifário das concessionárias de distribuição do Sistema Eletrobrás, fornecendo suporte técnico às EFD nos assuntos em que o apoio se mostrou necessário e estabelecimento de um canal de compartilhamento de informações com a ANEEL.

A metodologia adotada pela ANEEL para a regulação das tarifas de distribuição prevê a realização de revisões tarifárias onde se analisa em detalhe o equilíbrio econômico-financeiro das concessões, considerando como referência o desempenho de uma empresa paradigmática eficiente para o atendimento de cada concessão em exame. As EFD tiveram sua primeira revisão tarifária em 2005, exceto a Ceam, por não ter contrato de concessão.

No reajuste tarifário a parcela da tarifa para a cobertura dos custos gerenciáveis é reajustada apenas por índice inflacionário a menos da aplicação de um fator, denominado Fator X, para absorver ganhos de produtividade oriundos do crescimento do mercado. Nesse reajuste os custos não gerenciáveis são ainda repassados para as tarifas e são feitos ajustes financeiros referentes a alterações nas hipóteses que definiram os níveis tarifários anteriores.

Objetivo do Reajuste Tarifário

O objetivo do Índice de Reajuste Tarifário (IRT) é repor, em cada momento de reajuste, o poder de compra da tarifa, reajustando separadamente as Parcelas A e B da receita.

- ✓ Parcela A - custos não gerenciados pela concessionária.
- ✓ Parcela B - custos gerenciáveis pela concessionária.

Portanto, os aumentos de custos não-gerenciáveis são repassados às tarifas (*pass-through*), e a parcela de custos gerenciáveis é corrigida pela inflação, após dedução do chamado Fator X, calculado na Revisão Tarifária (no primeiro ciclo tarifário: Fator X=0).

O Fator X reflete os ganhos estimados de produtividade e de escala entre cada duas revisões tarifárias, os efeitos da avaliação da empresa feita pelos consumidores, além de um ajuste para compatibilização dos índices de inflação IPCA e IGPM.

Reajuste Tarifário Total

O Índice de Reajuste Tarifário é acrescido dos Componentes Financeiros (efeitos do mecanismo referente à Conta de Compensação de Variação de Valores da Parcela A – CVA) para se chegar ao Reajuste Tarifário Total.

Valter Luiz Cartezal de Souza
Presidente em Exercício

1.c) Resultados Obtidos

Os mecanismos de controle do Reajuste Tarifário de suas empresas e o entendimento mantido com o órgão regulador permitiram a ELETROBRÁS coordenar o processo, sinalizando necessidades e obrigações às suas concessionárias de distribuição, de forma a garantir um justo reajuste tarifário para as empresas, contribuindo para minorar suas dificuldades financeiras.

Nesse sentido, a Eletrobrás, em 12/09/2006, promoveu o Workshop "Processo de Reajustes Tarifários das Empresas Federais de Distribuição – EFD", no Rio de Janeiro, reunindo os técnicos das EFD envolvidos com o processo de reajuste tarifário, de modo a propiciar uma troca de experiências e aprimorar a interação com a agência reguladora.

O quadro abaixo apresenta os reajustes tarifários homologados pela ANEEL.

REAJUSTE TARIFÁRIO DE 2006

EMPRESA	DATA DO REAJUSTE	ÍNDICE DE REAJUSTE TARIFÁRIO (%)	VALORES FINANCEIROS (%) (1)	REAJUSTE TARIFÁRIO TOTAL (%)
CEAL	28/08/2006	7,44	0,47	7,91
CEPISA	28/08/2006	10,48	1,99	12,47
MANAUS	01/11/2006	7,41	-8,75	-1,34
CEAM	01/11/2006	2,96	-8,34	-5,38
BOA VISTA	01/11/2006	7,47	2,46	9,93
CERON	30/11/2006	7,63	4,98	12,62
ELETROACRE	30/11/2006	9,65	5,25	14,90

2) REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA CEAM-MESA


2.a) Identificação

Operação societária para integrar as atividades de distribuição das empresas Manaus Energia S.A. e Companhia Energética do Amazonas – CEAM.

2.b) Descrição

O Estado do Amazonas tem seu fornecimento de energia elétrica efetuado por duas concessionárias: a Manaus Energia S.A. que atende a capital e algumas localidades adjacentes, onde se situa um significativo e concentrado parque industrial, envolvendo um contingente populacional de cerca de 1,6 milhão de habitantes, correspondendo a 86% do mercado de energia elétrica do Estado, e a Companhia Energética do Amazonas S.A. – Ceam, atendendo o interior, com baixa densidade demográfica, e com cerca de 1,5 milhão de habitantes.

A Ceam teve seu controle assumido pela Eletrobrás (96,97% de seu capital social) em Abril de 2000, enquanto que a Manaus é uma sociedade de capital fechado constituída em Dezembro de 1997 a partir de cisão da Eletronorte da qual é subsidiária integral. Ambos os processo visavam a


Walter Luiz Carneal de Souza
Presidente em Exercício

posterior privatização daquelas empresas, sob a égide do Programa Nacional de Desestatização - PND, o que, com o passar do tempo, não se concretizou.

Nesse contexto de incertezas que então se estabeleceu, a Ceam não assinou seu contrato de concessão com a Aneel e, também, o quadro de pessoal da Manaus não se consolidou, hoje dependendo de mão de obra terceirizada e, por isso mesmo, com sérias questões trabalhistas.

Cabe assinalar ainda que a força de trabalho e os custos operacionais da Manaus são cerca 80% superiores aos custos reconhecidos pela Aneel e com direito a serem remunerados na tarifa. Também a Ceam, embora não tenha passado pelo processo de revisão tarifária, apresenta custos operacionais elevados, cerca de 60% maiores do que os que se estimam prováveis de serem reconhecidos por aquela agência reguladora.

Agravados pela situação de indefinição institucional, ambas as empresas fazem frente ainda a sérios problemas estruturais, já que são dependentes de fontes de suprimento energético de alto custo e, no caso da Ceam, tem a responsabilidade de suprir pequenas localidades isoladas, de difícil acesso e sem escala. Oneradas por elevados e crescentes níveis de inadimplência, perdas, e endividamento, elas vêm enfrentando contínuas dificuldades financeiras, requerendo, dessa forma, esforços urgentes em prol de sua recuperação.

Uma das importantes e possíveis medidas a serem tomadas refere-se a uma reestruturação societária capaz de aproveitar possíveis ganhos de escala, integrando atividades de ambas as empresas. O convívio destas duas empresas atendendo partes separadas do mesmo Estado implica em uma série de duplicidades (contabilidade, informática, estoques, etc.), que se procurou inicialmente reduzir pela unificação de sua governança (Diretoria e Conselhos). Desde a época em que o Sistema Eletrobrás assumiu o controle dessas concessionárias que a lógica natural da integração de diversas atividades vem sugerindo o exame de sua integração. As principais motivações que orientaram nesse sentido são:

- a) Promover a redução de custos com o aproveitamento das sinergias e com a racionalização das atividades;
- b) Implementar uma solução de caráter mais permanente para o quadro empresarial dessas duas empresas;
- c) Permitir o repasse para o interior do Estado de ganhos que possam vir a ser obtidos com a atividade de fornecimento à Capital;
- d) Viabilizar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária estadual resultante;
- e) Afetar positivamente as expectativas dos acionistas da Eletrobrás, aumentando seu valor de mercado.

2.c) Resultados Obtidos

O Grupo Executivo da Dimensão Institucional do Comitê do Acompanhamento da Gestão das Empresas Federais de Distribuição – COAGE ficou encarregado de coordenar os trabalhos de implementação da referida reestruturação societária. Para isso, foram criados subgrupos responsáveis pelas seguintes atividades: questões legais; avaliação e transferência patrimonial e contábil e financeiro-orçamentário; estrutura organizacional, normas e procedimentos; pessoal; instalação, bens, equipamentos e informática; tarifas e comercialização.

Em paralelo, foi contratada consultoria especializada para analisar os aspectos envolvidos e formular o modelo para a concretização da operação societária.

Valter Luiz Cardal de Souza
Presidente em Exercício

Considerando os estudos do Grupo Executivo e os dos consultores contratados chegou-se a conclusão de que a melhor solução é a incorporação da CEAM pela Manaus, tendo em vista ainda a sua posterior cisão com a transferência da geração de Manaus para a Eletronorte, quando da integração dessa região ao Sistema Nacional Interligado - SIN.

Os principais argumentos que conduziram à proposição da integração das áreas de distribuição dessas duas empresas foram:

- a) a obtenção de ganhos decorrentes das sinergias entre elas e dos ganhos de escala, com a racionalização de suas atividades e com a redução de seus custos;
- b) facilitar a gestão do fluxo de caixa das mesmas, permitindo que eventuais ganhos na capital possam ser transferidos para cobrir os custos do abastecimento do interior (mecanismo de transferência de renda que está implícito no modelo regulador e que opera na maioria das concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, principalmente naquelas que atendem a regiões mais carentes);
- c) ganhos financeiros ligados à recuperação de créditos oriundos do ICMS pago pela geração do interior do Estado (da atual Ceam) na compra de óleo combustível contra pagamentos de ICMS associados à venda de energia elétrica pela empresa integrada no mercado total do Estado; naturalmente, isso só será possível depois que a substituição do óleo combustível pelo gás natural na geração de Manaus¹ gerar espaço para essa compensação;
- d) ganhos referentes à redução do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, CSSL, que deveriam passar a ter que ser pagos pela Manaus, quando essa começasse a ter resultados positivos isoladamente, o que deveria acontecer a partir de 2008 (apesar do fluxo de caixa manter-se negativo por longo período até 2012) no cenário mais provável estudado.

Entretanto, para a efetivação da operação societária descrita anteriormente, foi necessário equacionar algumas condicionantes legais e regulatórias, em particular, concluir-se as etapas necessárias para a inclusão da Ceam no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Desse modo, em Maio de 2006 a Eletrobrás enviou correspondência ao Ministério de Minas e Energia (MME) pedindo o encaminhamento de consulta ao Conselho Nacional de Desestatização (CND). O assunto foi objeto de análise e resultou na edição pelo CND, em 21 de Novembro de 2006, de duas resoluções, uma delas propondo a inclusão da CEAM no PND e, a outra, aprovando a incorporação da CEAM pela Manaus Energia, assim como recomendando a designação da Eletrobrás como responsável pela implementação da referida incorporação, pendente apenas de Decreto que incluísse formalmente a CEAM no PND. Tal Decreto foi efetivamente editado em Janeiro de 2007.

3) ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE GESTÃO (EFD)

Descrição - Coordenação do monitoramento dos resultados gerenciais alcançados pelas empresas, bem como da realização das ações constantes dos seus Planos de Ação, fundamentais para o atendimento das metas estipuladas para cada indicador de desempenho empresarial. O acompanhamento da realização dos Planos de Ação das empresas é uma atividade de

¹ Supôs-se a chegada do gás natural a Manaus acontecendo em 2007 ou em 2008. Note-se que a substituição do óleo pelo gás é essencial para a redução dos subsídios recebidos da Conta de Consumo de Combustíveis CCC, assim como pela redução dos pagamentos de ICMS pelo combustível da geração de Manaus, permitindo sua compensação integral com o ICMS cobrado dos consumidores na venda final de energia elétrica.

monitoramento contínuo. São também acompanhados os valores dos recursos relacionados ao custeio e/ou investimento dos projetos.

Indicadores de Performance - O Plano de Gestão elaborado e aprovado no âmbito do COAGE para as empresas possui um conjunto de metas de atendimento dos indicadores abrangendo as diversas áreas empresariais:

Financeira – PMSO (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros), Solvência, Rentabilidade, Capital de Giro, Geração de Fundos e Inadimplência;

Mercado – Indicadores de Qualidade do Atendimento e de Produtividade: Perdas de Energia, DEC, FEC, TMA, Consumo Médio total, dentre outros.

Recursos Humanos – Desempenho de pessoal, capacitação profissional, Políticas de Segurança e Salarial, Gestão do conhecimento e a Inovação.

Engenharia – Eficiência Energética, Universalização dos Serviços, Equipamentos.

Plano de Ação - O Plano de Gestão contempla, além da evolução do desempenho de indicadores, a definição de um Plano Estratégico para cada empresa. Alinhado com os objetivos estratégicos empresariais estabelecidos no âmbito do COAGE, visando a solução de problemas estruturais e conjunturais, o Plano de Ação é traçado. Assim, um conjunto de ações é definido, objetivando encaminhar positivamente o desempenho dos indicadores. Cada ação do Plano de Ação é diretamente associada a um dos indicadores, o que possibilita, efetivamente, não só a busca pela melhora em seu desempenho, mas também o acompanhamento do impacto sobre os resultados da empresa.

Avaliação dos Resultados - Os resultados são avaliados mensalmente através do acompanhamento dos Demonstrativos do exercício, bem como através do risco de não atendimento às metas empresariais estipuladas e aprovadas para cada indicador de desempenho.

5.2 Departamento de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial - DPT

DPTE – Divisão de Capacitação Tecnológica e de Equipamentos

ALAGOAS EÓLICA – Convênio com o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC/PR

OBJETIVO:

- “Elaboração do Atlas Eólico e a Disseminação da Tecnologia Eólica no Estado de Alagoas”.

METAS:

- Modelagem e Indicação de Áreas
- Equipamentos e Infra-estrutura
- Acompanhamento das Medições
- Treinamento e Capacitação
- Pagamento da 2ª parcela;
- Pagamento da 3ª parcela.

ATIVIDADES REALIZADAS:

Valter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

- A meta 1 foi atingida.
- A meta 2 foi atingida parcialmente.

DESVIOS OCORRIDOS:

- As metas de 3 a 6 não foram atingidas devido a dificuldades na licitação dos equipamentos (meta 2), que ocasionou atrasos nas demais atividades.

ALAGOAS SOLAR – Convênio com a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco – FADE.

OBJETIVO:

- “Elaboração do Atlas Solarimétrico Preliminar e Disseminação da Tecnologia Solar no Estado de Alagoas”.

METAS:

- Aspectos Legais
- Levantamento do Estado da Arte das Informações Solarimétricas do Estado de Alagoas
- Planejamento, Implantação, Operação e Manutenção da Rede de Medição Solarimétrica no Estado de Alagoas
- Implantação, Operação e Manutenção na UFPE, do Laboratório de Calibração Secundária e do Laboratório de Correlações entre Radiação Solar Direta e Radiação Solar Total no Plano Horizontal
- Treinamento e Difusão Ampla da Tecnologia Solar
- Formação de Recursos Humanos
- Pagamento da 2ª parcela.

ATIVIDADES REALIZADAS:

- As metas 1 e 2 foram atingidas.
- As metas 3 e 6 foram atingidas parcialmente.

DESVIOS OCORRIDOS:

- As outras metas não foram atingidas devido a dificuldades na licitação dos equipamentos (meta 3), que ocasionou atrasos nas demais atividades.

PROTOCOLO CNI / IEL – Convênio com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, a Confederação Nacional da Indústria – CNI e o Instituto Euvaldo Lodi – IEL, no âmbito do PROQUIP II.

OBJETIVO:

- Promover a “Qualidade e Eficiência Energética de Transformadores de Distribuição”.

METAS:

- Assinatura do Convênio;
- Pagamento da 1ª parcela;
- Estudo mercadológico sobre transformadores de distribuição;
- Promoção da qualidade de equipamentos;

- Formação do Grupo de Trabalho – GT-Trafo;
- Definição de metas e indicadores do programa;
- Avaliação técnica;
- Premiação do Selo PDTI – Trafo;
- Pagamento da 2ª parcela.

ATIVIDADES REALIZADAS:

- As metas 1, 2, 3 e 4 foram atingidas;
- A meta 5 foi atingida parcialmente.

DESVIO OCORRIDO:

- As outras metas não foram atingidas devido a atrasos na execução da meta 4, que ocasionou atrasos nas demais atividades.

PROJETO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG – Convênio com a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTc-PB.

OBJETIVO:

- “Implantação do Laboratório de Isolamentos Elétricos do Departamento de Engenharia Elétrica da UFCG”.

METAS:

- Laboratório de Isolamentos Elétricos – LABIS;
- Instalações Especiais – LABIS;
- Aterramento do LABIS e Reforma do Aterramento do LAT;
- Reforma da Subestação;
- Oficialização do LABIS;
- Atividades do LABIS (início);
- Formação de Recursos Humanos (início);
- Interação com o Setor Elétrico (início);
- Pagamento da 2ª parcela.
- Pagamento da 3ª parcela.

ATIVIDADES REALIZADAS:

- As metas 5, 7 e 9 foram atingidas.

DESVIO OCORRIDO:

- As metas 1, 2, 3 e 4 foram atingidas parcialmente, devido a atrasos na licitação.
- As metas 6, 8 e 10 não foram atingidas pelo mesmo motivo acima.

PROJETO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA – Convênio com a UFMA e a Fundação Sôsândrade de Apoio a Universidade Federal do Maranhão – FSADU.

OBJETIVO:

- “Criação do Instituto de Energia Elétrica da UFMA”.

METAS:

- Obras civis e Infra-estrutura
- Infra-estrutura Laboratorial
- Aspectos Legais
- Recursos Humanos (início)
- Pagamento da 3ª parcela
- Pagamento da 4ª parcela

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

- As metas 1 e 3 foram atingidas parcialmente.

DESVIOS OCORRIDOS:

- As outras metas não foram atingidas devido a atrasos na execução das metas 1 e 3, que ocasionou atrasos nas demais atividades.

BIODIESEL- Convênio com a Universidade Federal do Pará – UFPA, Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa – FADESP, Instituto Militar de Engenharia – IME, Centro Tecnológico do Exército – CTEEx, Fundação Ricardo Franco – FRF e MTU do Brasil Ltda. – MTU.

OBJETIVO:

- Geração Elétrica a partir de Biocombustíveis

METAS:

- Assinatura do Convênio;
- Pagamento da 1ª parcela.

ATIVIDADES REALIZADAS:

- Ambas as metas foram atingidas.

UNIFEI- Convênio com a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá – FAPEPE e a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

OBJETIVO:

- Implantação do Centro de Estudos, Investigação e Inovação em Compatibilidade de Sistemas Elétricos – C-QCE.

METAS:

- Assinatura do Convênio;
- Pagamento da parcela referente à ELETROBRÁS.

ATIVIDADES REALIZADAS:

- A meta 1 foi atingida

DESVIOS OCORRIDOS:

- A meta 2 não foi atingida devido a atraso na assinatura por parte da UNIFEI, FAPEPE e CEMIG.

REVITALIZAÇÃO DO CEPEL- Contrato de Prestação de Serviços com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos – COPPETEC.

OBJETIVO:

- Avaliação e de Gestão de Tecnologia e Inovação – GTI do Grupo ELETROBRÁS – FASE II”.

METAS:

- Assinatura do Contrato;
- Ampliação das consultas sobre o modelo de GTI do Setor Elétrico Brasileiro;
- Detalhamento e Validação do Modelo Proposto na Fase I (início)
- Pagamento da 1ª parcela;
- Pagamento da 2ª parcela.

ATIVIDADES REALIZADAS:

- Todas as metas foram atingidas

DPTI – Divisão de Planejamento e Gestão de Informações Técnicas e Industriais

ACORDO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA ELETROBRÁS COM A FINEP PARA APOIO DOS PROJETOS DA REDE BRASIL TECNOLOGIA – 2005 DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT.

OBJETIVO:

- Articular a cooperação e a parceria das empresas do Grupo ELETROBRÁS com as Universidades, Centros de Pesquisa e a Indústria, para induzir a fabricação local dos bens requeridos para a manutenção e expansão do Setor Elétrico Brasileiro, promovendo o desenvolvimento tecnológico e o aumento da competitividade da Indústria Nacional, bem como a qualidade dos bens fornecidos, conforme diretrizes do Plano de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial - PDTI.

METAS:

- Operacionalizar o Acordo de Cooperação Financeira formalizando a colaboração técnica e financeira entre ELETROBRÁS e FINEP para apoio aos projetos aprovados na Chamada Pública Ação Transversal RBT 05/2005.
- Estabelecer Convênio com a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas –EAESP /FGV, visando a elaboração de obra de divulgação científica sobre gestão de inovação no setor elétrico brasileiro.


Valter Luiz Cardozo de Souza
Presidente em Exercício

ATIVIDADES REALIZADAS:

- Convênio ECV – 170/2006 “Desenvolvimento dinâmico otimizado de sistemas fotovoltaicos conectados à rede de distribuição”. Entidade : FEESC / Univ. Federal de Santa Catarina.

Durante o ano de 2006 foi disponibilizado pela Eletrobrás 79 % do aporte financeiro previsto para o projeto. Está prevista para Janeiro de 2007 uma inspeção no local de execução do convênio para a avaliação do desenvolvimento físico e financeiro.

- Convênio ECV – 171/2006 “Sistema de monitoramento remoto”. Entidade: AEBA / Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

Durante o ano de 2006 foi disponibilizado pela Eletrobrás 86 % do aporte financeiro previsto para o projeto.

Foram cumpridas parcialmente as metas estipuladas. Foi relatado pelo executor um atraso na execução física motivado pela necessidade de alterações no projeto original referente à transmissão de dados do local da instalação da torre de coleta de informações até o escritório da empresa interveniente.

- Convênio ECV – 173/2006 “Robô para inspeção de linhas de transmissão”. Entidade: FUNCEFET-PR / Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Durante o ano de 2006 foi disponibilizado pela Eletrobrás 57 % do aporte financeiro previsto para o projeto.

Está prevista para o primeiro trimestre de 2007 uma inspeção para avaliar a aplicação dos recursos e andamento do projeto.

- Convênio ECV – 175/2006 “Sistema Eólico para interligação à rede elétrica”. Entidade: ASTEF / Univ. Federal do Ceará.

Durante o ano de 2006 foi disponibilizado pela Eletrobrás 57 % do aporte financeiro previsto para o projeto.

O projeto encontra-se em franco desenvolvimento não sendo identificada necessidade de prorrogar-se o prazo de sua execução. Está prevista para o primeiro trimestre de 2007 uma inspeção para avaliar a aplicação dos recursos e andamento do projeto.

- Convênio ECV – 177/2006 “Desenvolvimento de um sistema de supervisão e diagnóstico da qualidade de energia por técnicas de processamento de sinais e inteligência artificial”. Entidade: FCR / Univ. Federal do Mato Grosso do Sul.

Durante o ano de 2006 foi disponibilizado pela Eletrobrás 77 % do aporte financeiro previsto para o projeto.

No acompanhamento físico realizado no final de 2006, constatou-se o cumprimento das metas estipuladas, porém a equipe da UFMS deverá adaptar o sistema desenvolvido às necessidades da ELETRONORTE, estando prevista apresentação do novo sistema nas dependências da demandante.

- Convênio ECV – 178/2006 “Sensores a fibra óptica para monitoração de hidrogeradores”. Entidade: FPLF / PUC - RJ

Até esta data não foram disponibilizados recursos financeiros da Eletrobrás para o projeto.

“Aguarda-se parecer do Departamento Jurídico da ELETROBRÁS sobre a exposição de motivos da Fundação Padre Leonel Franca para a não apresentação da “Certidão Negativa de Débitos” daquela instituição junto à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro”, requerido para prosseguimento das tratativas necessárias para a liberação dos recursos.

- Convênio ECV – 180/2006 “Sistema analítico de dados de qualidade de energia”. Entidade: FUMSOFT – MG.

Durante o ano de 2006 foi disponibilizado pela Eletrobrás 41 % do aporte financeiro previsto para o projeto.

Está prevista para o primeiro trimestre de 2007 uma inspeção para avaliar a aplicação dos recursos e andamento do projeto.

- Convênio ECV – 194/2006 “Desenvolvimento de equipamentos hidráulicos para turbinas de hidrelétricas”. Entidade : FEESC / Univ. Federal de Santa Catarina.

Durante o ano de 2006 foi disponibilizado pela Eletrobrás 61 % do aporte financeiro previsto para o projeto.

Em dezembro/2006 representantes da Eletrobrás, UFSC, Eletronorte e intervenientes do referido projeto realizaram uma reunião nas instalações da UHE Tucuruí. Naquela oportunidade a equipe da UFSC juntamente com os intervenientes, orientados pelo representante da Eletronorte, coletou as informações necessárias ao início da execução da demanda da Eletronorte. Ficou agendado o retorno de elemento da UFSC para coleta de informações complementares quando da parada de máquina prevista para fevereiro/2007.

- Convênio ECV – 196/2006 “Sistema fotovoltaico autônomo para iluminação com LEDS”. Entidade: ASTEF / Univ. Federal do Ceará.

Durante o ano de 2006 foi disponibilizado pela Eletrobrás 61 % do aporte financeiro previsto para o projeto.

Está prevista para o primeiro semestre de 2007 uma inspeção para avaliar a aplicação dos recursos e andamento do projeto.

- Convênio ECV – 211/2006 “Medidor de corrente de fuga em pára-raios”. Entidade: FEESC / Univ. Federal de Santa Catarina.

Está previsto para o primeiro trimestre de 2007 o envio, pelo conveniente para a ELETROBRÁS, dos documentos de habilitação e regularidade fiscal, necessários para a liberação de recursos.

- Convênio ECV – 212/2006 “Controlador integrado para sistemas de geração híbrida solar e eólica”. Entidade: FUMSOFT – MG.

Durante o ano de 2006 foi disponibilizado pela Eletrobrás 53 % do aporte financeiro previsto para o projeto.

Está prevista para o primeiro trimestre de 2007 uma inspeção para avaliar a aplicação dos recursos e andamento do projeto.

- Convênio ECV – 213/2006 “Desenvolvimento de transformadores ópticos de tensão para medição e proteção de sistemas de alta tensão”. Entidade: FUSP / Univ. de São Paulo.

Aguardando parecer do Departamento Jurídico da ELETROBRÁS quanto à viabilidade de alteração do corpo do ECV – 213/2006 proposta em parecer da área jurídica da Fundação Universidade de São Paulo - FUSP.

- Convênio ECV – 225/2006 “Desenvolvimento de um qualímetro de alta performance com wavelets e recuperação lock-in”. Entidade: CEFET-BA

Está previsto para o primeiro trimestre de 2007 o envio, pelo conveniente para a ELETROBRÁS, dos documentos de habilitação e regularidade fiscal, necessários para a liberação de recursos.

- Convênio ECV – 197/2006 “Desenvolvimento de um livro sobre Gestão de Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento do Setor Elétrico Brasileiro”. Entidade: Fundação Getúlio Vargas/FGV.

Durante o ano de 2006 foi formalizado o Convênio e disponibilizado pela Eletrobrás aproximadamente 85 % do aporte financeiro previsto para o projeto.

Está prevista para o primeiro trimestre de 2007 a conclusão do desenvolvimento do projeto com a entrega pela FGV do livro revisado e editorado pela ELETROBRÁS, estando pronto para o serviço de impressão e distribuição para os diversos agentes do setor elétrico brasileiro.

DPTL – Divisão de Logística

CECASE – Centro de Catalogação do Setor Elétrico – A ELETROBRÁS e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, através da sua Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, firmaram Acordo de Cooperação Técnica, para acesso, adesão e utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG. Paralelamente, a SLTI/MP credenciou a ELETROBRÁS como Unidade Catalogadora Especializada em Serviços, Materiais e Equipamentos utilizados na Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica.

OBJETIVOS:

- Atender aos pedidos de catalogação de todas as unidades administrativas no âmbito do Governo Federal, quanto à cadastramento de materiais e equipamentos contidos nas classes 59 e 61 do Catálogo do Federal Supply Classification.


Valtair Luiz Cardozo de Souza
Presidente em Exercício

METAS

- Atender aos pedidos em até 48 horas, conforme Acordo de Cooperação Técnica.

ATIVIDADES REALIZADAS

- Atendidos 2326 pedidos em 2006.

PLANPUR – Plano Plurianual de Demanda de Equipamentos e Materiais

OBJETIVOS:

- Processo de execução e revisão periódica do relatório PLANO PLURIANUAL de DEMANDA de EQUIPAMENTOS e MATERIAIS, promovendo sua divulgação junto ao segmento industrial e associações de classe com interesse nesta área, visando prioritariamente sua capacitação tecnológica e fabril para o atendimento às necessidades de fornecimento de bens aos empreendimentos para expansão e melhorias do Sistema Elétrico Brasileiro.

METAS:

- Divulgação anual dos seguintes relatórios:
 - - Volume 1 – Usinas Hidrelétricas;
 - - Volume 2 – Usinas Térmicas;
 - - Volume 3 – Linhas de Transmissão;
 - - Volume 4 – Subestações.

ATIVIDADES REALIZADAS:

- Coleta de dados de equipamentos e materiais previstos para serem utilizados nos novos empreendimentos;
- Divulgação dos volumes anteriormente mencionados para as indústrias de base, relativos ao ano de 2006.

PROCAD – Projeto de Cadastro de Fornecedores

OBJETIVOS:

- Facilitar o intercâmbio de ações e informações, através da utilização de critérios e de metodologias uniformes para as atividades de Cadastramento, abrangendo as informações dos perfis social, administrativo, econômico e técnico dos fornecedores, principalmente dos seus desempenhos nos fornecimentos às Empresas do Grupo ELETROBRÁS;
- Simplificar os procedimentos adotados nos processos de Habilitação de Fornecedores, facilitando os processos de licitação e contratação.

METAS:

- Possibilitar a constituição de um cadastro uniforme no Setor Elétrico através da implantação da padronização de critérios técnicos e comerciais para cadastramento de fornecedores nacionais e estrangeiros de materiais e serviços, permitindo o efetivo intercâmbio de ações e informações entre as empresas, de forma a contribuir para o fortalecimento do poder de compra do Grupo ELETROBRÁS;

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente em Exercício

- Contribuir para a constituição de um cadastro uniforme no Setor e para a implantação do banco de dados, via Internet, para a otimização dos Sistemas Gerenciais da Logística do Suprimento.

ATIVIDADES REALIZADAS:

- Revisão do Manual do PROCAD, onde foi uniformizado o procedimento de cadastro do Setor Elétrico;
- Escolha das classes comerciais de materiais e serviços que serão prioritariamente utilizadas pelas empresas na alimentação do banco de dados.
- Revisão completa das classes comerciais de materiais – CCM's
- Divulgação da lista de fornecedores penalizados pelas empresas do Grupo
- Início da alimentação de dados para o cadastro único de fornecedores do Grupo ELETROBRÁS.

SECLAM – Sistema de Classificação de Materiais

OBJETIVOS:

- Integração e desenvolvimento da função Suprimento; Fortalecimento do poder de compra setorial; Uniformização de critérios gerenciais; Otimização dos custos envolvidos; Desenvolvimento Industrial dos fornecedores do Setor; Acompanhar os preços praticados pelo mercado fornecedor, identificando-os na análise de oferta de preços.

METAS:

- Buscar, permanentemente, a padronização e a conseqüente redução das variedades dos materiais utilizados, articulando-se com as áreas responsáveis pela Normalização;
- Divulgar informações específicas sobre materiais, em função das necessidades próprias dos vários órgãos da empresa.

ATIVIDADES REALIZADAS:

- Projeto de apoio logístico à área de administração de Material da Companhia Energética de Alagoas - CEAL;
- Definição da Matriz de Classificação do SECLAM, como sendo aquela definida pelo Ministério do Planejamento, através do SIASG;
- Conclusão da revisão da tabela de características técnicas do SECLAM.

BANCO DE PREÇOS

OBJETIVOS:

- Desenvolver uma fonte de informação de preços referenciais de Materiais e Serviços utilizados pelo Grupo ELETROBRÁS.

METAS:

- Manter as informações do Banco de Preços de acordo com as necessidades das empresas; Desenvolver e padronizar procedimentos de coleta e divulgação de dados; Proporcionar eficácia na utilização do sistema; Incentivar ampla utilização nas diversas áreas em que o Banco de Preços possa agregar valor.


Valtter Luiz Carneal de Souza
Presidente em Exercício

ATIVIDADES REALIZADAS:

- Alimentação com informações relativas a preços praticados nas aquisições de materiais e equipamentos pelas empresas do Grupo.
- Melhoria contínua do software de apoio ao Banco de Preços

BOLSA DE MATERIAL

OBJETIVOS:

- Propiciar a racionalização na utilização de materiais e equipamentos, mediante o intercâmbio entre as empresas do Grupo;
- Viabilizar relações comerciais entre as empresas do Grupo (cessão e obtenção de material, através de compra, venda, empréstimo ou troca).

METAS:

- Aperfeiçoar a sistemática de procedimento, visando à identificação de material necessário e/ou disponível em estoque; Propiciar o intercâmbio entre as empresas do Grupo; Formar lotes de segurança mais econômicos, além do atendimento às situações críticas ou de emergência relativas à necessidade de materiais e equipamentos.

ATIVIDADES REALIZADAS:

- Alimentação com informações referentes à: necessidade/oferta de materiais e equipamentos e as transações decorrentes (alienação, doação, permuta e empréstimos) entre as empresas do Grupo.
- Intercâmbio de informações correlatas com sistemas de outros órgãos

AQUISIÇÃO ESPECIAL

OBJETIVO

- Permitir de forma consolidada, o planejamento e a programação das compras das empresas do Grupo.

METAS

- Implantar a elaboração da relação total dos materiais que serão adquiridos através de programa específico de investimento, cujo processo de aquisição será acompanhado pelo Grupo Aquisição Especial;
- Elaborar programa de acompanhamento anual e/ou plurianual, que permita às empresas do Grupo um melhor planejamento de suas compras, possibilitando assim, uma programação setorial ordenada das aquisições de bens junto aos fornecedores, no sentido de racionalização dos custos de aquisição;
- Manter atualizados instrumentos legais de interesse das empresas do Grupo para as seguintes áreas:
 - Documento padrão para licitação com recursos nacionais;
 - Normas Gerais de Licitação e Contratação de Serviços;
 - Manual de Acordo de Participação.

ATIVIDADES REALIZADAS

- Treinamentos Realizados para as Empresas do Grupo Eletróbrás:

- 1º Curso – COMENTÁRIOS, TEORIA E PRÁTICA DA LEI 8666/93, realizado em duas turmas:
 - 1ª turma, de 05 a 07 de abril de 2006, no Rio de Janeiro;
 - 2ª turma, de 15 a 17 de agosto de 2006, em Florianópolis.

- 2º Curso – ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL, realizado em 4 turmas:
 - 1ª turma, de 17 a 20 de abril de 2006, em Recife;
 - 2ª turma, de 22 a 25 de maio de 2006, no Rio de Janeiro;
 - 3ª turma, de 01 a 04 de agosto de 2006, em Florianópolis, e
 - 4ª turma, de 04 a 07 de outubro de 2006, em Brasília.

- 3º Curso – TRIBUTAÇÃO SOBRE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS, realizado em turma única, no Rio de Janeiro, nos dias 27 e 28 de abril de 2006.

- 4º Curso – NEGOCIAÇÃO COM FOCO EM SUPRIMENTOS, em turma única, de 29 a 31 de agosto de 2006, no Rio de Janeiro

- 5º Curso – GESTOR DE CONTRATO, realizado em 4 turmas:
 - 1ª turma, de 09 a 10 de maio de 2006, no Rio de Janeiro;
 - 2ª turma, de 16 a 17 de maio de 2006, em Florianópolis;
 - 3ª turma, de 17 a 18 de outubro de 2006, no Rio de Janeiro, e
 - 4ª turma, de 24 a 25 de outubro de 2006, em Brasília.

DPTQ – Divisão de Normas e Qualidade

PROJETO NBR 19000-ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DA QUALIDADE BASEADOS NAS NORMAS DA FAMÍLIA NBR ISO 9000 PARA OS FORNECEDORES DE PRODUTOS

OBJETIVO:

- Melhorar a qualidade dos bens e serviços utilizados pelas Empresas, com a conseqüente redução de custos e adequação no atendimento aos prazos de entrega.

METAS:

- Divulgação do Projeto para as empresas participantes do mesmo;
- Acompanhamento das novas famílias de produtos;
- Implantação de um novo Sistema de Informações;
- Consolidação da revisão do Projeto;
- Adesão formal de Itaipu e CGTEE ao Projeto.

ATIVIDADES REALIZADAS:

- Realização de palestras para as áreas de aquisição e engenharia de Itaipu, CGTEE, ELETRONORTE, Furnas, CEPEL.
- Realização de palestra de divulgação no SINDIPESA - Sindicato Nacional das Empresas de Transporte e Movimentação de Cargas Pesadas e Excepcionais.
- Estabelecimento de sistemática com o INMETRO para tratamento de problemas com fornecedores aprovados no Projeto
- Novo Sistema de Informações em funcionamento

- Participação em duas auditorias em fornecedores do setor
- Acompanhamento das famílias de produtos/serviços, com novos prazos de exigência no Projeto.

DESVIO OCORRIDO:

- A adesão formal de Itaipu e CGTEE ainda não ocorreu devido a mudanças no setor jurídico da primeira e pendências internas na segunda, mas estão sendo mantidos entendimentos visando dirimir os problemas existentes.

CERTIFICAÇÃO “ISO 9001 – SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE”

OBJETIVO:

- Obter por parte de uma certificadora credenciada pelo INMETRO, a certificação da DPTQ com base na norma NBR ISO 9001 – Sistema de gestão da qualidade.

METAS:

- Implantação da norma NBR ISO 9001, incluindo a capacitação da equipe, a elaboração dos documentos necessários e a primeira auditoria interna.

ATIVIDADES REALIZADAS:

- Implantação completa da ISO 9001 na Divisão de Normas e Qualidade do Departamento de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial, incluindo primordialmente: treinamentos, elaboração do manual da qualidade, dos documentos do Sistema e realização de 2 auditorias internas.
- Obtenção do certificado correspondente, emitido pela BRTUV, certificadora credenciada pelo INMETRO.

DESVIOS OCORRIDOS:

- Não houve desvios, apesar do técnico responsável pela atividade ter-se desligado da empresa para ir trabalhar na PETROBRÁS.

NORMAS TÉCNICAS DE SISTEMAS DE GESTÃO

OBJETIVO:

- Acompanhar e buscar a inserção dos interesses da ELETROBRÁS nas discussões das séries de normas de sistemas de gestão da qualidade, ambiental e de responsabilidade social.

METAS:

- Consolidação do nome da ELETROBRÁS como ativa participante da normalização nacional e internacional de sistemas de gestão.

ATIVIDADES REALIZADAS:

- Participação nos órgãos diretivos dos Comitês da ABNT CB-25 - Qualidade e CB-38 - Gestão ambiental.
- Participação na elaboração de normas nacionais e análise de documentos internacionais para sistemas de gestão da qualidade; ambiental e de responsabilidade social.

NORMAS TÉCNICAS SETORIAIS (ENERGIA ELÉTRICA)

OBJETIVO:

- Assegurar que as demandas específicas de normalização da ELETROBRÁS sejam atendidas.

METAS:

- Criação de grupo na ABNT para elaboração de normas voltadas à energia eólica.

ATIVIDADES REALIZADAS:

- Secretaria da Comissão de Estudos – CE (Turbinas para Geração Eólica) no ABNT / CB-3 (Eletricidade).
- Desenvolvimento da norma ABNT “Turbinas para geração eólica”, com base na norma internacional IEC 61400-1.

CONSOLIDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRÁS JUNTO AO INMETRO

OBJETIVO:

- Atuar e representar o setor de energia elétrica nos diversos fóruns do INMETRO.

METAS:

- Acompanhar o Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade e as discussões sobre a credibilidade das certificações no Brasil e no mundo.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

- Acompanhamento do Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade;
- Acompanhamento do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade;
- Acompanhamento do Plano de Trabalho da Comissão Permanente de Credibilidade.

3. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS - DPE

O DPE desenvolve seis programas setoriais no âmbito do PROCEL, abrangendo as áreas de administração pública municipal, prédios públicos com ênfase nos federais, iluminação pública, indústria, saneamento ambiental e edificações. O planejamento das ações se encontra nos planos de ação de cada programa que se realizam através de convênios, contratos e protocolos, para cada um destes instrumentos jurídicos são explicitadas as metas quantitativas e qualitativas.

Como gerenciamos mais de 80 convênios e 45 contratos, assim escolhemos para simplificar como indicadores para este relatório os referidos convênios e contratos, explicitando os resultados de forma consolidada.

A área de administração pública é foco do PROCEL GEM.

O PROCEL GEM – Núcleo de Gestão Energética Municipal, atua com o intuito de colaborar com o administrador público municipal na gestão e uso eficiente de energia elétrica nos centros consumidores pertencentes à Prefeitura, bem como na identificação de oportunidades de economia e geração de energia, tendo em vista a redução dos desperdícios e dos gastos respectivos, obtendo, em consequência, maiores recursos para serem utilizados em setores considerados prioritários para a comunidade.


Walter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

As ações de capacitação do PROCEL GEM têm como públicos-alvos principais técnicos municipais ligados à área de energia elétrica e os Prefeitos e Secretários. Além destes, há os técnicos de concessionárias de energia elétrica, empresas de serviços de conservação de energia – ESCOs, consultores e especialistas em assuntos relacionados à energia elétrica, que podem atuar como multiplicadores das metodologias e dos conceitos de GEM.

Indicadores de gestão:

INDICADOR	PREVISÃO 2006	REALIZAÇÃO 2006
Acompanhamento de Convênios para implementação das ações nas prefeituras	3	5
Celebração de Novos Contratos para implementação das ações nas prefeituras	-	-
Celebração de Novos Convênios para implementação das ações nas prefeituras	4	2
Celebração de Novos Protocolos de Cooperação Técnica	2	3
Municípios atendidos *	963	892

* - A realização inclui 845 municípios da RCE, 28 municípios participantes dos treinamentos em parceria com a USAID, 18 municípios do Projeto Comunidades no MA e MG e 1 Plano Municipal de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGE elaborado.

Por meio dos projetos implementados, foi possível atingir os seguintes resultados:

INDICADOR	RESULTADO
PLAMGEs Elaborados*	46
Potencial de Redução de Consumo*	14,3 MWh/ano
Redução de Consumo de ações implementadas (Projeto Comunidades)	2.500 MWh/ano
Treinamentos Realizados**	9
Pessoas Treinadas*	167

* - A realização inclui 1 PLAMGE elaborado diretamente pela Eletrobrás e 45 elaborados pela RCE. Já o potencial de redução se refere somente ao PLAMGE da Eletrobrás.

** - O resultado se refere a 2 treinamentos em parceria com a USAID e 7 treinamentos do Projeto Comunidades de Aprendizado.

A área de prédios públicos é o foco do **PROCEL EPP**

As ações de eficiência energética em prédios públicos foram iniciadas em 1997 pela ELETROBRÁS/PROCEL visando reduzir o desperdício de energia nos níveis federal, estadual e municipal. Atualmente o PROCEL EPP (Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos) tem por objetivo implantar projetos-piloto com potencial de reaplicação em larga escala, implementar ações de sensibilização, capacitação, divulgação, projetos-demonstração e realizar parcerias com outros setores.

Indicadores de gestão:

INDICADOR	PREVISÃO 2006	REALIZAÇÃO 2006
Acompanhamento de convênios para implementação das ações	10	18
Acompanhamento de convênios para implementação de laboratórios de instalação predial	4	5
Celebração de Novos Convênios para implementação das ações	6	8

Por meio dos projetos implementados, foi possível atingir os seguintes resultados em 2006:

INDICADOR	RESULTADO
Unidades Consumidoras atendidas	14
Redução de Consumo (MWh/ano)	6.3245.34
Redução de Demanda (kW)	1590,15

A área de iluminação pública é foco do **PROCEL RELUZ**

O PROCEL RELUZ busca realizar um significativo potencial de melhoria da eficiência energética nos sistemas de iluminação pública, e de modo a ampliar os benefícios de economia de energia e recursos e melhor qualidade de vida noturna a toda população urbana. Além de estar diretamente ligada à segurança pública no tráfego, a iluminação pública embeleza as áreas urbanas, destaca e valoriza monumentos, prédios, paisagens e áreas de lazer e orienta percursos.

Este programa prevê a disponibilização de investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões por parte da ELETROBRÁS para tornar eficientes 5 milhões de pontos de iluminação pública e instalar 1 milhão de novos pontos no País até 2010.

O financiamento do RELUZ conta com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. A Lei nº 10.438, de 26.04.2002, prorrogou a utilização da RGR pela ELETROBRÁS até o final de 2010.

Indicadores de gestão:

INDICADOR	PREVISÃO 2006	REALIZAÇÃO 2006
Acompanhamento de Contratos de implementação dos projetos	42	55
Celebração de Novos Contratos	47	18

Por meio dos projetos implementados, foi possível atingir os seguintes resultados:

INDICADOR	RESULTADO
Municípios beneficiados	170
Pontos de IP eficientizados	364.472
Redução de Consumo (MWh/ano)	82.298,65
Redução de Demanda (kW)	18.794,25

O setor industrial é foco do PROCEL INDÚSTRIA

Este programa tem como objetivos desenvolver e implementar atividades que venham reduzir o desperdício de energia no setor industrial por meio de convênios com entidades representativas, quais sejam, Confederação Nacional das Indústrias – CNI e suas Federações, Instituições de Ensino, Associações e outras, além de promover ações de eficiência energética junto à empresas de micro e pequeno porte através de convênios com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Indicadores de gestão:

INDICADOR	PREVISÃO 2006	REALIZAÇÃO 2006
Acompanhamento dos Convênios com Federação das Indústrias	5	5
Acompanhamento dos Convênios com as Instituições de Ensino para implementação de laboratório	13	13
Celebração de novos convênios com as Federações das Indústrias	3	2
Inauguração de laboratório	4	2

Por meio dos projetos implementados, foi possível atingir os seguintes resultados em 2006:

INDICADOR	RESULTADO
Multiplicadores estaduais	5
Técnicos das Indústrias	646
Indústrias de médio e grande porte que aderiram ao Programa	91

O setor de saneamento ambiental industrial é foco do PROCEL SANEAR

Este programa tem como objetivos principais: Promover ações que visem ao uso eficiente de energia elétrica e água em sistemas de saneamento ambiental, incluindo os consumidores; Incentivar o uso eficiente dos recursos hídricos, como estratégia de prevenção à escassez de água destinada à geração hidroelétrica; Contribuir para a universalização dos serviços de saneamento ambiental, com menores custos para a sociedade.

Indicadores de gestão:

INDICADOR	PREVISÃO 2006	REALIZAÇÃO 2006
Acompanhamento dos Convênios com Companhias de Água	12	12
Acompanhamento dos Convênios com as Instituições de Ensino para implementação de laboratório	06	06
Celebração de novos Protocolo de Cooperação Técnica	5	3

Por meio dos projetos implementados, foi possível atingir os seguintes resultados em 2006:

Valter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

INDICADOR	RESULTADO
Seminários de sensibilização	2
Dirigentes de companhias prestadoras do serviço de saneamento ambiental sensibilizados	96
Curso de capacitação de técnicos	04
Técnicos de companhias prestadoras do serviço de saneamento ambiental treinados	185

Nota: Este programa já atingiu 23 estados da federação

A área de edificações é foco do **PROCEL EDIFICA**

Objetivos deste Programa são: Implementar o plano de Ação de edificações, com vistas à divulgação e ao estímulo à aplicação dos conceitos de eficiência energética em edificações; Viabilizar a implementação da Lei 10.295 - Lei de Eficiência Energética, de 17/10/2001, no que concerne a edificações; Contribuir com a expansão do setor habitacional do país de forma a reduzir os custos operacionais na construção e utilização dos imóveis.

Indicadores de gestão:

INDICADOR	PREVISÃO 2006	REALIZAÇÃO 2006
Acompanhamento dos Convênios para implementação do Plano de Ação	24	19
Acompanhamento dos Convênios com as Instituições de Ensino para implementação de laboratório	16	14
Inauguração dos laboratórios de eficiência energética e conforto ambiental	13	6
Celebração de novos convênios com as Instituições de Ensino para implementação de laboratório	4	2
Edição de caderno de boas práticas em diversos setores	11	0
Celebração de novos Protocolo cooperação técnica	1	2
Cursos de gestão energética para setor comercial	0	1

Metas e Previsão orçamentária

O Departamento utiliza duas fontes de recursos: recursos ordinários da Eletrobrás e os recursos da RGR, utilizados unicamente pelo PROCEL RELUZ.

Fonte de Recursos	PREVISÃO 2006 (R\$ milhões)	REALIZAÇÃO 2006 (R\$ milhões)
Ordinários da Eletrobrás	23	16,8
Reserva Global de Reversão	92	77,9

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente em Exercício

4. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ESTUDOS DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA – DPS

1. Programa PROCEL

O Programa Nacional de Conservação de Energia – PROCEL, originalmente instituído pela Portaria Interministerial nº 1877, de 30 de dezembro de 1985 e posteriormente mantido por Decreto de 18 de julho de 1991 é o programa do governo federal, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país e o combate ao seu desperdício.

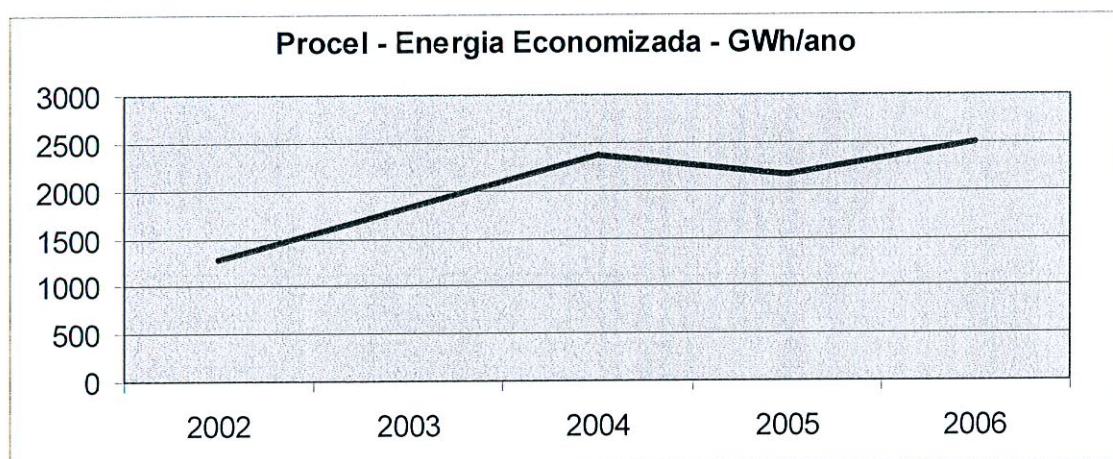
A ELETROBRÁS, na função de Secretaria Executiva do PROCEL, é a responsável pelo planejamento e execução das ações do Programa, fornecendo o suporte técnico e financeiro para seu funcionamento.

Os benefícios gerados pelo Programa podem ser contabilizados tanto pela economia de energia quanto pelos investimentos evitados na expansão do setor, que se revertem em benefícios para a sociedade.

Em 2006, o PROCEL, com investimentos de aproximadamente R\$ 127 milhões incluindo recursos próprios da Eletrobrás, da RGR e do Global Environment Facility – GEF, desenvolveu projetos que contribuíram para uma economia de energia estimada, preliminarmente, em cerca de 2.500 GWh.

Estes resultados podem ser comparados ao consumo de energia elétrica de quase 1,5 milhão de residências no período de um ano, representando um investimento postergado para o setor elétrico em torno de R\$ 2 bilhões, que podem ser alocados para programas governamentais prioritários em outras áreas.

O gráfico a seguir mostra a economia de energia estimada no período de 2002 a 2006.



2. Principais resultados obtidos pelo Procel no âmbito do Departamento de Planejamento e Estudos de Conservação de Energia (DPS)

2.2. Projeto de Eficiência Energética – PEE Brasil

Em 1999, o Global Environment Facility (GEF), que concede suporte financeiro para atividades relacionadas com a mitigação de impactos ambientais pelo uso racional e eficiente de energia, doou recursos ao Governo Brasileiro, por intermédio do BIRD, para o desenvolvimento de vários projetos dentro de um Projeto de Eficiência Energética (PEE). As metas do PEE se traduzem em termos de economia de energia, do conseqüente montante de investimento postergado, e da quantidade de emissão de CO2 evitado.

Os recursos doados foram da ordem de 11,9 milhões de dólares, e a contrapartida da Eletrobrás de aproximadamente 4,7 milhões de dólares. Todos esses recursos foram gerenciados pela Eletrobrás/Procel, com o apoio do Programa das Nações Unidas (PNUD). A Eletrobrás/Procel foi, ainda, responsável pela seleção, implementação e acompanhamento dos projetos.

Em 2006, foram gastos no âmbito desse projeto aproximadamente R\$ 6.784 milhões, para o desenvolvimento das seguintes ações:

a. Capacitação Laboratorial:

- Aquisição de equipamentos para a realização de ensaios e testes para as seguintes instituições: Cagece, Cepel, Fucapi, IEE-USP, IPT, Labelo-PUCRS, Lablux-UFF, Lactec, Nutema-PUCRS, UCIEE e Unifei;
- Em 2006 foram inaugurados o Laboratório de iluminação Lablux-UFF, o Laboratório de Eletro-eletrônicos da Fucapi e o Laboratório Móvel de Hidráulica da Cagece.

b. Centro Brasileiro de Informação de Eficiência Energética (Procel Info):

O objetivo principal do centro é reunir e disponibilizar informações qualificadas, relacionadas com o uso racional e eficiente da energia, que estejam sendo estudadas, desenvolvidas ou executadas no Brasil e no mundo.

Todas as informações coletadas e tratadas pelo Centro são disponibilizadas em um portal na internet, o Portal Procel Info (www.procelinfo.com.br), sua principal interface com o público. O Portal é constantemente atualizado pelo seu núcleo de gestão de conteúdo, que conta com o apoio de uma equipe de especialistas.

O Procel Info foi inaugurado no dia 27/11/2006 e em 29 de dezembro de 2006 já contava com 699 usuários cadastrados no Portal e 501 assinantes da sua newsletter, um boletim de notícias enviado diariamente por e-mail aos usuários.

c. Avaliação do Mercado de Eficiência Energética no Brasil:

Em 2006 foi finalizada a pesquisa de posse de equipamentos e hábitos de consumo nos segmentos industrial, comercial e prédios públicos atendidos na alta tensão. As pesquisas realizadas nos segmentos atendidos em baixa tensão (residencial, industrial e comercial) foram finalizadas em 2005.

Foi disponibilizado no Portal Procel Info, ainda neste ano, o Sinpha – Sistema de Informações de Posse de Eletrodomésticos e Hábitos de Consumo. Um sistema onde os usuários podem consultar e manipular os dados obtidos pela pesquisa no segmento residencial.

Algumas atividades do PEE foram finalizadas em 2005, a saber:

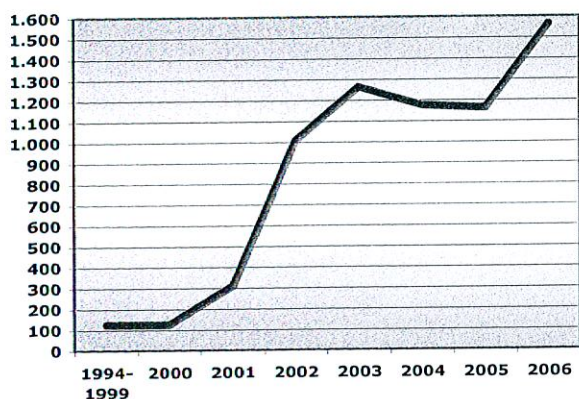
- Disseminação de Informação de Eficiência Energética e Treinamento, incluindo distribuição de livros, guias e casos de sucesso.
- Elaboração e acompanhamento do Plano de Marketing do PROCEL.

2.3. Procel Tecnologia (Selo Procel)

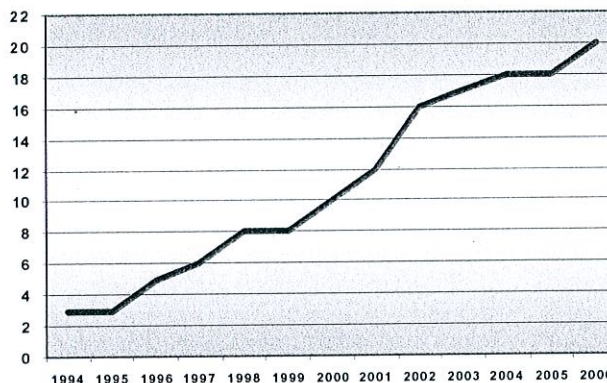
Instituído em 1993, o 'Selo Procel de Economia de Energia' destina-se a destacar anualmente, para o consumidor, os eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes em suas categorias. A concessão do selo é fruto do trabalho conjunto da Eletrobrás/Procel com o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do Inmetro.

Os gráficos a seguir mostram, respectivamente, a evolução das categorias e modelos premiados no período de 1994 a 2006.

- SELO PROCEL -
Evolução dos Modelos Premiados



- SELO PROCEL -
Evolução das Categorias



Entre as ações desenvolvidas no âmbito do Selo Procel em 2006, vale destacar:

Em 2006, o Selo PROCEL foi concedido a 1.568 modelos, distribuídos em 20 categorias de equipamentos e eletrodomésticos. Este também foi o primeiro ano de concessão do Selo Procel para máquinas de lavar roupa, categoria que contemplou 70 equipamentos.

Ainda em 2006 foram unificados o Selo Procel de Economia de Energia e o Selo Procel Inmetro de Desempenho, passando a existir somente o Selo Procel de Economia de Energia.

Estima-se para 2006, preliminarmente, uma economia de energia de cerca de 2.100 GWh em função do programa do Selo Procel.

Em 2007, pretende-se ampliar a lista de produtos que recebem o Selo incluindo os seguintes equipamentos: fornos de microondas, televisores, ventiladores de teto, bombas centrífugas, lâmpadas a vapor de sódio, equipamentos de geração fotovoltaica, equipamentos de geração eólica, bombas de calor, reatores eletrônicos e boilers.

Valter Luiz Cardenal de Souza
Presidente em Exercício

2.4. Procel Educação

O Procel Educação é um programa da Eletrobrás/Procel e do Ministério de Minas e Energia, em parceria com o Ministério da Educação, realizado através das concessionárias de energia elétrica do País e de outros agentes.

Foi instituído em 1989 e, atualmente, tem como objetivo agregar ao processo educativo formal do País, informações complementares às da grade curricular, com vistas à difusão das medidas de conservação de energia entre professores e estudantes de três níveis de ensino:

- Escolas de educação básica (níveis infantil, fundamental e médio), através da metodologia "A Natureza da Paisagem – Energia", com foco na mudança de hábitos.
- Escolas técnicas de nível médio, que visa sensibilizar os alunos da educação média técnica, das áreas de eletrotécnica, mecânica, eletrônica e civil, para as questões da conservação de energia, com foco no tema "Mudança de Hábitos e Eficiência Energética".
- Instituições de nível superior, que tem o propósito de inserir nas grades dos cursos de Engenharia Elétrica, Mecânica e de Produção, uma disciplina com o tema "Conservação e Uso Eficiente de Energia".

O Programa também abrange os setores industriais, comerciais e hoteleiros, visando à sensibilização destes segmentos para as questões da eficiência energética.

Além disso, o Procel Educação procura alcançar toda a sociedade, desenvolvendo ações comunitárias que apresentam o conceito de uso racional de energia.

O Procel Educação, em 2006, obteve os seguintes resultados:

- No ensino básico (níveis fundamental e médio), atingiu cerca de 3 milhões de alunos. Isso, através da realização de seis cursos, envolvendo 200 profissionais de dez concessionárias, que por sua vez, capacitaram 15.000 professores, abrangendo um total de 3.000 escolas.
- No ensino superior, alcançou 12 universidades via a disciplina Conservação de Energia.

Desde a sua criação em 1995, o Procel Educação já treinou cerca de 18 milhões de alunos, bem como capacitou 137.000 professores de 21.000 escolas.

2.5. Procel Marketing

O Procel Marketing fornece apoio ao Procel no sentido de divulgar o Programa, por meio da promoção de eventos e outras ações. É responsável, ainda, por fazer interface com a sociedade, por meio do site do Procel e de atendimento telefônico e via e-mail.

Executou, em 2006, as seguintes ações:

- Edição 2006 do Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, com 141 inscrições nas categorias: Indústria, Imprensa, Micro, Pequenas e Médias Empresas, Edificações, Empresas do Setor Energético, Órgãos e Empresas da Administração Pública; Interação com o público por meio do site do PROCEL, do serviço "Fale Conosco" e do serviço 0800;

Valter Luiz Carneal de Souza
Presidente em Exercício

- Veiculação das Edições 73, 74 e 75 do Boletim do PROCEL (coordenação da pauta junto à área de Comunicação);
- Promoção do 21º Prêmio Jovem Cientista, com um total de 1.377 inscrições, sendo 1.196 na categoria "Estudante do Ensino Médio", 129 na categoria "Graduado" e 52 na categoria "Estudante do Ensino Superior";
- Atendimento a 3840 consultas – via 'Fale Conosco' do site do Procel;
- Contabilização de 214 mil visitas ao site do Procel em 2006;
- Participação em 22 eventos (Seminários, feiras, congressos, lançamento de material técnico e marketing esportivo);
- Produção de material para divulgação do Procel, totalizando 25.300 itens.

2.6. Principais Investimentos Realizados pelo DPS em 2006

Subprogramas	Investimentos (R\$)	Fonte de Recursos
PEE-Brasil	6.783.515	GEF e contrapartida Eletrobrás
PROCEL Educação	5.031.680	Eletrobrás
PROCEL Marketing	844.460	Eletrobrás
Procel Selo	711.713	Eletrobrás
TOTAL	13.371.368	

5. DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS - DPI

Em sintonia com a política de ampliar e consolidar sua atuação no setor energético internacional a Eletrobrás, em apoio ao Ministério de Minas e Energia, participou juntamente com o Ministério das Relações Exteriores de diversas negociações internacionais com países vizinhos (entre eles Argentina, Uruguai e Venezuela) visando a integração regional, além de entendimentos com países da América Central, Ásia e África na prospecção de oportunidades de negócios de mútuo interesse.

Ainda em conjunto com o Ministério de Minas e Energia e o Ministério das Relações Exteriores, a empresa participou das negociações com argentinos e paraguaios com o objetivo de mitigar as consequências de um longo período de estiagem sem precedentes na região Sul do país, quando o Governo brasileiro foi forçado a tomar medidas extraordinárias para superar crise de abastecimento, dentre elas a operação simultânea de 19 turbinas de Itaipu, em caráter excepcional, de comum acordo com aqueles nossos vizinhos.

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente em Exercício

Foram reativadas as negociações com os argentinos com o objetivo de se retomarem os estudos de inventário do trecho do Rio Uruguai, na fronteira do Brasil e Argentina, visando dar início ao disposto no Tratado para o Aproveitamento Compartilhado dos Recursos Hídricos dos trechos internacionais do citado rio e de seu afluente, o Rio Pepiri-Guaçu, firmado entre os citados países em 17 de maio de 1980.

Ainda visando fomentar a integração energética regional, a empresa, que exerce a Presidência e a gestão da Secretaria Executiva do Comitê Brasileiro (BRACIER) da CIER – Comissão de Integração Energética Regional, organizou e participou de duas reuniões em Brasília, na sede da Eletrobrás e no Ministério de Minas e Energia, com a Mesa Diretiva da CIER. Participou também de duas reuniões internacionais promovidas pela CIER no Uruguai e no Peru.

Além das atividades acima citadas, a empresa participou de três reuniões da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e de duas reuniões no Ministério das Relações Exteriores sobre a liberação do comércio de serviços no âmbito da OMC – Organização Mundial de Comércio, da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, MERCOSUL e MERCOSUL- União Européia, visando resguardar os interesses do setor elétrico nacional.

Na busca de novos parceiros internacionais no setor elétrico, a Eletrobrás deu continuidade às negociações com o grupo chinês China International Trust and Investment Corporation (CITIC), visando o financiamento e a construção da UTE de Candiota II, Fase C, iniciada em dezembro de 2006, e a revitalização do parque térmico de Manaus. Tem mantido igualmente entendimentos para acordos de parceria e cooperação com outras empresas nacionais e estrangeiras (européias e asiáticas), para atuação no país e no exterior.

A empresa realizou igualmente atividades de apoio ao Ministério de Minas e Energia em iniciativas de cooperação institucional com outros países, da África e da América do Sul, e com a Agência Internacional de Energia – AIE.

A empresa recebeu a visita de 24 delegações estrangeiras, oriundas da China (17 delegações), Guiné Bissau (2 delegações), Angola, Moçambique, França, Coreia e Malásia.

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o item 17 do Anexo II da DN/TCU nº 81/2006, declaramos que não houve no exercício de 2006, a ocorrência de perdas, extravios ou outras irregularidades, em que o dano tenha sido imediatamente ressarcido sem Tomada de Contas Especial.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2006.



JORGE JOSÉ TELES RODRIGUES
Auditor – Geral


Valter Luiz Carneal de Souza
Presidente em Exercício

DECLARAÇÃO

Declaramos que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-ELETROBRAS, não possui cartão de crédito, em atendimento ao item 11 do Anexo II – Relatório de Gestão, da DN/TCU 081/2006 - Demonstrativo sintético dos valores gastos com cartões de crédito, discriminando o total de despesas pagas mediante fatura e saques no período a que se referem as contas, apresentando, sempre que possível, uma série histórica desses valores considerando o exercício a que se referem as contas e os dois exercícios anteriores”.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2007.


JORGE JOSÉ TELES RODRIGUES
Auditor – Geral


Walter Luiz Carneal de Souza
Presidente em Exercício

DECLARAÇÃO

Declaramos que não houve Tomadas de Contas Especiais, no exercício de 2006, em conformidade com o item 15, assim como o item 16, do Anexo II, da DN/TCU nº 81/2006, do Tribunal de Contas da União - TCU

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2007



JORGE JOSÉ TELES RODRIGUES
Auditor – Geral



Demonstrações Contábeis

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRÁS

*31 de dezembro de 2006 e de 2005
com parecer dos Auditores Independentes*

*Diretoria Financeira – DF
Departamento de Contabilidade – DFC*

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

ELETROBRÁS

Companhia Aberta

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

	Página
- Balanço Patrimonial – Ativo	1
- Balanço Patrimonial – Passivo	2
- Demonstração do Resultado do Exercício	3
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	4
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	5
- Demonstração do Fluxo de Caixa	6/7
- Demonstração do Valor Adicionado	8
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	
- Nota 1 – Contexto Operacional	9
- Nota 2 – Concessões do Serviço Público	11
- Nota 3 – Governança Corporativa	12
- Nota 4 – Relacionamento com Auditores Independentes	13
- Nota 5 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	13
- Nota 6 – Principais Práticas Contábeis	14
- Nota 7 – Procedimentos de Consolidação	19
- Nota 8 – Pronunciamentos Contábeis Emitidos pela Comissão de CVM	23
- Nota 9 – Disponibilidades	23
- Nota 10 – Consumidores e Revendedores	24
- Nota 11 – Financiamento e Empréstimos Concedidos	25
- Nota 12 – Remuneração dos Investimentos	26
- Nota 13 – Títulos e Valores Mobiliários	27
- Nota 14 – Créditos Renegociados	29
- Nota 15 – Ativos Fiscais Diferidos	32
- Nota 16 – Ativo Regulatório	34
- Nota 17 – Estudos e Projetos	35
- Nota 18 – Estoque de Combustível Nuclear	36
- Nota 19 – Adiantamento para Participação Societária	37
- Nota 20 – Investimentos	38
- Nota 21 – Imobilizado	41
- Nota 22 – Intangível	43
- Nota 23 – Seguros	43
- Nota 24 – Financiamentos e Empréstimos Obtidos	44

- Nota 25 – Fornecedores	44
- Nota 26 – Empréstimos Compulsório	44
- Nota 27 – Tributos e Contribuições Sociais	45
- Nota 28 – Remuneração aos Acionistas	48
- Nota 29 – Créditos do Tesouro Nacional	50
- Nota 30 – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	50
- Nota 31 – Previdência Complementar	51
- Nota 32 – Adiantamento de Clientes	55
- Nota 33 – Passivos Contingentes	57
- Nota 34 – Obrigações para Desmobilização do Ativo	63
- Nota 35 – Patrimônio Líquido	64
- Nota 36 – Leilão de Energia Elétrica	67
- Nota 37 – Receitas Operacionais – Participação Societária	68
- Nota 38 – Pessoal, Material e Serviços	68
- Nota 39 – Provisões Operacionais	69
- Nota 40 – Participação dos Empregados e Administradores	69
- Nota 41 – Remuneração de Empregados e Dirigentes	69
- Nota 42 – Segmentos de Negócios	69
- Nota 43 – Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos	70
- Nota 44 – Gestão de Recursos Setoriais	72
- Nota 45 – Evento Subseqüente	74
Anexos às Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	
- Anexo I – Consumidores e Revendedores	77
- Anexo II – Financiamentos e Empréstimos a Receber	78
- Anexo III – Investimentos em Empresas Consolidadas	79
- Anexo IV – Ativo Imobilizado - 2006	80
- Anexo IV.a – Ativo Imobilizado - 2005	81
- Anexo V – Financiamentos e Empréstimos a Pagar	82
- Anexo VI – Resultado por Segmento de Negócio	83
- Anexo VII – Resumo das Demonstrações Contábeis das Controladas	84
- Anexo VIII – Siglas Utilizadas nas Demonstrações Contábeis	85
- Parecer dos Auditores Independentes	
- Parecer do Conselho Fiscal	

João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 05799110-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(em milhares de Reais)

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005 Reclassificado	2006	2005 Reclassificado
CIRCULANTE				
Disponibilidades	2.877.879	1.561.282	5.459.139	3.817.837
Consumidores e revendedores	1.128.770	1.313.494	3.943.302	4.070.809
Financiamentos e empréstimos	5.985.076	4.424.321	1.414.788	869.838
Conta de Consumo de Combustível - CCC	860.023	178.941	833.555	162.827
Remuneração dos investimentos	543.731	698.249	174.455	70.791
Títulos e valores mobiliários	-	237.010	-	237.349
Créditos renegociados	106.935	71.835	352.158	395.415
Ativos fiscais diferidos	1.213.421	1.233.268	1.842.337	1.464.625
Direito de ressarcimento	81.658	270.139	81.658	270.139
Devedores diversos	2.278	2.066	128.224	392.603
Almoxarifado	2.427	2.506	519.816	449.565
Despesas pagas antecipadamente	-	-	46.299	56.274
Outros	117.254	243.303	425.901	439.260
	<u>12.919.452</u>	<u>10.236.414</u>	<u>15.221.632</u>	<u>12.697.332</u>
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Financiamentos e empréstimos	31.334.465	32.174.985	13.052.790	13.521.118
Créditos renegociados	3.022.767	2.749.366	4.735.269	4.419.564
Títulos e valores mobiliários	1.411.661	1.249.788	1.414.136	1.253.557
Estoque de combustível nuclear	-	-	594.169	524.255
Estudos e projetos	292.330	292.334	308.011	308.015
Consumidores e revendedores	-	-	589.223	1.102.487
Ativos fiscais diferidos	790.359	769.020	1.959.457	1.809.212
Cauções e depósitos vinculados	140.034	76.877	367.179	325.508
Conta de Consumo de Combustível - CCC	474.052	362.627	474.052	362.627
Outros	46.527	25.893	376.636	413.981
	<u>37.512.195</u>	<u>37.700.890</u>	<u>23.870.922</u>	<u>24.040.324</u>
Adiantamentos para participação societária	700.085	1.033.031	80.383	202.145
	<u>38.212.280</u>	<u>38.733.921</u>	<u>23.951.305</u>	<u>24.242.469</u>
INVESTIMENTOS	42.304.993	41.894.129	4.565.745	4.529.594
IMOBILIZADO	30.822	29.117	77.695.285	78.288.632
INTANGÍVEL	57.410	59.262	412.538	384.479
DIFERIDO	1.241	1.274	45.136	46.580
	<u>42.394.466</u>	<u>41.983.782</u>	<u>82.718.704</u>	<u>83.249.285</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>93.526.198</u>	<u>90.954.117</u>	<u>121.891.641</u>	<u>120.189.086</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 057991/O-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005 Reclassificado	2006	2005 Reclassificado
CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	169.968	200.855	1.990.178	1.651.115
Empréstimo compulsório	111.106	166.274	111.106	166.274
Fornecedores	1.159.921	1.396.439	1.976.903	2.252.891
Adiantamento de clientes	102.387	28.800	134.909	60.180
Tributos e contribuições sociais	918.483	1.069.444	1.448.655	1.608.142
Conta de Consumo de Combustível - CCC	836.878	143.044	836.878	143.044
Remuneração aos acionistas	566.497	472.572	591.210	503.976
Créditos do Tesouro Nacional	51.123	46.239	51.123	46.239
Obrigações estimadas	7.282	5.912	263.608	191.203
Previdência complementar	-	26.439	338.355	390.998
Provisões para contingências	-	-	893.299	866.148
Remuneração e ressarcimento	-	-	388.936	356.615
Outros	272.754	128.075	976.354	692.525
	<u>4.196.399</u>	<u>3.684.093</u>	<u>10.001.514</u>	<u>8.929.351</u>
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	2.007.461	2.344.544	17.819.926	19.903.785
Créditos do Tesouro Nacional	459.808	499.157	459.808	499.157
Fornecedores	-	-	268.332	209.188
Reserva Global de Reversão - RGR	6.171.300	5.724.538	6.171.300	5.724.538
Empréstimo compulsório	87.389	83.999	87.389	83.999
Tributos e contribuições sociais	647.844	1.194.030	2.150.748	3.203.061
Obrigações para desmobilização de ativos	-	-	356.604	347.786
Adiantamento de clientes	-	-	942.330	723.451
Conta de Consumo de Combustível - CCC	474.052	393.093	474.052	393.093
Provisões para contingências	1.298.389	1.253.638	2.147.921	2.025.404
Previdência complementar	-	2.827	1.992.061	1.920.625
Provisão para passivo a descoberto em investidas	342.996	54.581	342.996	54.581
Outros	4.772	4.727	596.332	207.972
	<u>11.494.011</u>	<u>11.555.134</u>	<u>33.809.799</u>	<u>35.296.645</u>
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-	244.540	248.202
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	24.235.829	24.235.829	24.235.829	24.235.829
Reservas de capital	25.907.304	25.907.304	25.907.304	25.907.304
Reservas de reavaliação	230.538	247.855	230.538	247.855
Reservas de lucros	24.054.259	22.362.625	24.054.259	22.362.625
	<u>74.427.930</u>	<u>72.753.613</u>	<u>74.427.930</u>	<u>72.753.613</u>
Adiantamentos para futuro aumento de capital	3.407.858	2.961.277	3.407.858	2.961.277
	<u>77.835.788</u>	<u>75.714.890</u>	<u>77.835.788</u>	<u>75.714.890</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>93.526.198</u>	<u>90.954.117</u>	<u>121.891.641</u>	<u>120.189.086</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 057991/0-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(em milhares de Reais)

CONSOLIDADO

	CONTROLADORA		Trimestres (não auditado)			2006	2005	Reclassificado
	2006	2005	4T/06	3T/06	4T/05			
RECEITAS OPERACIONAIS								
Operações com energia elétrica	6.276.247	6.054.270	5.643.219	5.056.702	4.854.757	20.801.189	19.029.001	
Acrescimo moratório sobre energia elétrica	21.030	18.203	56.973	50.383	120.484	210.165	326.556	
(-) Encargos setoriais	-	-	(252.750)	(266.654)	(144.277)	(910.266)	(565.079)	
(-) ICMS	-	-	85.599	(183.474)	(110.950)	(465.555)	(401.877)	
Participações societárias	988.561	2.387.775	(41.196)	194.883	4.230	361.667	582.858	
Outras receitas	-	-	431.621	-	-	431.621	798.218	
	7.285.838	8.460.248	5.923.466	4.851.840	4.724.244	20.428.821	19.769.677	
DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal, material e serviços	287.024	233.515	1.170.609	965.243	1.117.601	3.977.700	3.503.789	
Energia comprada para revenda	6.256.845	6.047.449	1.479.321	1.192.302	1.087.033	4.895.225	4.598.705	
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	41.921	148.574	55.412	442.724	435.991	
PASEP e COFINS	62.925	89.859	348.301	285.575	270.763	750.756	949.775	
Uso da rede elétrica	-	-	146.924	264.476	157.062	891.337	560.219	
Depreciação e amortização	5.947	4.768	507.644	500.820	490.752	2.006.805	1.957.124	
Provisões operacionais	114.934	1.130.449	(83.130)	522.394	49.375	918.133	1.366.676	
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	102.288	(239.512)	(365.490)	(390.916)	(790.412)	
Doações e contribuições	140.743	129.777	45.115	46.916	54.568	196.904	177.003	
Outras	190.038	106.338	343.113	291.297	289.325	1.008.328	940.024	
	7.058.456	7.742.155	4.102.106	3.978.085	3.206.401	14.696.996	13.698.894	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	227.382	718.093	1.821.360	873.755	1.517.843	5.731.825	6.070.783	
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS								
Receitas de juros, comissões e taxas	3.937.621	4.292.325	(60.633)	969.155	831.453	1.709.150	2.175.693	
Encargos de dívidas	(438.203)	(650.511)	(303.544)	(623.892)	(660.594)	(1.347.441)	(1.931.883)	
Encargos - sobre recursos de acionistas	(1.475.447)	(303.579)	(363.579)	(367.256)	(387.539)	(1.526.524)	(1.570.686)	
Remuneração e ressarcimento	-	-	(323.626)	(307.915)	(288.057)	(1.152.447)	(1.041.833)	
Receita de aplicações financeiras	340.012	214.571	193.801	131.304	167.752	692.472	590.832	
Atualizações monetárias líquidas	330.606	256.774	(96.438)	(81.536)	86.153	(954.740)	(841.285)	
Atualizações cambiais líquidas	(1.599.337)	(2.454.976)	(142.495)	155.730	747.574	(1.410.802)	(1.651.231)	
Outras receitas (despesas) financeiras	140.522	176.960	(285.719)	325.233	216.019	131.846	(15.670)	
	1.235.774	264.457	(1.382.233)	(99.177)	712.761	(3.858.486)	(4.286.063)	
RESULTADO OPERACIONAL	1.463.156	982.550	439.127	774.578	2.230.604	1.873.339	1.784.720	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	7.450	16.384	5.819	(4.240)	(29.355)	(25.414)	(60.685)	
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, DO IMPOSTO DE RENDA, DAS PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES E DA PARTICIPAÇÃO	1.470.606	998.934	444.946	770.338	2.201.249	1.847.925	1.724.035	
Contribuição social	(81.685)	(2.528)	7.032	(72.073)	(189.172)	(151.373)	(157.776)	
Imposto de renda	(210.603)	(6.817)	8.473	(194.362)	(552.821)	(411.620)	(462.836)	
	1.178.318	989.589	460.451	503.903	1.459.256	1.284.932	1.103.423	
Participação nos lucros	(17.000)	(15.000)	(138.469)	0	(133.059)	(138.468)	(133.059)	
Participação minoritária	-	-	13.869	1.153	4.641	14.854	4.225	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.161.318	974.589	335.851	505.056	1.330.838	1.161.318	974.589	
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE 1.000 AÇÕES	R\$2,06	R\$1,73	R\$0,54	R\$0,89	R\$2,36	R\$2,06	R\$1,73	

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.



João Vicente Araújo Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 0579910-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005**
(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	RESERVAS DE LUCROS						LUCROS ACUMULADOS	ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	T O T A L DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIÇÃO	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	DIVIDENDOS NÃO DISTRIBUÍDOS	RETENÇÃO DE LUCROS			
Em 31 de dezembro de 2004	20.785.196	23.418.859	-	1.546.849	14.366.544	5.417.315	266.841	1.584.651	2.487.554	69.873.809
Aumento de capital - A.G.E. de 28.04.2005										
Capitalização do empréstimo compulsório	1.053.630	2.488.445	-	-	-	-	-	-	-	3.542.075
Capitalização de reservas	2.397.003	-	-	-	(545.511)	-	(266.841)	(1.584.651)	-	-
Reavaliação - Coligadas	-	261.153	-	-	-	-	-	-	-	261.153
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98	-	-	-	-	-	1.031.658	-	-	473.723	1.505.381
Realização de reservas de reavaliação	-	(13.298)	-	-	-	-	-	13.298	-	974.589
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	974.589	-	974.589
Destinação do resultado:										
Constituição de reservas	-	-	48.729	497.041	-	-	-	(545.770)	-	-
Remuneração aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	(442.117)	-	(442.117)
Em 31 de dezembro de 2005	24.235.829	25.907.304	247.855	1.595.578	14.318.074	6.448.973	-	-	2.961.277	75.714.890
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98										
Realização de reservas de reavaliação	-	-	(17.317)	-	-	972.548	-	-	446.581	1.419.129
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	17.317	-	17.317
Destinação do resultado:										
Constituição de reservas	-	-	-	58.066	592.272	-	68.748	(719.086)	-	-
Remuneração aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	(459.549)	-	(459.549)
Em 31 de dezembro de 2006	24.235.829	25.907.304	230.538	1.653.644	14.910.346	7.421.521	68.748	-	3.407.858	77.835.788



João Vicente Araújo Torres
 Chefe do Departamento de Contabilidade
 CRC - RJ - 057991/0-S-DF

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(em milhares de Reais)



	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
ORIGENS				
Das operações - lucro líquido do exercício	1.161.318	974.589	1.161.318	974.589
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciação e amortização	5.947	4.768	2.006.805	1.957.124
Variações monetárias líquidas de longo prazo	529.148	1.448.956	1.870.503	812.193
Ajuste dos investimentos	(575.696)	(2.192.804)	(73.467)	(121.392)
Provisões de longo prazo	(663.429)	22.923	337.200	(108.780)
Participação minoritária no resultado	-	-	(14.854)	(4.225)
Encargos financeiros incidentes sobre o patrimônio líquido	1.419.127	1.505.381	1.419.131	1.505.380
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	(390.917)	(790.412)
Outras	433.880	-	178.290	61.824
	<u>2.310.295</u>	<u>1.763.813</u>	<u>6.494.009</u>	<u>4.286.301</u>
De Acionistas	-	-	-	-
De Terceiros				
Financiamentos obtidos	-	883.040	648.794	2.187.978
Reserva Global de Reversão e Empréstimo Compulsório	1.105.965	730.363	1.105.965	730.363
Transferência do passivo circulante para passivo não circulante	149.742	40.762	270.459	384.626
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	2.666.759	2.406.783	2.481.870	2.943.320
Realização e alienação de investimentos	607.051	745.537	687.507	790.067
	<u>4.529.517</u>	<u>4.806.485</u>	<u>5.194.595</u>	<u>7.036.354</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u>6.839.812</u>	<u>6.570.298</u>	<u>11.688.604</u>	<u>11.322.655</u>
APLICAÇÕES				
Na aquisição de direitos e bens do imobilizado e em gastos diferidos	17.877	7.020	3.153.722	3.253.645
Em financiamentos e empréstimos concedidos	1.007.681	901.218	1.380.006	828.443
Em participação em empresas	21.235	278.917	64.333	279.008
Transferência do não circulante para o circulante	911.634	790.364	3.198.336	2.602.149
Remuneração aos acionistas	459.549	442.117	555.622	444.732
Transferência do circulante para o realizável a longo prazo	2.227.931	1.450.267	1.608.900	1.669.894
Outras	23.171	18.540	275.549	255.359
	<u>4.669.078</u>	<u>3.888.443</u>	<u>10.236.468</u>	<u>9.333.230</u>
TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u>4.669.078</u>	<u>3.888.443</u>	<u>10.236.468</u>	<u>9.333.230</u>
Variação do capital circulante líquido	<u>2.170.734</u>	<u>2.681.855</u>	<u>1.452.136</u>	<u>1.989.425</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido:				
Ativo circulante:				
No início do exercício	10.236.414	9.057.709	12.697.332	11.904.266
No fim do exercício	<u>12.919.454</u>	<u>10.236.414</u>	<u>15.221.633</u>	<u>12.697.332</u>
Variação	<u>2.683.040</u>	<u>1.178.705</u>	<u>2.524.301</u>	<u>793.066</u>
Passivo circulante:				
No início do exercício	3.684.093	5.187.243	8.929.351	10.125.710
No fim do exercício	<u>4.196.399</u>	<u>3.684.093</u>	<u>10.001.516</u>	<u>8.929.351</u>
Variação	<u>512.306</u>	<u>(1.503.150)</u>	<u>1.072.165</u>	<u>(1.196.359)</u>
Variação do capital circulante líquido	<u>2.170.734</u>	<u>2.681.855</u>	<u>1.452.136</u>	<u>1.989.425</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 057991/0-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS

INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	1.161.318	974.589	1.161.318	974.589
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações				
Depreciação e amortização	5.947	4.768	2.006.805	1.957.124
Variações monetárias líquidas de longo prazo	529.148	1.448.956	1.870.503	812.193
Ajuste dos investimentos	(575.696)	(2.192.804)	(73.467)	(121.392)
Provisões de longo prazo	(663.429)	22.923	337.200	(108.780)
Participação minoritária no resultado	-	-	(14.854)	(4.225)
Encargos financeiros incidentes sobre o patrimônio líquido	1.419.127	1.505.381	1.419.131	1.505.380
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	(390.917)	(790.414)
Outras	433.880	-	178.290	61.826
Sub total	<u>2.310.295</u>	<u>1.763.813</u>	<u>6.494.009</u>	<u>4.286.301</u>
(Acréscimos) decréscimos nos ativos operacionais				
Consumidores e revendedores	184.724	(207.468)	127.507	(238.225)
Financiamentos e empréstimos - principal	(616.416)	117.631	(544.950)	(86.966)
Financiamentos e empréstimos - encargos	(944.339)	(883.618)	-	14.620
Conta de consumo de combustível - CCC	(681.082)	379.653	(670.728)	382.629
Remuneração dos investimentos	154.518	(233.830)	(103.664)	(44.353)
Títulos e valores mobiliários	237.010	(11.410)	237.349	172.770
Créditos renegociados	(35.100)	41.344	43.257	(93.820)
Créditos tributários	19.847	30.418	(377.712)	85.355
Direito de ressarcimento	188.481	(128.361)	188.481	(128.361)
Devedores diversos	(212)	3.766	264.379	(140.193)
Almoxarifado	79	(2.080)	(70.251)	(26.010)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	9.975	34.007
Outros	126.047	320.783	13.359	322.171
	<u>(1.366.443)</u>	<u>(573.172)</u>	<u>(882.998)</u>	<u>253.624</u>
Acréscimos (decréscimos) nos passivos operacionais				
Financiamentos e empréstimos - principal	(28.841)	(1.310.097)	339.062	(958.996)
Financiamentos e empréstimos - encargos	(2.046)	(11.666)	-	22.430
Empréstimo compulsório	(55.168)	24.216	(55.168)	24.216
Fornecedores	(236.518)	159.731	(275.988)	136.353
Tributos e contribuições sociais	(150.961)	(46.161)	(159.487)	(65.737)
Conta de consumo de combustível - CCC	693.834	(427.434)	693.834	(427.434)
Remuneração aos acionistas	93.926	74.368	87.234	78.683
Créditos do Tesouro Nacional	4.884	2.171	4.884	2.171
Obrigações estimadas	(26.439)	3.375	72.405	60.025
Venda antecipada de energia	-	-	74.729	2.417
Previdência complementar	-	497	(52.643)	(49.573)
Provisões para contingências	-	-	27.151	5.051
Remuneração e ressarcimento	-	-	32.321	(6.328)
Outras	219.635	27.850	283.829	94.309
	<u>512.306</u>	<u>(1.503.150)</u>	<u>1.072.163</u>	<u>(1.082.413)</u>
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais	<u>1.456.158</u>	<u>(312.509)</u>	<u>6.683.174</u>	<u>3.457.512</u>

(CONTINUA)

João Vicente Amato Torres
 Chefe do Departamento de Contabilidade
 CRC - RJ - 057991/O-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS

INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais)

(CONTINUAÇÃO)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recursos recebidos de acionistas e partes relacionadas	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	-	883.040	648.794	2.187.978
Financiamentos obtidos de longo prazo transferidos para o circulante	(911.634)	(790.364)	(3.198.336)	(2.602.149)
Remuneração aos acionistas	(459.548)	(442.117)	(555.622)	(444.732)
Empréstimos e financiamentos concedidos - liberações	(1.007.681)	(901.218)	(1.380.006)	(828.443)
Empréstimos e financiamentos concedidos - recebimento	2.666.759	2.406.783	2.481.870	2.943.320
Refinanciamentos obtidos (transf. do passivo circ. para o não circ.)	149.742	40.762	270.459	384.626
Refinanciamentos concedidos (transf. do circ. para realiz. longo prazo)	(2.227.931)	(1.450.267)	(1.608.900)	(1.669.894)
Empréstimo compulsório e RGR	1.105.965	730.363	1.105.965	730.363
Outros	(23.171)	(18.540)	(275.548)	(255.359)
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de financiamento	(707.499)	458.442	(2.511.324)	445.710
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de ativo imobilizado	(17.877)	(7.020)	(3.153.722)	(3.253.645)
Investimentos	585.816	466.620	623.174	511.059
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de investimento	567.939	459.600	(2.530.548)	(2.742.586)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.316.597	605.533	1.641.302	1.160.636
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.561.282	955.749	3.817.837	2.657.201
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.877.879	1.561.282	5.459.139	3.817.837
	1.316.597	605.533	1.641.302	1.160.636

João Vicente Amato Torres
 Chefe do Departamento de Contabilidade
 CRC - RJ - 057991/O-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(em milhares de Reais)

	2006		2005		Distribuição %	CONTROLADORA	Distribuição %	CONSOLIDADO	Distribuição %	CONTROLADORA	Distribuição %	CONSOLIDADO	Distribuição %
	CONTROLADORA	Distribuição %	CONSOLIDADO	Distribuição %									
1 - RECEITAS (DESPESAS)													
Venda de mercadorias, produtos e serviços	6.297.277	120,28%	21.442.976	178,20%		6.072.473	115,98%	21.743.457	177,08%		6.072.473	21.743.457	177,08%
Não operacionais	7.450	0,14%	(25.414)	-0,21%		16.384	0,31%	(60.685)	-0,49%		16.384	(60.685)	-0,49%
	<u>6.304.727</u>	<u>120,42%</u>	<u>21.417.562</u>	<u>177,99%</u>		<u>6.088.857</u>	<u>116,30%</u>	<u>21.682.772</u>	<u>176,59%</u>		<u>6.088.857</u>	<u>21.682.772</u>	<u>176,59%</u>
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS													
Materiais, serviços e outros	(428.697)	-6,19%	(3.106.617)	-25,82%		(319.459)	-6,10%	(2.224.544)	-18,12%		(319.459)	(2.224.544)	-18,12%
Encargos setoriais	-	-	(910.266)	-7,56%		-	-	(565.079)	-4,60%		-	(565.079)	-4,60%
Energia comprada para revenda	(6.256.845)	-119,51%	(4.895.225)	-40,68%		(6.047.449)	-115,51%	(4.598.705)	-37,45%		(6.047.449)	(4.598.705)	-37,45%
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	(442.724)	-3,68%		-	-	(2.823.891)	-23,00%		-	(2.823.891)	-23,00%
	<u>(6.685.542)</u>	<u>127,70%</u>	<u>(9.354.832)</u>	<u>-77,74%</u>		<u>(6.366.908)</u>	<u>-121,61%</u>	<u>(10.212.219)</u>	<u>-83,17%</u>		<u>(6.366.908)</u>	<u>(10.212.219)</u>	<u>-83,17%</u>
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(380.815)</u>	<u>-7,27%</u>	<u>12.062.730</u>	<u>100,25%</u>		<u>(278.051)</u>	<u>5,31%</u>	<u>11.470.553</u>	<u>93,42%</u>		<u>(278.051)</u>	<u>11.470.553</u>	<u>93,42%</u>
4 - RETENÇÕES													
Provisões operacionais	(114.934)	-2,20%	(918.134)	-7,63%		(1.130.449)	-21,59%	(1.366.676)	-11,13%		(1.130.449)	(1.366.676)	-11,13%
Depreciação, amortização e exaustão	(5.947)	-0,11%	(2.006.805)	-16,68%		(4.768)	-0,09%	(1.957.124)	-15,94%		(4.768)	(1.957.124)	-15,94%
	<u>(120.881)</u>	<u>-2,31%</u>	<u>(2.924.939)</u>	<u>-24,31%</u>		<u>(1.135.217)</u>	<u>-21,68%</u>	<u>(3.323.800)</u>	<u>-27,07%</u>		<u>(1.135.217)</u>	<u>(3.323.800)</u>	<u>-27,07%</u>
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(501.696)</u>	<u>-9,58%</u>	<u>9.137.792</u>	<u>75,94%</u>		<u>(1.413.268)</u>	<u>-16,37%</u>	<u>8.146.753</u>	<u>66,35%</u>		<u>(1.413.268)</u>	<u>8.146.753</u>	<u>66,35%</u>
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA													
Participações societárias	988.561	18,88%	361.667	3,01%		2.387.775	45,61%	582.858	4,75%		2.387.775	582.858	4,75%
Receitas financeiras	4.748.760	90,70%	2.533.469	21,05%		4.940.630	94,37%	3.549.073	28,90%		4.940.630	3.549.073	28,90%
	<u>5.737.321</u>	<u>109,58%</u>	<u>2.895.136</u>	<u>24,06%</u>		<u>7.328.405</u>	<u>139,97%</u>	<u>4.131.931</u>	<u>33,65%</u>		<u>7.328.405</u>	<u>4.131.931</u>	<u>33,65%</u>
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>5.235.625</u>	<u>100,00%</u>	<u>12.032.928</u>	<u>100,00%</u>		<u>5.915.137</u>	<u>123,60%</u>	<u>12.278.684</u>	<u>100,00%</u>		<u>5.915.137</u>	<u>12.278.684</u>	<u>100,00%</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO													
PESSOAL													
Pessoal, encargos e honorários da Diretoria	177.175	3,38%	2.249.670	18,70%		132.053	2,23%	2.034.659	16,57%		132.053	2.034.659	16,57%
Participação de empregados nos lucros	17.000	0,32%	138.467	1,15%		15.000	0,25%	133.059	1,08%		15.000	133.059	1,08%
Plano de aposentadoria e pensão	11.933	0,24%	312.211	2,59%		18.118	0,31%	127.195	1,04%		18.118	127.195	1,04%
	<u>206.108</u>	<u>3,94%</u>	<u>2.700.348</u>	<u>22,44%</u>		<u>165.171</u>	<u>2,79%</u>	<u>2.294.913</u>	<u>18,69%</u>		<u>165.171</u>	<u>2.294.913</u>	<u>18,69%</u>
TRIBUTOS													
Impostos, taxas e contribuições	355.213	6,78%	1.779.304	14,79%		99.204	1,68%	1.972.264	16,06%		99.204	1.972.264	16,06%
	<u>3.512.987</u>	<u>67,10%</u>	<u>6.391.956</u>	<u>53,12%</u>		<u>4.676.173</u>	<u>79,05%</u>	<u>7.036.918</u>	<u>57,31%</u>		<u>4.676.173</u>	<u>7.036.918</u>	<u>57,31%</u>
ENCARGOS FINANCEIROS E ALUGUEIS													
ACIONISTAS													
Dividendos e juros sobre capital próprio	459.548	8,78%	459.548	3,82%		442.117	7,47%	442.117	3,60%		442.117	442.117	3,60%
Participação de acionistas não controladores	-	0,00%	14.854	0,12%		-	0,00%	4.225	0,03%		-	4.225	0,03%
Lucros retidos	701.770	13,40%	686.916	5,71%		532.472	9,00%	528.247	4,31%		532.472	528.247	4,31%
	<u>1.161.318</u>	<u>22,18%</u>	<u>1.161.318</u>	<u>9,65%</u>		<u>974.589</u>	<u>16,48%</u>	<u>974.589</u>	<u>7,95%</u>		<u>974.589</u>	<u>974.589</u>	<u>7,95%</u>
	<u>5.235.626</u>	<u>100,00%</u>	<u>12.032.928</u>	<u>100,00%</u>		<u>5.915.137</u>	<u>100,00%</u>	<u>12.278.684</u>	<u>100,01%</u>		<u>5.915.137</u>	<u>12.278.684</u>	<u>100,01%</u>



João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 057991/O-S-DF

João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 057991/O-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

ELETROBRÁS

Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 057991/O-S-DF

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A ELETROBRÁS, empresa de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo - Brasil e Madri - Espanha, tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras de energia elétrica, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, cooperar com o Ministério de Minas e Energia na formulação da política energética do País; conceder financiamentos, prestar garantias no País e no exterior, podendo, inclusive, adquirir debêntures de empresas que atuam no serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário; conceder financiamentos e prestar garantias, no País ou no exterior, em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com órgãos do Ministério de Minas e Energia.

A Companhia é responsável pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, pela Utilização de Bem Público - UBP, e pela Conta de Consumo de Combustível - CCC, que financiam os programas do Governo Federal de Universalização de Acesso à Energia Elétrica - LUZ PARA TODOS, o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, o Programa

Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica.

A ELETROBRÁS é gestora do PROINFA, programa do Governo Federal que visa promover a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia elétrica, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, sendo assegurada à ELETROBRÁS o direito à compra da energia a ser produzida até 2026.

A ELETROBRÁS é controladora das empresas Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR e da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE. A função básica dessas controladas é a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia é controladora, também, da Light Participações S.A. - LIGHTPAR e, em regime de controle conjunto, da ITAIPU Binacional, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai.

A Companhia é controladora indireta das empresas Manaus Energia S.A. e Boa Vista Energia S.A., controladas integrais da ELETRONORTE, que atuam na geração e distribuição de energia elétrica nos Estados do Amazonas e Roraima.

A ELETROBRÁS atua, também, como o agente responsável pela comercialização da energia elétrica gerada pela ITAIPU Binacional e pelo PROINFA.

João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 05799110-S-DF

NOTA 2 – CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

As principais concessões, com sua capacidade instalada estão listadas a seguir:

	<u>RIO</u>	<u>CAPACIDADE EM MW</u>	<u>VENCIMENTO</u>
FURNAS:			
EM OPERAÇÃO			
UHE Furnas	Grande	1.216	07/07/2015
UHE Estreito	Grande	1.050	07/07/2015
UHE Marimbondo	Grande	1.440	07/03/2017
UHE Itumbiara	Paranaíba	2.082	26/02/2020
UHE Serra da Mesa	Tocantins	1.275	07/05/2011
UTE Santa Cruz	-	766	07/07/2015
Outras concessões de geração	-	1.629	Até 2035
EM CONSTRUÇÃO			
Simplício	Paraíba do Sul	306	14/08/2041
Baguari	Doce	140	14/08/2041
Batalha	São Marcos	53	14/08/2041
CHESF:			
UHE Complexo Paulo Afonso	São Francisco	3.879	02/10/2015
UHE Luiz Gonzaga	São Francisco	1.479	03/10/2015
UHE Xingo	São Francisco	3.162	02/10/2015
UHE Sobradinho	São Francisco	1.050	09/02/2022
ELETRONORTE:			
UHE Tucuruí	Tocantins	7.245	11/07/2024
Outras concessões de geração	-	1.500	Até 2028

A capacidade total instalada das usinas do Sistema ELETROBRÁS é cerca de 37.858 MW e a geração de energia elétrica considera as seguintes premissas:

- existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- existência, também, de períodos em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva; e
- disponibilidade hídrica do rio onde está localizada.

A produção de energia elétrica das usinas é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamentos que vão desde o nível anual até os diários e horários, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define os montantes e a origem da geração necessária para o atendimento à demanda do País de forma otimizada, baseada na disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas e de máquinas em operação, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia através do sistema interligado.

A capacidade de transmissão do Sistema ELETROBRÁS está demonstrada a seguir:

	<u>LINHAS EM KM</u>	<u>SUBESTAÇÕES</u>
FURNAS	19.278	46
ELETRONORTE	9.841	54
CHESF	18.260	82
ELETROSUL	9.087	34
Outras	655	-
	<u>57.261</u>	<u>208</u>

NOTA 3 – GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em setembro de 2006, a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa – nível I, da BOVESPA. Em decorrência, a Companhia, que tem suas ações incluídas no índice IBOVESPA, passou a compor o Índice de Governança Corporativa – IGC.

Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado de capitais, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da administração e do acionista controlador e, nesse sentido, vem aperfeiçoando o seu sistema de gestão, visando as melhores práticas de Governança Corporativa, na busca da transparência e respeito com seus acionistas e investidores, buscando a melhor sinergia entre as atividades econômico-financeiras, sociais e ambientais.

A adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da Bovespa representa um importante fato no sentido de demonstrar sua preocupação em divulgar informações mais transparentes decorrentes de suas ações empresariais, além de definir seu compromisso com práticas corporativas socialmente responsáveis.

A adoção dessas práticas busca aprimorar a relação com seus investidores e consolidar a imagem da Companhia no mercado de capitais, com foco na sua perpetuidade e na agregação de valor para seus acionistas, investidores e a sociedade em geral.

NOTA 4 – RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003, a ELETROBRÁS informa que utiliza, os serviços de auditoria independente da empresa BDO Trevisan Auditores Independentes, contratada pelo prazo de três anos, contados de 1º de agosto de 2005 para execução de serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis da controladora e consolidadas do Sistema ELETROBRÁS, devendo ser ressaltado, adicionalmente, que a Companhia não possui com a referida empresa nenhum outro contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis.

Os auditores independentes das empresas do Sistema ELETROBRÁS, que, individualmente, também prestam serviços exclusivos de auditoria independente das demonstrações contábeis são informados abaixo:

<u>Investida</u>	<u>Auditor Independente</u>
CGTEE	Deloitte Touche Tohmatsu
CHESF	BDO Trevisan
ELETRONORTE	BDO Trevisan
ELETRONUCLEAR	HLB Audilink e CIA
ELETROSUL	Horwath Tufani, Reis & Soares
FURNAS	PricewaterhouseCoopers
ITAIPU	BDO Trevisan
LIGHTPAR	Russell Bedford Brasil

NOTA 5 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da controladora e consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 e regulamentações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conjugada com a legislação específica emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e foram examinadas por auditores independentes.

As presentes Demonstrações Contábeis incorporam as recentes normas editadas pela CVM, descritas na Nota 8, o que justifica as reclassificações efetuadas no exercício de 2005.

Com o objetivo de propiciar informações adicionais, estão sendo apresentados:

a) Demonstração do Fluxo de Caixa, preparada de acordo com as Normas e Procedimentos contábeis – NPC 20 emitida pelo IBRACON;

b) Demonstração do Valor Adicionado, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC 1.010, de 21 de janeiro de 2005; e

c) Demonstração da segmentação de negócio, de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade SFAS-131 emitida pelo *Financial Accounting Standarts Board*.

Para efeito de melhor entendimento, estão relacionadas no Anexo VIII as principais siglas adotadas nestas notas explicativas.

NOTA 6 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das Demonstrações Contábeis da controladora e consolidadas foram adotadas as práticas contábeis descritas a seguir:

I - GERAIS

a) DISPONIBILIDADES

Estão demonstradas ao custo e são representadas substancialmente, por aplicações financeiras de curto prazo, acrescidas das remunerações obtidas até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis e não excedem ao seu valor de mercado (Vide Nota 9);

b) CONSUMIDORES E REVENDEDORES

O saldo de consumidores e revendedores (Vide Anexo I) é composto por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, além do fornecimento e suprimento não faturado, registrado com base no regime de competência.

Inclui, também, os acréscimos moratórios em função de atrasos no pagamento por parte dos consumidores, concessionários e permissionários;

c) FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Os financiamentos e empréstimos concedidos (Vide Anexo II) e seus respectivos encargos apropriados até a data do Balanço são atualizados segundo os índices contratuais de atualização monetária ou cambial;

d) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

São constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa, em montante julgado suficiente pela administração da Companhia, para a cobertura de eventuais perdas na realização de contas e títulos a receber (Vide Notas 10, 11, 13, 14 e 16 e Anexos I e II às Notas Explicativas);

e) CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a ELETROBRÁS administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em conta bancária vinculada, e às quotas não quitadas pelos concessionários;

f) IMOBILIZADO

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A depreciação é calculada pelo método linear;

g) INVESTIMENTOS

As participações societárias em controladas e controlada em conjunto (Vide Anexo III), bem como os demais investimentos em coligadas com participação acionária igual ou superior a 20% do capital total das companhias investidas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nos termos da legislação societária e da Instrução CVM 247/96. A contrapartida do ajuste decorrente dessa avaliação é computada no resultado do exercício. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição (Vide Nota 20);

h) FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os financiamentos e empréstimos obtidos e os correspondentes encargos apropriados até a data do Balanço, estão atualizados pelos índices contratuais e demonstrados no Anexo V;

i) RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

Os saques feitos pela ELETROBRÁS junto à RGR (Vide Nota 44), destinados a concessão de empréstimos e financiamentos às concessionárias de energia elétrica, são registrados como exigibilidades. Sobre tais saques incidem juros de 5% ao ano, a partir da vigência da Lei 8.631, de 04 de março de 1993;

j) EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

É registrado pelo valor do principal, acrescido de atualização monetária, com base no IPCA-E e juros de 6% ao ano (Vide Nota 26);

l) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, sendo utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro real, conforme definido pela legislação tributária aplicável. A Contribuição

Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado nos termos da legislação aplicável.

Em atendimento ao disposto na Deliberação CVM 273, de 20 de agosto de 1998, e da Deliberação CVM 371, de 27 de junho de 2002, estão registrados no ativo circulante e no ativo não circulante e passivo não circulante os ativos diferidos e as obrigações fiscais diferidas, calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, (Vide Notas 15 e 27);

m) BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os relacionados ao plano de assistência médica são provisionados, conforme os procedimentos estabelecidos pela Deliberação CVM 371/2002, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos ao longo do tempo de serviço dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada tempo de serviço como base de uma unidade de benefício, consideradas no cômputo da obrigação final. São utilizadas, também, premissas como a estimativa da evolução dos custos de assistência médica, hipóteses biométricas e econômicas, bem como, informações históricas de gastos incorridos e contribuições dos empregados (Vide Nota 31);

n) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Os demais ativos são registrados pelos seus efetivos valores de custo, retificados, quando aplicável, por provisões de forma a refletir seus efetivos valores de realização. Incluem, também, os rendimentos e eventuais variações monetárias ou cambiais auferidos; os passivos são registrados por seus valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, conforme aplicável, dos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos; e

o) APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado do exercício é apurado segundo o regime de competência.

II - PRÁTICAS ESPECÍFICAS DO SETOR ELÉTRICO

a) IMOBILIZADO EM SERVIÇO

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação são calculadas de acordo com a Instrução ANEEL 44, de 17 de março de 1999, apresentadas na Nota 21 e nos Anexos IV e IV.a.

b) IMOBILIZADO EM CURSO

De acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, juros e outros encargos financeiros (variações monetárias e cambiais), relacionados aos empréstimos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados em construções em andamento, são registrados como parte dos custos de construção.

Despesas administrativas gerais são alocadas ao imobilizado em andamento. A alocação de custos diretos com pessoal e serviços de terceiros é permitida com base em critérios estabelecidos pela Agência Reguladora (Vide Nota 21 e os Anexos IV e IV.a);

c) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO

São registrados obrigações em contrapartida de contribuições recebidas da União e de consumidores exclusivamente para o investimento na rede de distribuição de energia elétrica. A obrigação é registrada como redutora do ativo imobilizado, sendo, no término da concessão, compensada contra os ativos correspondentes, incluindo aqueles adquiridos com as contribuições recebidas da União e de consumidores. O prazo da concessão de serviço público são firmados pela ANEEL (Vide Nota 21 e os Anexos IV e IV.a);

d) ALMOXARIFADO

Os materiais de almoxarifado, classificados no ativo circulante, são registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados à construção do ativo imobilizado são classificados no ativo não circulante imobilizado, pelo custo de aquisição. Os valores contabilizados não excedem aos seus custos de reposição ou valores de realização;

e) DECORRENTES DO ACORDO GERAL DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

De acordo com o estabelecido pela Resolução 72 da ANEEL, de 07 de fevereiro de 2002, é apresentado dentro da rubrica consumidores e revendedores o valor referente à Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, definida pela Resolução 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001 e pela Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 (Vide Nota 16);

f) OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Conforme previsto no Manual de Contabilidade da ANEEL, é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas term nucleares, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da vida útil.

Os valores são apropriados ao resultado do exercício, com base em quotas anuais fixadas em quantidades de dólares norte - americanos, à razão de 1/30 dos gastos estimados, registrados imediatamente e convertidas pela taxa de câmbio do final de cada mês de competência. O passivo relativo ao descomissionamento é mantido atualizado pela variação do dólar norte - americano (Vide Nota 34);

g) ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear disponíveis no núcleo do reator e na chamada piscina destinada a elementos utilizados - PCU, são registrados pelo custo de aquisição.

O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia (Vide Nota 18); e

h) PARADAS PROGRAMADAS

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas são inicialmente registrados no Ativo Circulante, e após a retomada da operação da usina, os custos são apropriados ao resultado em quotas mensais, até o início da próxima parada.

III - PRÁTICAS CONTÁBEIS ESPECÍFICAS DE ITAIPU BINACIONAL

Para a contabilização de suas operações a Itaipu Binacional segue as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil e no Paraguai, observadas as disposições específicas estabelecidas no Tratado Internacional, firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, em 26 de abril de 1973, que rege a ITAIPU Binacional, sendo as principais disposições descritas abaixo:

a) Não é registrada a depreciação de suas instalações, por ter sua receita calculada com base nos encargos do passivo e não se constituir um item do Custo do Serviço de Eletricidade, conforme definido no Anexo "C", do Tratado Internacional Brasil-Paraguai;

b) Os resultados acumulados não integram o Patrimônio Líquido e são alocados na rubrica Resultados a Compensar, transferido para o ativo imobilizado; e

c) A remuneração sobre capital próprio dos acionistas não leva em consideração a realização de lucros, sendo apresentado como despesa operacional no resultado.

NOTA 7 – PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

I) As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução CVM 247, de 27 de março de 1996 e incluem a ELETROBRÁS e as seguintes empresas:

	PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRÁS	
	2006 e 2005	
	Direta	Indireta
FURNAS	99,54%	-
CHESF	99,45%	-
ELETROSUL	99,71%	-
ELETRONORTE	98,66%	-
ELETRONUCLEAR	99,80%	-
ITAIPU BINACIONAL (*)	50,00%	-
CGTEE	99,94%	-
LIGHTPAR	81,61%	-
MANAUS ENERGIA (**)	-	100%
BOA VISTA ENERGIA (**)	-	100%

(*) – Controlada em conjunto com a ANDE (Paraguai)

(**) – Participação indireta por meio da ELETRONORTE

II) Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 das empresas consolidadas estão demonstradas de forma resumida no Anexo VI.

III) Apresentamos abaixo as principais práticas de consolidação adotadas:

- a) eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;
- b) eliminação de saldos a receber e a pagar inter-companhias;
- c) eliminação das receitas e despesas inter-companhias; e
- d) destaque da participação dos demais acionistas no patrimônio líquido e no resultado das empresas investidas consolidadas.

Face à inexistência de resultados não realizados nas operações inter-companhias, o lucro líquido e o patrimônio líquido da controladora são iguais aos do consolidado.

IV) Procedimentos de consolidação da controlada em conjunto ITAIPU Binacional

- a) As Demonstrações Contábeis da ITAIPU Binacional são originalmente elaboradas em Dólares Norte-Americanos e foram convertidas para Reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2006 - US\$ 1.00 - R\$ 2,1380 divulgada pelo Banco Central do Brasil 31 de dezembro de 2005 - US\$ 1.00 - R\$ 2,3407);
- b) O resultado a compensar de ITAIPU é ajustado no ativo imobilizado consolidado;
- c) A remuneração paga por ITAIPU é registrada como receita na controladora, mas eliminada no consolidado; e
- d) Todo o resultado gerado por ITAIPU no consolidado é eliminado na consolidação pela rubrica "Resultado a Compensar de ITAIPU".

A seguir está apresentado, simplesmente para efeito de análise, o resumo do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado Consolidado excluindo os efeitos da consolidação proporcional da ITAIPU Binacional. A informação, de caráter meramente informativo, visa apresentar aos acionistas e analistas do mercado de capitais a influência das Demonstrações Contábeis da ITAIPU nas demonstrações consolidadas do Sistema ELETROBRÁS, dada suas especificidades, não devendo o mesmo ser considerado, em nenhuma hipótese, como sendo as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Sistema ELETROBRÁS.

João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 057991/0-S-DF

R\$ mil
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
 (de caráter meramente informativo)

2006

	<u>COM ITAIPU</u>	<u>SÉM ITAIPU</u>
Ativo		
Circulante		
Consumidores e revendedores	9.402.441	9.263.138
Financiamentos e empréstimos	1.414.788	1.422.456
Outros	4.404.404	4.399.813
	<u>15.221.633</u>	<u>15.085.407</u>
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Financiamentos e empréstimos	13.052.790	20.262.393
Outros	10.898.516	10.771.904
	<u>23.951.306</u>	<u>31.034.297</u>
Investimentos	4.565.745	4.672.645
Imobilizado, diferido e intangível	78.152.960	56.183.552
	<u>82.718.705</u>	<u>60.856.197</u>
Total do Ativo	<u>121.891.644</u>	<u>106.975.901</u>
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Financiamentos e empréstimos	1.990.179	1.435.468
Fornecedores	1.976.903	2.482.571
Outros	6.034.434	5.660.843
	<u>10.001.516</u>	<u>9.578.882</u>
Não Circulante		
Financiamentos e empréstimos	17.819.927	3.978.392
Outros	15.989.873	15.338.299
	<u>33.809.800</u>	<u>19.316.691</u>
Participações de Acionistas - ANDE	244.540	244.540
Patrimônio Líquido	77.835.788	77.835.789
	<u>78.080.328</u>	<u>78.080.329</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	<u>121.891.644</u>	<u>106.975.902</u>

João Vicente Amato Torres
 Chefe do Departamento de Contabilidade
 CRC - RJ - 057991/0-S-DF

R\$ mil
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(de caráter meramente informativo)
2006

	COM ITAIPU	SEM ITAIPU
Receitas Operacionais		
Operações com energia elétrica	19.856.990	19.483.369
Outras	571.832	809.532
	<u>20.428.822</u>	<u>20.292.901</u>
Despesas Operacionais		
Energia comprada para revenda	(4.895.225)	(7.947.366)
Depreciação e amortização	(2.006.805)	(2.006.805)
Resultado a compensar de ITAIPU	390.917	-
Outras	(8.185.883)	(7.624.006)
	<u>(14.696.996)</u>	<u>(17.578.177)</u>
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	<u>5.731.826</u>	<u>2.714.724</u>
Receitas (Despesas) Financeiras		
Receita de juros, comis. e taxas	1.709.152	2.295.468
Encargos de dívidas	(1.347.442)	(409.215)
Remuneração e ressarcimento	(1.152.447)	(509.902)
Atualizações monetárias e cambiais		
líquidas	(2.365.543)	(1.499.640)
Outras	(702.206)	(719.115)
	<u>(3.858.486)</u>	<u>(842.404)</u>
Resultado Operacional	<u>1.873.339</u>	<u>1.872.320</u>
Resultado não Operacional	<u>(25.414)</u>	<u>(24.395)</u>
Resultado antes da CSLL e IRPJ	<u>1.847.925</u>	<u>1.847.925</u>
CSLL e IRPJ	<u>(562.993)</u>	<u>(562.993)</u>
Resultado antes das participações	<u>1.284.932</u>	<u>1.284.932</u>
Participação nos Lucros	(138.468)	(138.468)
Participação Minoritária	14.854	14.854
Lucro Líquido do Exercício	<u>1.161.318</u>	<u>1.161.318</u>
Lucro por lote de 1.000 ações	<u>R\$ 2,06</u>	<u>R\$ 2,06</u>

João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 057991/O-S-DF

NOTA 8 – PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, editou novas normas a serem observadas nas Demonstrações Contábeis aplicáveis a exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2006, a seguir:

- a) Deliberação CVM 505/2006 – Torna obrigatória a aplicação da NPC 10 do IBRACON, que dispõe sobre eventos subseqüentes à data do Balanço e as informações que devem ser divulgadas até a data da aprovação das Demonstrações Contábeis pela Diretoria Executiva da Empresa;
- b) Deliberação CVM 506/2006 – Torna obrigatória a aplicação da NPC 12 do IBRACON que estabelece critérios para o tratamento contábil e a divulgação de mudanças de práticas e estimativas contábeis, bem como correção de erros;
- c) Deliberação CVM 488/2005 (alterada pela Deliberação CVM 496/2006) – Aprova a aplicação da NPC 27 que converge com as práticas contábeis internacionais estabelecendo novos padrões de apresentação e divulgação de Demonstrações Contábeis, requeridos a partir do exercício social de 2006; e
- d) Deliberação CVM 489/2005 – Aprova a NPC 22 do IBRACON sobre provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas.

NOTA 9 - DISPONIBILIDADES

As disponibilidades financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que tem como meta a rentabilidade em função da Taxa Média da SELIC.

O total das disponibilidades, em 31 de dezembro de 2006, encontra-se abaixo demonstrado:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Caixa e Bancos	791	51.755	91.749	110.799
Aplicações Financeiras	2.518.793	1.474.337	4.963.797	3.639.740
Aplicações Financeiras - uso restrito	358.295	35.190	403.593	67.298
	<u>2.877.879</u>	<u>1.561.282</u>	<u>5.459.139</u>	<u>3.817.837</u>

NOTA 10 – CONSUMIDORES E REVENDEDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

I - Os valores a receber de consumidores e revendedores de energia elétrica encontram-se detalhados no Anexo I destas Notas Explicativas.

II – Comercialização da energia elétrica gerada por ITAIPU Binacional

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à ELETROBRÁS a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por ITAIPU, passando a ser a comercializadora no Brasil desta energia elétrica a partir de janeiro de 2003. Como consequência, foram sub-rogados à ELETROBRÁS os compromissos de aquisição e repasse de energia elétrica firmados originalmente por FURNAS e ELETROSUL.

Neste exercício, foram comercializados o equivalente a 84.965 GWh, sendo a tarifa de suprimento (compra) de energia praticada por ITAIPU de US\$ 20,50/kW e a tarifa de repasse (venda) US\$ 21,53/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da ITAIPU, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, tem a seguinte destinação:

a) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das Classes Residencial e Rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

b) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Dessa forma, a atividade de comercialização da energia elétrica gerada pela controlada em conjunto não produz efeitos no resultado líquido da ELETROBRÁS. No exercício de 2006 foi apurado um saldo positivo de R\$ 5.330 mil, nesta atividade, estando apresentado no Ativo Circulante, incluído na rubrica Direito de Ressarcimento, cujo saldo é de R\$ 81.658 mil (31 de dezembro de 2005 – R\$ 270.139mil).

III – Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE estão registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

As operações realizadas no exercício de 2006 geraram, para a ELETROBRÁS e suas controladas, um crédito líquido de R\$ 378.313 mil.

A controlada FURNAS, mantém registrados créditos no montante de R\$ 293.560 mil, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares nas ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo de Mercado, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova contabilização, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, foram mantidas negociações, com a participação da ANEEL, CCEE e agentes envolvidos, visando o equacionamento das pendências judiciais relativas ao referido processo de contabilização e liquidação, de forma a viabilizar uma solução negociada para as referidas ações. Atualmente, estão sendo negociados acordos bilaterais com cada devedor. A controlada FURNAS continua a acompanhar a evolução dessas ações judiciais, mantendo a intenção de negociar com as partes envolvidas, não sendo reconhecidos pela administração da Companhia, provisões para perdas na realização desses ativos, amparadas por seus consultores jurídicos (Vide Nota 14 item c).

IV – Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

São constituídas provisões com observância das normas da ANEEL a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 978.517 mil (31 de dezembro de 2005 – 507.500 mil). Para fins fiscais, o excesso de provisão constituída em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado ao Lucro Real, para efeitos de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

NOTA 11 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da ELETROBRÁS, além dos recursos setoriais – RGR, CDE e UBP, de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras, como, também, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 8,83% a.a..

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 46% do total da carteira. Já os que prevêem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos, no Brasil, atingem a 28% do saldo da carteira.

O detalhamento dos financiamentos e empréstimos concedidos pela ELETROBRÁS, incluindo juros, comissões e taxas está apresentado no Anexo II.

A Companhia reconhece de forma conservadora provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 51.629 mil (31 de dezembro de 2005 – R\$ 471.366 mil) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de diversas empresas em inadimplemento.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

No último trimestre de 2006, a Companhia reverteu parte do saldo da PCLD, no montante de R\$ 350.847 mil, constituída contra créditos decorrentes de financiamento concedido à ELETROPAULO Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A., não honrados há longa data e que é objeto de ação judicial movida pela ELETROBRÁS, transitada em julgado com sentença favorável à Companhia, pelo qual o direito da ELETROBRÁS sobre o crédito não mais se discute.

Em junho de 2006, Acórdão do Superior Tribunal de Justiça – STJ determinou, por unanimidade, que a execução prossiga conforme deliberado pelo Juízo. Mais recentemente, o STJ, por unanimidade, rejeitou embargos de declaração propostos pela ELETROPAULO, cenário no qual a administração da ELETROBRÁS dará continuidade ao processo de execução e, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, considera a realização do crédito como praticamente certa.

Tais créditos atingem, em 31 de dezembro de 2006, o montante de R\$ 357.530 mil, considerada as condições originais dos contratos firmados com a ELETROPAULO, registrados contabilmente, os quais, se atualizados pelos índices praticados pela justiça, atingem o montante de R\$ 1.023.984 mil. A administração da Companhia, de forma prudente e conservadora, não registra a parcela de atualização com base em critérios distintos daqueles contratualmente pactuados, optando por aguardar o processo de execução.

NOTA 12 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio, líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela ELETROBRÁS e tem a seguinte composição:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
FURNAS	92.160	187.341	-	-
CHESF	198.249	313.765	-	-
ITAIPU	17.615	22.405	-	-
ELETROSUL	62.956	69.960	-	-
ELETRONUCLEAR	7.103	45.189	-	-
CTEEP	106.063	46.530	106.063	46.530
Outros	59.585	13.059	68.392	24.261
	<u>543.731</u>	<u>698.249</u>	<u>174.455</u>	<u>70.791</u>

NOTA 13 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
CIRCULANTE				
CFT-E1	-	128.341	-	128.341
NTN-P	-	108.669	-	108.669
OUTROS	-	-	-	339
	-	237.010	-	237.349
NÃO CIRCULANTE				
CFT-E1	164.707	-	164.707	-
NTN-P	117.533	-	119.979	-
FINOR/FINAM	2.849	1.816	2.849	1.816
Rendimentos de Parcerias	298.206	272.570	298.206	272.570
Investimentos Temporários	175.308	322.344	175.308	322.344
Partes Beneficiárias	652.575	652.575	652.575	652.575
Outros	483	483	512	4.252
	1.411.661	1.249.788	1.414.136	1.253.557

a) CFT- E1 –Títulos públicos com remuneração equivalente à variação do IGP-M, sem juros, com data de resgate fixada a partir de agosto de 2012. A controladora mantém uma provisão para ajuste a valor de mercado na data base de 31 de dezembro de 2006, no montante de R\$ 100.949 mil, apurada com base em deságios praticados no mercado de capitais e apresentada como redutora do respectivo ativo. É intenção da Companhia resgatar os títulos no vencimento.

b) NTN-P – Títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND. Estes títulos possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial – TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado com data de resgate fixada a partir de fevereiro de 2012. É intenção da Companhia resgatar os títulos no vencimento.

c) FINOR/FINAM – Refere-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais destinados a projetos na área de atuação das controladas CHESF e ELETRONORTE, para os quais a Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R\$ 284.233 mil, e apresentada como redutora do respectivo ativo.

d) RENDIMENTOS DE PARCERIAS – Referem-se aos rendimentos decorrentes dos investimentos em regime de parcerias (Vide Nota 20), correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% a 13% a.a. sobre o capital aportado, como demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2006	2005
EATE	80.477	83.710
TANGARÁ	40.829	42.586
ELEJOR	49.379	33.369
Outras	127.521	112.905
	<u>298.206</u>	<u>272.570</u>

e) INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS – A Companhia detém ações ordinárias de concessionárias estaduais de energia elétrica originariamente de propriedade de diversos Estados da Federação, adquiridas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND.

Esses títulos, que estão inseridos no PND, têm como base de avaliação, para identificação e mensuração de perdas na sua realização, o valor do patrimônio líquido contábil dessas empresas, considerando a ausência de um valor de mercado efetivo.

O saldo em 31 de dezembro de 2006, substancialmente representado por adiantamentos para futuro aumento de capital, está líquido da parcela de R\$ 3.176.334 mil (31 de dezembro de 2005 – R\$ 2.789.288 mil) correspondente ao valor acumulado das provisões para perdas constituídas, fundamentalmente, em exercícios anteriores, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2006	2005
CEAL	81.430	188.071
CERON	29.965	66.892
ELETROACRE	63.913	57.334
CEAM	-	10.047
	<u>175.308</u>	<u>322.344</u>

Além dos investimentos acima, a ELETROBRÁS mantém participação na CEAM que, juntamente com a CEPISA apresentam patrimônio líquido negativo nos valores de R\$ 222.686 mil e R\$ 120.310 mil, respectivamente. A ELETROBRÁS mantém provisão para cobertura desses passivos a descoberto no valor de R\$ 342.996 mil, face os compromissos de saneamento econômico-financeiro assumidos no âmbito do PND.

f) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da ELETROBRÁS na INVESTCO S.A.. Estes títulos têm rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das referidas empresas, a serem pagos juntamente com os dividendos e serão resgatados em outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social nas empresas e valores, conforme a seguir demonstrado:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2006	2005
PAULISTA LAJEADO	49.975	49.975
REDE LAJEADO	266.798	266.798
EDP LAJEADO	184.577	184.577
CEB LAJEADO	151.225	151.225
	652.575	652.575

NOTA 14 - CRÉDITOS RENEGOCIADOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
CIRCULANTE				
CEB	45.289	44.369	71.479	80.508
CELG	48.499	21.401	64.513	77.527
AES-SUL	12.288	11.835	12.288	11.835
CEMAT	844	2.991	28.864	46.202
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	155.127	116.977
Outros	15	20.287	19.887	91.414
(-) PCLD	-	(29.048)	-	(29.048)
	106.935	71.835	352.158	395.415
NÃO CIRCULANTE				
Cessão de créditos de ITAIPU	2.679.043	2.251.754	2.679.043	2.251.754
CELG	257.899	360.274	592.032	678.532
CEB	53.790	90.725	256.975	271.611
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	939.621	943.018
Outros	32.035	46.613	267.598	274.649
	3.022.767	2.749.366	4.735.269	4.419.564

Os créditos renegociados formalizam-se por contratos de parcelamentos de débitos acumulados pelos devedores, e prevêem juros e atualizações monetárias, com prazos fixados para a amortização do principal e dos encargos e são considerados recuperáveis pela administração da Companhia, onde cabe destaque:

a) Oriundos de energia elétrica repassada à CEB

A ELETROBRÁS é detentora de créditos junto à CEB, decorrentes da comercialização, então praticada por FURNAS, da energia elétrica gerada por ITAIPU Binacional, que foram recebidos por sub-rogação em janeiro de 2003. Tais créditos foram, naquele mesmo exercício, renegociados para equacionamento da inadimplência da distribuidora com atuação no Distrito Federal, no montante original de R\$ 163.892 mil. A negociação estabelece, entre outras condições, o pagamento das dívidas em atraso até o final do exercício de 2008 (60 meses), atualizadas pela taxa SELIC, com garantias reais, mediante a transferência diretamente da instituição financeira arrecadadora da CEB, de 4% de seu faturamento bruto mensal, em favor da ELETROBRÁS.

O montante a receber em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 99.079 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 135.094 mil), sendo R\$ 53.790 mil registrados no ativo não circulante (31 de dezembro de 2005 - R\$ 90.725 mil).

A controlada FURNAS também renegociou créditos detidos contra a CEB, no montante de R\$ 191.129 mil, relativos à energia própria, com amortização em 144 meses, contados de agosto de 2003, em parcelas correspondentes a 3 % do seu faturamento bruto, podendo ser automaticamente prorrogado até a liquidação final do compromisso. O saldo devedor é atualizado pelo IGP-M e acrescido de juros de 1% a.m. e monta em 31 de dezembro de 2006 R\$ 210.373 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 217.023 mil), sendo R\$ 162.000 mil cedidos ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - FURNAS II (Vide Nota 30).

b) Oriundos de energia elétrica repassada à CELG

A ELETROBRÁS renegociou em 2003, os créditos decorrentes do repasse de energia da ITAIPU Binacional à CELG, sub-rogados por FURNAS à ELETROBRÁS, no montante de R\$ 392.021 mil. A repactuação prevê a realização desses créditos mediante transferência, efetuada diretamente pela instituição financeira arrecadadora da distribuidora, de 3,34% de seu faturamento bruto mensal. O parcelamento tem um prazo estimado para a sua quitação total de 216 meses contados a partir de janeiro de 2004 e é corrigido pela variação do Dólar Norte-Americano.

O saldo em 31 de dezembro de 2006 corresponde a R\$ 306.398 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 381.675 mil), sendo R\$ 257.899 mil registrado no ativo não circulante (31 de dezembro de 2005 - R\$ 360.274 mil). A Companhia no exercício de 2006 reverteu a PCLD no montante de R\$ 26.851 mil face a conclusão das negociações que vinham sendo mantidas junto à empresa e, conseqüente pagamento dos valores em atraso.

De forma semelhante, a controlada FURNAS renegociou em dezembro de 2003 o montante de R\$ 378.938 mil, relativos a créditos de energia própria, sendo o prazo estimado de pagamento de 216 meses, corrigido mensalmente pelo IGP-M e juros de 1% a.m.. O pagamento mensal corresponde a 2,56% do faturamento bruto da CELG e está lastreado em garantia baseada em conta bancária

vinculada, sendo o saldo da dívida, em 31 de dezembro de 2006, correspondente a R\$ 350.147 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 374.385 mil), tendo sido parte do direito creditório, no montante de R\$ 258.000 mil, cedido ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - FURNAS II (Vide Nota 30).

c) Oriundos da comercialização no âmbito da CCEE

A controlada FURNAS repactuou em agosto de 2005, débitos da CEMIG, no montante de R\$ 62.308 mil relativos à energia livre comercializada no âmbito do extinto MAE, no período do racionamento de energia elétrica, abrangendo os meses de setembro de 2000 a setembro de 2002. O crédito atualizado monta a R\$ 72.083 mil, e será realizado em 50 meses, atualizado pela Taxa SELIC acrescido de juros de 1% a.a..

d) Rolagem da dívida dos Estados

Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público, implementado pela Lei 8.727/93, a controlada FURNAS firmou contrato de cessão de crédito com a União, para refinanciamento de dívidas da CELG existentes àquela época, relativas à compra de energia, a serem realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994. Os créditos são atualizados com base no IGP-M e remunerados a 11 % a.a., e montam a R\$ 506.623 mil em 31 de dezembro de 2006, (31 de dezembro de 2005 - R\$ 494.062 mil), sendo R\$ 432.617 mil registrado no ativo não circulante (31 de dezembro de 2005 - R\$ 445.683 mil), sendo parte do direito creditório, no montante de R\$ 228.000 mil, cedido ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - FURNAS II (Vide Nota 30).

A controlada ELETROSUL no âmbito do mesmo programa de saneamento financeiro, detém créditos junto à União atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68% a.a., no montante de R\$ 588.125 mil, em 31 de dezembro de 2006 (31 de dezembro de 2005 - R\$ 565.933 mil), sendo R\$ 507.004 mil no ativo não circulante (31 de dezembro de 2005 - R\$ 497.335 mil), decorrentes da assunção de direitos que a controlada possuía junto às concessionárias estaduais de energia elétrica, os quais serão realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994.

A legislação regente prevê que, vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a receber, o parcelamento poderá ser estendido por mais 10 anos.

Esta hipótese é possível de ocorrer uma vez que a União repassa somente os recursos efetivamente recebidos dos Estados que, por sua vez, estão limitados por lei a níveis de comprometimento de suas receitas.

e) Cessão de créditos - TESOURO NACIONAL / ITAIPU Binacional

A ELETROBRÁS cedeu à União, em 1998, créditos em montante equivalente a US\$ 10,756,524 mil detidos contra a ITAIPU Binacional, correspondendo a 65,47% do saldo total dos créditos que a Companhia detinha, naquela data,

junto a controlada em conjunto, com a conseqüente liquidação de diversas dívidas em igual montante.

Como conseqüência, estabeleceu-se um fluxo de pagamentos efetuados diretamente pela ITAIPU Binacional ao Tesouro Nacional, compatibilizado com os vencimentos das dívidas de médio e longo prazos – DMLP, assumidas pela União naquele mesmo ano. Em função desta adequação ao citado fluxo, as parcelas pagas pela ITAIPU Binacional à União não observam a efetiva proporção em relação ao saldo cedido, fazendo com que a União receba, sazonalmente, até o exercício de 2007, parcelas mensais superiores à sua efetiva proporção na cessão de crédito, quando, em função da liquidação substancial de parte da referida DMLP, essa relação se inverterá, cabendo à União o recebimento de valores inferiores aos 65,47%, a favor da ELETROBRÁS.

Por decorrência, a ELETROBRÁS registra o diferencial entre os valores a receber apropriados por competência e o valor efetivamente recebido, como um ativo, registrado no não circulante, no montante de R\$ 2.679.043 mil, em 31 de dezembro de 2006, equivalentes a US\$ 1,253,060 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 2.251.754 mil - US\$ 962,000 mil) a ser compensado nos pagamentos futuros, a serem praticados pela ITAIPU Binacional a partir de 2007 e até 2023, período no qual ocorrerá a citada inversão do fluxo de pagamentos, cabendo à ELETROBRÁS uma parcela superior à sua proporção dos créditos cedidos.

Este procedimento mantém inalterado o fluxo de pagamentos totais à ELETROBRÁS e ao Tesouro Nacional, contratualmente previsto para ITAIPU Binacional, bem como não produz qualquer efeito no resultado da Companhia.

NOTA 15 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS				
ATIVO CIRCULANTE				
Imposto de renda retido na fonte	585.969	652.020	765.807	615.821
Antecipações de IRPJ e CSLL	615.852	564.395	695.676	782.225
PASEP/COFINS compensáveis	11.600	16.853	257.652	25.144
ICMS a recuperar	-	-	9.121	8.342
Outros	-	-	114.081	33.093
	<u>1.213.421</u>	<u>1.233.268</u>	<u>1.842.337</u>	<u>1.464.625</u>

Do montante de créditos tributários apresentados acima, serão compensados, quando da apresentação da Declaração das Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ/2007, os montantes de R\$ 627.901 mil, correspondente às obrigações de IRPJ e R\$ 231.912 mil, relativo à CSLL (Vide Nota 27).

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS				
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
ICMS a recuperar	-	-	961.679	801.292
Ativos fiscais diferidos:				
Prejuízo fiscal e base				
Negativa de CSLL	-	-	87.495	111.635
Provisão de JCP	156.246	-	156.246	-
Provisão para contingências	457.407	457.510	457.407	457.510
Provisão para créditos				
duvidosos	45.744	170.141	45.744	170.141
Provisão para redução ao				
valor de mercado	130.962	140.408	130.962	-
Outros	-	961	119.924	268.634
	<u>790.359</u>	<u>769.020</u>	<u>1.959.457</u>	<u>1.809.212</u>

Os Ativos Fiscais Diferidos correspondem as chamadas diferenças temporárias na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, sendo seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem.

Considerando o histórico de rentabilidade da empresa, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos esta fundamentada na capacidade de realização do ativo fiscal diferido registrado, identificada com análises de tendências futuras, fundamentada em estudo técnico elaborado com base em premissas internas e em cenários macro-econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

Tendo em vista a natureza dos créditos tributários, a expectativa é de que serão realizados ao longo dos próximos cinco a oito exercícios, quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores.

Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS - O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema ELETROBRÁS buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas demonstrações contábeis, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema ELETROBRÁS possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas Demonstrações Contábeis, vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

NOTA 16 – ATIVO REGULATÓRIO

a) Decorrente do Acordo Geral do Setor Elétrico

O setor elétrico brasileiro foi submetido ao Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica, gerido pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica criada pelo Governo Federal para administrar programas de ajuste de demanda, coordenar ações para o aumento da oferta de energia e implementar medidas de caráter emergencial durante o período do racionamento que vigorou de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002.

A Lei 10.438/2002, concretizou os instrumentos legais de implementação do Acordo Geral do Setor Elétrico decorrente do programa de racionamento e autorizou a ANEEL a proceder a Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, que tem por propósito recuperar os impactos financeiros a que ficaram submetidas as empresas integrantes do Sistema Elétrico Interligado Nacional submetidas ao citado Programa.

Os valores registrados como ativos regulatórios decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico apresentam-se na conta de Consumidores e Revendedores (Vide Anexo I) conforme apresentado abaixo:

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Perda de receita	34.670	33.662
Parcela A	52.686	45.683
Energia livre	1.326.447	1.271.457
(-) PCLD	(351.988)	-
	<u>1.061.815</u>	<u>1.350.802</u>
Circulante	<u>402.933</u>	<u>353.444</u>
Não Circulante	<u>658.882</u>	<u>997.358</u>

Perdas de receita – visa ressarcir as perdas financeiras.

Parcela A - refere-se a determinadas despesas que as concessionárias de distribuição tem o direito de diferir e repassar aos consumidores finais através de ajuste tarifário futuro. Os custos incluídos na Parcela A são limitados, pelos contratos de concessão, ao custo da energia comprada e de outros custos e impostos, previamente determinados.

Energia Livre – Direito das empresas de geração ou distribuição que incorreram em despesas com a compra de energia elétrica no âmbito do extinto MAE, durante o período do racionamento, decorrentes da redução da geração de energia nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), nos termos da Lei 10.438/2002.

Neste cenário, as empresas Geradoras de energia elétrica recebem os valores de energia livre das empresas Distribuidoras, nos termos do Acordo Geral do Setor Elétrico, via arrecadação da RTE feita junto aos consumidores finais, com prazo limite estipulado pela ANEEL, prazo esse variável para cada distribuidora.

Nos termos do Ofício circular ANEEL 2.396, datado de 28 de dezembro de 2006, e amparado por estudos elaborados por sua administração, a Companhia registrou, neste exercício, o montante de R\$ 351.988 mil, a título de provisão para créditos de liquidação duvidosa, montante este julgado suficiente para cobertura de eventuais perdas destas contas a receber.

A controlada FURNAS cedeu ao Fundo de Investimento de Direitos Creditórios o valor de R\$ 126.000 mil (Vide Nota 30), relativo a RTE.

b) Decorrente da majoração de Alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS

Em decorrência das alterações introduzidas pelas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, que majoraram as alíquotas do PIS/PASEP, de 0,65% para 1,65%, e da COFINS, de 3% para 7,6%, respectivamente, e considerando o direito de repasse à tarifa das diferenças destas alíquotas, conforme previsto na Lei 8.987/1995 e nos contratos firmados, foi apurado um Ativo Regulatório de PIS/PASEP e COFINS, correspondente às diferenças não repassadas. Este procedimento teve amparo nos Ofícios-Circulares 2.093/2004-SFF/SRT/ANEEL, 2.306/2004-SFF/ANEEL, 190/2005-SFF/ANEEL e 302/2005-SFF/ANEEL.

A ANEEL, por intermédio da Resolução Homologatória 149/2005 e Ofício 160/2005-SRT/ANEEL, visando compensar o impacto financeiro e econômico resultante da citada majoração de alíquotas, aprovou o registro deste Ativo Regulatório no valor total de R\$ 152.235 mil, realizado financeiramente em 12 (doze) parcelas mensais por meio do faturamento da Receita Anual Permitida verificada no período de julho de 2005 a julho de 2006, estando o crédito portanto, totalmente realizado.

NOTA 17 – ESTUDOS E PROJETOS

Referem-se, principalmente, aos custos incorridos pela companhia, com estudos de viabilidade de aproveitamentos de bacias hidrográficas e de linhas de transmissão, destinados à construção de novas usinas hidrelétricas e sistemas de transmissão.

Cabe destaque aos estudos próprios de viabilidade de aproveitamento da bacia do Rio Uruguai, desenvolvidos ao amparo de Tratado Internacional firmado entre os Governos da Argentina e do Brasil, para a implantação da Usina de Garabi, cujos custos incorridos até 31 de dezembro de 2006, montam a R\$ 30.921 mil

(31 de dezembro de 2005 - R\$ 30.921 mil), recuperáveis na avaliação da administração da Companhia.

É composto, também, pelos custos incorridos com diversos outros estudos e projetos voltados para o aproveitamento de potenciais hidráulicos. Tais ativos, de acordo com o artigo 45, da Lei 8.987/95, serão indenizados pelo Poder Concedente, com recursos obtidos pela licitação de concessões de exploração desses potenciais.

O montante dos gastos incorridos, incluídos os valores referentes às concessões a licitar, já ajustado para refletir seu valor provável de realização, é demonstrado como segue:

EMPREENDEIMENTOS	R\$ mil	
	2006	2005
Inventário bacia Rio Uruguai	30.921	30.921
Inventário bacia Rio Madeira	26.500	26.500
Inventário bacia Baixo Araguaia - Tocantins	7.000	7.000
Inventário bacia Rio Xingu	40.000	40.000
Inventário bacia Rio Tapajós	7.000	7.000
Inventário complexo Trombetas - Erepecuru	7.500	7.500
Inventário bacia Médio Tocantins	20.078	20.078
UHE Barra do Peixe	9.374	9.374
UHE Belo Monte	52.256	52.256
UHE Cachoeira Porteira	17.521	17.521
UHE Serra Quebrada	27.163	27.163
UHE Ji-Paraná	10.667	10.667
Outros estudos	36.350	36.354
TOTAL DA CONTROLADORA	292.330	292.334
Estudo de viabilidade da Foz do Rio Bezerra	14.086	14.086
Outros estudos	1.595	1.595
TOTAL DO CONSOLIDADO	308.011	308.015

NOTA 18 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra I e Angra II são constituídos de elementos fabricados com componentes metálicos e urânio.

Na sua etapa inicial de formação são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante - realizável a longo prazo, apresentado na rubrica Estoque de Combustível Nuclear, respectivamente. Após concluído o processo de fabricação, a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses é classificada no ativo circulante.

A amortização mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento do combustível.

Periodicamente são realizados inventários e avaliações dos elementos de combustível nuclear que passaram pelo processo de geração de energia elétrica e encontram-se armazenados na piscina de combustível usado.

Abaixo, está apresentada a composição, em 31 de dezembro de 2006, do estoque de combustível nuclear:

Não Circulante	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Estoque de Combustível Nuclear		
Concentrado de urânio	77.442	66.753
Elementos prontos	101.808	53.370
Material de almoxarifado	226.992	229.153
Serviço em curso - combustível nuclear	187.927	174.979
	<u>594.169</u>	<u>524.255</u>

Adicionalmente, está apresentado, no Consolidado Circulante, na rubrica Almoxarifado, o valor de R\$ 264.702 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 211.427 mil), referente ao estoque de combustível nuclear.

NOTA 19 - ADIANTAMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

A ELETROBRÁS apresenta no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Controladas:				
FURNAS	31.154	31.154	-	-
CHESF	294.397	294.397	-	-
ELETROSUL	114.599	114.599	-	-
LIGHTPAR	62.285	62.285	-	-
ELETRONORTE	117.030	98.695	-	-
ELETRONUCLEAR	236	351.517	-	-
	<u>619.701</u>	<u>952.647</u>	-	-
Outros investimentos	<u>80.384</u>	<u>80.384</u>	<u>80.383</u>	<u>202.145</u>
	<u>700.085</u>	<u>1.033.031</u>	<u>80.383</u>	<u>202.145</u>

Em 20 de outubro de 2006, foi realizada a 72ª Assembléia Geral Extraordinária da ELETRONUCLEAR, que homologou o aumento de capital social da Companhia em R\$ 351.312 mil, referente a capitalização dos créditos resultantes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pela ELETROBRÁS, com a emissão de 783.510.219 ações ordinárias e 220.238.730 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, passando, por

consequente, o Capital Social da Companhia, de R\$ 2.944.455 mil para R\$ 3.295.768 mil. As novas ações foram integralmente subscritas pela ELETROBRÁS.

NOTA 20 – INVESTIMENTOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Equivalência Patrimonial:				
a) Controladas (Anexo III)	38.672.726	38.152.210	-	-
b) Coligadas Relevantes				
CEEE-D	3.156	8.052	3.156	8.052
CEEE-GT	74.348	89.427	74.348	89.427
EMAE	294.127	324.960	294.127	324.960
CEMAT (a)	363.157	329.185	363.157	329.185
CTEEP	1.321.554	1.396.294	1.321.554	1.396.294
CEMAR	154.261	146.680	154.261	146.680
CELPA (a)	438.695	418.747	438.695	418.747
REDE LAJEADO(a)	212.599	217.533	212.599	217.533
CEB LAJEADO (a)	60.513	63.163	60.513	63.163
EDP LAJEADO	101.738	109.755	101.738	109.755
PAULISTA LAJEADO	23.380	24.733	23.380	24.733
	<u>3.047.528</u>	<u>3.128.529</u>	<u>3.047.528</u>	<u>3.128.529</u>
Custo de aquisição:				
CESP	269.680	269.680	269.680	269.680
CELESC	28.242	28.242	28.242	28.242
AES TIETÊ	23.047	23.047	23.047	23.047
COELCE	15.329	15.329	15.329	15.329
CDSA	11.801	11.801	11.801	11.801
SAELPA	11.272	11.272	11.272	11.272
Outros	225.368	254.019	1.158.846	1.041.694
	<u>584.739</u>	<u>613.390</u>	<u>1.518.217</u>	<u>1.401.065</u>
	<u>42.304.993</u>	<u>41.894.129</u>	<u>4.565.745</u>	<u>4.529.594</u>

(a) Demonstrações Contábeis examinadas pelos mesmos auditores independentes da controladora.

A avaliação dos investimentos em controladas e coligadas tomou por base os patrimônios líquidos das empresas investidas em 31 de dezembro de 2006.

A ELETROBRÁS têm diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figura como ré (Vide Nota 33), nos quais foram oferecidos em garantia para os recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 5,07% do total da carteira, conforme abaixo descrito:

- a) ENERPEIXE – Refere-se à participação de FURNAS em 40% do capital social da Enerpeixe S.A., que tem como objetivo a construção, operação e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica ou seus correlatos, a partir da exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins, cuja capacidade de geração é de 452 MW, tendo o início de operação ocorrido em maio de 2006.
- b) STN - Sociedade para exploração de linha de transmissão, de 541 km, em 500 kV, no trecho Teresina - Sobral - Fortaleza, com receita anual de cerca de R\$ 77,9 milhões, cabendo à controlada CHESF, 49% do capital social da STN. O empreendimento foi concluído em dezembro de 2005, tendo a sua operação comercial iniciada em janeiro de 2006. Ainda no âmbito desta parceria, a CHESF foi contratada pela STN, para a operação e manutenção da referida linha de transmissão, tendo auferido, no exercício de 2006, receita pela prestação desses serviços no montante de R\$ 1.632 mil.
- c) TRANSLESTE – Sociedade criada em 2003, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a Linha de Transmissão ligando Montes Claros – Irapé, na tensão de 345 kV, com 150 km de extensão. A participação da controlada FURNAS na sociedade corresponde a 24% do capital social.
- d) TRANSIRAPÉ - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de construção, implantação, operação e manutenção das instalações da linha de transmissão de energia elétrica Irapé – Araçuaí na tensão de 230 kV, com 65 km de extensão. A participação de FURNAS na sociedade corresponde a 24,5% do capital social.
- e) ARTEMIS Transmissora de Energia S.A – sociedade cujo objetivo é a exploração de linhas de transmissão em 525 Kv, ligando Salto Santiago – Ivaiporã e Ivaiporã – Cascavel D’Oeste, onde a controlada ELETROSUL participa com 46,5% das ações do capital social, teve iniciado suas operações em outubro de 2005.
- f) SC ENERGIA – sociedade cujo objetivo é a exploração de linha de transmissão em 525 Kv – Campos Novos - Blumenau, com participação da ELETROSUL em 49% das ações do capital social, tendo iniciado suas operações em setembro de 2006.
- g) TRANSUDESTE – sociedade criada em 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a Linha de Transmissão ligando Itutinga – Juiz de Fora, na tensão de 345 kV, com 140 km de extensão. A participação de FURNAS na sociedade corresponde a 25% do capital social.
- h) CENTROESTE DE MINAS - sociedade criada em 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, Linha de Transmissão ligando FURNAS – Pimenta, na tensão de 345 kV, com 75 km de extensão. A participação de FURNAS na sociedade corresponde a 49% do capital social.
- i) Integração Transmissora de Energia S.A. - sociedade criada para a construção, implantação, operação e manutenção de Linha de Transmissão com

695 Km, em 500kV, no trecho Colinas - Serra da Mesa 2, 3º circuito, com prazo de concessão de 30 anos. A INTESA possui capital autorizado de R\$ 150 milhões sendo a participação da CHESF equivalente a 12%, e da ELETRONORTE equivalente a 37%. A INTESA tem o início da sua operação comercial previsto para 2008.

j) Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S/A – sociedade constituída para a construção, operação e manutenção de linhas de transmissão em 230 KV, Coxipó – Cuiabá, com extensão de 25 km, e pela Linha de Transmissão 230 KV, com extensão de 168 km, Cuiabá - Rondonópolis, tendo entrado em operação comercial em setembro de 2005.

l) Aripuanã Energia S/A – sociedade cujo objetivo é a exploração da UHE Dardanelos, em parceria das controladas CHESF e ELETRONORTE com a Neoenergia e a Construtora Norberto Odebrecht. A UHE Dardanelos está localizada no Rio Aripuanã, Mato Grosso, com potência de 261 MW. O investimento total previsto é de R\$ 574.114 mil. A assinatura do contrato de concessão está prevista para junho de 2007, pelo prazo de 30 anos, tendo como previsão para entrada em operação em 2011.

m) ELETRONET - As controladas FURNAS, CHESF, ELETROSUL e ELETRONORTE ingressaram no negócio de provimento de meios de transporte de sinais de informações, utilizando parte de suas infra-estruturas de transmissão.

Para viabilização do negócio houve a necessidade de associação da controlada LIGHTPAR, que participa diretamente do empreendimento juntamente com a iniciativa privada por ser detentora de estrutura legal e estatutária adequada aos propósitos empresariais desejados, onde participa, de forma minoritária, no capital social da ELETRONET, constituída para viabilizar a exploração do negócio de provimento de meios de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

A LIGHTPAR, desde setembro de 2002, assumiu a administração da ELETRONET em razão do inadimplemento no aporte de parte da integralização do capital social, incorrido pelo acionista majoritário AES BANDEIRANTE, o qual detém 51% do capital da empresa. O Conselho de Administração da ELETRONET decidiu pela confissão da falência da empresa aprovada pela Assembléia Geral de acionistas, que autorizou que fossem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

NOTA 21 – IMOBILIZADO

O valor do imobilizado, cujo detalhamento está demonstrado no Anexo IV, é retificado pelas obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, que representam os valores recebidos da União, dos Estados, dos Municípios e de consumidores, bem como doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, sendo seu vencimento vinculada ao final da respectiva concessão e são constituídos dos seguintes elementos:

	CONSOLIDADO	
	R\$ mil	
	2006	2005 Reclassificado
Participação da União	400.569	403.021
Amortização	102.267	102.267
Contribuições de consumidores	30.496	30.461
Doações e subvenções - investimentos	23.096	23.034
Outras	102.620	96.300
	<u>659.048</u>	<u>655.083</u>

a) Participação da União - refere-se a recursos recebidos do Governo Federal para aplicação em obras prioritárias de geração e transmissão de energia elétrica.

b) Amortizações - provenientes das Reservas para Amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal 41.019/57, que foram aplicadas, até aquele ano, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica.

c) Contribuições de consumidores - referem-se a recursos recebidos para viabilizar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, não previstos no planejamento da expansão dos serviços.

d) Doações e subvenções - destina-se a contabilização do recebimento pela concessionária de doações puras e simples, isto é, não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador, e das subvenções, ambas destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica.

Em virtude de sua natureza, as contas não representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, desta forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros.

De acordo com o Decreto 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização, são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

NOTA 22 - INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
GERAÇÃO	-	-	30.561	16.198
em serviço	-	-	5.519	3.997
(-) Reintegração	-	-	(186)	(127)
em curso	-	-	25.228	12.328
TRANSMISSÃO	-	-	265.728	255.898
em serviço	-	-	225.758	219.542
(-) Reintegração	-	-	(1.959)	(1.388)
em curso	-	-	41.929	37.744
ADMINISTRAÇÃO	57.410	59.262	98.126	94.228
em serviço	61.114	61.114	84.293	80.509
(-) Reintegração	(3.704)	(1.852)	(18.671)	(14.476)
em curso	-	-	32.504	28.195
OUTROS	-	-	18.123	18.155
	<u>57.410</u>	<u>59.262</u>	<u>412.538</u>	<u>384.479</u>

NOTA 23 - SEGUROS

Os principais ativos imobilizados em serviço do Sistema ELETROBRÁS estão segurados de acordo com a política de cobertura de ativos, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas, estando as principais especificações abaixo demonstradas:

RISCOS	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	Importância Segurada	Prêmio
Nomeados	16.778.799	56.828
Aeronáuticos	18.617	536
Diversos	744.335	505
	<u>17.541.751</u>	<u>57.869</u>

Riscos Nomeados - cobertura para perdas e danos materiais decorrentes de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos nas instalações.

Riscos Aeronáuticos - cobertura para prejuízos sofridos, reembolsos de despesas e responsabilidades civis em decorrência de acidentes, relacionados à aeronaves.

Riscos Diversos - cobertura para equipamentos móveis, transporte nacional, internacional e outros.

NOTA 24 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O detalhamento dos financiamentos e empréstimos, incluindo encargos, cujos recursos são destinados ao programa de investimentos do Sistema ELETROBRÁS está apresentado no Anexo V (Vide Nota 43).

NOTA 25 – FORNECEDORES

Inclui, principalmente, a energia comprada de ITAIPU Binacional para revenda (Ver Nota 10) e tem a seguinte composição:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
CIRCULANTE				
Bens e Serviços	83.754	22.648	989.076	1.358.300
Energia Comprada para Revenda	1.062.641	1.360.541	936.561	894.591
CCEE	13.526	13.250	51.266	-
	<u>1.159.921</u>	<u>1.396.439</u>	<u>1.976.903</u>	<u>2.252.891</u>

NOTA 26 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório, instituído pela Lei 4.156/62 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como prazo final de arrecadação.

Durante os 5 primeiros anos, iniciados em 1964, o empréstimo foi cobrado de todos os consumidores nas respectivas contas de energia elétrica, prevendo-se o seu resgate após decorridos 10 anos.

Até 1977, o empréstimo foi quitado com a emissão de Obrigações ao Portador. A partir de então, em virtude de alterações promovidas pelo Decreto-Lei .512/76, os referidos títulos deixaram de ser emitidos, passando sua cobrança a incidir somente sobre os consumidores industriais com consumo igual ou superior a 2.000 kw/h, constituindo um crédito desse tipo de consumidor junto às concessionárias de energia elétrica. O prazo de resgate foi ampliado para 20 anos e passou a incidir atualização monetária sobre os créditos constituídos.

Os créditos do Empréstimo Compulsório remanescentes, após a 3ª conversão em capital ocorrida em abril de 2005, relativa aos créditos constituídos de 1988 a 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencível a

partir de 2008, e continuam sendo remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E e correspondem, em 31 de dezembro de 2006, a R\$ 198.495 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 250.273 mil), dos quais R\$ 87.389 mil no não circulante (31 de dezembro de 2005 - R\$ 83.999 mil).

Nos termos do parágrafo 11, do artigo 4º da Lei 4.156, de 28 de novembro de 1962, com as alterações introduzidas pelo artigo 5º do Decreto-Lei 644, de 23 de junho de 1969, as denominadas Obrigações da ELETROBRÁS, emitidas em contrapartida ao Empréstimo Compulsório arrecadado nos exercícios de 1964 a 1976, encontram-se com o seu prazo de resgate vencido, já tendo decaído o direito referente ao recebimento do valor correspondente a cada título, não mais havendo, portanto, a possibilidade de negócios com os mesmos desde 1º de julho de 2002. Dessa forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se única e exclusivamente aos créditos residuais de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 Kw/h, arrecadado no período de 1987 a 1993, bem como dos juros não reclamados relativos a esses créditos, não havendo, portanto, passivos constituídos relativos às Obrigações ou Cautelas de Obrigações.

NOTA 27 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Imposto de Renda				
Passivo circulante	627.745	740.461	742.411	871.794
Passivo não circulante	497.827	899.435	679.539	1.091.289
Contribuição Social				
Passivo circulante	258.316	298.391	282.496	342.500
Passivo não circulante	150.017	294.595	216.688	357.696
PASEP e COFINS				
Passivo circulante	27.357	27.116	102.933	129.214
Passivo não circulante	-	-	15.958	25.973
ICMS				
Passivo circulante	-	-	26.900	18.625
Passivo não circulante	-	-	64.590	478.336
PAES				
Passivo circulante	-	-	113.220	111.748
Passivo não circulante	-	-	1.163.523	1.237.490
OUTROS				
Passivo circulante	5.065	3.476	180.695	134.261
Passivo não circulante	-	-	10.450	12.277
TOTAL	1.566.327	2.263.474	3.599.403	4.811.203
Passivo circulante	918.483	1.069.444	1.448.655	1.608.142
Passivo não circulante	647.844	1.194.030	2.150.748	3.203.061

As obrigações referentes à IRPJ e CSLL referentes ao exercício de 2006, no montante de R\$ 859.813 mil serão compensadas com créditos tributários existentes, no valor total correspondente.

O Imposto de Renda e Contribuição Sociais Diferidos registrados no passivo não circulante correspondem à aplicação das respectivas alíquotas sobre as chamadas diferenças temporárias tributáveis, consideradas para efeito de apuração do lucro real e base de cálculo da CSLL, representadas, principalmente, pelas variações cambiais não realizadas. Neste exercício, em virtude da valorização do Real frente ao Dólar Norte Americano, foi revertido, a crédito do resultado do exercício, o valor de R\$ 546.186 mil.

a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os montantes de IRPJ e CSLL registrados como despesa nos exercícios de 2006 e 2005 e aqueles apurados com base nas alíquotas nominais, é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA			
	2006		2005	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.470.606	1.470.606	998.934	998.934
Total do IRPJ e CSLL calculado as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	367.652	132.355	249.734	89.904
Efeitos de adições e (exclusões):				
Equivalência patrimonial	-	-	(383.453)	(138.043)
Provisão de JCP	(114.887)	(41.359)		
Provisão - redução ao vlr. de mercado	(6.946)	(2.501)	91.623	32.984
Demais adições ou (exclusões)	(35.216)	(6.810)	48.913	17.683
Total da despesa de IRPJ e CSLL	210.603	81.685	6.817	2.528

b) Parcelamento Especial – PAES

A controlada, FURNAS optou em julho de 2004, pelo PAES, refinanciando R\$ 968.789 mil relativos a PASEP, COFINS, ITR, IRPJ e CSLL. O valor a ser recolhido à SRF representa 1,5% do faturamento mensal, com prazo de financiamento limitado à 180 meses e saldo devedor corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

O montante da dívida do Parcelamento Especial - PAES em 31 de dezembro de 2006, esta assim discriminada:

	<u>R\$ mil</u>
Débito total consolidado em 2003, incluído no PAES	968.789
Atualização monetária - até 31.12.2005	248.654
Pagamentos efetuados - até 31.12.2005	<u>(207.585)</u>
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2005	<u>1.009.858</u>
Atualização monetária - em 2006	79.356
Pagamentos efetuados - em 2006	<u>(88.438)</u>
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2006	<u>1.000.776</u>

O valor presente desses débitos, a serem liquidados com base na taxa mensal equivalente a 1,5% da receita bruta, limitada às parcelas restantes, é de R\$ 756.975 mil, sendo as seguintes premissas utilizadas para sua determinação:

1 - a receita foi projetada com base no montante faturado até dezembro de 2006, atualizado pela taxa média anual de inflação, estimada em 4,5%.

2 - o valor presente do débito foi obtido descontando-se o fluxo de pagamentos atualizados pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, de 6,0% a.a. e descontados à taxa de 11% a.a., taxas estas compatíveis com o cenário econômico descrito.

Da mesma forma, com o objetivo de regularizar débitos junto à Receita Federal e INSS, em 2003 a controlada ELETRONORTE ingressou no PAES. O montante da dívida do Parcelamento Especial - PAES em 31 de dezembro de 2006, está assim discriminada:

	<u>R\$ mil</u>
Débito total consolidado em 2003, incluído no PAES	94.486
Atualização monetária - até 31.12.2005	5.992
Pagamentos efetuados - até 31.12.2005	<u>(8.859)</u>
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2005	<u>91.619</u>
Atualização monetária - em 2006	5.059
Pagamentos efetuados - em 2006	<u>(62.251)</u>
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2006	<u>34.427</u>

Também de forma análoga, a controlada ELETROSUL em agosto de 2003, em virtude de decisão desfavorável em ação judicial decorrente do PASEP e COFINS sobre a receita decorrente da venda de energia de ITAIPU, emanada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª região, optou pelo pagamento desta exigibilidade, por meio do PAES, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 241.539 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 247.761 mil).

O montante da dívida do Parcelamento Especial - PAES em 31 de dezembro de 2006, está assim discriminada:

	R\$ mil
Débito total consolidado em 2003, incluído no PAES	241.809
Atualização monetária - até 31.12.2005	42.589
Pagamentos efetuados - até 31.12.2005	(36.637)
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2005	<u>247.761</u>
Atualização monetária - em 2006	16.369
Pagamentos efetuados - em 2006	(22.591)
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2006	<u>241.539</u>

João Vicente Amato Torres
 Chefe do Departamento de Contabilidade
 CRC - RJ - 05799110-S-DF

NOTA 28 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6% respectivamente, do capital social relativo a essas espécies e classes de ações.

A seguir, está demonstrado o lucro líquido ajustado, e o valor do dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei 6.404/76, bem como, o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembléia Geral Ordinária:

	R\$ mil	
	2006	2005
CONTROLADORA		
Lucro líquido do exercício	1.161.318	974.589
Reserva legal	(58.066)	(48.729)
Lucro líquido ajustado	<u>1.103.252</u>	<u>925.860</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>275.813</u>	<u>231.465</u>
Remuneração proposta aos acionistas		
Ações ordinárias	119.479	153.058
Ações preferenciais da classe A	297	252
Ações preferenciais da classe B	339.773	288.807
	<u>459.549</u>	<u>442.117</u>

Remuneração Proposta, por lote de 1.000 ações - expressa em Reais		
	2006	2005
Ações ordinárias - 0,61% do capital (2005-0,79%)	0,26	0,33
Ações preferenciais "A"- 9,41% do capital (2005-8,00%)	4,04	3,43
Ações preferenciais "B"- 7,06% do capital (2005-6,00%)	3,03	2,57

A ELETROBRÁS registrou como remuneração integral aos acionistas, relativa ao exercício de 2006, juros sobre o capital próprio – JCP no valor de R\$ 459.548 mil, imputados ao dividendo mínimo obrigatório, de acordo com as disposições estatutárias.

De acordo com a legislação tributária vigente, sobre o valor da remuneração proposta aos acionistas, a título de JCP, incide Imposto de Renda na Fonte – IRRF à alíquota de 15%. Sobre a parcela referente à atualização monetária – pela taxa SELIC incidirá à alíquota de 20%.

Em atendimento à Deliberação CVM 207/96 a ELETROBRÁS, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou esses juros em contrapartida de despesas financeiras, revertendo-os em conta específica, optando por não apresentá-los, entretanto, na demonstração do resultado, tendo em vista, não produzir efeito no lucro líquido do exercício, mas, tão somente, produzindo efeitos fiscais reconhecidos nas rubricas contribuição social e imposto de renda.

A remuneração aos acionistas referente ao exercício de 2006 corresponde a 41,65% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76 (2005 – 47,75%) e será atualizada com base na taxa SELIC, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, nos termos do Decreto 2.673, de 16 de julho de 1998, que dispõe sobre o pagamento, pelas empresas estatais federais, de dividendos ou de juros sobre o capital próprio. A atualização incide a partir de 01.01.2007 até a data do efetivo início do pagamento da remuneração, relativa ao exercício de 2006, data esta a ser deliberada pela Assembléia Geral Ordinária que apreciará a presente Demonstração Contábil e a proposta de destinação do resultado deste exercício.

Em cumprimento ao deliberado na 46ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 25 de abril de 2006, o pagamento da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2005 na forma de dividendos, teve início em 28 de junho de 2006, fazendo jus ao recebimento os acionistas registrados na data base de 26 de abril de 2006 e foi efetuado conforme abaixo:

Tipo/Classe	Em R\$ / por lote de 1.000 Ações	
	Valor bruto em 31.12.2005	Valor bruto atualizado em 28.06.2006
Ações Ordinárias	0,33824150	0,36418597
Ações Preferenciais A	3,43314543	3,69648132
Ações Preferenciais B	2,57485907	2,77236098

Sobre a parcela da remuneração equivalente à atualização pela aplicação da Taxa SELIC incide Imposto de Renda na Fonte nos termos da legislação aplicável.

O saldo da remuneração aos acionistas demonstrado no passivo circulante contém a parcela de R\$ 106.494 mil (31 de dezembro de 2005 – R\$ 30.455 mil) referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2003, 2004 e 2005.

Os dividendos relativos aos exercícios de 2002 e anteriores estão prescritos, nos termos do Estatuto de Companhia.

NOTA 29 – CRÉDITOS DO TESOIRO NACIONAL

	R\$ mil			
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	2006	2005	2006	2005
Aquisição de Participação na CEEE	41.660	35.709	405.855	431.001
Outros	9.463	10.530	53.953	68.156
	<u>51.123</u>	<u>46.239</u>	<u>459.808</u>	<u>499.157</u>

NOTA 30 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

A controlada FURNAS efetuou no exercício de 2005 operações de cessão de créditos de sua titularidade, com a finalidade de obter recursos para fazer face ao seu programa de investimentos. As principais condições da cessão são as seguintes:

a) FIDC FURNAS I

1. Constituído pelo Banco Santander Brasil, sendo o seu administrador.
2. A cessão de créditos ao Fundo FURNAS I foi formalizada por Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, assinado em setembro de 2004.
3. A taxa de desconto é de 1,38% a.a..
4. A atualização do fluxo cedido é feita mediante a aplicação da taxa SELIC anual, do BACEN, apurada no período compreendido entre a data da cessão e o último dia útil que anteceder a data de pagamento.
5. A controlada FURNAS manteve-se como mandatária da cobrança.
6. A cessão foi efetuada com a co-obrigação de FURNAS pelo pagamento dos Direitos Creditórios, nos termos do Código Civil Brasileiro.

7. Créditos cedidos:

CRÉDITOS CEDIDOS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	R\$ mil
		VALOR CEDIDO
RTE	01/2007 a 01/2008	126.000
Financiamento - CEMAT	10/2004 a 03/2009	164.000
Energia - PROMAN	10/2004 a 12/2006	52.000
Total cedido		<u>342.000</u>

B) FIDC FURNAS II

1. Constituído pelo Banco Santander Brasil, em conjunto com os bancos Bradesco, BB Banco de Investimento, Itaú BBA e Votorantim, sendo o administrador a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA..
2. A cessão de créditos ao Fundo FURNAS II foi formalizada pelo Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, assinado em maio de 2005.
3. A taxa de desconto é de 1,80% a.a..
4. A atualização do fluxo cedido é feita mediante a aplicação da taxa SELIC anual, do BACEN, apurada no período compreendido entre a data da cessão e o último dia útil que anteceder a data de pagamento.
5. A controlada Furnas manteve-se como mandatária da cobrança.
6. A cessão foi efetuada com a co-obrigação de FURNAS pelo pagamento dos Direitos Creditórios, nos termos do Código Civil Brasileiro.
7. Créditos cedidos:

CRÉDITOS CEDIDOS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	R\$ mil	
		VALOR CEDIDO	
Créditos – Lei nº 8.727/93	06/2005 a 05/2010		228.000
Refinanciamento energia CEB	06/2005 a 05/2010		162.000
Refinanciamento energia CELG	06/2005 a 05/2010		258.000
Contratos diversos	06/2005 a 02/2008		255.050
Total cedido			903.050

As demonstrações consolidadas, nos termos da Instrução CVM 408/2004, e dadas as características dos fundos, consideram o saldo de recebíveis como parte integrante do ativo, mantidos nas rubricas de origem, e o montante dos patrimônios dos FIDC's refletido como financiamentos e empréstimos de curto e longo prazos (Vide Anexo V).

NOTA 31 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**I – CONTROLADORA**

A ELETROBRÁS é patrocinadora da Fundação ELETROS, uma entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, com patrimônio próprio, segregada da patrocinadora, que tem por finalidade gerir plano previdenciário visando complementar benefícios de aposentadoria e pensão em favor dos empregados da patrocinadora que se filiaem como participantes daquela entidade.

A ELETROS administra dois planos de benefícios previdenciários patrocinados pela ELETROBRÁS, como demonstrados a seguir:

1 - Plano de benefício definido

Complementa o salário real médio dos últimos anos de atividade em relação ao valor do benefício da Previdência Social, e encerrou os três últimos exercícios apresentando superávit técnico, estando fechado a novas adesões desde 01 de abril de 2006. Tal plano conta na data base de 31 de dezembro de 2006, com 755 participantes ativos, 1.179 participantes aposentados e 235 pensionistas. O plano têm suas reservas matemáticas, revisadas anualmente e calculadas atuarialmente segundo o regime de capitalização.

A ELETROBRÁS efetua contribuições mensais, paritárias às contribuições dos participantes, que são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2006, R\$ 11.933 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 16.686 mil).

As taxas de contribuições praticadas para o plano de benefício definido são as seguintes:

- 4,08% - até a metade do teto de contribuição para a Previdência Social
- 8,16% - da metade do teto até o teto de contribuição para a Previdência Social
- 17,13% - do teto da previdência até 3 vezes o teto de contribuição para a Previdência Social
- 24,48% - acima de 3 vezes do teto de contribuição para a Previdência social para os participantes de regulamentos antigos.

Em consonância com o pronunciamento do IBRACON aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários através da Deliberação 371, de 13 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a forma de contabilização, pelas patrocinadoras, dos benefícios concedidos aos empregados, a administração da ELETROBRÁS promove anualmente uma reavaliação atuarial do plano de benefício do qual é patrocinadora, cuja eventual necessidade de cobertura do passivo atuarial de sua responsabilidade é apontada com base em relatório de atuário independente, pelo método da unidade de crédito projetada.

	R\$ mil	
	2006	2005
Valor justo dos ativos dos planos	1.402.208	1.411.693
(-) Valor presente da obrigação atuarial	(1.348.077)	(1.407.712)
	54.131	3.981
Obrigações com garantia de renda mínima	(33.195)	(33.247)
Necessidade de cobertura atuarial	20.936	(29.266)

Em função do superávit obtido em 31 de dezembro de 2006, através de reavaliação atuarial efetuada em conformidade com a deliberação CVM 371, o correspondente valor de R\$ 20.936 mil foi registrado no ativo não circulante, na rubrica Outros.

Esquema de cálculo do custo esperado para o plano de benefício definido.

	R\$ mil
Custo do serviço corrente	8.515
Custo dos juros	128.153
Retorno dos investimentos	(150.878)
Contribuição esperada dos empregados	(4.148)
Custo estimado para 2007	<u>(18.358)</u>

Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de premissas atuariais tais como salários, taxas de juros (nominais e efetivas), inflação, mortalidade, invalidez e outros. Os resultados atuariais obtidos a partir dessas premissas não podem ser analisados sem o prévio conhecimento do cenário utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas utilizadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Por consequência, a curto prazo, elas podem não necessariamente se realizar.

Para efeito da reavaliação atuarial efetuada nos termos da Deliberação CVM 371/00, foram utilizadas as seguintes premissas:

a) HIPÓTESES ECONÔMICAS

Taxa de desconto	9,72% (inflação + 5,5% a.a. de juros reais)
Taxa de rendimento esperada dos ativos	10,76% a.a. (inflação + 6,5% a.a. de juros reais)
Taxa de crescimento salarial	7% a.a. (inflação + 2,86% a.a. de crescimento real)
Índice de reajuste de benefícios concedidos	4% a.a. (somente inflação)
Fator de capacidade do benefício	0,98

b) HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS

Taxa de rotatividade	Rotatividade Nula
Tabua de mortalidade	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-FRACA
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83

2 – Plano de contribuição definida

Em 2006 iniciou-se um processo de migração de participantes do plano de benefício definido da ELETROS para um novo plano com características de contribuição definida patrocinado pela ELETROBRÁS. Parte dos que já migraram para o novo plano optaram por manter parcial ou totalmente o direito a benefício saldado na modalidade de benefício definido. O processo aqui mencionado, continuará a acontecer ao longo do ano de 2007.

Na data base de 31 de dezembro de 2006 o plano contava com 67 participantes ativos e 6 aposentados (saldado).

As taxas de contribuições praticadas para o plano de contribuição definida são as seguintes:

- 4,5% - até 10 Unidades Reajustáveis do Plano - URP
- 15% - para valores superiores a 10 Unidades Reajustáveis do Plano - URP

II - CONSOLIDADO

Além da ELETROS, que é patrocinada pela ELETROBRÁS, as empresas controladas são patrocinadoras de entidades específicas de previdência privada que têm, de igual forma, finalidade de complementar benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados, através de planos de benefícios e de contribuições, conforme abaixo:

<u>Patrocinadora</u>	<u>Fundação</u>
FURNAS	REAL GRANDEZA
CHESF	FACHESF
ELETROSUL	ELOS
ELETRONORTE, MANAUS e BOA VISTA	PREVINORTE
ELETRONUCLEAR	NUCLEOS e REAL GRANDEZA
ITAIPU	FIBRA (Brasil) e CAJA (Paraguai)
CGTEE	ELETROCEEE

As contribuições são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2006, R\$ 312.214 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 127.195 mil).

Com base nos diversos regulamentos dos planos de benefício e em atendimento ao pronunciamento do IBRACON, aprovado pela Deliberação CVM 371/2000, as empresas avaliam atuarialmente suas obrigações relativas a benefícios complementares a empregados, cuja necessidade de cobertura apurada está refletida nas Demonstrações Contábeis, atingindo o montante de R\$ 2.330.416 mil, estando apresentadas no passivo circulante a parcela de R\$ 338.355 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 390.998 mil) e no passivo não circulante a parcela de R\$ 1.992.061 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 1.920.625 mil), sob o título Previdência Complementar.

NOTA 32 – ADIANTAMENTO DE CLIENTE

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
CIRCULANTE				
ALBRÁS	-	-	32.522	31.380
PROINFA	102.387	28.800	102.387	28.800
	<u>102.387</u>	<u>28.800</u>	<u>134.909</u>	<u>60.180</u>
NÃO CIRCULANTE				
ALBRÁS	-	-	942.330	723.451

I - ALBRÁS

A controlada ELETRONORTE venceu o leilão de compra de energia elétrica realizado pela ALBRÁS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço compatível com a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na bolsa de *commodities* de Londres - Inglaterra.

Com base nestas condições, a ALBRÁS, visando reduzir o preço base, fez uma oferta de pré-compra de energia, com pagamento antecipado, que se constituiu em créditos de energia e que será amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento.

O cronograma de pagamentos antecipados ficou assim estabelecido:

Ano	R\$ mil	
	Liberações contratadas	Liberações realizadas
2004	300.000	300.000
2005	500.000	500.000
2006	250.000	250.000
2007	150.000	-
Total	<u>1.200.000</u>	<u>1.050.000</u>

O passivo correspondente apresenta a seguinte posição em 31 dezembro de 2006:

Ano	R\$ mil		
	Valores recebidos	Pagamentos efetuados	Saldo
2004	300.000	(15.968)	284.032
2005	500.000	(29.201)	470.799
2006	250.000	(29.979)	220.021
Total	<u>1.050.000</u>	<u>(75.148)</u>	<u>974.852</u>

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, a partir do aumento da participação da energia elétrica produzida com base naquelas fontes.

O Programa assegura à ELETROBRÁS, a compra da energia a ser produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, que será repassada as concessionárias de distribuição, consumidores livres e auto produtores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à ELETROBRÁS o valor anual da quota de custeio correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos auto produtores conectados as suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

Adicionalmente, para fazer face às necessidades de pagamentos aos empreendedores de geração do PROINFA, neste primeiro ano de funcionamento do Programa, as concessionárias de distribuição e de transmissão, além das quotas relativas ao exercício corrente antecipou o pagamento, de forma adicional, de um duodécimo da quota anual, considerando a contratação plena de todos os empreendimentos inseridos no PROINFA.

Neste sentido a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2006, na rubrica Adiantamento de clientes, o montante de R\$ 102.387 mil (em 31 de dezembro de 2005 - R\$ 60.180 mil), que serão exigidos à medida da evolução do PROINFA e o conseqüente fornecimento de energia elétrica associada.

João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 057991/O-S-DF

NOTA 33 – PASSIVOS CONTINGENTES

Na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, a Companhia apresenta as seguintes provisões para passivos contingentes, por natureza:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	331.311	324.681
Tributárias	-	-	4.615	22.576
Cíveis	-	-	620.487	632.837
Outros			47.249	-
(-) Depósitos judiciais	-	-	(110.363)	(113.946)
	-	-	893.299	866.148
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	17.072	17.072	247.807	246.077
Tributárias	-	-	157.548	126.697
Cíveis	1.328.544	1.328.544	1.868.764	1.797.218
(-) Depósitos judiciais	(47.227)	(91.978)	(126.198)	(144.588)
	1.298.389	1.253.638	2.147.921	2.025.404

A ELETROBRÁS e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento. A Administração da Companhia, de acordo com a Deliberação 489 de 03 de outubro de 2005 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a empresa seja considerado como *provável*, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a empresa seja considerado como *possível*, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas; e
- para as causas cujo desfecho negativo para a empresa seja considerado como *remoto*, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Nesse sentido, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, apresentadas acima, líquidas de depósitos judiciais e julgadas pela administração da Companhia e por seus consultores jurídicos como

suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31.12.2005	1.253.639	2.891.552
Constituição de provisões	-	278.069
Reversão de provisões	-	(46.681)
Pagamentos	-	(1.645)
Atualização monetária	-	28.022
Depósitos judiciais	18.106	(137.092)
Levantamento de depósitos judiciais	26.644	28.995
Saldo em 31.12.2006	<u>1.298.389</u>	<u>3.041.220</u>
Passivo Circulante	-	893.299
Passivo Não Circulante	<u>1.289.389</u>	<u>2.147.921</u>

I - Ações judiciais movidas contra a Companhia

1) Ações judiciais cíveis

Na controladora

A provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R\$ 1.328.544 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 1.328.544 mil), corresponde a ações judiciais relacionadas ao Empréstimo Compulsório, arrecadado em favor da ELETROBRÁS.

O reconhecimento dos juros e da atualização monetária sobre os créditos devidos aos consumidores, foi procedido nos exatos termos estabelecidos na legislação aplicável, significando dizer que para o cálculo da atualização monetária foi observado o disposto no art. 2º do Decreto-Lei 1.512/76 e no art. 3º da Lei 4.357/64, com as alterações promovidas pela Lei 5.073/96.

Dessa forma, a ELETROBRÁS, em fiel cumprimento à legislação de regência, no cômputo da atualização monetária devida ao consumidor industrial, não corrige, por impedimento legal, os valores pagos desde a data do efetivo recolhimento, mas sim, a partir do dia 1º de janeiro do ano subsequente à sua arrecadação e, ao efetivar o pagamento anual dos juros sobre o montante arrecadado, o faz a partir do segundo ano após o recolhimento, com base no parágrafo único, do art. 4º, do Decreto 81.668/78 que regulamentou o Decreto-Lei 1.512/76.

Contra essa sistemática de cálculo determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório instituído pelo Governo Federal, tem havido ações judiciais de cobrança, nas quais os consumidores industriais defendem a tese de que a denominada correção monetária do Empréstimo Compulsório deve ser reconhecida desde a data da arrecadação até a data da restituição do empréstimo ou de sua conversão em ações da ELETROBRÁS, questionando, também, os expurgos dos índices inflacionários levados a efeito por força das normas legais que deram amparo ao diversos planos econômicos de combate a inflação, implementados no País.

Nesse sentido, encontram-se ajuizadas 2.698 ações tramitando em diversas instâncias do Poder Judiciário, objetivando sentenças que reconheçam aos seus autores o direito de receber a correção monetária plena sobre valores que contribuíram à título de Empréstimo Compulsório, para as quais, a Administração da Companhia, amparada em seus consultores jurídicos, estima entre oito a dez anos, o prazo médio para a solução definitiva dos processos em curso.

A administração da ELETROBRÁS, fundamentada por seus consultores jurídicos, avalia que o risco de perda das ações vinculadas ao Empréstimo Compulsório é classificado como possível. Contudo, dada a relevância dos valores envolvidos adota, a partir da verificação de decisões desfavoráveis em 1ª instância, não pacificação do mérito em julgamento pelo STJ, e, baseada no princípio da prudência, a prática de manter provisão para contingências, integralmente constituída em exercícios anteriores, para fazer face a eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis, em particular de tribunais superiores.

Neste cenário, portanto, dada a relevância da questão a administração da Companhia, opta por reconhecer de forma cautelosa, fatores que possam influenciar o patrimônio da empresa, caso ocorra algum fato ou evento no curso dos julgamentos, cumprindo assim o dever de preservar da melhor maneira possível os usuários das Demonstrações Contábeis, em particular quanto a avaliação de seus passivos e, conseqüentemente do patrimônio líquido, buscando evitar análises excessivamente otimistas nas tomadas de decisão com base na informação contábil.

Desse modo, o valor acumulado da provisão, é julgado suficiente pela administração da Companhia e está em conformidade com os diversos estágios em que se encontram as ações judiciais.

A ELETROBRÁS figura, também, em diversas outras ações judiciais cujo o objeto é o resgate de obrigações emitidas pela Companhia ao amparo do parágrafo 11, do artigo 4º da Lei 4.156, de 28 de novembro de 1962, com as alterações introduzidas pelo artigo 5º do Decreto-Lei 644, de 23 de junho de 1969, denominadas Obrigações da ELETROBRÁS, emitidas em contrapartida ao Empréstimo Compulsório arrecadado nos exercícios de 1964 à 1976, as quais encontram-se com o seu prazo de resgate vencido.

A administração da Companhia, amparada por seus consultores jurídicos, avaliam que a possibilidade de perda da ELETROBRÁS nessas ações em curso é remota, posto que a jurisprudência tem sido uníssona no sentido de declarar a prescrição do direito à postulação do resgate das obrigações emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório

Nas empresas controladas:

a) A Controlada CHESF é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela

Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. (Fator K de correção de preços), e a devolução em dobro de importâncias pagas, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 mil. A ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente e a reconvenção apresentada pelas rés foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife - PE. Em 31 de dezembro de 2006, permaneciam sem movimentação o Recurso Especial e os Agravos de Instrumento interpostos pela Companhia, sendo que os trabalhos periciais já se encontravam concluídos e os autos conclusos para o Juiz. A administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou provisão, mantida no passivo não circulante, no valor de R\$ 304.510 mil, para eventuais perdas decorrentes de julgamentos desfavoráveis.

b) A controladora CHESF é ré em ações de indenização ajuizadas pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, nas quais pede a condenação da Companhia e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas de contrato referente à construção da Usina Hidrelétrica Xingo, sendo uma, impetrada em junho de 1999, para as faturas emitidas a partir de abril de 1990 e outra, impetrada em maio de 2000, para as faturas emitidas até aquela data. Nas aludidas ações, as autoras formularam pedido genérico, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo para a liquidação da sentença a apuração dos valores. Atualmente os processos estão conclusos para despacho e provavelmente ocorrerá o saneamento final para prolação da sentença, sendo julgadas como de risco possível.

c) Ação cível pública proposta contra a controlada CHESF, no valor de R\$ 100.000 mil, tendo por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados a pescadores, provocados pela construção da UHE Xingó. Conforme avaliação dos advogados que patrocinam a causa pela Companhia, a expectativa de perda é possível, quanto ao insucesso da defesa, mas não quanto ao valor do pedido. Não foi feita provisão para tal ação.

d) A controlada CHESF possui, também, ações consideradas como de risco de perda remoto, pelos consultores jurídicos da Companhia, destacando-se uma ação de cobrança em andamento movida pela empresa Mendes Júnior, contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia. A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à CHESF, assegurando ressarcimento financeiro.

Nesta ação de cobrança cabia à Mendes Júnior, por decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco e Superior Tribunal de Justiça, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra da UHE Itaparica, em decorrência do atraso da CHESF no pagamento de algumas faturas, e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teria sido superior ao total de acréscimos monetários pagos pela CHESF.

Por determinação do Juízo Federal da 12ª Vara, em Pernambuco, está em andamento perícia contábil, em que, respondendo quesito da CHESF, o Perito Judicial declarou não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica.

Entregue o laudo pericial, em juízo, as partes apresentaram pedidos de esclarecimentos ao Perito, que ainda não foram objeto de análise pelo Juízo da 12ª Vara Federal. Os autos foram ainda encaminhados ao Ministério Público Federal que declarou estar concluindo manifestação sobre a ação, a ser entregue ao Juízo.

Considerando a anulação de todos os atos desenvolvidos na esfera da Justiça Estadual, e as rígidas determinações da Justiça Federal com relação à nova perícia, exigindo a completa identificação dos recursos próprios ou captados pela Mendes Júnior, e a comprovação de sua efetiva aplicação nas obras da UHE Itaparica, não é possível estimar valor para o litígio, nem mesmo em caráter de expectativa. Até a conclusão das Demonstrações Contábeis não foi comprovada a existência de qualquer crédito em favor da autora.

2) Ações judiciais trabalhistas

Na Controladora

Não existem contingências de natureza trabalhistas individualmente relevantes envolvendo a Companhia, sendo que as referidas causas têm a probabilidade de perda avaliada, substancialmente, como possível pelos consultores jurídicos. No entanto, a administração da Companhia mantém uma provisão de R\$ 17.072 mil, constituídas integralmente em exercícios anteriores, para fazer face a eventuais perdas em processos ainda em curso.

Nas empresas controladas

A controlada FURNAS possui diversas ações judiciais de natureza trabalhista, para as quais constitui provisões para contingências, sendo as mais relevantes referentes a questão relacionada à mudança de data-base dos engenheiros da Companhia, no valor de R\$ 64.686 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 63.355 mil), sendo R\$ 5.584 mil relativos a empregados transferidos para a ELETRONUCLEAR em decorrência da cisão ocorrida em 1997 e, a que versa sobre adicional de periculosidade para eletricitários que, de acordo com o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, deve ser concedido pelo percentual integral e não proporcional como vinha sendo praticado por FURNAS a todos os empregados que prestam serviços em atividade sujeita ao risco elétrico. O montante estimado para cobertura de eventuais perdas destas ações é de R\$ 46.028 mil.

A controlada em conjunto ITAIPU Binacional, possui provisões de longo prazo para fazer face a diversas ações judiciais de natureza cível e trabalhista, nos

montantes de R\$ 188.755 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 205.783 mil) e R\$ 176.569 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 210.776 mil), respectivamente.

A controlada ELETRONORTE vem sendo acionada em diversos processos judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhista. Durante o exercício de 2006, a Administração procedeu a uma avaliação dos riscos de contingência relacionados a tais processos judiciais e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no valor total de R\$ 793.819 mil, (31 de dezembro de 2005 - R\$ 713.834 mil), sendo, ações cíveis, no valor de R\$ 618.717 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 499.850 mil), e trabalhista, no valor de R\$ 196.360 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 175.974 mil) e outras no valor de R\$ 21.978 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 19.929 mil), julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas nos riscos cujas chances de desfecho desfavorável são considerados prováveis.

II - Contingências Tributárias

Na Controladora

A Secretaria da Receita Federal lavrou em 2003, Auto de Infração contra a ELETROBRÁS referente à contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no valor original de R\$ 281.702 mil, que atualizado até 31 de dezembro de 2006 atinge o montante de R\$ 482.246 mil.

O referido Auto diz respeito à exclusão da base de cálculo da referida contribuição, das receitas decorrentes das operações de financiamento destinadas à aquisição de bens do ativo imobilizado, praticadas com ITAIPIU Binacional.

A administração e seus consultores jurídicos discordam dessa autuação, amparados nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai e legislações posteriores correlatas, incluindo atos normativos da SRF, que regem todas as operações praticadas pela e com a ITAIPIU Binacional, inclusive sob os aspectos fiscais e tributários.

A ELETROBRÁS, impugnou o auto de infração, não obtendo sucesso em 1ª instância administrativa, onde foi confirmado o débito em discussão, tendo sido interposto recurso, pendente de decisão pelo Conselho de Contribuintes, instância na qual, o processo encontra-se em diligência.

Com base na opinião dos consultores jurídicos, a administração da Companhia espera obter decisão favorável nesse processo, cuja avaliação de risco de perda é remota, razão pela qual não foi constituída provisão para contingências.

Nas empresas controladas

a) Em maio de 2001, a controlada FURNAS recebeu autos de infração da Secretaria da Receita Federal em relação ao FINSOCIAL, COFINS e PASEP, no montante atualizado, em 31 de dezembro de 2006, de R\$ 1.068.958 mil, em decorrência de exclusões nas relativas bases de cálculo, principalmente, das

receitas decorrentes do repasse e transmissão de energia elétrica de ITAIPU por um período de dez anos. Estes autos de infração sobrepuseram-se a outros emitidos em 1999 para um período de fiscalização de cinco exercícios, no montante de R\$ 615.089 mil, que haviam sido objeto de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em março de 2000 e transferidos, em julho de 2003, para o Parcelamento Especial – PAES, em amortização.

Por discordar da autuação, a Administração de FURNAS apresentou recurso de impugnação, justificado por procedimento fiscal incompleto, cumprido *extra lege*, superposição de fiscalização e por um período abrangido pela decadência. No exercício de 2004, o Conselho de Contribuintes julgou favoravelmente a FURNAS o recurso interposto relativo ao Auto de Infração relativo ao FINSOCIAL. No exercício de 2005 houve também decisão favorável à FURNAS com relação ao Auto de Infração referente ao PASEP, em função do período de fiscalização ter ultrapassado cinco anos. Quanto ao Auto de Infração da COFINS não houve, até a presente data, julgamento do recurso interposto por FURNAS.

A administração da controlada, fundamentada na opinião de sua Consultoria Jurídica, entende que a ação fiscal extrapola os limites legais, com possibilidade de sucesso favorável a FURNAS, razão pela qual não são constituídas provisões para contingências.

III – Avais e garantias

A controladora concede à empresas controladas diversos avais e garantias relacionadas a suas operações financeiras e comerciais, que atingem o montante de R\$ 1.585.701, de vencimentos variáveis abrangendo o período de 2008 à 2021.

NOTA 34 - OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

São reconhecidas obrigações para a desmobilização das usinas termonucleares de Angra I e II face a um conjunto de medidas necessárias para retirar de serviço, as instalações nucleares, com segurança e visando a redução da radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local das instalações para múltiplos usos futuros.

No caso das usinas termonucleares brasileiras a alternativa de desativação considerada, que consiste no desmantelamento total da usina e no seu confinamento, por um período de 10 a 30 anos.

Com a entrada em operação de Angra II, foram atualizados os estudos sobre os custos do descomissionamento, tomando como referência os valores orçados em estudos específicos para um conjunto de 17 usinas norte - americanas e 10 européias, canadenses e japonesas que se encontram em diversos estágios do processo de desmobilização, assim como os critérios determinados pelas normas da *NRC – Nuclear Regulatory Commission*, dos Estados Unidos, e em estudos de usinas semelhantes às brasileiras, inclusive estudo específico realizado na usina de Krisko, localizada na Eslovênia, que é tida como gêmea de Angra I.

Desse modo, o custo fixado para a desmobilização da Usina de Angra I, é equivalente a US\$ 197,816 mil, com previsão de término de sua vida útil em dezembro de 2014 e, no caso de Angra II, o valor está fixado em US\$ 240,000 mil e o término de sua vida útil estimado para agosto de 2030.

Como decorrência, o saldo do passivo correspondente as obrigações para o descomissionamento das usinas nucleares Angra I e II é de R\$ 356.603 mil, em 31 de dezembro de 2006 (31 de dezembro de 2005 - R\$ 347.786 mil), conforme demonstrado abaixo:

Usina	Passivo Constituído		Passivo a Constituir		Total	
	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
Angra I	116,126	248.278	81,690	174.653	197,816	422.931
Angra II	50,667	108.325	189,333	404.795	240,000	513.120
Total	166,793	356.603	271,023	579.448	437,816	936.051

Dadas as características específicas de operação e manutenção de usinas nucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização das usinas termonucleares, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

NOTA 35 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

As ações da ELETROBRÁS não têm valor nominal. As preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendo, às taxas anuais de 8% no caso de ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculado sobre o capital correspondente a essas classes de ações.

O capital social em 31 de dezembro de 2006 está representado por 564.749.250.925 ações e sua distribuição, pelos principais acionistas e espécies de ações, é apresentada a seguir:

ACIONISTA	QUADRO DE AÇÕES						
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
UNIÃO	244.328.120.835	53,99	-	17.595.501.100	15,69	261.923.621.935	46,38
BNDESPAR	66.878.975.753	14,78	-	-	-	66.878.975.753	11,84
FND	22.810.794.898	5,04	-	-	-	22.810.794.898	4,04
FGP	20.000.000.000	4,42	-	-	-	20.000.000.000	3,54
OUTROS	98.493.872.064	21,77	73.460.000	94.568.526.275	84,31	193.135.858.339	34,20
	<u>452.511.763.550</u>	<u>100,00</u>	<u>73.460.000</u>	<u>112.164.027.375</u>	<u>100,00</u>	<u>564.749.250.925</u>	<u>100,00</u>

Do total das 193.135.858.339 ações em poder dos minoritários, 104.275.845.622 ações, ou seja, 53,51% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 64.936.739.542 ações ordinárias e 39.339.106.080 ações preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 38.892.268.500 ações ordinárias e 4.103.479.000 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts - ADR*, de nível I.

Em 31 de dezembro de 2006 o valor patrimonial das ações, por lote de mil, é de R\$ 137,82 (31 de dezembro de 2005 - R\$ 134,07).

II - Reservas de Capital

	R\$ mil	
	2006	2005
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.243.272	3.243.272
Especial - Decreto-lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros.	297.424	297.424
	<u>25.907.304</u>	<u>25.907.304</u>

A Reserva de Capital denominada CRC corresponde à participação percentual da ELETROBRÁS, no reconhecimento das insuficiências de remuneração de suas controladas no extinto regime de remuneração garantida vigente no setor elétrico brasileiro até o exercício de 1993, absorvidas pela Conta de Resultado a Compensar - CRC e reconhecidas patrimonialmente por ocasião da liquidação dos compromissos pelo Tesouro Nacional.

III - Reservas de Lucros e Lucros Acumulados

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de reserva de investimentos e de 1% para a

reserva de estudos e projetos. A parcela do lucro líquido do exercício não distribuída foi apropriada à Reserva de Retenção de Lucros, sendo parte integrante das fontes de recursos que compõem o orçamento de investimento da ELETROBRÁS, o qual será objeto de apreciação pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas que irá deliberar sobre estas Demonstrações Contábeis.

As reservas estatutárias - Investimentos e Estudos e Projetos estão limitadas, respectivamente, a 75% e 2% do capital social.

	R\$ mil	
	2006	2005
Legal (art.193 - Lei 6.404/76)	1.653.644	1.595.578
Estatutárias:		
Estudos e projetos (art.194-Lei 6.404/76)	240.422	228.809
Investimentos (art.194 - Lei 6.404/76)	14.658.843	14.078.184
Outras (art.194 - Lei 6.404/76)	11.081	11.081
Retenção de lucros (art. 196 - Lei 6.404/76)	68.748	-
Dividendos não distribuídos (art.202 - Lei 6.404/76)	7.421.521	6.448.973
	<u>24.054.259</u>	<u>22.362.625</u>

IV - Reservas de Reavaliação

Refere-se a reserva reflexa das coligadas relevantes CELPA e CEMAT avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, que procederam à reavaliação de bens de seu ativo imobilizado.

V - Adiantamentos para futuro aumento de capital

Os adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador são classificados no Patrimônio Líquido nos termos da Norma de Execução Conjunta 20/1990, da Coordenadoria de Contabilidade do Tesouro Nacional e destinaram-se a:

	R\$ mil	
	2006	2005
Aquisição de participação acionária na CEEE	1.571.393	1.365.471
Aquisição da participação acionária na CGTEE	1.482.931	1.288.601
Linha de transmissão Banabuí-Fortaleza	51.561	44.804
Usina Hidrelétrica de XINGÓ	144.869	125.885
Linhas de transmissão no Estado da Bahia	22.677	19.705
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	134.427	116.811
	<u>3.407.858</u>	<u>2.961.277</u>

NOTA 36 – LEILÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**I – Energia existente**

A ELETRONORTE não vendeu energia em leilão no exercício de 2006, para fornecimento a longo prazo. Cabe, entretanto, destacar os Leilões de Energia Existente, ocorridos em abril de 2005 e dezembro de 2006. No primeiro a empresa vendeu 90 MW médios para entrega a partir de 2008, durante oito anos, ao preço de R\$ 83,47/MWh, perfazendo uma receita total de R\$ 526.823 mil, ou seja, R\$ 65.853 mil por ano. No segundo leilão foram vendidos 50 MW médios para entrega a partir de 2007, também por oito anos, ao preço de R\$ 105,00/MWh, perfazendo uma receita total de R\$ 367.720 mil, ou seja, R\$ 45.965 mil por ano. Com isso, foi possível concluir a estratégia de comercialização da empresa, que tinha como alvo a contratação de toda a sua energia assegurada e preservação da remuneração almejada para a UHE Tucuruí.

Neste exercício, a empresa intensificou as vendas de energia de curto prazo, obtendo uma performance de venda em torno de 588 MW médios e receita de R\$ 194.554 mil.

FURNAS, ao longo do ano de 2006, participou, com êxito, de diversas licitações para venda de energia a consumidores finais e comercializadoras, no âmbito do Ambiente de Contratação Livre – ACL, tornando-se um dos principais agentes deste segmento.

II – Energia nova

A ELETROSUL, através de leilão de energia promovido pela ANEEL, de novos empreendimentos, que segue às regras estabelecidas pela Lei 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto 5.163, de 30 de julho de 2004, conquistou autorizações para a construção e operação das usinas hidroelétricas, citadas a seguir, e, ainda, vendeu, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, as respectivas energias que serão geradas:

a) UHE Passo São João, com capacidade de 77MW, com a venda de 37MW médios, ao preço de R\$ 113,22 MWh, para suprimento no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2040, em leilão realizado em 2005.

b) UHE Mauá, com capacidade de 362MW, com a venda de 197,7MW médios, ao preço de R\$ 112,96 MWh, para suprimento no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2041, em leilão realizado em 2006. Essa usina foi adquirida em parceria com a COPEL, que participa com 51%, do empreendimento, na forma de consórcio.

NOTA 37 – RECEITAS OPERACIONAIS - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	175.852	1.264.876	-	-
Juros sobre o capital próprio	423.187	546.681	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	42.623	46.965	-	-
	<u>641.662</u>	<u>1.858.522</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	111.119	268.935	111.119	319.730
Juros sobre o capital próprio	-	86.992	-	86.992
	<u>111.119</u>	<u>355.927</u>	<u>111.119</u>	<u>406.722</u>
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	17.095	16.846	15.260	19.656
Dividendos	139.626	44.168	139.626	44.168
Remuneração dos investimentos em parcerias	79.059	112.312	95.662	112.312
	<u>235.780</u>	<u>173.326</u>	<u>250.548</u>	<u>176.136</u>
	<u>988.561</u>	<u>2.387.775</u>	<u>361.667</u>	<u>582.858</u>

NOTA 38 – PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Pessoal	189.108	150.171	2.561.881	2.161.854
Material	2.871	2.970	241.616	220.870
Serviço	95.045	80.374	1.174.203	1.121.065
	<u>287.024</u>	<u>233.515</u>	<u>3.977.700</u>	<u>3.503.789</u>

NOTA 39 – PROVISÕES OPERACIONAIS

	R\$ mil			
	CONTROLADA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Contingências	-	323.447	158.017	454.756
Créditos de liquidação duvidosa	(365.874)	128.395	279.308	233.313
Títulos e valores mobiliários				
Investimentos temporários	532.657	366.490	532.657	366.490
CFT-E1	(26.751)	-	(26.751)	-
FINAM e FINOR	(1.034)	282.063	(1.034)	282.063
Outros	(24.064)	30.054	(24.064)	30.054
	<u>114.934</u>	<u>1.130.449</u>	<u>918.133</u>	<u>1.366.676</u>

NOTA 40 - PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A participação dos empregados nos lucros ou resultados ocorre com base em acordos coletivos de trabalho firmados com os empregados e entidades sindicais, nos termos da legislação federal específica em vigor.

Dessa forma, no exercício de 2006 a ELETROBRÁS provisionou o montante de R\$ 17.000 mil (31 de dezembro de 2005 – R\$ 15.000 mil) e, no consolidado, R\$ 138.468 mil (31 de dezembro de 2005 – R\$ 133.059 mil), correspondente à participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados – PLR, e está em conformidade com a Resolução 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

O pagamento da PLR será objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas que apreciará as presentes Demonstrações Contábeis.

NOTA 41 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

A menor e a maior remuneração pagas a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2006, foram de R\$ 1.496,93 e R\$ 21.064,82 (inclui adicional de transferência) respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETROBRÁS. O maior honorário atribuído a dirigente, tomando-se por base o mês de dezembro de 2006, correspondeu a R\$ 25.726,78.

NOTA 42 – SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

As informações sobre a demonstração do resultado por segmentos de negócios operacionais do Sistema ELETROBRÁS estão apresentadas no Anexo VI, de acordo

com o modelo de gestão, a partir de bases internas utilizadas para avaliação de performance dos segmentos e para a decisão de alocação de investimentos.

Os critérios de divulgação estão de acordo com o previsto pela ANEEL e recomendações da CVM e apoiados, também, no pronunciamento *SFAS 131 - Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information* e, contêmpla as seguintes áreas de negócio:

GERAÇÃO – construção e operação de usinas hidráulicas, térmicas, termonucleares e outras fontes, objetivando a produção de energia elétrica para fornecimento prioritário no país;

TRANSMISSÃO – construção e operação de linhas de transmissão, objetivando o transporte da energia elétrica entre os centros de produção e de consumo.

COMERCIALIZAÇÃO – intermediação em operações de compra e venda de energia elétrica.

DISTRIBUIÇÃO – construção e operação de sistemas de distribuição de energia elétrica em centros urbanos e destinados a consumidores finais.

ADMINISTRAÇÃO – órgãos corporativos cujos custos não podem ser atribuídos às demais áreas, em particular vinculados à gestão financeira, de participações acionárias e administração central.

As informações de natureza contábil por segmento de negócios foram elaboradas na premissa de atribuição de itens que tenham efetivo controle e gestão exercida pelas áreas totalmente identificadas com o segmento operacional.

NOTA 43 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Gestão de recursos

Nas aplicações de recursos financeiros da ELETROBRÁS destacam-se, fundamentalmente, os empréstimos e financiamentos de longo prazo e os investimentos em participações acionárias em empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica.

Os empréstimos e financiamentos concedidos estão associados à função de agente de financiamento do setor elétrico nacional, onde se destacam primordialmente aqueles concedidos à ITAIPU Binacional e as controladas ELETRONORTE e CHESF, e são remunerados em média a 8,83% a.a. (31 de dezembro de 2004 - 8,42 % a.a.).

De acordo com o Estatuto Social, a ELETROBRÁS está restrita a conceder financiamentos apenas às concessionárias de serviço público de energia elétrica. Desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é por ela definida, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar outras alternativas, que não

o próprio setor elétrico, o valor justo desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No exigível à longo prazo, destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos, o Empréstimo Compulsório e a Reserva Global de Reversão - RGR.

Os empréstimos e financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a agências multilaterais internacionais - BID, BIRD, CAF e etc., não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas internacionais, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor justo.

O Empréstimo Compulsório, extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento, o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente a ELETROBRÁS gerencia o estoque residual do empréstimo compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% a.a., com prazo de resgate definido. Dadas as suas restrições de aplicações, os saldos contábeis estão apresentados ao valor justo.

A ELETROBRÁS finalizou o exercício de 2006 com 12 contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R\$ 2.177.429 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 2.545.399 mil), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$ mil (equivalentes)	%	R\$ mil
Dólar Norte-Americano	653,097	64,13	1.396.320
Yen	212,981	20,91	455.354
EURO	152,364	14,96	325.755
Total	1,018,442	100,00	2.177.429

No encerramento deste exercício, a empresa mantinha 798 contratos concedidos de empréstimos e financiamentos, totalizando R\$ 37.319.541 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 36.599.306 mil), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$ mil (equivalentes)	%	R\$ mil
Dólar Norte-Americano	7,404,230	42,42	15.830.244
IGP-M	4,833,119	27,69	10.333.208
Real	4.514.393	25,86	9.651.773
Yen	243,394	1,39	520.377
EURO	460,215	2,64	983.939
Total	17.455.351	100,00	37.319.541

b) Risco cambial

Comparando-se a dívida e os recebíveis em moeda estrangeira, observa-se uma cobertura de cerca de 8,0 vezes, além disso, os prazos de pagamentos e recebimentos também se mostram compatíveis.

A ELETROBRÁS não detém instrumentos derivativos, uma vez que a administração considera que o saldo de recebíveis, em moeda estrangeira, e o fluxo de realização são suficientes para que se mantenha adimplente com seus compromissos.

c) Gerenciamento de investimentos

A ELETROBRÁS exerce a função de holding, com investimentos em participações societárias, detendo controle acionário em seis empresas geradoras e de transmissão de energia elétrica - FURNAS, CHESF, ELETRONORTE, ELETRONUCLEAR, ELETROSUL e CGTEE, cujas ações não são negociadas em bolsas de valores.

Além dessas participações majoritárias, a ELETROBRÁS detém 50% do capital da ITAIPU Binacional, onde exerce o controle em conjunto com a empresa paraguaia ANDE e o controle acionário da LIGHTPAR. Participa também, em regime de investimento temporário, nas empresas federais de distribuição - ELETROACRE, CEAM, CERON, CEAL e CEPISA.

A ELETROBRÁS mantém, também, participações minoritárias em diversas outras concessionárias de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2006, a ELETROBRÁS mantinha investimentos avaliados ao custo, no valor de R\$ 584.739 mil, dos quais R\$ 378.320 mil referem-se a empresas de capital aberto - concessionárias de serviço público de energia elétrica. Embora as ações dessas empresas sejam admitidas em negociação em bolsas de valores, seu reduzido volume de negócios não caracteriza a existência de um mercado ativo, conforme definido na Instrução CVM 235/96, bem como os preços praticados não representam, necessariamente, os valores que seriam obtidos na negociação de um volume significativo de ações, demonstrando, portanto, a inexistência de condições razoáveis para o estabelecimento de preços de mercado para esses ativos, de forma a permitir uma adequada comparação com os valores contábeis.

NOTA 44 - GESTÃO DE RECURSOS SETORIAIS

A ELETROBRÁS é responsável pela gestão de recursos setoriais denominado Reserva Global de Reversão - RGR, que se constitui em um fundo criado para cobertura de gastos com indenizações de eventuais reversões de concessões vinculadas ao serviço público de energia elétrica. Os recursos são aplicados na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas PROCEL, RELUZ, LUZ PARA TODOS e o - PROINFA.

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada reversão e encampação de serviços de energia elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado

a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço daquelas entidades (Vide Nota 6.i).

Os concessionários recolhem suas quotas anuais de RGR, em duodécimos, até o último dia útil de cada mês, em conta bancária vinculada, administrada pela ELETROBRÁS, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/71 e alterações posteriores.

Nesse sentido, os recursos da RGR são aplicados em projetos específicos de investimento, a saber:

I - Nas concessionárias, permissionárias e cooperativas de eletrificação rural, para expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica especialmente em áreas urbanas e rurais de baixa renda e para o programa de combate ao desperdício de energia elétrica;

II - para instalações de produção a partir de fontes eólica, solar, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, assim como termelétrica associada a pequenas centrais hidrelétricas;

III - para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos, mediante projetos específicos de investimento;

IV - para implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;

V - para o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, instituído pela Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 e revisado pela Lei 10.762, de 11 de novembro de 2003, que tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, objetivando a partir do aumento da participação da energia elétrica produzida com base naquelas fontes, na implantação de 3.300 MW de capacidade,

VI - para o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ que prevê investimentos de cerca de R\$ 2 bilhões por parte da ELETROBRÁS, para tornar eficientes 5 milhões de pontos de iluminação pública, e instalar mais 1 milhão no País e pretende abranger até 96% do potencial de conservação de energia da rede nacional de iluminação pública, atualmente composta de 13 milhões de pontos de iluminação.

VII - para o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, programa de governo federal instituído em dezembro de 1985 voltado para a conservação de energia elétrica, tanto no lado da produção como no do consumo, concorrendo para a melhoria da qualidade de produtos e serviços, reduzindo os impactos ambientais e fomentando a criação de empregos.

VIII - para o Programa de Universalização de Acesso à Energia Elétrica – LUZ PARA TODOS, do Ministério das Minas e Energia, cujo objetivo é levar energia elétrica a 12 milhões de pessoas até 2008. O programa está orçado em R\$ 7 bilhões, sendo R\$ 5,3 bilhões provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e da Reserva Global de Reversão (RGR), e o restante dos governos estaduais e de agentes do setor. Além da gestão dos recursos, a Eletrobrás é responsável por dar apoio técnico às concessionárias estaduais de energia para a execução do programa.

IX – para o Projeto Ribeirinhas, desenvolvido em regiões com grande dispersão de comunidades e de difíceis condições de acesso, em função do tipo de solo e do regime de chuvas, tendo como premissa básica o aproveitamento dos recursos naturais renováveis existentes nas diversas localidades onde o fornecimento de energia elétrica não pode se realizar mediante extensão de rede de transmissão.

A ELETROBRÁS remunera a Reserva, pelos recursos utilizados, com juros de 5% a.a.. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, utilizados em investimentos descritos acima, totalizava R\$ 6.171.300 mil (31 de dezembro de 2005 - R\$ 5.724.538 mil), que neste exercício os saques corresponderam a R\$ 859.651 mil e as reposições ao fundo foram de R\$ 474.103 mil.

A ELETROBRÁS gere, também, o fundo federal denominado Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, que visa o desenvolvimento energético a partir de fontes alternativas nas áreas atendidas pelo sistema interligado, bem como, financiar a universalização do serviço público de energia elétrica. Este Fundo tem duração de 25 anos, contados de 2004 sendo os recursos provenientes dos pagamentos a título de uso de bem público e das multas aplicadas pela ANEEL a concessionários, permissionários e autorizados a explorar o serviço de energia elétrica.

NOTA 45 – EVENTOS SUBSEQÜENTES

a) Créditos junto a ITAIPU BINACIONAL - Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 19 de janeiro de 2007, as autoridades das Chancelarias e das áreas econômica e de energia do Brasil e do Paraguai, o Governo brasileiro assumiu o compromisso de tomar todas as medidas necessárias, em caráter de urgência, para suprimir o fator anual de reajuste dos contratos de financiamento, celebrados entre a ITAIPU Binacional e a ELETROBRÁS.

Tais medidas envolverão contratos de financiamento concedidos à ITAIPU, cujo saldo em 31 de dezembro de 2006 atinge a R\$ 14.611.007 mil (vide anexo III) e produziram, neste exercício, um impacto positivo de R\$ 608.948 mil, relativo ao reconhecimento do referido fator sobre os contratos, apurados com base nos índices norte-americanos *Industrial Goods* e *Consumer Price*, e está apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício, na rubrica Receita de Juros, Comissões e Taxas.

Conforme divulgado em Fato Relevante, datado de 13 de março de 2007, em complemento ao anteriormente divulgado, a supressão do fator anual de reajuste se dará por meio de mecanismos, a serem regulamentados, que preservem o fluxo de recebimentos financeiros da ELETROBRÁS, nos termos da medida provisória 357, de 12 de março de 2007.

Não serão negociados os valores correspondentes ao fator anual de reajuste que já tenham sido reconhecidos e incorporados aos saldos devedores dos contratos entre a ELETROBRÁS e a ITAIPU, à data da celebração dos instrumentos contratuais a serem firmados.

b) Créditos junto à ELETRONORTE - Objetivando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e obter condições compatíveis com a capacidade de pagamento da ELETRONORTE, o Conselho de Administração da ELETROBRÁS aprovou o equacionamento da dívida, daquela controlada, mediante alongamento do prazo de amortização, revisão das taxas de encargos e conversão em capital de parte dos débitos.

Em 31 de dezembro de 2006, o total de empréstimos e financiamentos devidos pela ELETRONORTE atingiu o montante de R\$ 7.741.686 mil.

Nesse sentido, a reestruturação dos financiamentos da ELETRONORTE, concedidos pela ELETROBRÁS, contemplará as seguintes condições:

- Quitação em espécie de R\$ 599.822 mil relativo aos contratos vencidos concedidos com recursos da RGR e repasses em moeda estrangeira.
- Retomada, por parte da controlada, do fluxo de pagamentos, a partir de 2007, com alongamento do prazo de pagamento e carência de 1 ano para as parcelas de principal, dos contratos concedidos com recursos da RGR, e sem carência para os contratos de repasse em moeda estrangeira;
- Conversão de parte do saldo devedor dos contratos de financiamento, vencido e a vencer, concedidos com recursos próprios da ELETROBRÁS em adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 1.026.881 mil;
- Refinanciamento de parcelas vencidas, no montante de R\$ 1.950.476 mil, com carência de um ano para o início da amortização do principal, mantendo-se inalteradas as demais condições financeiras originalmente pactuadas, como prazo e encargos;

A implementação destas medidas está condicionada à aprovação pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

c) Reestruturação societária das investidas Manaus Energia e CEAM - O Conselho Nacional de Desestatização aprovou a reestruturação societária das duas empresas mediante a incorporação da CEAM pela MESA, sendo a ELETROBRÁS responsável pela execução do processo. Em linha com esse propósito, foi editado o Decreto 6.026, de 22 de janeiro de 2007.

A reestruturação que tem como objetivo a melhoria das atividades operacionais e dos resultados das empresas.

d) Obtenção de financiamento – a ELETROBRÁS está em processo de captação de recursos, mediante a contratação de financiamento no valor de US\$ 430 milhões junto às instituições China Development Bank e BNP Paribas, ao amparo do disposto na Resolução 34 do Senado Federal.

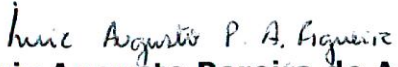
O financiamento, ainda não contratado, terá as seguintes características básicas:

- será celebrado ao amparo do Acordo Bilateral Brasil-China;
- prazo de amortização de até 16 anos, em parcelas semestrais;
- quatro anos de carência;
- juros com base na *Libor*, pagos semestralmente.

Os recursos serão integralmente repassados à controlada CGTEE e destinados à construção da UTE Candiota II.


Valter Luiz Cardeal de Souza

Presidente, em exercício


Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira

Diretor Financeiro – Interino e de Relações com Investidores - Interino


João Ruy Castelo Branco de Castro

Diretor de Projetos Especiais e Desenvolvimento Tecnológico Industrial


Valter Luiz Cardeal de Souza

Diretor de Engenharia


Aracilba Alves da Rocha

Diretora de Administração


João Vicente Amato Torres

Contador

CRC-RJ-057.991/O-S-DF



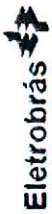
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
CONSUMIDORES E REVENDEDORES EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de Reais)

João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 057891/O-5-DF

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO						
	Circulante			2006		2005		2006		2005
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Total	A vencer	Vencidos até 90 dias + de 90 dias	Total	Total	Total	Longo Prazo	
AES ELETRIPAULO	166.503	27.758	194.261	255.274	27.758	283.032	205.131	-	-	-
AES SUL	27.758	4.634	32.392	32.807	4.634	37.441	36.727	-	-	-
AES TIETÊ	-	-	-	14.272	-	14.272	-	-	-	-
AMPLA	27.574	9.207	36.781	50.353	9.207	59.560	72.932	-	-	-
ANDE	-	-	-	-	-	-	38.561	-	-	-
BANDEIRANTE	54.642	9.115	63.757	54.642	9.115	63.757	94.161	-	-	-
CEA	12.797	2.133	14.930	16.838	2.133	18.971	253.849	-	-	-
CEB	-	-	-	778	24.536	25.314	46.044	-	-	-
CEEE-D	-	-	-	4.496	12.291	16.787	59.056	-	-	-
CEEE-GT	42.305	36.827	79.132	49.766	14.100	63.866	66.378	-	-	-
CELESC	21.774	7.259	29.033	40.887	9.122	50.009	200.209	-	-	-
CELG	-	-	-	52.164	29	52.193	75.953	-	-	-
CELPA	-	-	-	45.130	-	45.130	59.105	-	-	-
CELPE	-	-	-	42.330	-	42.330	48.153	-	-	-
CEMAR	-	-	-	244.601	27.313	271.914	265.038	-	-	-
CEMIG	163.787	27.313	191.100	21.265	77	23.091	155.926	-	-	-
CERON	-	-	-	130.281	-	130.281	3.519	-	-	-
CEPISA	-	-	-	25.848	-	25.848	73.849	-	-	-
CESP	-	-	-	57.833	-	57.833	126.910	-	-	-
COELCE	-	-	-	102.158	10.405	112.563	154.853	-	-	-
COELBA	61.469	10.405	71.874	94.649	12.721	107.370	-	-	-	-
COPEL	76.323	12.721	89.044	16.845	-	16.845	-	-	-	-
CPFL	-	-	-	70.504	6.938	77.442	83.021	-	-	-
EBE	41.568	6.936	48.504	13.406	-	13.406	12.741	-	-	-
ELEKTRO	11.385	4.004	15.389	38.138	4.004	42.142	57.093	-	-	-
ENERSUL	23.984	18.705	42.689	189.670	18.705	208.375	248.371	-	-	-
ESCELSA	112.184	8.654	120.838	378.000	313	378.313	358.948	-	-	-
LIGHT	-	3.376	3.376	8.654	3.376	12.030	88.094	-	-	-
CCEE	-	-	-	402.933	-	402.933	34.050	-	-	-
PIRATININGA	51.880	-	51.880	402.933	-	402.933	353.444	-	-	-
RGE	20.254	-	20.254	90.326	599	90.925	658.882	-	-	-
Ativo Regulatório	-	-	-	285.270	82.608	367.878	512.993	-	-	-
Uso da Rede	-	-	-	757.967	20.710	778.677	667.858	-	-	-
Consumidores	6.537	2.899	9.436	-	262.127	262.127	281.311	-	-	-
Outros	-	-	-	-	18.336	18.336	281.311	-	-	-
(-) PCLD	-	-	-	-	(627.547)	(627.547)	(382.158)	-	-	-
922.724	206.046	1.128.770	1.313.494	3.672.381	324.474	3.943.302	4.070.809	658.882	230.471	230.471
									(125.342)	(125.342)
									589.223	1.102.487



João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 057891/O-5-DF



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de Reais)

	CONTROLDORA										CONSOLIDADO								
	2006					2005					2006			2005					
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		TAXA MÉDIA	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		TAXA MÉDIA	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		TAXA MÉDIA	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	VALOR		CIRCULANTE	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE		VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	VALOR		CIRCULANTE	CIRCULANTE	VALOR	CIRCULANTE
CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO																			
FURNAS	6,41%	7.043	103.852	617.797	6,67%	10.349	132.923	700.545	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CHESF	11,74%	52.271	414.560	4.131.249	11,57%	105.016	418.516	4.165.956	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ELETROSUL	687,00%	133	83.086	55.337	6,35%	156	11.826	7.576	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ELETRONORTE	12,03%	2.855.216	852.408	4.360.464	14,14%	2.087.780	495.751	4.367.224	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	13,21%	6.136	178.257	2.064.798	11,65%	68.278	207.492	1.807.087	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LIGHTPAR	12,00%	6.808	11.047	-	10,00%	5.703	11.047	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ITAIPU	6,97%	-	16.261	14.594.746	6,97%	-	17.084	15.652.563	-	-	8,131	7.297.373	-	-	8,542	7.826.282	-	-	-
		2.927.607	1.659.471	25.824.391		2.277.282	1.294.639	26.700.951											
OUTRAS																			
CEPISA	11,10%	446	41.932	248.916	12,76%	1.322	-	135.939	-	-	11,10%	446	41.932	248.916	12,76%	1.322	-	135.939	-
CERON	15,38%	20.227	46.629	296.896	15,59%	2.307	38.201	236.349	-	-	15,38%	20.227	46.629	296.896	15,59%	2.307	38.201	236.349	-
CEMIG	6,76%	1.858	47.772	237.238	7,11%	1.401	55.245	195.439	-	-	6,76%	1.858	47.772	237.238	7,11%	1.401	55.245	195.439	-
COPEL	8,33%	2.263	44.387	267.499	8,27%	2.452	49.453	305.973	-	-	8,33%	2.263	44.387	267.499	8,27%	2.452	49.453	305.973	-
CEEE	9,33%	2.290	66.411	104.198	11,41%	1.870	57.649	142.099	-	-	9,33%	2.290	66.411	104.198	11,41%	1.870	57.649	142.099	-
DUKE	10,00%	4.303	122.822	940.574	10,00%	4.774	109.226	1.025.953	-	-	10,00%	4.303	122.822	940.574	10,00%	4.774	109.226	1.025.953	-
AES TIETÉ	10,00%	5.492	156.709	1.200.652	10,00%	6.094	139.349	1.309.631	-	-	10,00%	5.492	156.709	1.200.652	10,00%	6.094	139.349	1.309.631	-
AES ELETRIPAULO	9,57%	249.689	117.733	23.977	9,82%	237.111	109.728	20.435	-	-	9,57%	249.689	117.733	23.977	9,82%	237.111	109.728	20.435	-
TRACTBEL	12,00%	1.808	87.437	93.402	12,00%	2.536	79.149	174.443	-	-	12,00%	1.808	87.437	93.402	12,00%	2.536	79.149	174.443	-
CELPE	6,04%	563	12.802	94.945	6,06%	832	11.017	90.106	-	-	6,04%	563	12.802	94.945	6,06%	832	11.017	90.106	-
CEMAR	7,97%	1.140	1.768	307.973	8,11%	692	596	286.111	-	-	7,97%	1.140	1.768	307.973	8,11%	692	596	286.111	-
CESP	9,44%	1.294	26.316	254.418	9,24%	1.442	25.061	273.145	-	-	9,44%	1.294	26.316	254.418	9,24%	1.442	25.061	273.145	-
OUTRAS	-	54.599	330.937	1.439.386	-	38.872	347.387	1.298.411	-	-	-	58.276	335.919	1.684.729	-	42.896	352.259	1.519.213	-
(-) PCLD	-	(24.180)	(27.449)	-	-	(273.927)	(197.439)	-	-	-	(24.180)	(27.449)	-	-	(273.927)	(197.439)	-	-	-
		321.792	1.076.206	5.510.074		277.778	824.622	5.474.034				325.469	1.081.188	5.755.417		31.802	829.494	5.694.836	
TOTAL		3.249.399	2.735.677	31.334.465		2.305.060	2.119.261	32.174.985				325.469	1.089.319	13.052.790		31.802	838.036	13.521.118	

A parcela de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2008	2009	2010	2011	2012	Após 2012	TOTAL
CONTROLDORA	4.049.513	4.327.628	4.317.552	4.103.585	4.107.935	10.428.252	31.334.465
CONSOLIDADO	1.686.879	1.802.731	1.798.534	1.709.403	1.711.215	4.344.028	13.052.790

João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 05799/10-S-DF



João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 05799/10-S-DF



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de Reais)

João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 067991/O-S-DF

2005

2006

DADOS DAS EMPRESAS	FURNAS (b)	CHESF	ELETROSUL	ELETRO- NORTE	ELETRO- NUCLEAR	LIGHTPAR	CGTEE	ITAIPU (c)	TOTAL
Capital social	3.194.000	1.696.306	259.049	2.843.235	3.295.768	113.790	868.721	106.900	-
Patrimônio líquido (a)	12.782.803	11.453.373	2.053.601	7.942.782	4.365.796	102.311	711.357	106.900	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	364.204	457.350	209.455	(349.082)	28.047	2.803	1.216	-	-
PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRÁS									
Quantidade de ações - lote de mil	50.618.949	40.477	42.582	68.736	8.828.993	8.480.196	1.126.273	-	-
Ordinárias	14.088.233	1.002	-	-	2.467.800	-	-	-	-
Preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação em %	99,54	99,45	99,71	98,66	99,80	81,61	99,94	50,00	-
Subscrito e integralizado	99,82	100,00	99,71	98,66	99,92	81,61	99,94	50,00	-
Dotante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação dos Investimentos:									
Saldo no início do exercício	12.555.465	10.867.810	1.821.998	8.065.290	4.336.219	28.637	711.068	117.035	38.503.522
Equivalência patrimonial - resultado do exercício	244.532	468.474	208.848	(344.404)	27.835	4.028	(138)	32.488	1.858.522
Dividendos	-	-	-	-	(6.647)	-	-	-	(6.647)
Rendimentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	(42.623)	(46.965)
Juros sobre o capital próprio	(107.006)	(238.678)	(77.500)	-	-	-	-	-	(423.184)
Saldo no final do exercício	12.692.991	11.097.604	1.953.344	7.720.886	4.357.407	32.665	710.930	106.900	38.672.726
									38.152.210

(a) Exclui Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital.

(b) Patrimônio líquido ajustado.

(c) A participação da ELETROBRÁS, de acordo com o Decreto-Lei 72.707/73, é fixa e equivale a US\$ 50,000 mil.

Os exames das Demonstrações Contábeis das empresas FURNAS, ELETROSUL, ELETRONUCLEAR, LIGHTPAR e CGTEE foram realizados por outros auditores independentes.

Os exames das Demonstrações Contábeis das empresas controladas CHESF e ELETRONORTE e da controlada em conjunto ITAIPU BINACIONAL, foram realizados pelos mesmos auditores independentes da controladora.

João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 067991/O-S-DF





CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS

ATIVO IMOBILIZADO
(em milhares de Reais)
CONTROLADAS

	2006							2006		
	CONTROLADORA ELETROBRÁS	FURNAS	CHESF	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	ELETROSUL	ITAIPU	CGTEE	LIGHTPAR	CONSOLIDADO TOTAL
Geração										
Em serviço	-	7.645.283	16.919.707	15.261.051	6.020.507	-	19.038.648	1.867.236	-	66.752.432
Depreciação acumulada	-	(2.701.018)	(6.243.636)	(7.341.091)	(1.683.564)	-	-	(1.532.705)	-	(19.502.014)
Em curso	-	4.944.265	10.676.071	7.919.960	4.336.943	-	19.038.648	334.531	-	47.250.418
	-	1.570.447	225.602	4.496.633	1.999.010	31.984	245.729	73.474	-	8.642.879
	-	6.514.712	10.901.673	12.416.593	6.335.953	31.984	19.284.377	408.005	-	55.893.297
Transmissão										
Em serviço	-	11.777.672	6.566.634	5.754.556	-	2.720.160	1.314.584	-	-	28.133.606
Depreciação acumulada	-	(5.660.212)	(2.954.095)	(2.541.411)	-	(1.215.966)	-	-	-	(12.371.684)
Em curso	-	6.117.460	3.612.539	3.213.145	-	1.504.194	1.314.584	-	-	15.761.922
	-	1.394.882	1.318.712	545.168	-	281.845	-	-	-	3.540.607
	-	7.512.342	4.931.251	3.758.313	-	1.786.039	1.314.584	-	-	19.302.529
Distribuição										
Em serviço	-	1.361	-	1.004.272	-	-	-	-	-	1.005.633
Depreciação acumulada	-	(428)	-	(427.073)	-	-	-	-	-	(427.501)
Em curso	-	933	-	577.199	-	-	-	-	-	578.132
	-	113	-	242.114	-	-	-	-	-	242.227
	-	1.046	-	819.313	-	-	-	-	-	820.359
Administração										
Em serviço	50.710	174.194	803.293	307.080	27.827	41.768	896.299	5.969	50	2.307.190
Depreciação acumulada	(19.888)	(74.991)	(416.182)	(169.443)	(18.000)	(9.534)	-	(2.119)	-	(710.157)
Em curso	30.822	99.203	387.111	137.637	9.827	32.234	896.299	3.850	50	1.597.033
	-	30.539	173.689	53.780	4.245	2.547	474.149	2.168	-	741.117
	-	129.742	560.800	191.417	14.072	34.781	1.370.447	6.018	50	2.338.149
	-	14.157.842	16.393.724	17.185.636	6.350.025	1.852.804	21.969.408	414.023	50	78.354.334
Obrigações Vinc. a Concessão										
(-) Amortizações e rever:	-	(81.998)	(20.269)	-	-	-	-	-	-	(102.267)
(-) Contribuições de cont:	-	-	(6.048)	(24.448)	-	-	-	-	-	(30.496)
(-) Participação da União	-	(28.539)	(108.052)	(263.978)	-	-	-	-	-	(400.569)
(-) Doações e subvenção	-	(2.003)	(20.839)	-	-	(254)	-	-	-	(23.096)
(-) Outras	-	(112.540)	(155.208)	(55.077)	(47.543)	-	-	-	-	(102.620)
	-	(314.080)	(343.503)	(343.503)	(47.543)	(254)	-	-	-	(659.048)
TOTAL	30.822	14.045.302	16.238.516	16.842.133	6.302.482	1.852.550	21.969.408	414.023	50	77.655.286

* Em 2006, o Ativo Intangível foi segregado do saldo total da rubrica Ativo Imobilizado

Taxa anual média de depreciação (%)

Geração	0,00%	2,20%	2,47%	3,02%	3,30%	0,00%	0,00%	6,17%	0,00%	0,00%
Transmissão	0,00%	3,00%	3,07%	2,93%	0,00%	3,19%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Distribuição / Comercial:	0,00%	9,00%	0,00%	2,78%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Administração	-	5,60%	5,10%	18,26%	10,00%	7,51%	0,00%	12,50%	-	-



João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 057991/O-S-DF



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETOBRÁS

ATIVO IMOBILIZADO
(em milhares de Reais)

	2005							2005		2005	
	CONTROLADORA ELETOBRÁS	FURNAS	CHESF	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	ELETROSUL	ITAIPU	CGTEE	LIGHTPAR	TOTAL	CONSOIDADO TOTAL
Geração											
Em serviço	-	7.432.802	16.588.996	15.010.542	5.999.593	-	20.269.350	1.864.543	-	-	67.165.826
Depreciação acumulada	-	(2.600.118)	(5.955.007)	(6.921.715)	(1.503.076)	-	-	(1.486.289)	-	-	(18.466.205)
Em curso	-	4.832.684	10.633.989	8.088.827	4.496.517	-	20.269.350	378.254	-	-	48.699.621
	-	1.458.168	370.227	4.090.028	1.784.013	10.681	240.929	27.828	-	-	7.981.874
	-	6.290.852	11.004.216	12.178.855	6.280.530	10.681	20.510.280	406.082	-	-	56.681.496
Transmissão											
Em serviço	-	11.389.712	6.296.772	5.575.447	-	2.524.255	1.439.217	-	-	-	27.225.403
Depreciação acumulada	-	(5.278.340)	(2.782.795)	(2.378.627)	-	(1.151.636)	-	-	-	-	(11.591.398)
Em curso	12.097	6.111.372	3.513.977	3.196.820	-	1.372.619	1.439.217	-	-	-	15.634.005
	12.097	1.305.796	1.336.800	469.751	-	250.708	-	-	-	-	3.375.152
	12.097	7.417.168	4.850.777	3.666.571	-	1.623.327	1.439.217	-	-	-	19.009.157
Distribuição											
Em serviço	-	1.438	-	916.458	-	-	-	-	-	-	917.896
Depreciação acumulada	-	(407)	-	(390.224)	-	-	-	-	-	-	(390.631)
Em curso	-	1.031	-	526.234	-	-	-	-	-	-	527.265
	-	13	-	205.207	-	-	-	-	-	-	205.220
	-	1.044	-	731.441	-	-	-	-	-	-	732.485
Administração											
Em serviço	35.095	142.995	649.263	301.878	21.887	34.346	1.080.865	4.329	49	49	2.270.707
Depreciação acumulada	(18.075)	(64.096)	(367.167)	(155.394)	(16.101)	(7.591)	-	(1.620)	-	-	(630.044)
Em curso	17.020	78.899	282.096	146.484	5.786	26.755	1.080.865	2.709	49	49	1.640.663
	-	45.189	235.665	54.651	2.563	6.422	533.091	2.333	-	-	879.914
	17.020	124.088	517.761	201.135	8.349	33.177	1.613.956	5.042	49	49	2.520.577
	29.117	13.833.152	16.372.754	16.778.002	6.268.879	1.667.185	23.563.453	411.124	49	49	78.943.715
Obrigações Vinc. a Concessão											
(-) Amortizações	-	(81.998)	(20.269)	-	-	-	-	-	-	-	(102.267)
(-) Contribuições de cons	-	-	(6.048)	(24.413)	-	-	-	-	-	-	(30.461)
(-) Participação da União	-	(28.539)	(108.052)	(266.430)	-	-	-	-	-	-	(403.021)
(-) Doações e subvenções	-	(2.003)	(20.777)	-	-	(254)	-	-	-	-	(23.034)
(-) Outras	-	(112.540)	(155.146)	(339.829)	(47.314)	(254)	-	-	-	-	(96.300)
	-	(234.080)	(519.932)	(640.672)	(94.648)	(508)	-	-	-	-	(1.488.132)
TOTAL	29.117	13.720.612	16.217.608	16.438.173	6.241.565	1.666.931	23.563.453	411.124	49	49	78.288.632

* Valores de 2005 alterados em função da segregação da rubrica Ativo Intangível e Ativo Diferido ELETOBRÁS e ITAIPU do saldo total da rubrica Ativo Imobilizado

Taxa anual média de depreciação (%)

Geração	0,00%	2,20%	2,30%	3,02%	3,30%	0,00%	0,00%	6,17%	0,00%	0,00%	0,00%
Transmissão	0,00%	3,10%	3,19%	2,95%	0,00%	3,19%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Distribuição / Comercial:	0,00%	9,40%	0,00%	2,78%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Administração	7,95%	6,10%	5,23%	15,11%	10,00%	7,51%	0,00%	12,50%	0,00%	0,00%	0,00%



João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 057991/O-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
 (em milhares de Reais)

	CONTROLADORA												CONSOLIDADO											
	2006				2005				2006				2005				2006				2005			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
TAXA MÉDIA	VALOR	TAXA MÉDIA	VALOR	TAXA MÉDIA	VALOR	TAXA MÉDIA	VALOR	TAXA MÉDIA	VALOR	TAXA MÉDIA	VALOR	TAXA MÉDIA	VALOR	TAXA MÉDIA	VALOR	TAXA MÉDIA	VALOR	TAXA MÉDIA	VALOR	TAXA MÉDIA	VALOR	TAXA MÉDIA	VALOR	
5,25%	2	92	651	4,09%	71	3.421	814	5,25%	2	92	651	4,09%	71	3.421	814	5,25%	2	92	651	4,09%	71	3.421	814	
6,97%	6.860	49.074	417.687	6,87%	7.469	68.440	511.100	6,97%	6.860	49.074	417.687	6,87%	7.469	68.440	511.100	6,97%	6.860	49.074	417.687	6,87%	7.469	68.440	511.100	
7,94%	1.913	8.399	238.998	5,84%	2.389	9.196	280.048	7,94%	1.913	8.399	238.998	5,84%	2.389	9.196	280.048	7,94%	1.913	8.399	238.998	5,84%	2.389	9.196	280.048	
5,73%	259	26.783	135.793	5,73%	267	26.300	159.932	5,73%	259	26.783	135.793	5,73%	267	26.300	159.932	5,73%	259	26.783	135.793	5,73%	267	26.300	159.932	
6,50%	-	607	1.218	6,50%	6	977	2.800	6,50%	-	607	1.218	6,50%	6	977	2.800	6,50%	-	607	1.218	6,50%	6	977	2.800	
6,25%	345	26.783	135.792	6,50%	395	26.303	159.932	6,25%	345	26.783	135.792	6,50%	395	26.303	159.932	6,25%	345	26.783	135.792	6,50%	395	26.303	159.932	
2,15%	2.136	39.410	413.807	2,15%	2.564	43.533	500.649	2,15%	2.136	39.410	413.807	2,15%	2.564	43.533	500.649	2,15%	2.136	39.410	413.807	2,15%	2.564	43.533	500.649	
5,15%	345	2.068	22.115	-	454	3.887	27.059	-	345	2.068	22.115	-	454	3.887	27.059	-	345	2.068	22.115	-	454	3.887	27.059	
	11.860	153.216	1.366.061		13.615	182.057	1.642.334		11.860	153.216	1.366.061		13.615	182.057	1.642.334		11.860	153.216	1.366.061		13.615	182.057	1.642.334	
7,75%	4.892	-	641.400	7,75%	5.183	-	702.210	7,75%	4.892	-	641.400	7,75%	5.183	-	702.210	7,75%	4.892	-	641.400	7,75%	5.183	-	702.210	
	4.892	-	641.400		5.183	-	702.210		4.892	-	641.400		5.183	-	702.210		4.892	-	641.400		5.183	-	702.210	
	-	-	-		-	-	-		-	-	-		-	-	-		-	-	-		-	-	-	
	-	-	-		-	-	-		-	-	-		-	-	-		-	-	-		-	-	-	
	16.752	153.216	2.007.461		18.798	182.057	2.344.544		16.752	153.216	2.007.461		18.798	182.057	2.344.544		16.752	153.216	2.007.461		18.798	182.057	2.344.544	
	16.752	153.216	2.007.461		18.798	182.057	2.344.544		16.752	153.216	2.007.461		18.798	182.057	2.344.544		16.752	153.216	2.007.461		18.798	182.057	2.344.544	
	44.779	303.180	750.029		44.779	303.180	750.029		44.779	303.180	750.029		44.779	303.180	750.029		44.779	303.180	750.029		44.779	303.180	750.029	
	10.980	396.813	1.867.463		10.980	396.813	1.867.463		10.980	396.813	1.867.463		10.980	396.813	1.867.463		10.980	396.813	1.867.463		10.980	396.813	1.867.463	
	55.759	699.993	2.617.492		55.759	699.993	2.617.492		55.759	699.993	2.617.492		55.759	699.993	2.617.492		55.759	699.993	2.617.492		55.759	699.993	2.617.492	
	85.892	1.565.224	19.903.788		85.892	1.565.224	19.903.788		85.892	1.565.224	19.903.788		85.892	1.565.224	19.903.788		85.892	1.565.224	19.903.788		85.892	1.565.224	19.903.788	

MOEDA ESTRANGEIRA
Instituições Financeiras

Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD
 Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
 Comitê Andino de Fomento - CAF
 Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW
 AMFORP & BEPCO
 Dresdner Bank
 Eximbank
 Outras

Bônus

Bônus - Dresdner Bank

Outros

Tesouro Nacional - ITAIPU

MOEDA NACIONAL

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
 Outros

a) As dívidas são garantidas pela União e/ou pela ELETROBRÁS.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos, corresponde na controladora a R\$ 2.177.429 mil, equivalente a US\$ 1.018.441 mil e no consolidado a R\$ 16.646.692 mil, equivalente a US\$ 7.786.106 mil. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US\$	EURO	YEN
	64%	15%	21%
	91%	7%	3%

CONTROLADORA CONSOLIDADO

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2006, foi de 6,83%a.a. e 2005, foi de 6,75 %a.a.

d) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de Dólares Norte-Americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2008	2009	2010	2011	2012	Após 2012	TOTAL
CONTROLADORA	91.379	83.295	83.238	83.238	83.238	514.555	938.943
CONTROLADORA CONSOLIDADO	471.346	470.185	477.195	515.466	474.028	5.926.637	8.334.857

CONTROLADORA CONSOLIDADO

João Vicente Araújo Torres
 Chefe do Departamento de Contabilidade
 CRC - RJ - 06798/10-S-DF



CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
 (em milhares de Reais)

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO				TOTAL	
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	ADMINISTRAÇÃO		ELIMINAÇÕES
RECEITAS OPERACIONAIS	11.682.442	4.305.393	2.594.394	7.145.137	(5.298.544)	20.428.822
DESPESAS OPERACIONAIS	(6.464.577)	(2.865.136)	(4.288.372)	(6.320.197)	5.241.286	(14.696.996)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	5.217.865	1.440.257	(1.693.978)	824.940	(57.258)	5.731.826
RESULTADO FINANCEIRO	(4.086.428)	(20.609)	(118.985)	528.535	(161.000)	(3.858.487)
RESULTADO OPERACIONAL	1.131.437	1.419.648	(1.812.963)	1.353.475	(218.258)	1.873.339
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(20.548)	(22.022)	(18)	17.174	-	(25.414)
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	1.110.889	1.397.626	(1.812.981)	1.370.649	(218.258)	1.847.925
Contribuição social	(119.690)	(104.191)	154.193	(81.685)	-	(151.373)
Imposto de renda	(325.706)	(303.225)	428.321	(211.009)	-	(411.619)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	665.493	990.210	(1.230.467)	1.077.955	(218.258)	1.284.931
Participação nos lucros	(41.167)	(79.183)	(1.117)	(17.000)	-	(138.467)
Participação minoritária	-	-	-	-	14.854	14.854
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	624.326	911.027	(1.231.584)	1.060.955	(203.404)	1.161.318

 João Vicente Amato Torres
 Chefe do Departamento de Contabilidade
 CRC - RJ - 057991/0-S-DF

 João Vicente Amato Torres
 Chefe do Departamento de Contabilidade
 CRC - RJ - 057991/0-S-DF




CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. ELETROBRÁS

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS CONTROLADAS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

	2006										2005									
	ATIVO					PASSIVO					ATIVO					PASSIVO				
	Circulante	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	Resultado não Operacional	I. Renda e Cont. Social	Resultado do Exercício	Receita Oper. Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	Resultado não Operacional	I. Renda e Cont. Social	Resultado do Exercício	TOTAL			
CONTROLADAS																				
FURNAS	2.405.707	(4.631.014)	693.551	(296.892)	396.659	96.218	(128.673)	364.204	5.052.559	(4.077.035)	975.524	(38.201)	937.323	213.664	(311.301)	839.686	18.729.330			
CHESF	1.321.502	(2.271.765)	1.146.448	(802.786)	343.662	234.152	(120.464)	457.350	3.298.910	(1.891.001)	1.407.909	(636.941)	770.968	222.708	(247.271)	746.405	18.395.518			
ELETROSUL	478.001	(335.535)	218.771	(5.882)	212.889	64.355	(67.789)	209.455	468.394	(310.369)	158.025	(15.532)	142.493	69.274	(45.551)	166.216	2.818.639			
ELETRONORTE	2.544.950	(4.042.259)	134.138	(455.936)	(321.798)	(10.230)	(17.054)	(349.082)	3.267.686	(3.186.007)	81.679	(368.240)	(286.561)	(37.130)	-	(323.691)	19.563.706			
MANAUS	294.718	(1.150.205)	(209.424)	(37.919)	(247.343)	(2.165)	-	(249.508)	734.603	(733.130)	1.473	(26.125)	(4.755)	(4.755)	-	(29.407)	2.267.950			
BOA VISTA	94.091	(110.460)	(16.369)	5.581	(10.788)	1	(10.787)	(10.787)	84.694	(108.820)	(24.126)	5.872	(18.254)	(327)	(13.581)	186.058				
ELETRONUCLEAR	1.204.488	(922.604)	281.884	(251.520)	30.364	(506)	(1.811)	28.047	1.046.167	(850.717)	195.450	(3.679)	191.771	(1.118)	-	190.653	7.539.751			
CGTEE	321.111	(13.746)	439.051	52.082	52.082	10.469	711.357	773.908	336.204	13.003	421.940	771.147	44.799	14.853	711.495	179.910				
LIGHTPAR	93.934	(93.650)	51	187.635	85.323	1	102.311	187.635	86.211	1	93.698	179.910	82.534	1	97.375	179.910				
ITAIPU	1.373.819	(428.703)	43.938.816	45.741.338	2.640.411	42.887.128	213.800	45.741.339	1.520.860	518.816	47.126.905	49.166.581	2.759.793	46.172.718	234.070	49.166.581				

CONTROLADAS

FURNAS	5.324.565	(4.631.014)	693.551	(296.892)	396.659	96.218	(128.673)	364.204	5.052.559	(4.077.035)	975.524	(38.201)	937.323	213.664	(311.301)	839.686	18.729.330
CHESF	3.418.213	(2.271.765)	1.146.448	(802.786)	343.662	234.152	(120.464)	457.350	3.298.910	(1.891.001)	1.407.909	(636.941)	770.968	222.708	(247.271)	746.405	18.395.518
ELETROSUL	554.306	(335.535)	218.771	(5.882)	212.889	64.355	(67.789)	209.455	468.394	(310.369)	158.025	(15.532)	142.493	69.274	(45.551)	166.216	2.818.639
ELETRONORTE	4.176.397	(4.042.259)	134.138	(455.936)	(321.798)	(10.230)	(17.054)	(349.082)	3.267.686	(3.186.007)	81.679	(368.240)	(286.561)	(37.130)	-	(323.691)	19.563.706
MANAUS	940.781	(1.150.205)	(209.424)	(37.919)	(247.343)	(2.165)	-	(249.508)	734.603	(733.130)	1.473	(26.125)	(4.755)	(4.755)	-	(29.407)	2.267.950
BOA VISTA	94.091	(110.460)	(16.369)	5.581	(10.788)	1	(10.787)	(10.787)	84.694	(108.820)	(24.126)	5.872	(18.254)	(327)	(13.581)	186.058	
ELETRONUCLEAR	1.204.488	(922.604)	281.884	(251.520)	30.364	(506)	(1.811)	28.047	1.046.167	(850.717)	195.450	(3.679)	191.771	(1.118)	-	190.653	7.539.751
CGTEE	321.111	(13.746)	439.051	52.082	52.082	10.469	711.357	773.908	336.204	13.003	421.940	771.147	44.799	14.853	711.495	179.910	
LIGHTPAR	93.934	(93.650)	51	187.635	85.323	1	102.311	187.635	86.211	1	93.698	179.910	82.534	1	97.375	179.910	
ITAIPU	1.373.819	(428.703)	43.938.816	45.741.338	2.640.411	42.887.128	213.800	45.741.339	1.520.860	518.816	47.126.905	49.166.581	2.759.793	46.172.718	234.070	49.166.581	

João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 057991/O-S-DF



Siglas Utilizadas

ANEXO VIII

ALBRÁS	Alumínio Brasileiro S.A.
AES BANDEIRANTE	AES Bandeirante Empreendimentos Ltda.
AES ELETROPAULO	AES Eletropaulo Metropolitana de Eletricidade de São Paulo S.A.
AES SUL	AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.
AES TIETÊ	AES Tietê S.A.
AMPLA	Ampla Energia e Serviços S.A.
ANDE	Administración Nacional de Electricidad
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ARTEMIS	Artemis Transmisora de Energia S.A.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A.
CAIUÁ	Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.
CAJA	Caja Paraguaya de Judicaciones y Pensiones del Personal de Itaipu Binacional
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDSA	Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
CEAL	Companhia Energética de Alagoas
CEAM	Companhia Energética do Amazonas
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEB Lajeado	CEB Lajeado S.A.
CEEE - D	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica
CEEE - GT	Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
CELG	Centrais Elétricas de Goiás S.A.
CELPA	Centrais Elétricas do Pará S.A.
CELPE	Companhia Energética de Pernambuco
CELTINS	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CEMAT	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.
CENTRO-OESTE DE MINAS	Companhia de Transmissão Centro-Oeste de Minas
CEPISA	Companhia Energética do Piauí
CERON	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
CESP	Companhia Energética de São Paulo
COELBA	Companhia de Eletricidade da Bahia
COELCE	Companhia Energética do Ceará
CJGE	Companhia Jaguariúna de Geração de Energia
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CTEEP	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
DUKE	Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.
EATE	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
EBE	Empresa Bandeirante de Energia S.A.
EDP Lajeado	EDP - Lajeado Energia S.A.
ELEJOR	Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.
ELEKTRO	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

ELOS	Fundação ELETROSUL de Previdência e Assistência Social
ELETROS	Fundação ELETROBRÁS de Seguridade Social
ELETROACRE	Companhia de Eletricidade do Acre
ELETROCEEE	Fundação CEEE de Seguridade Social
ELETRONET	Eletronet S.A.
EMAE	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
ENERPEIXE	Enerpeixe S.A.
ENERSUL	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
ETEP	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
ETAU	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
ESCELSA	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.
FACHESF	Fundação CHESF de Assistência e Seguridade Social
FGP	Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas
FIBRA	Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
GRALHA AZUL	Gralha Azul Transmissora de Energia S.A.
GUASCOR	Guascor do Brasil Ltda.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
INB	Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
INVESTCO	Investco S.A.
ITIQUIRA	Itiquira Energética S.A.
LIGHT	Light Serviços de Eletricidade S.A.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica
NUCLEOS	Nucleos Instituto de Seguridade Social
NUCLEP	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
PAULISTA LAJEADO	Paulista Lajeado Energia S.A.
PIRATININGA	Companhia Piratininga de Força e Luz
PREVINORTE	Previnorte - Fundação de Previdência Complementar
REAL GRANDEZA	Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social
REDE LAJEADO	Rede Lajeado Energia S.A.
RGE	Rio Grande Energia Elétrica S.A.
RS ENERGIA	Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul
SC ENERGIA	Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A.
STN	Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
TANGARÁ	Tangará Energia S.A.
TRACTBEL	Tractbel Energia S.A.
TRANSIRAPÉ	Companhia Transirapé de Transmissão
TRANSLESTE	Companhia Transleste de Transmissão
TRANSUDESTE	Companhia Transudeste de Transmissão
UIRAPURU	Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

DIRETORIA EXECUTIVA

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente, em exercício.

Luiz Augusto P. de Andrade Figueira
Diretor Financeiro – Interino e de Relações com Investidores- Interino

João Ruy Castelo Branco de Castro
Diretor de Projetos Especiais e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Engenharia

Aracilba Alves da Rocha
Diretora de Administração

João Vicente Amato Torres
Contador
CRC-RJ-057.991/O-S-DF
Chefe do Departamento de Contabilidade

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Silas Rondeau Cavalcante Silva
Presidente

Paulo Bernardo Silva
Conselheiro

Ronaldo Schuck
Conselheiro

Miriam Aparecida Belchior
Conselheiro

Jorge Khalil Miski
Conselheiro

Luiz Mariano de Campos
Conselheiro

Nelson José Hubner Moreira
Conselheiro

Wagner Bittencourt de Oliveira
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Edison Freitas de Oliveira
Presidente

Francisco Ivaldo Andrade Frota
Conselheiro

Hailton Madureira de Almeida
Conselheiro

Adolpho Gonçalves Nogueira
Conselheiro

José Gelázio da Rocha
Conselheiro



BDO Trevisan



BDO Trevisan Auditores Independentes
Rua 7 de Setembro, 71
15º e 21º andares - Centro
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
20050-005
Tel.: +55 (21) 2509-9627
Fax.: +55 (21) 2221-1395
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. -ELETROBRÁS - controladora e consolidado, levantado em 31 de dezembro de 2006 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Conforme mencionado na nota 20, em 31 de dezembro de 2006 os investimentos em determinadas empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações contábeis examinadas por outros auditores independentes e, no nosso relatório, no que se refere aos valores desses investimentos e da receita de equivalência patrimonial por eles produzida, nos montantes de R\$ 21.719.900 mil e R\$ 332.207 mil, respectivamente, está baseado exclusivamente nos relatórios desses auditores.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres emitidos por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás em 31 de dezembro de 2006, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 As demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado e da segmentação de negócios, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, representam informações complementares às demonstrações contábeis, não sendo requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações contábeis e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

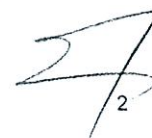


BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

- 5 Conforme mencionado na nota 33, a Companhia mantém registrado no passivo não circulante o montante de R\$ 1.328.544 mil correspondente a provisão para contingências cíveis relacionadas à reclamação, por parte de determinadas pessoas jurídicas, do direito de receber a correção monetária plena sobre os valores de Empréstimo Compulsório arrecadado em favor da Eletrobrás. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, que revelam incerteza sobre a probabilidade de perda dos correspondentes processos judiciais (em 2003 a probabilidade de perda foi classificada como possibilidade de insucesso na defesa das ações judiciais em curso), e no princípio da prudência, à luz da verificação de decisões desfavoráveis em 1ª instância e na inexistência de julgamento nos tribunais superiores, a Administração da Companhia manteve registrada a provisão para contingências, substancialmente constituída em exercícios anteriores, correspondentes a 50% do valor mensurado como incontroverso como forma de fazer face a eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis. Dada a controvérsia do assunto, não é possível nas circunstâncias atuais concluir sobre o desfecho da lide, bem como os eventuais impactos sobre as demonstrações contábeis.
- 6 A Companhia visando a certificação junto a U.S. – Security and Exchange Commission - SEC, vem trabalhando no processo de melhorias de seus controles internos e de sua governança corporativa, para aderência à Lei Sarbanes Oxley (seção 404) e conseqüente redução da possibilidade de riscos e fraudes em seus negócios, em todos os níveis.
- 7 As demonstrações contábeis de FURNAS - Centrais Elétricas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer datado de 16 de março de 2007, contendo ênfases referentes aos seguintes fatos: a) contas a receber que a Companhia possui no montante de R\$ 293.560 mil correspondente a transações de venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (antigo MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ainda sob o efeito de liminares judiciais movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento. A Companhia vem mantendo negociações com algumas dessas empresas objetivando promover a liquidação financeira por via negociada e conseqüentemente desistência das ações legais correlatas. A realização desse ativo está sujeita ao desfecho das negociações ora em andamento e decisões judiciais referentes às ações legais que remanescerem, decorrentes da interpretação das regras do mercado em vigor para aquele período; e b) a Companhia possui contratos de compra de energia gerada por terceiros, inclusive por partes relacionadas, cujos preços de aquisição têm sofrido majorações superiores àquelas dos preços obtidos pela Companhia nos leilões de energia, nos quais obteve-se margem adequada para o equilíbrio financeiro das transações, uma vez que incluíram energia própria, esta gerada a custos mais reduzidos. Essa situação tem causado uma redução da margem operacional, estando a administração fazendo gestões junto à sua controladora e às autoridades reguladoras no sentido de eliminar os impactos causados por esse desequilíbrio. No momento, não é possível prever se o resultado desses esforços propiciará à Companhia o retorno às margens operacionais normalmente obtidas em suas operações.



2



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

- 8 As demonstrações contábeis da ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 14 de fevereiro de 2007, contendo ênfase referente à revisão tarifária periódica, aplicado sobre a tarifa a partir de 01 de julho de 2005 e que está em processo de validação e homologação definitiva pela ANEEL, sendo que as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 não contemplam eventuais ajustes que poderão resultar do reposicionamento tarifário definitivo.
- 9 As demonstrações contábeis da Eletrobrás Termonuclear S.A. ELETRONUCLEAR, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 09 de fevereiro de 2007, contendo ênfase referente ao fato que a administração da Companhia tem realizado gestões com órgãos governamentais para que o projeto Angra 3 seja incluído em seu programa de investimentos nos próximos exercícios, o que permitiria um incremento nas operações e a recuperação dos recursos já empregados os quais estão apresentados como imobilizado em curso. Nas circunstâncias atuais não é possível prever qualquer conclusão sobre a mencionada situação.
- 10 As demonstrações contábeis da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram por nós examinadas e emitimos parecer sem ressalvas, datado de 09 de março de 2007, contendo ênfases referentes aos seguintes fatos: a) as demonstrações contábeis da subsidiária Manaus Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, continha ênfase referente a insuficiência de capital de giro e prejuízos operacionais acumulados nos últimos exercícios, dependendo de aportes de recursos por parte de seu acionista controlador para garantir a continuidade normal de suas operações; b) as demonstrações contábeis da subsidiária Boa Vista Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 continha ênfase relacionada a insuficiência de capital de giro e prejuízos operacionais acumulados nos últimos exercícios, dependendo de aportes de recursos por parte de seu acionista controlador para garantir a continuidade normal de suas operações; c) a Eletronorte é patrocinadora, juntamente com suas subsidiárias integrais, Manaus Energia S.A. e Boa Vista Energia S.A., da Entidade de Previdência Privada denominada "Previnorte – Fundação de Previdência Complementar". As reservas matemáticas/atuariais foram preparadas, pelo atuário independente da Fundação, com base na tábua biométrica AT-49, desagravada em 2 (dois) anos para projeção da longevidade dos participantes e assistidos. A Previnorte está promovendo, gradativamente, a implementação da tábua AT-83, conforme requerida pela Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, cujo prazo final para adoção dessa tábua se encerra em 31 de dezembro de 2008. Dessa forma, em virtude do atual estágio desse processo, bem como da data limite para adoção da referida tábua, eventuais ajustes futuros poderão vir a ser reconhecidos nas demonstrações contábeis futuras, decorrentes da aplicação da NPC nº 26 do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

- 11 As demonstrações contábeis da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica CEEE-D, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 26 de fevereiro de 2007, contendo ênfases referentes aos seguintes assuntos: a) em 2 de março de 2005, a Secretaria da Fazenda Estadual, através do Ofício nº 172/05 - GSF, comunicou que apesar de o grupo de trabalho constituído ainda não ter concluído o trabalho de conciliação das contas de energia elétrica, que compõem parte do parcelamento de débitos de energia no montante de R\$ 49.885 mil, o mesmo já informou a existência de divergências, sendo prudente aguardar a conclusão dos trabalhos para qualquer manifestação; e b) a Empresa tem registrado no ativo realizável a longo prazo valores a receber no montante de R\$ 15.889 mil, referentes ao reembolso a receber da Revisão Tarifária Extraordinária e R\$ 13.207 mil, referentes a Encargos de Serviço do Sistema (ESS), e no passivo exigível a longo prazo valores a pagar no montante de R\$ 40.607 mil, relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE) ocorridas em exercícios anteriores. A Empresa, ao longo do ano 2002 e durante o primeiro semestre de 2003, ajustou os montantes referentes às transações de energia realizadas no âmbito da CCEE, registrados no período de 1º de setembro de 2000 a 31 de dezembro de 2002. Esses montantes totalizaram R\$ 19.747 mil (vendas) e R\$ 60.354 mil (compras), remanescendo o passivo em aberto mencionado acima. Esses valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e podem estar sujeitos à modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos pela Empresa e por outras empresas do setor, relativos, em uma maioria, à interpretação das regras do mercado em vigor para aquele período.
- 12 As demonstrações contábeis da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE - GT, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 26 de fevereiro de 2007, contendo ênfase referente ao fato de que empresa registrou no ativo realizável a longo prazo valores a receber no montante de R\$ 52.108 mil, referentes ao reembolso a receber da Revisão Tarifária Extraordinária, e no passivo exigível a longo prazo valores a pagar no montante de R\$ 73.058 mil, relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE) ocorridas em exercícios anteriores. A Empresa, ao longo do ano de 2002 e durante o primeiro semestre de 2003, ajustou os montantes referentes às transações de energia realizadas no âmbito da CCEE, registrados no período de 1º de setembro de 2000 a 31 de dezembro de 2002. Esses montantes totalizaram R\$ 42.076 mil (vendas) e R\$ 128.399 mil (compras), tendo sido liquidado até 31 de dezembro de 2006 o montante líquido de R\$ 19.416 mil (valor recebido), remanescendo o passivo em aberto mencionado acima. Esses valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e podem estar sujeitos à modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos pela Empresa e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras do mercado em vigor para aquele período.



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

- 13 As demonstrações contábeis da Centrais Elétricas de Rondônia S.A., - CERON, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 27 de fevereiro de 2007, contendo ênfase referente ao fato de as demonstrações contábeis terem sido preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da companhia, no entanto a mesma vem sofrendo prejuízos ao longo dos anos, sendo que para o desenvolvimento e continuidade de suas operações a companhia vem implementando medidas, visando à viabilidade econômico-financeira do empreendimento.
- 14 As demonstrações contábeis da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 1º de fevereiro de 2007, contendo ênfases referentes a: a) ao fato que, de acordo com a decisão da 49ª. Vara do Trabalho de São Paulo, a partir de setembro de 2005, a Fundação CESP passou a processar a folha de pagamento de beneficiários do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58, mediante recursos repassados pela Companhia, da forma realizada até dezembro de 2003. Em janeiro de 2006, a Procuradoria Geral do Estado passou a entender que a responsabilidade do Governo do Estado se restringe aos limites estaduais constitucionais determinados para pagamento dos benefícios de aposentadoria. Desde então, o Governo do Estado passou a glosar parte dos recursos repassados à Companhia. A Administração da Companhia, amparada por seus assessores legais, entende que a responsabilidade pelos pagamentos dos benefícios relacionada ao assunto em questão é de responsabilidade do Governo do Estado. Como consequência, nenhuma obrigação em relação a esse plano foi registrada; e b) a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou, de forma provisória, reajustes da Receita Anual Permitida – RAP com base nas variações do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M para os ciclos tarifários de julho de 2005 a junho de 2006 e de julho de 2006 a junho de 2007. O processo de revisão periódica continua em andamento e sua conclusão está prevista para julho de 2007. Portanto, os possíveis impactos deverão ser aplicados retroativamente a 1º de julho de 2005.
- 15 As demonstrações contábeis da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 09 de março de 2007, contendo ênfase referente ao fato de a empresa estar avaliando os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo novo modelo setorial e as recentes experiências com os leilões de energia. A avaliação da administração da empresa é de que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente, além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas, para permitir rentabilidade a suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta em R\$ 811.913 mil em 31 de dezembro de 2006. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis a empresas em regime normal de operações e não incluem quaisquer ajustes em relação a essas incertezas.

57



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS

- 16 As demonstrações contábeis da Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 14 de março de 2007, contendo ênfase referente ao fato de que as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da companhia. Contudo, apesar dos lucros apurados nos dois últimos exercícios, essa vem mantendo prejuízos acumulados ao longo dos anos, suportado pelo acionista controlador, mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital. Assim, para desenvolvimento e continuidade das operações, a Companhia vem implementando medidas visando à viabilidade econômico-financeira do empreendimento.
- 17 As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, cujos valores estão sendo apresentados para fins comparativos, foram examinadas por nós e emitimos parecer datado de 17 de março de 2006, sem ressalvas, contendo ênfases semelhantes às descritas nos parágrafos 4, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14 e 15, além das descritas a seguir:
- a) As demonstrações contábeis de Furnas - Centrais Elétricas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, foram revisadas por outros auditores, que emitiram parecer datado de 17 de fevereiro de 2006, contendo ênfase referente à necessidade de destinação das reservas de lucros (artigos 196 e 199 da Lei 6.404/76), que em 31 de dezembro de 2005 encontram-se superiores ao capital social;
 - b) As demonstrações contábeis da Eletrobrás Termonuclear S.A. ELETRONUCLEAR, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer datado de 17 de fevereiro de 2006, contendo ênfase relacionada ao fato de a companhia, após ter apresentado prejuízos constantes nos exercícios anteriores, apurou no exercício em curso um lucro líquido de R\$ 190.653 mil, decorrentes principalmente da variação cambial positiva sobre empréstimos em moeda estrangeira. O Decreto nº 5.287, de 26 de novembro de 2004 e a Portaria nº 320 do Ministério de Minas e Energia – MME, de 03 de Dezembro de 2004, regulamentaram a comercialização de energia produzida pela Companhia, tendo estabelecido critérios de formação e de reversão anual da tarifa pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A administração da companhia entende que esses instrumentos legais propiciam as condições necessárias para o alcance do equilíbrio econômico-financeiro, de forma a permitir a formação de recursos para possibilitar a obtenção de lucratividade; e



BDO

BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

- c) As demonstrações contábeis da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 2 de março de 2006, contendo ênfase referente ao fato de a companhia ser parte em diversas ações cíveis, trabalhistas e tributárias, cujo valor global importa em aproximadamente R\$ 466 milhões. Face às incertezas em relação às exigibilidades e Autos de Infração e, considerando o estágio atual dos recursos apresentados, suportados, ainda, por Parecer de seus Assessores Jurídicos, a Administração da Companhia optou por constituir provisão no montante de R\$ 30,5 milhões.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2007.

Luiz Carlos de Carvalho
Sócio-contador
CRC 1SP197193/O-6 "S" RJ
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC2SP013439/O-5 "S" RJ



PARECER DO CONSELHO FISCAL


O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, compostas do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, além das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Parecer da Auditoria Independente, bem como inteirou-se da proposta relativa à destinação do resultado do exercício.

Considerando o seu trabalho de acompanhamento da Empresa, desenvolvido ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pelo Departamento de Contabilidade – DFC e com respaldo no Parecer da Auditoria Independente BDO Trevisan Auditores Independentes, que declara que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS em 31 de dezembro de 2006, entende o Conselho que os documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

É de parecer, ainda, que a proposta da Administração da ELETROBRÁS, relativamente à destinação do resultado do exercício de 2006 está amparada pelas disposições legais e societárias vigentes.

Brasília (DF), 29 de março de 2007.


ÉDISON FREITAS DE OLIVEIRA
Presidente

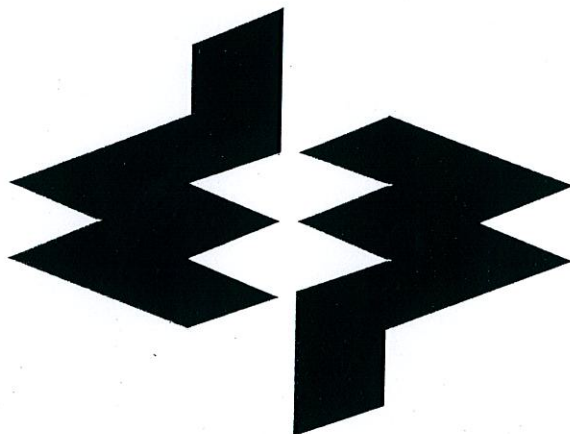

ADOLPHO GONÇALVES NOGUEIRA
Conselheiro


FRANCISCO IVALDO ANDRADE FROTA
Conselheiro


HAILTON MADUREIRA DE ALMEDA
Conselheiro


JOSÉ GELÁZIO DA ROCHA
Conselheiro

**CENTRAIS ELÉTRICAS
BRASILEIRAS S.A.**



Eletrobrás

**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
2006**



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2006**

- 1- INTRODUÇÃO**
 - 1.1 A EMPRESA**
 - 1.2 GRUPO ELETROBRÁS**
 - 1.3 PANORAMA MUNDIAL**
 - 1.4 PANORAMA BRASILEIRO**
 - 1.5 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA**
 - 1.6 EVOLUÇÃO DOS DADOS OPERACIONAIS DAS CONTROLADAS**
 - 1.7 ATIVIDADES INTERNACIONAIS**
 - 1.8 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

- 2- ANÁLISE EMPRESARIAL E FINANCEIRA**
 - 2.1 DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO**
 - 2.2 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES FINANCEIROS**
 - 2.3 RESULTADO PRIMÁRIO**
 - 2.4 ANÁLISE DO RISCO EMPRESARIAL**
 - 2.5 DÉBITOS VENCIDOS – RENEGOCIAÇÃO**
 - 2.6 EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO**

- 3- RELAÇÕES COM INVESTIDORES E O MERCADO FINANCEIRO**
 - 3.1 RATING**
 - 3.2 BASE ACIONÁRIA**
 - 3.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA**
 - 3.4. ANÁLISE DAS AÇÕES DA ELETROBRÁS E DO IBOVESPA**
 - 3.5 PROGRAMAS DE ADR**
 - 3.6 LATIBEX**
 - 3.7 CARTEIRA DE AÇÕES DA ELETROBRÁS**
 - 3.8 CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO MERCADO INTERNACIONAL**
 - 3.9 AUDITORES INDEPENDENTES**

- 4- COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA**
 - 4.1 ITAIPU**
 - 4.2 PROINFA**
 - 4.3 INTERLIGAÇÕES FRONTEIRIÇAS**

- 5- INVESTIMENTOS**
 - 5.1 EMPRESAS E PROJETOS**
 - 5.2 GERAÇÃO**
 - 5.3 TRANSMISSÃO**
 - 5.4 SISTEMAS ISOLADOS**
 - 5.5 ANÁLISES TÉCNICAS E COMERCIAIS**
 - 5.6 EXPANSÃO DA OFERTA DE ENERGIA ELÉTRICA DO GRUPO**
 - 5.7 NOVOS EMPREENDIMENTOS E PARCERIAS**
 - 5.8 RECURSOS ORDINÁRIOS**

- 6- ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO CEPEL**

7- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL

8- FUNDOS SETORIAIS

- 8.1 RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO (RGR)
- 8.2 CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE
- 8.3 CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS - CCC
- 8.4 LUZ PARA TODOS
- 8.5 RELUZ
- 8.6 PROCEL

9- GESTÃO EMPRESARIAL

- 9.1 COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL
- 9.2 RECURSOS HUMANOS
- 9.3 AÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 9.4 AUDITORIA
- 9.5 OUVIDORIA

10- RESPONSABILIDADE SOCIAL

- 10.1 COORDENADORIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
- 10.2 MEIO AMBIENTE
- 10.3 PATROCÍNIOS CULTURAIS E ESPORTIVOS
- 10.4 COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA DA ELETROBRÁS - CEE

11- AS EMPRESAS FEDERAIS DE DISTRIBUIÇÃO

12- INFORMAÇÕES DE CARÁTER SOCIAL E AMBIENTAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2006

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), relativo ao ano de 2006, destacando as principais ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano.

1. INTRODUÇÃO

1.1 A EMPRESA

A Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás é uma empresa de economia mista e de capital aberto, com ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (Bovespa), Latibex, na Espanha, e nos Estados Unidos (por meio dos programas de ADR nível1). O Governo Federal, por ter 53,99% das ações ordinárias, detém o controle da empresa.

Criada em 1962 para promover estudos e projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações, destinadas ao suprimento de energia elétrica do país, a Eletrobrás adquiriu características de holding, controlando empresas de geração e transmissão de energia elétrica. São elas: CHESF, Furnas, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul e CGTEE. A companhia é controladora, também, da Light Participações S.A. - Lightpar e, em regime de controle conjunto, da Itaipu Binacional, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai. A atuação na distribuição de energia se dá por intermédio das empresas federais de distribuição Eletroacre (Acre), CEAL (Alagoas), CEAM (Amazonas), CEPISA (Piauí) e CERON (Rondônia), assim como pela Manaus Energia e Boa Vista Energia (controladas pela Eletronorte).

Presentes em todo o Brasil, as empresas do grupo Eletrobrás têm capacidade instalada para produção de 37.858 MW, significa 39% do País e é constituída por 29 usinas hidrelétricas, 15 termelétricas e duas nucleares. São 57.261 km de linhas de transmissão, com tensão acima de 230 KV, representando mais de 56 % do total nacional.

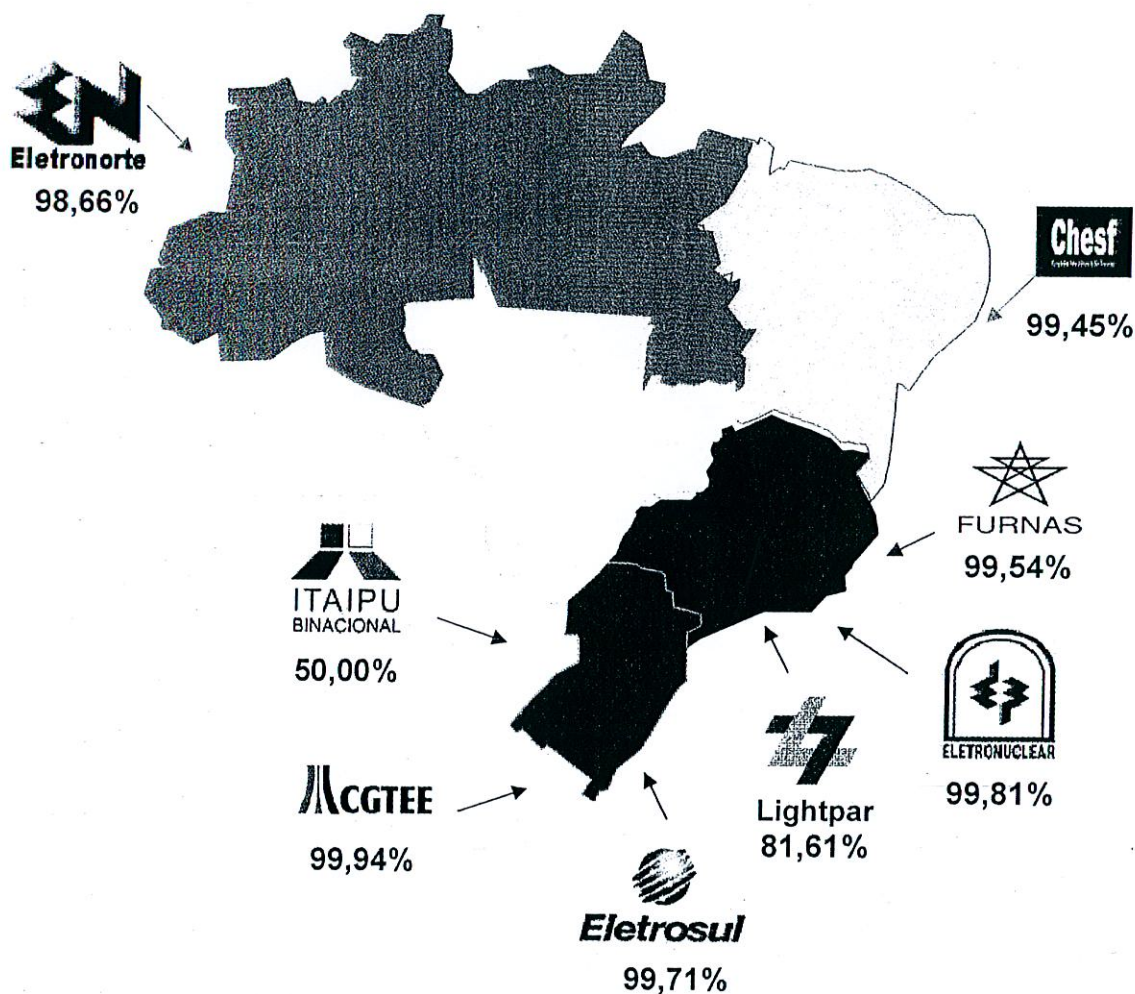
A Eletrobrás é responsável pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, pela Utilização de Bem Público - UBP, e pela Conta de Consumo de Combustível - CCC, que financiam os programas do Governo Federal de Universalização de Acesso à Energia Elétrica - Luz Para Todos, o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, os combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica e o carvão mineral de origem nacional consumido pelas usinas do sul do país..

O grupo Eletrobrás atua de forma integrada. As políticas e diretrizes adotadas são definidas pelo Conselho de Administração da Eletrobrás e operacionalizadas pelo

Conselho Superior da Eletrobrás (CONSISE), formado pelos presidentes da holding e das empresas controladas, que se reúne regularmente.

1.2 GRUPO ELETROBRÁS

Area de atuação e participação total da Eletrobrás no capital das empresas controladas
 – Dezembro/2006



1.3 PANORAMA MUNDIAL

A economia mundial apresentou crescimento econômico de 3,8% em 2006. As principais economias do mundo cresceram em ritmo moderado. O Produto Interno Bruto (PIB) americano cresceu 3,2%, o europeu 2,5%, assim como o japonês. No bloco do euro, destaque para Alemanha que cresceu 2,5 %, melhor resultado dos últimos seis anos. A alta do PIB foi puxada pela elevação do consumo interno, pela expansão das exportações e pelo crescimento dos investimentos privados.

Em relação aos EUA, os déficits fiscal e comercial continuam ameaçando a maior economia do mundo. As pressões inflacionárias fizeram com que o Banco Central Americano (FED) adotasse uma política de elevação gradual da taxa de juros. A guerra do Iraque continua pressionando as contas públicas, haja vista que não houve elevação de impostos, e consumiu recursos da ordem de US\$ 100 bilhões nesse ano, prevendo-se, para 2007, um aumento de 70% em gastos militares.

Em seu conjunto, os países em desenvolvimento cresceram 6,5%. Mais uma vez, as economias asiáticas da China e da Índia apresentaram crescimento econômico acima da média, 10,7% e 8%, respectivamente, prosseguindo sua trajetória de crescimento acelerado verificado nos últimos anos. A força da economia chinesa pode ser observada analisando alguns indicadores macroeconômicos. A previsão dos analistas é de que o comércio exterior chinês tenha apresentado um volume de US\$ 1,75 trilhão, 24% superior ao registrado em 2005 e que, brevemente, superará os EUA em valor exportado - fato ocorrido no segundo semestre de 2006. A China já é o segundo maior consumidor de petróleo do mundo (perdendo apenas para os EUA) e o terceiro maior importador, ficando atrás apenas dos EUA e do Japão. Em 2006, apresentou Investimento Direto Estrangeiro (IDE) de US\$ 63 bilhões, elevação de 5% em relação ao ano anterior.

Os preços do petróleo, que atingiram níveis históricos em 2006 devido à elevada demanda, continuam a ser um risco para o crescimento econômico mundial, pois pressionam os índices de inflação. Entretanto, apresentaram leve recuo nos meses de novembro e dezembro de 2006. Tal fato, segundo analistas, deveu-se à basicamente três fatores: arrefecimento do movimento especulativo; inverno menos rigoroso no hemisfério norte e adoção de medidas pelos Estados Unidos, visando à redução do consumo de combustíveis derivados do petróleo.

De acordo com o relatório "Situação e Perspectivas para a Economia Mundial 2007", o grande responsável pela desaceleração da expansão global serão os Estados Unidos. Para o ano de 2007, prevê-se um crescimento da economia mundial mais branda, em torno de 3,2%. O PIB americano aponta o documento, crescerá a um ritmo de 2,2%, contra os 3,2% do ano passado, devido ao enfraquecimento do mercado imobiliário. Para a Europa, as previsões também são de desaceleração, de 2,5% para 2,2%. Já o ritmo de expansão do Japão, segunda maior economia do mundo, diminuirá de 2,5% para 1,7%. Os países em desenvolvimento, que em conjunto tiveram um crescimento de 6,5% em 2006, continuarão a crescer com força, embora menor, de 5,9%.

América Latina

Em anos recentes, a América Latina passou por um processo de mudanças. O ano de 2006 foi marcado por eleições presidenciais no Brasil, Chile, Equador, Nicarágua e Venezuela.

As políticas macroeconômicas adotadas nos países da América Latina privilegiaram o combate à inflação, o crescimento econômico e a distribuição de renda, sendo consideradas pelos analistas como políticas macroeconômicas responsáveis.

Devido aos altos preços das matérias-primas no mercado mundial, os países da Região vêm alcançando um crescimento econômico acelerado desde 2003. Para 2007, as previsões são de um crescimento de 4%. Para a América Latina e o Caribe, 2006 foi, mais uma vez, um bom ano em matéria de crescimento econômico. O PIB da Região cresceu em torno dos 5,3%. Trata-se do quarto ano

11

consecutivo de aumento, o terceiro acima dos 4% após ter crescido, entre 1980 e 2002, a uma taxa média anual de apenas 2,2%.

Segundo relatório divulgado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o cenário internacional favorável permitiu que a região, em seu conjunto, tivesse um aumento de 8,4% no volume de exportações, ao que se somou uma melhora nos preços dos principais produtos de exportação, representando uma alta de mais de 7% em termos de intercâmbio comparados ao ano anterior. O valor das exportações e das importações de bens na região aumentou em 21% e 20%, respectivamente, contribuindo para um superávit do Balanço de Pagamentos da ordem de 1,8% do PIB, frente aos 1,5% alcançados em 2005. Outro ponto digno de nota refere-se à significativa redução da vulnerabilidade externa (leia-se crises cambiais) frente a eventuais choques externos, resultado da adoção de câmbios flutuantes em vários países, concomitantemente à redução da dívida externa e com um aumento das reservas internacionais.

A maioria dos países registrou uma queda na inflação, que baixou de 6,1% (média ponderada) em 2005 para 4,8% em 2006. As remessas vindas do exterior e as divisas oriundas das exportações ocasionaram uma valorização de 3,5%, em média, das moedas nacionais.

Pode-se citar como os destaques do ano a Argentina e a Venezuela em termos de crescimento econômico, apesar de ter sido inferior ao registrado em 2005. O primeiro atingiu a marca dos 8%, contra os 9,2% de 2005, e o segundo 7,5% frente aos 9,3% do ano anterior.

1.4 PANORAMA BRASILEIRO

O crescimento econômico brasileiro no ano de 2006 girou em torno de 2,9% A adoção do regime de metas de inflação, de superávit primário, de câmbio flutuante e de juros reais elevados constituiu a essência da política macroeconômica brasileira. A balança comercial brasileira fechou o ano com superávit recorde de US\$ 46,077 bilhões, 3% acima do superávit de 2005, mesmo havendo valorização do real frente ao dólar. As exportações alcançaram US\$ 137,5 bilhões, aumento de 17,5% em relação a 2005. Importante ressaltar o baixo crescimento do volume exportado: 3%, ante os 9% de 2005 e os 16% de 2004. O crescimento foi liderado, principalmente, pelo aumento do volume de vendas de petróleo e derivados (44,4% em relação a 2005) e açúcar e álcool (67,2%). O setor de material de transporte, que inclui aviões e automóveis, consolidou-se como o principal setor exportador do país com US\$ 20,4 bilhões, quase 15% do total das vendas externas em 2006. Alguns setores, que perderam competitividade por conta da desvalorização do dólar, tiveram um desempenho ruim em 2006. A indústria têxtil exportou 4,7% a menos do que em 2005, e o setor de calçados ficou praticamente estável, com queda de 0,3%. Já as importações fecharam o ano em US\$ 91,394 bilhões, 16% maior que 2005 e foi impulsionada pelo crescimento da economia e a valorização do real frente ao dólar.

As reservas internacionais cresceram US\$ 32 bilhões em 2006 e terminaram o ano em US\$ 85,8 bilhões, maior valor dos últimos 50 anos. Esse aumento foi provocado pelas compras feitas pelo BC no valor de aproximadamente US\$ 32 bilhões. O valor das reservas em 2006 ficou acima da dívida externa do setor

público não financeiro que, em novembro, era de US\$ 75,7 bilhões. No final de 2005, essa dívida estava em US\$ 87,5 bilhões. O endividamento caiu devido ao programa de recompra de títulos da dívida externa feito pelo Tesouro Nacional em 2006.

O risco Brasil recuou 36,92% no ano, passando dos 306 pontos básicos (fechamento em 2005) para 193 pontos. Os fundamentos positivos da economia brasileira e a forte liquidez mundial pressionaram o indicador. Além dos fatores econômicos, há também um fator técnico que colabora para a queda do risco país: com a alta volatilidade dos títulos americanos, o *spread* entre os papéis tem diminuído, colaborando para a queda do risco Brasil.

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano de 2006 em 3,14%. Esse resultado ficou bem abaixo da meta de 4,5% estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). Havendo, portanto, maior espaço para uma queda da taxa de juros SELIC, visto que essa se constitui na ferramenta utilizada pelo Banco Central no combate a inflação.

O IGPM encerrou o ano com aumento de 3,83% ante os 1,21% de 2005. O referido índice é muito sensível às mudanças cambiais, pois 60% de seu peso são produtos do atacado, muitos dos quais referenciados em dólar.

A política de promoção de superávits primários permaneceu em 2006. A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) no conceito primário situou-se na casa dos -5,01% do PIB, abaixo dos -4,83% observados em 2005. Os juros nominais representaram 8,11 e 7,74%, respectivamente, acarretando em uma redução da NFSP nominal de 3,28% em 2005 para cerca de 2,66% do PIB em 2006¹.

Em relação à dívida líquida total do setor público, observa-se uma tendência de redução. Dos 51,67% em 2004 passa-se a aproximadamente 49,30% do PIB em 2006 (dados preliminares). Com o acréscimo de R\$ 113,84 bilhões à dívida interna ocorrido em 2006 e a redução da dívida total, verifica-se que a dívida externa do Governo diminuiu nos últimos anos. Houve um aumento de aproximadamente 11,62% na dívida pública mobiliária federal interna em 2006, fazendo com que superasse R\$ 1 trilhão pela primeira vez na história.

A estabilização político-econômica do país vem trazendo benefícios para a rolagem da dívida pública. O governo considerou positiva a gestão da dívida em 2006. De fato, observam-se algumas mudanças significativas: o prazo médio ampliou-se de 27,37 em 2005 para 31,06 meses e a parcela atrelada a papéis pré-fixados passou dos 27,86% em 2005 para 36,13% em 2006.

1.5 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

O mercado de fornecimento¹ de energia elétrica em 2006 totalizou 347.371 GWh, representando um crescimento de 3,8% em relação ao ano anterior (Tabela 1). Considerando a evolução do mercado por subsistemas, é importante ressaltar o desempenho do subsistema Sudeste/Centro-Oeste e Norte Interligado, cujas taxas de crescimento foram de 3,9% e 6,8% respectivamente. No que concerne à distribuição espacial do consumo de energia elétrica, o Sudeste/Centro-Oeste representou 59,7% do mercado de fornecimento brasileiro, enquanto as

¹ Mercado de Fornecimento é o volume de energia consumida pela totalidade dos consumidores cativos e livres.

participações dos subsistemas Sul, Nordeste, Norte Interligado e Sistemas Isolados foram de 17%, 14,1%, 7,1% e 2,1%, respectivamente.

Analisando o mercado sob a ótica das classes de consumo, é possível identificar as tipicidades do consumo de energia elétrica de cada um dos subsistemas. Enquanto no Sudeste/Centro-Oeste e Sul a classe comercial foi a que apresentou a maior taxa de crescimento (4,7% e 4,6%, respectivamente), nos Sistemas Isolados e no Norte Interligado, o desempenho da classe industrial foi a de maior destaque (6% e 7,6%, respectivamente). No Nordeste, o maior crescimento foi observado na classe residencial e outras (4,2%) (ver Tabela 2).

Dentre os aspectos que interferiram no comportamento do mercado de energia elétrica em 2006, cabe frisar: o crescimento tímido da produção física industrial, as modestas taxas de crescimento do *quantum* exportado (3,3% no acumulado do ano frente o crescimento de 16,1% do *quantum* importado para o mesmo período), a incorporação de novas unidades consumidoras (2,078 milhões de unidades), o crescimento no volume de vendas do comércio varejista (estimulando a expansão, modernização e abertura de novos negócios), a ocorrência de temperaturas médias menores (em relação a 2005) nas principais regiões do país, dentre outros.

Tabela 1: Mercado de Fornecimento - Brasil 2003-2006 (GWh)

Classe	2003	2004	2005	2006
Residencial	76.162	78.470	82.650	85.848
Industrial	136.221	146.065	149.040	154.398
Comercial	47.531	49.686	52.939	55.311
Outras Classes	47.073	46.551	49.936	51.814
Total	306.987	320.772	334.565	347.371

Fonte: EPE (Boletim Dez/06)

Tabela 2: Taxas de Crescimento - Classes de Consumo e Subsistema 2006/05 (%)

Subsistema	Residencial	Industrial	Comercial	Outros	Total
Sistemas Isolados	1,3	6,0	2,7	3,3	3,2
Norte Interligado	3,8	7,6	4,3	6,6	6,8
Nordeste Interligado	4,2	0,5	3,6	4,2	2,6
Sudeste/C. Oeste	4,3	3,6	4,7	3,7	3,9
Sul	2,7	3,3	4,6	3,2	3,3
Brasil	3,9	3,6	4,5	3,8	3,8

Fonte: EPE (Boletim Dez/06)

1.6 EVOLUÇÃO DOS DADOS OPERACIONAIS DAS CONTROLADAS

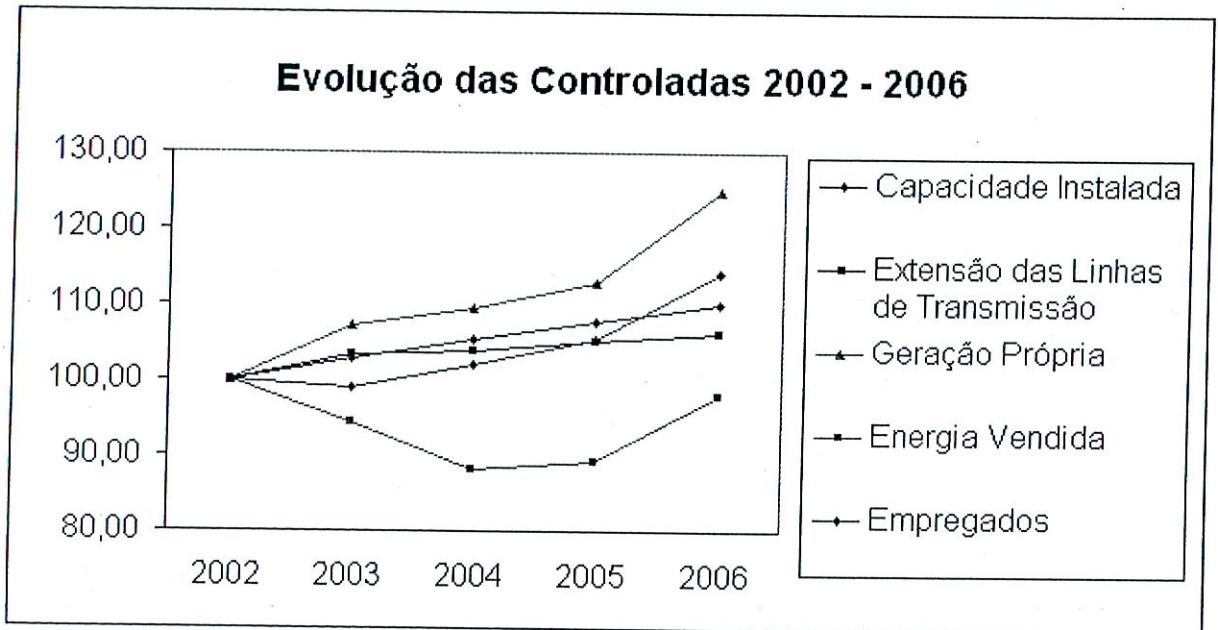
CONSOLIDADO - Grupo Eletrobrás

INFORMAÇÕES GERAIS	2002	2003	2004	2005	2006
Capacidade Instalada (MW)*	34.415	35.398	36.282	37.056	37.858
Linhas de Transmissão (km)	53.916	55.733	55.964	56.622	57.261
Geração Própria (GWh)**	193.880	207.842	212.266	218.955	242.056
Energia Vendida (GWh)**	247.875	233.615	218.718	221.087	243.105
Empregados*	21.904	21.685	22.332	23.076	24.998

*Inclui 50% de Itaipu e as subsidiárias da Eletronorte Manaus e Boa Vista Energia.

** Não considera as subsidiárias da Eletronorte, pois, grande parte da energia advém de autoprodutores.

O gráfico a seguir mostra que cresce continuamente a capacidade instalada e a extensão das linhas de transmissão do sistema Eletrobrás. O destaque é o crescimento de 13,5% da energia vendida pelas empresas controladas por meio dos leilões de energias existentes e contratação de grandes consumidores independentes.



1.7 ATIVIDADES INTERNACIONAIS

Em sintonia com a política de ampliar e consolidar sua atuação no setor energético internacional, a Eletrobrás, em apoio ao Ministério de Minas e Energia (MME), participou juntamente com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) de diversas negociações internacionais com países vizinhos (entre eles Argentina, Uruguai e Venezuela) visando à integração regional.

Foram reativadas as negociações com a Argentina com o objetivo de se retomarem os estudos de inventário do trecho do Rio Uruguai na fronteira do Brasil e daquele país.

Ainda visando fomentar a integração energética regional, a empresa, que exerce a Presidência e a gestão da Secretaria Executiva do Comitê Brasileiro (BRACIER) da Comissão de Integração Energética Regional (CIER).

Na busca de novos parceiros internacionais no setor elétrico, a Eletrobrás deu continuidade às negociações com o grupo chinês *China International Trust and Investment Corporation (CITIC)*, visando a transferência de tecnologia e aquisição de equipamentos para a construção da UTE de Candiota II - Fase C, iniciada em dezembro de 2006. Tem mantido, igualmente, entendimentos para acordos de parceria e cooperação com outras empresas nacionais e estrangeiras (européias e asiáticas), para atuação no país e no exterior.

1.8 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em seqüência ao ano anterior, o Planejamento Estratégico Empresarial da ELETROBRÁS incorporou-se, definitivamente, como processo organizacional permanente através da construção de sua Identidade Empresarial e da estruturação dos eixos de negócios e das quatro Macro-Orientações Estratégicas. As atividades desenvolvidas em 2006 representaram um significativo avanço na direção do desdobramento destes princípios norteadores dos novos rumos da empresa, bem como de sua operacionalização.

Em paralelo, o Comitê de Planejamento Estratégico da ELETROBRÁS – COPESE prosseguiu com o seu calendário de reuniões, estando em preparo o relatório com a consolidação de um conjunto de Macro-Orientações Estratégicas corporativas, específicas para as empresas controladas, que deverão oportunamente permear os seus Planejamentos Estratégicos.

A partir da identificação de premissas e diretrizes comuns nas Macro-Orientações Estratégicas da Eletrobrás, relacionadas com os seus grandes processos corporativos, foram definidos dez vetores de mudanças, essenciais para a construção de uma organização competitiva e eficaz na obtenção de suas metas empresariais, responsável social e ambientalmente e comprometida com o desenvolvimento e a qualidade de vida de seus funcionários. São eles: Governança, Investimento, Diversificação, Carteira de Ações, Reestruturação Societária, Internacionalização, Desempenho Empresarial, Gestão Corporativa, Gestão de Pessoas e Imagem da Empresa.

Para o desenvolvimento dos Planos de Ação, foram constituídos 12 Grupos de Trabalho, integrados por cerca de cem representantes de todas as diretorias da Eletrobrás. Ao final de 2006, a maioria dos Grupos de Trabalho havia completado seus Planos de Ação e, em consequência, preparavam Relatórios e propostas de Resolução à Diretoria Executiva envolvendo mudanças em profundidade em cada um dos grandes temas abordados. A partir da aprovação dessas Resoluções (algumas delas, pelo seu alcance, deverão também ser submetidas ao Conselho de Administração), grande parte das medidas propostas retorna às unidades organizacionais com responsabilidade pelo assunto, para detalhamento e operacionalização.

Atendendo a uma recomendação do Planejamento Estratégico, em 2006, foi criado o Comitê de Investimentos da Eletrobrás com objetivo de apoiar a Diretoria Executiva em suas decisões sobre os novos negócios da empresa. Ele atua na prospecção de novas oportunidades de investimentos e estabelece prioridades na alocação dos recursos financeiros.

Ao atingir a etapa de desenvolvimento dos Planos de Ação, o Planejamento Estratégico cumpriu com êxito os seus objetivos para o exercício.

2. ANÁLISE EMPRESARIAL E FINANCEIRA

2.1 DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A ELETROBRÁS encerrou o ano de 2006 com um lucro de R\$ 1.161,3 milhões (2005 – R\$ 974,5 milhões), equivalente a R\$ 2,06 por lote de mil ações (2005 – R\$1,73).

A valorização do Real em relação ao Dólar Norte-Americano, pelo quarto ano consecutivo e o fato de a ELETROBRÁS deter relevante parcela de seus recebíveis indexados à moeda norte-americana criaram um cenário desfavorável para a Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2006. Considerando, contudo, a rentabilidade de sua carteira de ações e de financiamentos e empréstimos, a Companhia obteve um relevante lucro.

Em 2006 a ELETROBRÁS registrou uma perda de R\$1.599,3 milhões (2005 - R\$2.454,0 milhões) relativos aos efeitos da variação cambial. No tocante as variações monetárias, no exercício de 2006 a Companhia verificou um ganho de R\$ 330,6 milhões (2005 - R\$256,8 milhões) e registrou, ainda, uma receita de R\$ 340,0 milhões (2005 - 214,6 milhões) decorrentes de aplicações financeiras.

Em 2006 ampliou-se a carteira de empréstimos concedidos em R\$ 1007,7 milhões para contratos de longo prazo.

Os principais indexadores dos contratos de financiamentos e de repasses mostraram as seguintes variações nos períodos:

	01/01/06 a 31/12/06	01/01/05 a 31/12/05
Variação do IGPM	3,85%	1,20%
Variação do US\$	-8,66%	-11,82%

CONSOLIDADO					
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO 2002, 2003, 2004, 2005 E 2006					
VALORES EXPRESSOS EM R\$ MILHÃO					
Detalhamento	2002	2003	2004	2005	2006
Receita Operacional Líquida - ROL	15.133	15.479	16.732	16.340	18.164
Venda de Energia Elétrica	16.996	18.087	18.617	19.029	21.233
Acréscimo Moratório sobre venda de energia	403	470	326	327	210
(-) Encargos Setoriais + Remuneração ressarcimento	(839)	(1.434)	(1.569)	(1.607)	(2.063)
(-) ICMS, PASEP e COFINS	(1.426)	(1.501)	(495)	(1.352)	(1.216)
Encargo de Capacidade Emergencial	0	(143)	(147)	(57)	0
Despesas com Venda de Energia	(5.488)	(5.520)	(5.583)	(5.595)	(6.229)
Energia Comprada para Revenda	(5.115)	(5.012)	(4.891)	(4.599)	(4.895)
Combustível para produção de energia elétrica	(1.303)	(1.920)	(2.247)	(2.824)	(443)
Subvenções - consumo de combustível (CCC)	1.014	1.628	1.858	2.388	0
Uso da rede elétrica	(84)	(216)	(302)	(560)	(891)
Margem Operacional - MO	9.645	9.959	11.149	10.745	11.935
Participação Societária	(651)	199	183	583	362
Despesas Operacionais - PMSO	(2.842)	(3.405)	(3.784)	(4.564)	(5.183)
Resultado do Serviço antes das Provisões, ...	6.153	6.752	7.547	6.764	7.113
Provisões Operacionais*	(2.410)	(113)	(1.259)	(1.367)	(918)
EBITDA	3.742	6.639	6.288	5.397	6.195

Resultado Financeiro - RF (sem atualizações)	(1.568)	(945)	(66)	47	(340)
Receita de juros, comissões e taxas	926	1.826	1.577	2.176	1.709
Receita de aplicações financeiras**	393	474	459	591	692
Outras receitas (despesas) financeiras	548	596	728	783	132
Encargo de Dívidas	(1.993)	(2.434)	(1.685)	(1.932)	(1.347)
Encargos de parcelamento de tributos	(291)	(81)	0	0	0
Encargo s/ remuneração aos acionistas	(1.152)	(1.326)	(1.146)	(1.571)	(1.527)
RESULTADO CAIXA (sem Provisões)	4.585	5.807	7.481	6.811	6.773
TOTAL CONTÁBIL NÃO ORÇAMENTO+ PROVISÕES	(63)	(4.884)	(4.741)	(5.026)	(4.900)
Depreciação e amortização	(2.455)	(1.858)	(1.912)	(1.957)	(2.007)
Resultado a compensar de Itaipu	(1.266)	783	734	790	391
Atualizações monetárias e cambiais líquidas	6.068	(3.696)	(2.304)	(2.493)	(2.366)
Resultado Operacional (LLO)	4.521	923	2.740	1.785	1.873
Resultado Não Operacional	(778)	390	(23)	(61)	(25)
Resultado antes do IR e Contribuição Social	3.743	1.314	2.717	1.724	1.848
Contribuição Social e Imposto de Renda	(2.609)	(900)	(1.320)	(621)	(563)
Resultado antes das participações	1.135	414	1.397	1.103	1.285
Participação nos lucros	(61)	(95)	(98)	(133)	(138)
Participação Minoritária	26	5	(6)	4	15
Lucro Líquido do Exercício	1.100	323	1.293	975	1.161

2.2 INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES/R\$ milhões	2002	2003	2004	2005	2006
Receita Operacional (RO)	15.133	15.479	16.732	16.340	18.164
Receita Total (Oper+Part+Fin)	18.615	21.652	21.891	23.487	24.338
Margem Operacional (%) (MO/RO)	63,7	64,3	66,6	65,8	65,7
PMSO/MO (%)	-29,5	-34,2	-33,9	-42,5	-43,4
Margem EBTIDA (%) EBTIDA/RT)	20,1	30,7	28,7	23,0	25,5
Margem Líquida (%) (LL/RT)	5,9	1,5	5,9	4,1	4,8
ROE - Rentabilidade do PL (%) (LL/PL)	1,7	0,5	1,9	1,3	1,5
Endividamento - PASSIVO/ATIVO Total (%)	45,0	42,6	41,1	36,9	36,0
Liquidez Corrente - Ativo Circul. Passivo Circulante	1,22	1,30	1,18	1,42	1,52

LPA-Lucro Líquido (Prejuízo) p/lote 1000 ações	2,05	0,60	2,41	1,73	2,06
VPA - Valor Patrimonial p/ação (R\$)	123,81	126,21	130,00	134,07	137,46

CONTROLADAS	EBITDA - R\$ Milhões				
	2002	2003	2004	2005	2006
FURNAS	1.653,2	2.086,1	1.480,9	1.533,0	1.265,8
CHESF	1.656,2	2.094,2	2.319,5	1.964,4	1.721,6
ELETRONORTE	683,4	439,3	266,8	639,6	711,9
ELETRONUCLEAR	80,4	159,5	91,8	395,6	469,9
ELETROSUL	213,9	218,8	246,6	250,6	315,0
CGTEE	49,9	50,5	40,4	35,3	8,4

2.3 RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário (receitas menos despesas, exclusive pagamento de juros) do grupo Eletrobrás, em 2006, registrou superávit de R\$ 2,1 bilhões contra R\$ 2,8 bilhões, realizado em 2005.

A holding Eletrobrás contribuiu para esse resultado com superávit de R\$ 1,6 bilhão:

Anos	Resultado	R\$ Milhões
2002	Déficit	373,2
2003	Superávit	1.211,0
2004	Superávit	1.650,5
2005	Superávit	2.810,8
2006	Superávit	2.137,2

2.4 ANÁLISE DO RISCO EMPRESARIAL

Com a reestruturação da Diretoria Financeira em dezembro de 2006, foi criada a Divisão de Análise de Riscos e de Rentabilidade - DFNR no Departamento de Desenvolvimento de Negócios - DFN. A criação da DFRN marca o início do tratamento sistemático de riscos, atendendo às premissas fundamentais de governança corporativa e, conseqüentemente, de sustentabilidade empresarial. O foco de atuação está voltado para a avaliação, mensuração e tratamento dos riscos estratégicos, financeiros, de mercado e para novos negócios, aos quais a Eletrobrás se encontra exposta em suas atividades operacionais.

2.5. DÉBITOS VENCIDOS – RENEGOCIAÇÃO

No exercício de 2006, as principais negociações realizadas foram com as empresas controladas e federais de distribuição, visando equacionar o quadro de inadimplência apresentado e, desta forma, possibilitar a continuidade do recebimento de empréstimos e financiamentos, as suas participações em leilões de energia e os reajustes tarifários autorizados. Objetivou-se, ainda, a redução das frustrações de receita da Eletrobrás e uma melhor previsibilidade no ingresso destes recebíveis, com reflexos positivos nos seus demonstrativos econômicos e financeiros, tendo sido renegociados R\$ 1.340,80 milhão, conforme quadro a seguir:

EMPRESAS	VALOR REPACTUADO R\$ MILHÕES	RESOLUÇÃO	DELIBERAÇÃO	CONDIÇÕES
CEPISA	45,9	1192/2005	226/2005	Suspensão de principal e incorporação de juros de nov/05 a dez/06
CEAL	55,7	093/2006	037/2006	Suspensão de principal e incorporação de juros de jan/06 a dez/06
CERON	77,9	094/2006	038/2006	Suspensão de principal e incorporação de juros de jan/06 a dez/06
ELETROACRE	4,6	096/2006	039/2006	Suspensão de principal e incorporação de juros de jan/06 a dez/06
CEAM	31,8	227-A/2006	036/2006	Suspensão de principal e incorporação de juros de jan/06 a dez/06
CHESF	205,8	515/2006	066/2006	Suspensão de principal e incorporação de juros do ECF 1197/95 de jan a agosto Suspensão de principal e incorporação de juros do ECF 1761/98-R1 de maio a dez/06.
ELETRONUCLEAR	187,7	628/2006	082/2006	Reestruturação de toda a dívida com prazo limite para os vencimentos: 2013 para ECRs e 2032 para ECFs, com carências diferenciadas.
CELG	731,4	996/2006		alteração dos montantes repactuados em nov/2005, limitando o vencimento contratual ao final da concessão, definição de garantias adicionais, utilização de encontro de contas.
TOTAL	1.340,80			

2.6. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Durante o exercício de 2006, a Eletrobrás, dando continuidade à política de atendimento aos acionistas oriundos da capitalização de créditos do Empréstimo Compulsório, implantou no sistema escritural 7.483.342.589 ações preferenciais da classe "B" e enviou às empresas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, para repasse aos consumidores industriais, juros, à base de 6% a.a., conforme artigo 2º do decreto-lei nº. 1.512/76, no montante de R\$ 55.405.477,39.

3. RELAÇÕES COM INVESTIDORES E O MERCADO FINANCEIRO

3.1 RATING

A classificação de risco dos papéis de dívida da Eletrobrás está relacionada diretamente com a classificação de risco obtida pelo país por ser a União o

acionista majoritário da empresa. Segundo a agência de classificação de risco *Standard & Poors*, o *rating* soberano fechou o ano com nível BB+ para negócios em moeda nacional e BB para moeda estrangeira, sendo alterada, em 22 de novembro, de estável para positiva a perspectiva dos *ratings* de longo prazo do país.

O bônus da Eletrobrás com vencimento para 2015 encerrou o ano com classificação BB. Houve uma significativa redução do *yield* dos papéis de dívida de emissão da empresa a partir do mês de agosto, sendo que em dezembro atingiu o menor nível do ano, 6,71%, significando uma melhora na percepção dos investidores quanto à qualidade do papel, ou seja, uma maior confiança em relação à capacidade da empresa em saldar seus compromissos.

3.2 BASE ACIONÁRIA

Acionistas	Quantidade de Ações 31/12/2006	Quantidade de Ações 31/12/2005
União	261.923.621.935	281.923.621.935
BNDESPAR	66.878.975.753	66.878.975.753
FND	22.810.749.898	22.810.794.898
FGP	20.000.000.000	-----
Outros	193.135.858.339	193.135.858.339
Total	564.749.250.925	564.749.250.925

QUANTIDADE DE ACIONISTAS CADASTRADOS NO SISTEMA ESCRITURAL

Tipo	31/12/2006	31/12/2005	Variação (%)
Ordinária	3.721	2.221	65,54
Preferencial	16.384	13.148	30,08
Total	20.105	15.369	30,08

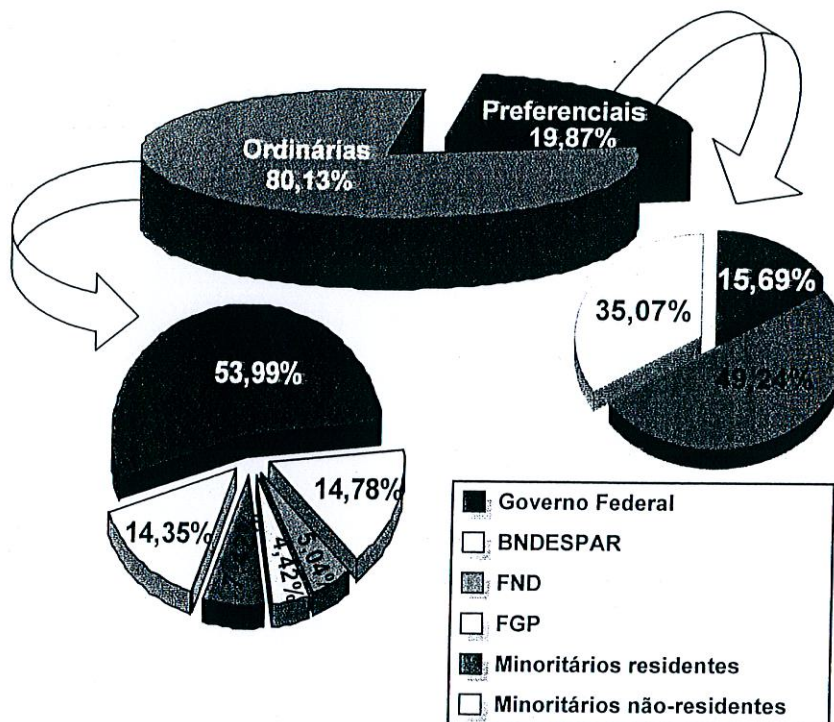
QUANTIDADE DE ACIONISTAS NÃO-RESIDENTES

Tipo	31/12/2006	31/12/2005	Variação (%)
Ordinária	264	197	34,01
Preferencial	257	253	1,58
Total	521	450	15,78

QUANTIDADE DE ACIONISTAS RESIDENTES

Tipo	31/12/2006	31/12/2005	Variação (%)
Ordinária	3.457	2.024	70,8
Preferencial	16127	12.895	25,1
Total	19584	14.919	31,3

ESTRUTURA DE CAPITAL – DEZEMBRO 2006



3.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE): listada no índice em 2005, a Eletrobrás foi excluída em 2006 por não ter alcançado a pontuação mínima exigida no questionário de admissão. Com este objetivo a Eletrobrás já desencadeou alguns passos importantes, como por exemplo: Adesão ao nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa; Adesão ao Pacto Global da ONU; Criação do Comitê de Sustentabilidade da Eletrobrás e de suas controladas; Criação da Ouvidoria e a Participação no Comitê de Gênero do MME.

Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa: A Eletrobrás continua atuando no sentido de aumentar sua transparência. Em 29 de setembro aderiu ao Nível 1 de governança corporativa. Essa adesão é voluntária e a companhia, seus controladores e administradores assumem o compromisso de seguir as regras do regulamento de listagem da Bovespa. Os objetivos principais são a melhoria na prestação de informações ao mercado (maior *disclosure*) e a dispersão acionária.

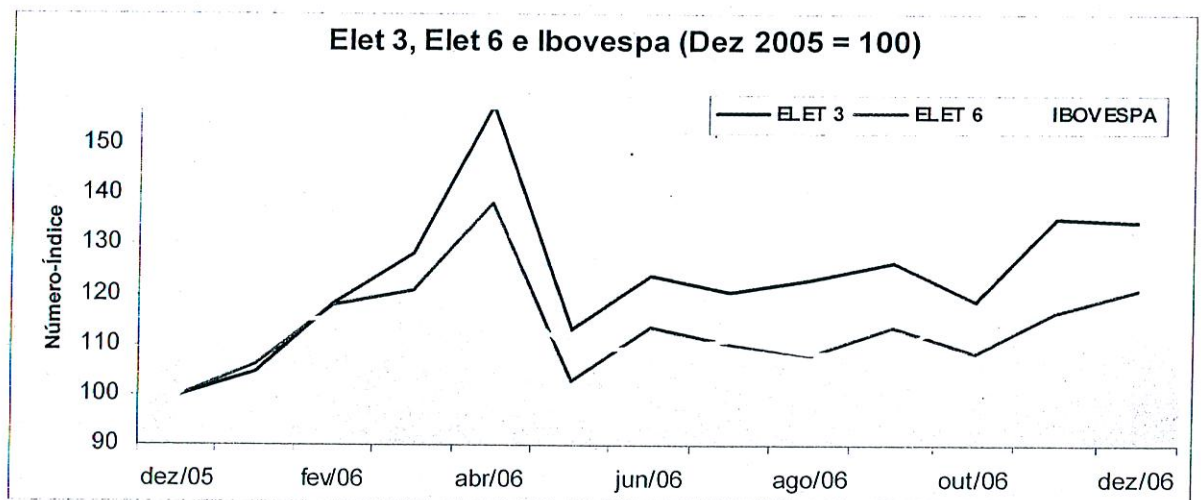
American Depositary Receipts (ADRs) Nível 2: Os ADRs negociadas pela Eletrobrás encontram-se no nível 1 e são negociados no mercado de balcão. O objetivo da Eletrobrás com a transformação dos ADR do nível I para o nível II é a melhoria da liquidez de suas ações com conseqüente reflexo nos preços dos papéis, assim como a melhoria de sua imagem para o investidor, se preparando

para futuras captações. A Eletrobrás está concluindo a adaptação das demonstrações contábeis ao padrão *US-GAAP*, os ajustes da parte atuarial, a realização do formulário 20-F, assim como o mapeamento de controle da Lei *Sarbanes & Oxley (SOX)*. Com isso, suas ações passarão a ser negociadas nos Estados Unidos.

Novo Regimento Interno do Conselho Fiscal: Adequando-se à Lei *Sarbanes & Oxley (SOX)*, o Conselho Fiscal da Eletrobrás, em maio de 2006, aprovou alteração do seu Regimento Interno considerando as exigências da Lei norte-americana, para registro da empresa na *Securities and Exchange Commission - SEC*, e posterior listagem das ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque - NYSE.

3.4 ANÁLISE DAS AÇÕES DA ELETROBRÁS E DO IBOVESPA

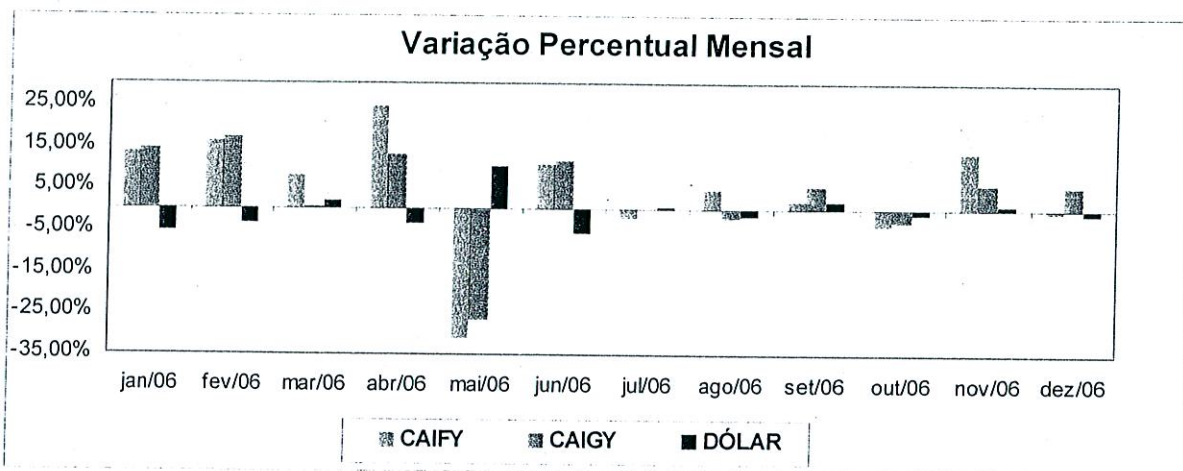
O gráfico abaixo demonstra, em número-índice, a evolução das ações da Eletrobrás e do Índice da Bolsa de Valores de São Paulo - IBOVESPA. Pode-se notar que, no período de dezembro de 2005 a dezembro de 2006, a valorização do IBOVESPA foi de 32,93%, enquanto que as ações ordinárias (ELET3) valorizaram 34,45% e as preferenciais (ELET6) valorizaram 20,9%. Destaque para o mês de abril, quando ambas as ações (ordinárias e preferenciais) tiveram um desempenho muito acima do IBOVESPA. Observa-se uma valorização de 22,8% das ordinárias, 14,27% das preferenciais e 6,35% do IBOVESPA.



3.5 PROGRAMAS DE ADR

ADR Nível I:

As ações da Eletrobrás negociadas no mercado de balcão de Nova Iorque, tanto as ordinárias (CAIFY) quanto as preferenciais (CAIGY), obtiveram uma valorização expressiva em 2006. Enquanto o real apreciou-se em relação ao dólar 8,66%, as ações ordinárias valorizaram-se 50,96% e as preferenciais 37,58%.



CAIGY – AÇÕES PREFERENCIAIS DA ELETROBRÁS (Lote de 500 ações):

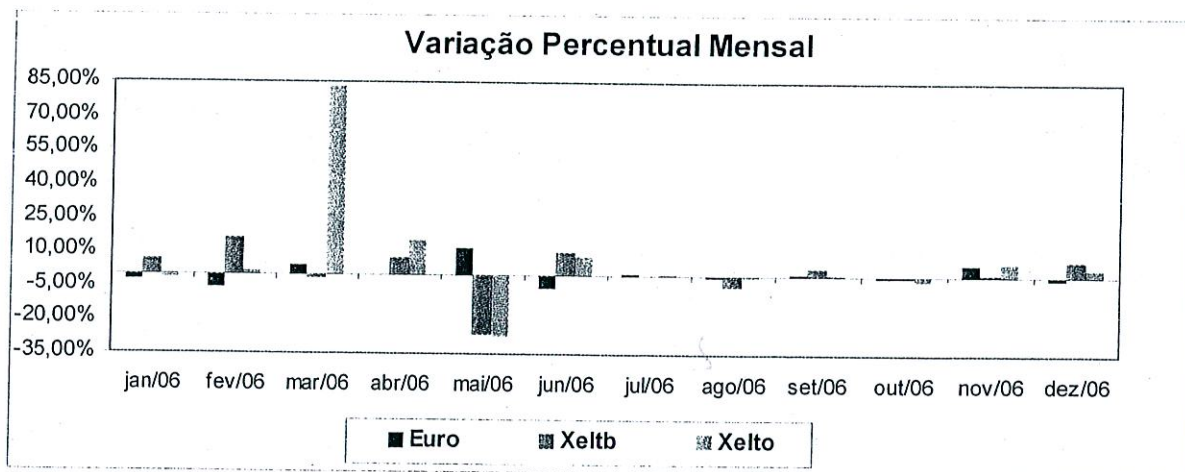
As ADRs de ações preferenciais da Eletrobrás apresentaram o valor mais alto no dia 2 de maio de 2006, fechando a US\$ 13,05. O valor mínimo registrado no ano dessas ações ocorreu no dia 14 de junho, quando a cotação atingiu US\$ 8,15. Em 2006, esse papel encerrou o ano cotado a US\$ 11,35, com uma valorização de 37,58% em relação ao fechamento de dezembro de 2005, quando foi de US\$ 8,25.

CAIFY – AÇÕES ORDINÁRIAS DA ELETROBRÁS (Lote de 500 ações):

No ano de 2006, as ADRs de ações ordinárias da Eletrobrás registraram uma cotação máxima de US\$ 14,10, no dia 2 de maio. O valor mínimo registrado foi de US\$ 6,80 no dia 20 de dezembro. Em 2006 essa ação encerrou o ano cotada a US\$ 11,85, obtendo uma apreciação de 50,96% em relação a 2005, quando fechou o ano cotada a 7,85.

3.6 LATIBEX - (mercado de ações latino-americanas existente na Bolsa de Madri):

O euro valorizou-se frente ao real 1,85% no ano de 2006, as ações ordinárias (XELTO) valorizaram-se, no mesmo período, expressivos 77,65%, enquanto que as preferenciais (XELTB) valorizaram-se 10,88%.



RP

XELTB: As ações preferenciais do programa Latibex tiveram uma valorização de 10,88% no ano, sendo sua cotação mais alta € 10,80, em 7 de abril, e sua menor cotação € 6,25 em 25 de maio. Este ativo encerrou o ano cotado a € 8,36, tendo uma valorização de 10,88% em relação ao final do ano de 2005, quando fechou em € 7,54.

XELTO: Esse ativo apresentou um resultado bastante distinto quando comparado ao ano anterior. Em 2005, esse ativo apresentou um volume de negociação inexpressiva, já em 2006 apresentou maior liquidez, obtendo maior volume de negociação, principalmente pela existência de um especialista (*market maker*) que garantiu a negociabilidade do papel. Em dezembro de 2006, esse ativo atingiu um volume de negociação de 48.684, próximo do montante de 51.664 das preferenciais. Nesse ano, essas ações tiveram uma valorização de 77,65%, fechando a € 9,06, frente aos € 5,10 de 2005. A cotação máxima alcançada foi de € 11,45 em 2 de maio e a mínima registrada, € 4,90, em 18 de janeiro.

3.7 CARTEIRA DE AÇÕES DA ELETROBRÁS

A Eletrobrás possui ações de empresas do setor elétrico, na maior parte de distribuidoras, no valor de R\$ 4,73 bilhões em 31 de dezembro de 2006. Deste montante, R\$ 2,48 bilhões foram oferecidos como garantia de diversas ações judiciais, em sua maior parte em questionamentos relativos a empréstimos compulsórios e obrigações.

No quadro a seguir, a cotação das ações negociadas em bolsa que compõem a carteira de ações da Eletrobrás em 31 de dezembro de 2006 e o valor bloqueado pelas ações judiciais:

EMPRESA	TIPO	COTAÇÃO R\$	VALOR TOTAL/ R\$	VALOR BLOQUEADO/ R\$
LIGHTPAR*	Ord.(*)	22,00	186.564.320,45	0,00
COELCE	Ord.(*)	13,40	0,00	0,00
	Pref. A (*)	11,45	90.861.616,44	90.861.616,44
	Pref. B (*)	10,60	32.460.193,30	32.460.193,30
CELPE	Ord.(*)	15,00	302.067,81	0,00
	Pref. A (*)	20,50	23.337.135,32	16.810.000,00
	Pref. B (*)	19,50	148.507,96	0,00
CESP	Ord.(*)	19,50	733.853,84	0,00
	Pref. A (*)	19,79	131.890.987,29	130.869.725,51
	Pref. B (*)	25,00	0,00	0,00
COPEL	Ord.(*)	21,50	32.911.654,93	0,00
	Pref. A (*)	22,58	0,00	0,00
	Pref. B (*)	25,00	0,00	0,00
CELESC	Ord.	35,20	149.001,60	0,00
	Pref. A	35,01	0,00	0,00
	Pref. B	34,21	141.724.366,96	21.622.019,98
CEB	Ord.(*)	49,00	0,00	0,00
	Pref. A (*)	39,50	3.838.963,88	3.838.963,88
	Pref. B (*)	41,80	2.251.095,70	2.251.095,70
CELG	Ord.	20,50	470.823,50	0,00

CGEEP	Ord. (*)	32,00	0,00	0,00
	Pref. (*)	33,00	14.570.751,10	9.104.316,51
AES TIETÊ	Ord. (*)	62,00	2.333.278,86	792.174,00
	Pref. (*)	62,30	468.927.264,34	464.083.917,80
CELPA	Ord. (*)	0,00	0,00	0,00
	Pref. A (*)	15,35	1.862.549,57	1.310.657,28
	Pref. B (*)	20,00	21.492.678,14	21.492.675,50
CEMAR	Ord. (*)	0,29	1.566.494.395,10	0,00
	Pref. A (*)	0,00	0,00	0,00
	Pref. B (*)	0,00	0,00	0,00
CEMAT	Ord.	7,90	16.658.864,30	7.426.000,00
	Pref.	7,70	317.245.482,40	317.245.482,40
EMAE	Ord. (*)	0,00	0,00	0,00
	Pref. (*)	5,92	85.344.696,40	85.344.696,40
CTEEP	Ord. (*)	30,62	188.644.813,94	188.374.240,00
	Pref. (*)	30,10	1.400.326.039,23	1.084.605.111,75
TOTAL			4.731.545.402,35	2.478.492.886,45

* Empresa controlada.

VARIAÇÃO ANUAL DA CARTEIRA DA ELETROBRÁS

Valor em 31/12/2005	% 2004-2005	Valor em 31/12/2006	% 2005-2006
3.246.609.978,91	106,81%	4.731.545.402,35	145,74%

3.8 CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO MERCADO INTERNACIONAL

Ao final do ano de 2005 a Eletrobrás concluiu a emissão de bônus no mercado internacional, no valor de US\$ 300 milhões, cujo agente líder foi o banco *Dresdner Kleinwort Wasserstein*. Os bônus foram emitidos com vencimento em 10 anos, em Novembro/2015, e com taxa de juros de 7.75% a.a., pagável semestralmente.

A Eletrobrás realizou também em novembro/2005 a efetivação de um empréstimo sindicalizado, na modalidade *A/B loan*, no valor de US\$ 100 milhões, com a *Corporación Andina de Fomento - CAF* e o Banco Santander. A operação teve uma taxa de 2% a.a. acima da *Libor* e prazo de 10 anos.

A realização das duas operações acima permitiu a composição do *funding* da empresa para o ano de 2006, de tal forma a financiar os investimentos previstos no ano e suportar o fluxo de caixa da empresa. Em 2006, foram iniciadas as negociações para a obtenção de novos recursos. Nesse sentido, foi assinada carta-mandato entre a Eletrobrás e o *China Development Bank/BNP Paribas*, para concessão de um financiamento no valor de US\$ 430 milhões, para repasse à empresa CGTEE, executora do projeto da Usina de Candiota II. Foram iniciadas também negociações para obtenção de um empréstimo junto ao banco alemão *Kfw*, no valor de € 37,5 milhões, para repasse à Eletrosul. Tais recursos serão destinados à construção do Complexo de PCHs São Bernardo.

3.9 AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, a Eletrobrás informa que utiliza os serviços de auditoria independente da empresa BDO Trevisan Auditores Independentes, contratados pelo prazo de três anos, contados de 1º de agosto de 2005 para execução de auditoria das Demonstrações Contábeis da controladora e das informações consolidadas do Sistema Eletrobrás, devendo ser ressaltado, adicionalmente, que a Companhia não possui com a referida empresa nenhum outro contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de auditoria.

Segue abaixo a relação dos auditores independentes das empresas do Sistema Eletrobrás, que, individualmente, também prestaram em 2006 serviços exclusivos de auditoria independente:

Investida	Auditor Independente
CGTEE	Deloitte Touche Tohmatsu
CHESF	BDO Trevisan
ELETRONORTE	BDO Trevisan
ELETRONUCLEAR	HLB Audilink e CIA
ELETROSUL	Horwath Tufani, Reis & Soares
FURNAS	PricewaterhouseCoopers
ITAIPU	BDO Trevisan
LIGHTPAR	Russell Bedford Brasil

4. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

4.1 ITAIPU

A Lei nº. 10.438, de 26/04/02, determinou que a Eletrobrás fosse o Agente Comercializador de Energia de Itaipu. Nessa condição, a empresa, no ano de 2006, repassou para as concessionárias das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, uma energia contratada de 92.330,894 GWh, correspondente a um faturamento de aproximadamente R\$ 5,8 bilhões.

4.2 PROINFA

Na condição de agente comercializador de energia e gestor dos contratos no âmbito do PROINFA, destacaram-se as seguintes atividades realizadas pela Eletrobrás em 2006: a entrada em operação comercial 28 empreendimentos sendo: 5 Eólicas, 15 Térmicas e 8 PCHS, acrescentando 755,08 MW de potência ao sistema; o pagamento realizado para os empreendedores no montante de R\$ 113,8 milhões; o processo de preparação e validação dos Documentos de Concepção de Projeto (DCP) para obtenção dos créditos de carbono do PROINFA e os estudos para viabilizar a comercialização nos mercados nacionais e internacionais dos créditos de carbono dos empreendimentos contratados do PROINFA.

O resultado da comercialização de energia do PROINFA no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi composto pela parcela de

Contribuição Anual e pela parcela de Liquidação à CCEE que, ao final de 2006 corresponderam a R\$ 12.446,05 e R\$ 49.591.203,95, respectivamente.

4.3 INTERLIGAÇÕES FRONTEIRIÇAS

Interligação com o Uruguai através da Estação Conversora de Frequência de Rivera:

A Eletrobrás, segundo resolução da ANEEL, detém, pelo lado brasileiro, a exclusividade do direito de uso das instalações da Conversora de Frequência de Rivera, para importação ou exportação de energia, cuja potência é de 70 MW, que interliga Rivera, no Uruguai, à subestação de Santana do Livramento, localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

Durante o ano de 2006, a exportação para o Uruguai foi realizada nos termos das tratativas mantidas entre os governos do Brasil e do Uruguai, conduzida pelo MME, tendo como resultado o acordo no qual a Eletrobrás cedeu à empresa estatal uruguaia *Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Eléctricas - UTE*, mediante ressarcimento, o direito de uso das instalações da conversora.

Interligação com a Argentina por meio da Estação Conversora de Frequência de Uruguaiana:

A Eletrobrás, segundo resolução da ANEEL, foi autorizada a importar e exportar energia elétrica através da Estação Conversora de Frequência de Uruguaiana, com capacidade de 50 MW, que interliga *Paso de Los Libres*, na Argentina, à Subestação de Uruguaiana 5, localizada no Estado do Rio Grande do Sul. Em 2006 tiveram continuidade as negociações envolvendo a Eletrobrás, a Eletrosul e a Ebisa, objetivando equacionar a dívida da Ebisa com a Eletrosul, para viabilizar a retomada das operações de intercâmbio através daquela conversora.

5. INVESTIMENTOS

5.1 EMPRESAS E PROJETOS

Foram realizados, em 2006, investimentos de R\$ 3,2 bilhões nos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica pelas empresas controladas e federalizadas, conforme demonstra a tabela abaixo.

Investimento do Grupo Eletrobrás em 2006 (Em R\$)			
Empresas	Limite Aprovado Lei 11.412/06	Realizado no Ano	% (B/A)
	(A)	(B)	
ELETROBRÁS	52.300.000	5.799.328	11,1
FURNAS	1.151.832.589	876.855.910	76,1
ELETRONUCLEAR	363.318.322	255.942.715	70,4
CHESF	645.532.468	543.557.560	84,2
CGTEE	245.073.093	63.536.543	25,9
ELETROSUL	395.632.384	298.708.327	75,5
ELETRONORTE	975.000.000	659.216.522	67,6
CEPEL	15.208.445	13.179.490	86,7

LIGHTPAR	30.000	22.050	73,5
Total das Controladas	3.843.927.301	2.716.818.445	70,7%
MANAUS	158.337.755	94.284.249	59,5
BOA VISTA	19.920.482	10.533.871	52,9
CERON	161.465.054	81.831.203	50,7
ELETROACRE	104.670.820	38.425.637	36,7
CEPISA	374.200.000	119.208.502	31,9
CEAL	101.800.000	84.900.438	83,4
CEAM	160.000.000	57.822.969	36,1
Total das Federalizadas	1.080.394.111	487.006.869	45,1
TOTAL	4.924.321.412	3.203.825.314	65,1

Algumas empresas apresentaram baixos resultados de investimentos explicados pelos seguintes fatos:

A holding ELETROBRÁS:

- Por conta do item "Infra-estrutura de Apoio" em face do atraso na licitação para os ativos de informática, informação e tele processamento, postergação de gastos de manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos;
- Não foram realizados desembolsos por conta do projeto "Estudos de viabilidade para ampliação da transmissão de energia elétrica" tendo em vista que os mesmos estão sendo realizados em colaboração com MME/EPE, e;
- Não foram concluídos acordos com as controladas/parceiros objetivando a participação em empreendimentos de energia elétrica, não havendo, portanto, desembolsos por conta do projeto "Estudos de viabilidade para ampliação da geração de energia elétrica".

Controladas e Federais de Distribuição:

- Atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2006 – Lei nº. 11.306 (Previsão), de 16/05/2006 e Lei nº. 11.412 (Revisão), de 15/12/2006;
- Dificuldades enfrentadas pelas empresas nos processos de licitação;
- Problemas relacionados a questões ambientais;
- Atraso no cronograma de obras, entrega de equipamentos e execução de serviços;
- Inadimplência junto a Eletrobrás, impedindo o recebimento de recursos, e;
- No tocante ao Programa Luz Para Todos, que representa a maior parte do orçamento de investimento das empresas federalizadas, fatores como: difícil acesso a certas localidades no período de chuvas, o embargo de obras por órgãos ambientais, e as dificuldades nos processos licitatórios afetaram o cumprimento do programa.

Projetos	Realizado R\$ milhões Até dezembro/06
TOTAL GERAÇÃO	1.163.841
TOTAL TRANSMISSÃO	1.520.721
TOTAL DISTRIBUIÇÃO	327.175

TOTAL QUALIDADE AMBIENTAL	24.304
TOTAL PESQUISA	13.179
TOTAL INFRA-ESTRUTURA	154.605
TOTAL GERAL	3.203.825

5.2 GERAÇÃO

Em 2006, as empresas do grupo Eletrobrás estiveram envolvidas isoladamente ou em parcerias com empresas privadas a exemplo, o início da operação das três unidades de 150,7 MW da UHE Peixe Angical e a conclusão do acordo de participação de Furnas no empreendimento Foz do Chapecó.

Os projetos básicos para a construção das UHE's Baguari - 140 MW, Passo São João - 77 MW, UHE Batalha - 52,5 MW e Simplício - 333,7 MW, estão em andamento, bem como os processos para obtenção das Licenças de Instalação nos órgãos ambientais necessárias para o início das obras.

Destaque para a conclusão da segunda etapa da ampliação da UHE Tucuruí que passou a ter 8.370 MW de potencia instalada

Novas concessões de geração foram obtidas pelas controladas Eletronorte e CHESF para a construção da UHE Dardanelos - 261 MW, ambas participando respectivamente com 24,5% no empreendimento. Para a UHE Mauá - 361 MW, a Eletrosul participará com 49%.

5.3 TRANSMISSÃO

Em 2006, 55,5% dos recursos investidos foram destinados para transmissão, fundamentalmente canalizados para obras de construção e ampliação de subestações. Entre as principais ações estão:

- Expansão do Sistema de Transmissão Acre/Rondônia;
- Ampliação do Sistema de Transmissão do Sul, destacando-se as subestações Caxias, Caxias 5, Palhoça, Xanxerê, Campos Novos, Joinville e Itajaí, recapacitação da LT 230 kV Guaira;
- Ampliação do Sistema de Transmissão do Nordeste, destacando-se as subestações Goianinha, Banabuiú, Russas e Fortaleza II, e;
- Reforços nos Sistemas de Transmissão do RJ, ES, SP, MG, GO, MT e DF.

5.4 SISTEMAS ISOLADOS

A Eletrobrás, por meio do grupo Técnico-Operacional da Região Norte - GTON apóia as atividades de planejamento, operação e manutenção dos cerca de 300 Sistemas Isolados, compreendendo o acompanhamento da geração, do parque térmico e do consumo de combustível, além de atuar junto às concessionárias controladas com o objetivo de investir em melhorias no atendimento à Região Norte. Em 2006, a carga própria de energia foi de 11.509 GWh, distribuída entre 15 concessionárias, com um parque gerador térmico de 3.387 MW e um parque gerador hidráulico de 628 MW.

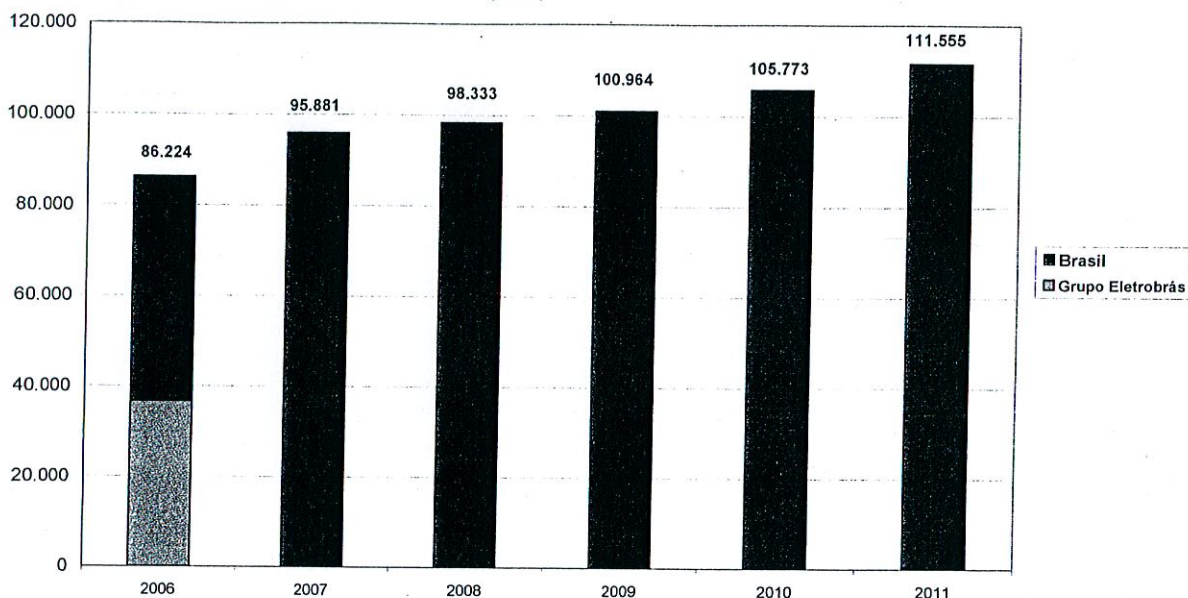
5.5 NOVO MODELO DE ANÁLISES TÉCNICAS E COMERCIAIS

A Eletrobrás iniciou um trabalho para reorganização da gestão dos seus negócios em consonância com as diretrizes do planejamento estratégico. Para isto, criou o Comitê de Investimentos, começou o desenvolvimento da gestão de riscos de negócios, elaborou a proposta para as novas parcerias (participações societárias) com o setor privado, assim como as novas condições dos financiamentos com recursos próprios. Começou a analisar a rentabilidade e o risco dos investimentos dentro de uma visão de carteira de negócios.

5.6 EXPANSÃO DA OFERTA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SISTEMA ELETROBRÁS

Os estudos de planejamento da expansão do setor elétrico são de fundamental importância ao planejamento estratégico da Eletrobrás e servem como subsídio às tomadas de decisão quanto aos investimentos, sejam para fins de concessão de financiamento ou para a participação societária em empreendimentos de geração e transmissão. O Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE) 2006-2015, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, apresenta, em seu cenário de referência, uma taxa de crescimento do PIB de 4% ao ano até 2011 e de 4,5% ao ano de 2012 a 2015, o que resulta numa taxa de crescimento da carga própria de energia de 4,8% ao ano para o Sistema Interligado Nacional - SIN. Pelo lado da oferta, está previsto um aumento na capacidade instalada de 69% (10 GW) em termelétricas e 40% (31GW) em hidrelétricas para o período de 2006 a 2015. No entanto, as participações de cada fonte de energia na matriz elétrica se alteraram muito pouco nesse período. Destacam-se no plano os grandes empreendimentos hidrelétricos de Belo Monte (rio Xingu) e Santo Antônio e Jirau (rio Madeira), responsáveis por cerca de 10% da capacidade total instalada do SIN no final do horizonte decenal, considerando-se apenas a 1ª etapa de Belo Monte - 5.500 MW. Esses grandes empreendimentos comprovam a vocação hidrelétrica brasileira e o importante papel do Grupo Eletrobrás no desenvolvimento dos estudos desses empreendimentos. Destacam-se, também, a usina nuclear Angra III e as usinas térmicas a carvão no sul do país, que demonstram a crescente relevância dessas fontes de energia na matriz energética e a importância que o Grupo Eletrobrás certamente terá na viabilização de empreendimentos dessa natureza. O cenário de referência do Plano Nacional de Energia - PNE 2030, elaborado pela EPE, indica um crescimento de 53 milhões de pessoas ou um total de 239 milhões de brasileiros em 2030. Para este cenário, foi adotada uma taxa média de crescimento da economia de 4,1%, demonstrando uma expectativa coerente com as taxas atingidas nas últimas décadas. O gráfico a seguir mostra a projeção da evolução da capacidade instalada no Brasil, na visão do grupo Eletrobrás. Em 2006, o grupo tem instalado 36.550 MW no Sistema Interligado Nacional e 1.308 MW nos Sistemas Isolados, totalizando 37.858 MW (incluindo as empresas distribuidoras controladas da Eletronorte Manaus e Boa Vista e 50% de Itaipu) e crescerá em função dos novos empreendimentos e aqueles em andamento.

PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
 DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL
 (MW)



CAPACIDADE INSTALADA DO BRASIL* ATÉ 12/2006 (MW)						
Empresas	UHE	UTE	UTN	(EOL+SOL)	TOTAL	%
Grupo Eletrobrás	26.704	2.580	2.007	-	31.208	32
Itaipu (Nacional)	6.650	-	-	-	6.650	7
Outras	40.671	18.322	-	237	59.230	61
BRASIL	74.025	20.901	2.007	237	97.088	100

*Inclui a capacidade instalada dos Sistemas Isolados e do Sistema Interligado.

5.7 NOVOS EMPREENDIMENTOS E PARCERIAS

Em 2006, as empresas do grupo Eletrobrás participaram isoladamente ou em parceria com empresas privadas nos seguintes empreendimentos:

EMPRESA	EMPREENDIMENTO	Participação (%)
CHESF	LT 230 - Funil/Itapebi	100,0
	LT 230 - Ibicoara/Brumado	100,0
	LT 230 - Picos/Tauá	100,0
	LT 230 - Paraíso/Açu	100,0
CHESF	Dardanelos - 261 MW	24,5
ELETROSUL	Mauá - 361 MW	49,0
ELETRONORTE	Dardanelos - 261 MW	24,5
FURNAS	Peixe Angical - 452 MW	40,0
	Foz do Chapecó - 855 MW	40,0
	Baguari - 140 MW	15,0
	Retiro Baixo - 82 MW	49,0

5.8 RECURSOS ORDINÁRIOS

Os recursos aplicados em 2006 nas empresas federais de distribuição, nas controladas e nas participações societárias, foram realizados conforme o quadro a seguir:

Aplicações	Liberação Econômica	Liberação Financeira	Total
Para futuro aumento de capital:	4.639.469	-	4.639.469
CERON	4.639.469	-	4.639.469
Empréstimos/Financiamentos:	16.595.897	253.131.257	269.727.154
Federalizadas:	16.595.897	212.066.684	228.662.581
CEAM	-	117.241.937	117.241.937
CEAL	-	24.475.385	24.475.385
CEPISA	-	70.349.362	70.349.362
CERON	16.595.897	-	16.595.897
Controladas:	-	41.064.573	41.064.573
ELETRONUCLEAR	-	13.500.000	13.500.000
ITAIPU	-	27.564.573	27.564.573
TOTAL	21.235.366	253.131.257	274.366.623

Liberação Econômica - É a liberação sem transferência de numerário, que ocorre por meio de compensação entre débitos e créditos.

6. ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO CEPEL

Maior instituição do gênero no Hemisfério Sul, o Centro de Pesquisa de Energia Elétrica - Cepel é uma associação civil sem fins lucrativos com 33 anos de existência. A maior parte dos seus recursos provém de suas empresas fundadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e suas controladas: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte, Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e Furnas Centrais Elétricas S.A.

O Cepel conta com 213 pesquisadores efetivos, 150 pesquisadores colaboradores e 114 técnicos especializados e atua em estreita cooperação com universidades, centros de pesquisa e empresas do Brasil e do exterior. O Centro possui 27 laboratórios dotados de moderna infra-estrutura para a realização de pesquisas e execução de várias modalidades de ensaios, localizados no campus universitário da Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro, e Adrianópolis, no município de Nova Iguaçu. Essa infra-estrutura laboratorial possibilitou melhoria na qualidade dos equipamentos elétricos da indústria brasileira e desenvolvimento tecnológico no setor, propiciando maior confiabilidade ao sistema elétrico brasileiro.

Tem permanente participação em grupos técnicos setoriais e dão apoio tecnológico a importantes projetos governamentais como o Ribeirinhas, em parceria com a Eletrobrás, para atendimento de energia elétrica em comunidades isoladas no norte do país; o Luz Para Todos, para universalização do acesso à

energia elétrica; o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA); o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e o Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético (ESTAL) do Ministério de Minas e Energia, para suporte à implementação e ao desenvolvimento do novo modelo do setor elétrico nacional.

O CEPEL em 2006 desenvolveu 102 projetos corporativos de P&D para o grupo Eletrobrás, sendo 14 em Planejamento e Operação Elétrica; 14 para o PROCEL; 11 em Planejamento da Expansão e da Operação Energética; 10 de Diagnóstico de Equipamentos de Subestações; 09 em Supervisão e Controle; 08 de Tecnologia de Transmissão; 06 de Meio Ambiente, Fontes Alternativas e Geração Distribuída; 06 em Corrosão, Materiais e Qualidade; 05 em Diagnóstico de Equipamentos de Geração; 04 em Planejamento da Expansão da Transmissão; 04 em Redução de Perdas na Distribuição; 04 em Materiais; 03 para o Luz para Todos e Sistemas Isolados; 02 em Análise Financeira de Projetos e 02 para o PROINFA e Apoio Institucional.

Na garantia do financiamento dos projetos de pesquisa do Centro, a Eletrobrás e suas controladas (FURNAS, ELETRONORTE, CHESF e ELETROSUL), disponibilizaram, através de contribuição anual, recursos para o orçamento do exercício na ordem de R\$ 105,1 milhões, com crescimento real de cerca de 6% se comparado ao exercício de 2005. Outros recursos, advindos de projetos e serviços tecnológicos do próprio Centro, participaram com mais R\$ 26,2 milhões, totalizando em R\$ 131,3 milhões, investidos diretamente no ano de 2006, no Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL.

7. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL (PDTI)

O PDTI, cujo objetivo é coordenar as ações de pesquisa e desenvolvimento das empresas do grupo Eletrobrás está organizado em três vertentes: Pesquisa e o Desenvolvimento - P&D, Capacitação da Indústria Nacional e Programas de Política de Suprimento e Logística, Normas de Qualidade e Estímulo à Nacionalização da Produção Nacional cujo, montante aplicado em 2006 foi de R\$ 290 milhões nos seguintes projetos:

Pesquisa e o Desenvolvimento - P&D:

Projeto Piloto de Geração de energia elétrica por meio da energia das ondas do mar em parceria com a UFRJ (COPPE), parceria com a UFRRJ e com o CEPEL para o levantamento do estado da arte e investigação da demanda no Setor Elétrico Brasileiro (SEB) por produtos que utilizam tecnologia de supercondutividade, com ênfase em motores, cabos e interruptores de corrente e a parceria com Itaipu Binacional e demais empresa do SEB para desenvolvimento de Veículo Elétrico adequado às características brasileiras.

Capacitação da Indústria Nacional e Programas de Política de Suprimento e Logística:

A Bolsa de Materiais que tem por objetivo promover o intercâmbio de materiais entre as empresas controladas da Eletrobrás;

O Banco de Preços que objetiva constituir um registro de propostas de compras de materiais e serviços, índices econômicos e formulas de reajuste;

O PROCAD que busca constituir um cadastro de fornecedores das Empresas controladas e federalizadas da Eletrobrás;
 O PLANPUR que contem estimativas da demanda anual dos principais equipamentos e materiais utilizados pelo Setor;
 O SECLAM que objetiva a permanente padronização dos descritivos de materiais utilizados na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica;
 O Centro de Catalogação do Setor Elétrico – CECASE, responsável pela catalogação diária de pedidos solicitados por órgãos e entidades do Setor Público, para materiais, serviços e equipamentos de geração, transmissão e distribuição que, em 2006 foram catalogados 2.326 itens.

Normas de Qualidade e Estímulo à Nacionalização da Produção Nacional:

Em 2006 foram assinados com a FINEP 13 convênios de cooperação para formalização de aporte financeiro da Eletrobrás, cujo valor foi de R\$ 1,2 milhão. Dentre os principais projetos podemos destacar: sistemas fotovoltaicos conectados à rede de distribuição; monitoramento remoto; desenvolvimento de robôs para inspeção de linhas de transmissão; sistema eólico interligado à rede de energia; sensores de fibra ótica para hidrogeradores; equipamentos para pára-raios; controladores para geração híbrida solar e eólica, etc.

O uso de Biodiesel visando à geração de energia elétrica nos sistemas isolados com o objetivo de desenvolver testes em motores estacionários; a elaboração de estudos relacionados à produção e controle de qualidade de biocombustíveis e o aproveitamento dos subprodutos do processo de obtenção do Biodiesel.

Projetos de geração elétrica no estado do Pará a partir do Diesel vegetal oriundo da castanha do buriti – Projeto Buriti, a Elaboração dos Atlas Eólico e Solarimétrico e a disseminação destas tecnologias no Estado de Alagoas.

Além das atividades acima citadas, a empresa também foi responsável pela coordenação da participação nos seguintes projetos: Desenvolvimento de Modelo de Geração Distribuída com Saneamento Ambiental e Projeto Alto-Uruguai.

8. FUNDOS SETORIAIS

8.1 RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO (RGR)

Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, conforme legislação em vigor, a Eletrobrás aplicou no exercício financeiro de 2006, o montante de R\$ 859,6 milhões. A movimentação, referente aos ingressos e aplicações desses recursos, ocorrida durante o ano de 2006, está apresentada a seguir:

INGRESSOS E APLICAÇÕES EM 2006:

MOVIMENTAÇÃO	R\$ milhões
Ingressos:	
Arrecadação de Quotas	1.905,9
Outros	446,9
Aplicações:	
Financiamentos	859,6
Outras	48,3

Região	Financiamento Liberado - R\$ milhões	%
Norte	106,3	12,37
Nordeste	208,6	24,27
Centro-Oeste	146,9	17,09
Sul	116,7	13,57
Sudeste	281,2	32,7
TOTAL	859,7	100,0

LINHAS DE CRÉDITO

Programa	Liberações R\$ milhões	(%)
1. Luz para Todos	469,6	54,6
2. Reluz / Conservação	45,0	5,2
3. Luz no Campo	50,4	5,9
4. Geração	0,0	0
5. Transmissão	15,3	1,8
6. Distribuição	251,7	29,3
7. Revitalização de Parques Térmicos	27,6	3,2
TOTAL	859,6	100,0

8.2 CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE

Para compensar as concessionárias de energia elétrica pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda, foi criada a subvenção econômica, a princípio com recursos da RGR, e depois, em 2004, da CDE.

Em 2006, foi liberado, a título dessa fonte de recursos, um montante de R\$ 3.366,2 milhões, sendo R\$ 1.525,0 milhão para Baixa Renda, atendendo a 61 concessionárias de distribuição de energia elétrica, R\$ 1.350,4 milhão e para o Programa "Luz Para Todos", conforme movimentação apresentada a seguir:

CDE - INGRESSOS E APLICAÇÕES EM 2006

MOVIMENTAÇÃO	Em R\$ milhões
Ingressos: CDE+UBP+MULTAS ANEEL	
Arrecadação de Quotas	2.314,7
Outros	70,3
Aplicações:	
Subvenção Luz para Todos	1.350,4
Subvenção Baixa Renda	1.525,0
Outras	490,8

Com um orçamento destinado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) da ordem de R\$ 471,8 milhões, a ELETROBRÁS efetivou os repasses para os Agentes Geradores proprietários de termelétricas participantes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que utilizam o carvão mineral de origem nacional.

8.3 CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS – CCC

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº. 208, de 31 de janeiro de 2006, homologou os Planos Anuais de Combustíveis da Eletrobrás, fixando os valores das quotas anuais referentes aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica, para crédito na CCC.

A Resolução apresenta um valor total de R\$ 4,5 bilhões de reais alocados nos Sistemas Isolados.

8.4 LUZ PARA TODOS

No ano de 2006 foram realizadas 590.013 novas ligações no âmbito do Programa, acumulando até 31.12.2006, um montante de 1.038.580 ligações efetuadas, o que corresponde a um total de mais de 5 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro. Foram liberados em 2006 R\$ 1,8 bilhão sendo, R\$ 1,4 bilhão com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e R\$ 454 milhões da Reserva Global de reversão – RGR.

Foram cadastradas 84.556 obras no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa LUZ PARA TODOS – Sistema LPT, totalizando desde 2004, 121.961 obras que compreenderam: (I) a realização de ligações em 4.849 municípios brasileiros, (II) a construção de 155.695 km de redes elétricas de alta e baixa tensão, (III) a implantação de 1,6 milhão de postes, (IV) a instalação de 250.264 transformadores e (V) a instalação de 1.943 sistemas fotovoltaicos.

Com relação às metas assumidas para 2006, foram realizadas 98,3% da meta global de 600.000 ligações, computados os compromissos dos executores com a Eletrobrás e os Governos Estaduais. Até 31.12.2006 foram cadastradas 724.255 ligações, o que corresponde a 63,9 % do total de ligações contratadas entre os Agentes Executores e a Eletrobrás. Até a mesma data foi liberado para os citados Agentes um montante de R\$ 2,89 bilhões (recursos da CDE e da RGR) de um total contratado de R\$ 5,05 bilhões, ou seja, 57,2 % do total de recursos contratados.

Região	Nº. de Ligações Contratadas até 31.12.2006 entre os Agentes Executores e a Eletrobrás
Centro-Oeste	89.487
Norte	191.896
Nordeste	535.210
Sul	86.065
Sudeste	230.013
Total	1.132.671

8.5 RELUZ

O RELUZ beneficiou 170 municípios em 2006, tornando eficientes mais de 364 mil pontos o que resultou em uma economia de energia de 82,3 mil MWh/ano e uma redução na demanda de 18,8 mil kW. Além disso, instalou cerca de outros 3.800

pontos eficientes. Os investimentos totalizaram em 2006, R\$ 103,8 milhões, cabendo à Eletrobrás a liberação de R\$ 77,9 milhões.

A tabela a seguir mostra, por região, os resultados efetivos alcançados com o Programa RELUZ, no ano de 2006.

Região	N	NE	SE	CO	S	Total
Número de pontos	216 *	19.241	217.311	115.325	16.186	364.472
Redução de demanda (kW)	-	437,29	9.319,01	8.214,41	823,54	18.794,25

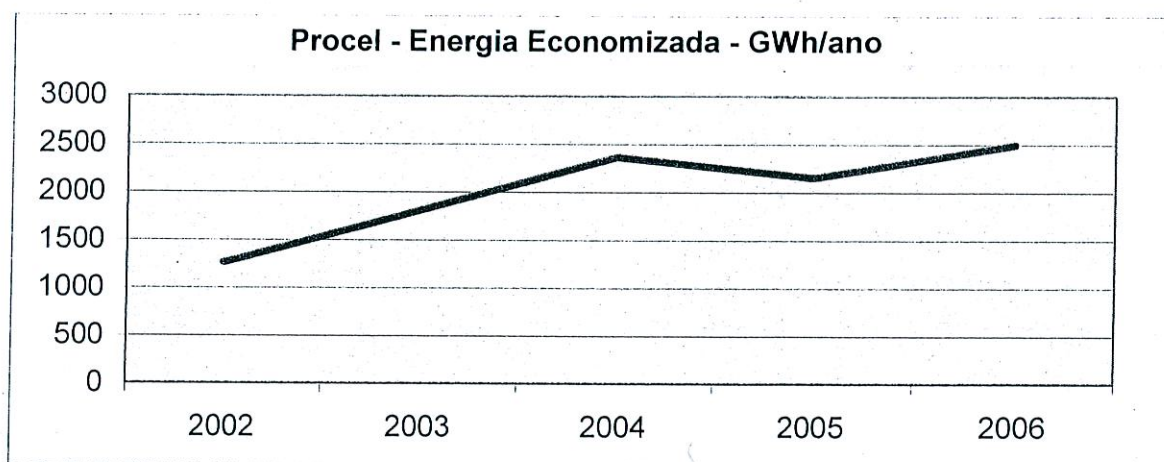
*Projeto de expansão, portanto não há redução de demanda.

8.6 PROCEL

O Programa Nacional de Conservação de Energia – PROCEL, originalmente instituído pela Portaria Interministerial nº. 1877, de 30 de dezembro de 1985 e posteriormente mantido por Decreto de 18 de julho de 1991, é o programa do governo federal, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país e o combater ao seu desperdício.

Em 2006, o PROCEL, com investimentos de aproximadamente R\$ 127 milhões incluindo recursos próprios da Eletrobrás, da RGR e do *Global Environment Facility* – GEF desenvolveu projetos que contribuíram para uma economia de energia estimada, preliminarmente, em cerca de 2.500 GWh. Estes resultados podem ser comparados ao consumo de energia elétrica de quase 1,5 milhões de residências no período de um ano, representando um investimento postergado para o setor elétrico em torno de R\$ 2 bilhões, que podem ser alocados para programas governamentais prioritários em outras áreas.

O gráfico a seguir, mostra a evolução da economia de energia elétrica estimada no período de 2002 a 2006.



Ainda em 2006, foram unificados os Selos Procel de Economia de Energia e Procel INMETRO de Desempenho, passando a existir somente o Selo Procel de Economia

de Energia. Estima-se, preliminarmente, uma economia de energia de cerca de 2.100 GWh em função do programa do Selo Procel.

Em 2007, a lista de produtos que recebem o Selo será ampliada com a entrada de fornos de microondas, televisores, ventiladores de teto, bombas centrífugas, lâmpadas a vapor de sódio, equipamentos de geração fotovoltaica, equipamentos de geração eólica, bombas de calor, reatores eletrônicos e *boilers*.

Convênios foram realizados entre a PUC-MG, Sociedade Mineira de Cultura - SMC e a Eletrobrás/Procel para avaliar as instalações de aquecimento solar no Brasil e com a Fundação Roge objetivando capacitarem profissionais do setor rural envolvidos com a questão energética e meio ambiente, bem como alunos do ensino médio profissionalizante e proprietários rurais da região.

9. GESTÃO EMPRESARIAL

9.1 COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

Em 2006 foram executadas ações de comunicação e projetos de patrocínio de interesse institucional, mercadológico e social em âmbito nacional, cujo grau de assimilação, retenção e retorno já podem ser percebidos pelo conjunto de colaboradores e pela sociedade. Como resultados mais significativos destaca-se: a criação da Divisão de Imprensa e Comunicação Interna; a realização de uma ampla campanha publicitária de divulgação nacional das ações, programas e projetos da Eletrobrás e do grupo Eletrobrás sob o tema "O Brasil é todo energia"; a centralização no Departamento de Relacionamento com a Sociedade - PRR de todos os processos de patrocínio da empresa; a realização de patrocínios culturais e esportivos expressivos, tais como: O Prêmio Eletrobrás de Teatro, o basquete feminino e masculino, o apoio a atletas de sucesso e todos os outros patrocínios com o incentivo da Lei Rouanet; o lançamento da Sala de Comunicação na Intranet, que representa a versão eletrônica dos produtos da comunicação (Jornal Eletrobrás, Rádio, Análise de mídia etc.); a realização de eventos promocionais e institucionais, tais como: Celebração do 44º aniversário da empresa, Confraternização Natalina, Natal de Luz, Prêmio Procel, e Prêmio Jovem Cientista; o lançamento do Dicionário de Termos do Setor Elétrico e a realização do programa de *Media Training*, com o intuito de proporcionar um debate de idéias, visando obter as percepções e proposições dos participantes a respeito dos aspectos envolvidos no relacionamento da mídia com as empresas.

Esse conjunto de ações faz parte da Política de Comunicação, que considerou preliminarmente a integração de esforços no âmbito do grupo Eletrobrás, consolidada à luz das diretrizes do Planejamento Estratégico da empresa. Ainda foram realizadas ações voltadas para a capacitação profissional das equipes de trabalho, por intermédio da inscrição dos colaboradores internos em treinamentos diversos.

9.2 RECURSOS HUMANOS

Oriundos do concurso público realizado em 2005, em 2006, a Eletrobrás integrou aos seus quadros 110 novos empregados. Implantou os Programas de Avaliação e Desenvolvimento da Eletrobrás - PADE, de Reeducação Alimentar, Ergonomia, de Atenção ao Tabagismo, Saúde da Mulher, do Coração, Medicina de Viagem e

de Energia & Movimento, bem como a realização de campanhas de vacinação para seus empregados, o que totalizou a aplicação de cerca de 1.000 vacinas. Criou-se o Portal do Conhecimento visando o planejamento das ações de educação, treinamento e desenvolvimento de seu corpo técnico, objetivando capacitá-lo ao novo modelo institucional do setor elétrico brasileiro.

A *holding* Eletrobrás cumprindo às diretrizes do Programa Jovem Aprendiz, assinou acordo de cooperação técnica com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Senai, para a contratação de 1.897 jovens em atendimento à Lei do Jovem Aprendiz.

Treinamento e Desenvolvimento:

Com relação a treinamento e desenvolvimento, em 2006 foram realizados 358 eventos tendo a participação de 824 empregados; 113 inscrições para o Programa de Idiomas Estrangeiros; 52 inscritos em cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização, MBA) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado) voltados à capacitação dos quadros técnicos e gerenciais da empresa para atuação em seus principais negócios. A totalização dos investimentos nesses programas de capacitação e desenvolvimento de pessoal foi de R\$ 761 mil e, o reembolso de despesas para empregados que cursam nível superior foi de R\$ 174 mil.

9.3 AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Principais atividades desenvolvidas em 2006:

A implantação dos Sistemas de Gestão Comercial AJURI e Terminal Server com o acesso remoto às empresas federais de distribuição; Pregão Eletrônico em todas as compras, o que representou uma economia de 21% em relação a 2005; implantação de infra-estrutura para utilização do software livre expandindo o link da Internet o que melhorou o desempenho da rede corporativa e a inclusão da Sede em Brasília nos sistemas corporativos do Rio de Janeiro; implantação do Sistema de Gerenciamento de Veículos reduzindo as despesas com combustíveis em cerca de 30% em relação a 2005; o desenvolvimento de sistema para acompanhamento físico dos empreendimentos do PROINFA, incluindo informações contratuais e o licenciamento ambiental organizando os processos de contratação; aquisição de sistema para consolidação das demonstrações contábeis das empresas do grupo Eletrobrás para o *US Gaap*; coordenação das atividades de tecnologia da informação para a implantação do Projeto SOX e atualização do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação.

Em 2006, foram concluídos processos licitatórios nas seguintes modalidades: 06 contratos em carta convite no montante de R\$ 327,3 mil; 41 pregões, sendo: 25 pregões presenciais totalizando R\$ 12,6 milhões e 16 pregões eletrônicos totalizando R\$ 21,9 milhões e um contrato na modalidade tomada de preços no valor de R\$ 58 mil.

Reestruturação da Diretoria Financeira e de Relação com o Mercado:

Em 2006, coube destaque para a reestruturação da Diretoria Financeira cujos objetivos foram: a melhoria da gestão e do resultado, transparência das ações, competitividade para negociação (Novos Negócios), planejamento do risco e rentabilidade, integração da captação e aplicação, administração da carteira de ações, aperfeiçoamento do orçamento empresarial, o enfoque para acionista e

para mercado, gestão tributária, gestão do giro: aplicação de curto prazo e adimplência, direcionamento estratégico dos negócios, gestão corporativa das subsidiárias controladas em novo ambiente de compromisso e competitividade, foco no plano de metas com avaliação dos resultados e a aderência dos processos à Lei *Sarbanes Oxley*.

Com o resultado da reestruturação, suscitaram novas macrofunções que foram subdivididas por Departamentos da seguinte forma: Desenvolvimento de Negócios - DFN: planejamento risco, negociação de captação e aplicação; Administração de Investimentos - DFI: carteiras de ação e de financiamento (ATIVOS); Administração de Recursos de Terceiros - DFT: empréstimo compulsório, dívida financiamento e recursos setoriais; Administração de Capital de Giro - DFG: caixa, recebimento, pagamento e cobrança; Planejamento Orçamentário - DFO: orçamento empresarial e orçamento federal; Contabilidade e Administração Tributária - DFC: contabilidade e gestão tributária; Administração do Capital Social - DFS: relação com mercado e acionistas.

9.4 AUDITORIA

Para atendimento às exigências da Seção 404 da Lei *Sarbanes-Oxley*, em 2006, a Auditoria Interna atuou na avaliação dos controles internos no nível da entidade (*Entity-Level*) e na execução dos testes de efetividade dos controles no nível da transação que foram mapeados e documentados durante o exercício anterior.

A avaliação dos controles internos no âmbito da entidade constou da aferição da política adotada pela alta administração quanto às melhores práticas e princípios de Governança Corporativa, tornando mais efetivo o sistema de controles internos operacionais e financeiros.

Visando fortalecer as atividades de controle e racionalizar as ações de gestão, a Auditoria Interna da Eletrobrás empenhou-se na execução das tarefas programadas para o exercício de 2006, contempladas no Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAINT), que foram aprovadas com os Conselhos de Administração e Fiscal da Eletrobrás e submetidas à Controladoria Geral da União - CGU.

Cumprindo sua principal missão de assessoramento à alta administração, a Auditoria Interna - PRA atendeu a diversas demandas excepcionais, participando de Comissões de Sindicâncias e trabalhos especiais em empresas controladas pela Eletrobrás, tudo em aderência às boas práticas contábeis, financeira, administrativas e de cunho ético.

9.5 OUVIDORIA GERAL

Foi criada com a finalidade de estabelecer um canal permanente de comunicação rápido e eficiente entre a Presidência e seus empregados, bem como com a sociedade. A comunicação com a Ouvidoria Geral é feita por meio do site da empresa, por telefone, carta, fax e de forma presencial. Em 2006 foram encaminhadas 2.038 solicitações, com um percentual de soluções de cerca de 75,3%.

10. RESPONSABILIDADE SOCIAL

10.1 COORDENADORIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em 2006, a Eletrobrás avançou na consolidação do compromisso de incorporar, de forma efetiva, a Responsabilidade Social. Desta forma, destacaram-se: investimentos em projetos sociais beneficiando cerca de 23 mil pessoas em 15 estados, voltados para o atendimento às políticas públicas de inclusão digital, igualdade racial, educação e capacitação e geração de trabalho e renda, elaboração do primeiro Balanço Social, filiação ao Instituto ETHOS de Responsabilidade Social, realização do I Encontro de Responsabilidade Social da Eletrobrás, elaboração do Perfil Social da Eletrobrás, criação do Canal do Gênero e Raça/Cor, implantação do Portal de Responsabilidade Social na intranet; unificação das políticas de Responsabilidade Social nas empresas controladas da Eletrobrás, criação do Comitê Técnico para avaliação e definição de critérios de Projetos Sociais encaminhados à Eletrobrás. Os seguintes Programas receberam o apoio da Eletrobrás: Educação para a Cidadania Energética e Ambiental – PECEA; Promovendo a Ação Alfabetizadora; Negro Cosme; Cidadão Mirim; Os Oito Objetivos nas Comunidades - COEP; Mulher, Educar para Participar-Alfabetizar para uma Vida Melhor e Alfabetização dos Empregados Terceirizados. Ainda neste ano, a Eletrobrás foi premiada com o com o Selo Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM, por ter promovido a igualdade e oportunidade para homens e mulheres no ambiente de trabalho.

10.2 MEIO AMBIENTE

Destacam-se, dentre as atividades de suporte técnico-institucional relacionadas às questões sócio-ambientais, a realização de análise ambiental de operações de financiamento a empresas do Grupo; o acompanhamento da implantação do PROINFA; a elaboração e desenvolvimento de procedimentos para gestão ambiental dos sistemas isolados; e o apoio no atendimento aos quesitos ambientais nos processos de listagem das ações da Eletrobrás nas Bolsas de Valores de São Paulo e de Nova York e de captação externa de recursos.

No exercício, foi dada continuidade aos trabalhos de revisão e complementação dos estudos ambientais necessários à conclusão dos estudos de viabilidade da UHE Belo Monte, incluindo a abertura do processo de licenciamento ambiental do empreendimento junto ao IBAMA.

Em junho de 2006, depois de aprovada pelo COPEM e pelo CONSISE, foi lançada em cerimônia oficial a Política Ambiental do Grupo Eletrobrás resultado de esforço e ação conjunta das áreas de meio ambiente das empresas do Grupo, sob a coordenação da Eletrobrás.

Na área de desenvolvimento técnico, científico e instrumental, sobressaíram os investimentos em estudos sobre mudanças climáticas, como subsídio à habilitação de créditos de carbono dos projetos do PROINFA e do uso de microalgas na gestão das emissões em usinas térmicas a carvão.

10.3 PATROCÍNIOS CULTURAIS E ESPORTIVOS

A política de patrocínio da Eletrobrás em 2006 manteve seu tradicional investimento em projetos culturais, colocando em prática a estratégia de divulgar essas atividades a fim de sedimentar a percepção da marca da empresa junto ao público. A empresa investiu R\$ 28,5 milhões em 198 projetos de patrocínio com a utilização da Lei Rouanet nos diversos segmentos da produção artística; R\$ 5,6 milhões em projetos de patrocínio com recursos próprios em doações e contribuições diversas; R\$ 1 milhão, em eventos patrocinados com recursos próprios; R\$ 28 milhões em projetos de publicidade e R\$ 321 mil em produção de eventos.

No esporte, como patrocinadora oficial das seleções de basquete feminino e masculino de todas as idades, a Eletrobrás realizou investimentos no montante de R\$ 8 milhões.

O quadro a seguir, representa o retorno de mídia relativo ao projeto de patrocínio do Basquete Feminino e Masculino:

EVENTO	(R\$)
MÍDIA IMPRESSA	141.329.069
MÍDIA ELETRÔNICA	246.323.051
TOTAL	387.652.120

10.4 COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA DA ELETROBRÁS – CEE

A Comissão Permanente de Ética da Eletrobrás – CEE, visando observar uma maior participação dos empregados nas suas deliberações, promoveu reestruturação de sua constituição, com aprovação do Colegiado da Empresa. Em 2006, sob a Coordenação de representante da Auditoria Interna, passou a contar com a participação de representantes de todas as Diretorias, inclusive da área de Responsabilidade Social, Departamento Jurídico, Gestão de Pessoas, Ouvidoria e da Associação dos Empregados da Eletrobrás.

Em 2006, a Comissão realizou reuniões mensais visando atender todas as demandas e, como fruto dos trabalhos realizados no exercício, elaborou o Código de Conduta Profissional da Eletrobrás e o Regimento Interno da Comissão Permanente de Ética da Eletrobrás, documentos considerados vitais para instrumentalizar e regulamentar as ações, tanto da Comissão como de toda força de trabalho da organização.

11. AS EMPRESAS FEDERAIS DE DISTRIBUIÇÃO

Resultados das Empresas Federais de Distribuição:

Total: Distribuidoras Federalizadas					
	2002	2003	2004	2005	2006
Consumidores	2.245.532	2.381.726	2.464.140	2.572.671	2.729.312
Empregados	4.471	4.547	4.577	4.712	5.006
Consumidores por Empregado	502	524	538	546	545
Energia requerida GWh	11.917	12.976	13.740	14.881	15.760



Geração Própria GWh	2.241	2.391	2.285	2.635	2.584
Energia comprada GWh	9.676	10.585	11.455	12.246	13.176
Energia vendida GWh	8.212	8.841	9.228	9.876	10.359
Perdas Técnicas e Comerciais GWh	3.706	4.134	4.512	5.006	5.401
Perdas Técnicas e Comerciais (%)	31,1%	31,9%	32,8%	33,6%	34,3%
Ebitda BOVESA (Mil R\$)	(15.735)	(70.327)	(24.058)	(18.730)	(10.348)
Ebitda CEAL (Mil R\$)	23.349	52.476	52.480	85.795	43.038
Ebitda CEAM (Mil R\$)	(55.594)	(76.690)	(71.180)	(67.567)	(190.838)
Ebitda CEPISA (Mil R\$)	(40.563)	(18.857)	(23.413)	(25.950)	4.359
Ebitda CERON (Mil R\$)	(40.005)	2.603	21.710	10.178	18.311
Ebitda ELETROACRE (Mil R\$)	(13.894)	(2.783)	1.661	26.693	19.802
Ebitda MESA (Mil R\$)	(22.702)	(33.155)	(48.094)	84.845	(121.473)

As empresas continuaram a ser monitoradas pelo Sistema de Acompanhamento de Gestão Empresarial (SIAGE). Em 2006, não obstante os esforços empreendidos pela CEAL, CEPISA, Manaus Energia e Boa Vista Energia, não conseguiram atingir os níveis de perdas estabelecidos pela ANEEL, bem como as metas pactuadas com a Eletrobrás, com exceção da ELETROACRE, destaque como a empresa de melhor desempenho no combate as perdas. CERON e CEAM também apresentaram uma curva descendente das perdas de energia elétrica.

Com relação à inadimplência, a ELETROACRE, CERON e CEAM atingiram uma redução de 17,48%, 19% e 23%, respectivamente, em relação a 2005.

Continuaram os estudos para o processo de reestruturação societária da Companhia Energética do Amazonas - CEAM e da Manaus Energia S.A., para a integração das atividades de distribuição de energia elétrica das duas concessionárias no Estado do Amazonas.

Em 2007, a Eletrobrás dará início a uma mudança no modelo de governança que vem adotando nas empresas federais de distribuição, com vistas ao saneamento econômico financeiro dessas empresas conforme previsto na própria Lei que autorizou a participação da Eletrobrás em tais empresas e que as colocou no Programa Nacional de Desestatização (PND).



12 INFORMAÇÕES DE CARÁTER SOCIAL E AMBIENTAL

	CONTROLADORA		R\$ (mil) CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
I – RECURSOS HUMANOS				
1.1 - Remuneração				
Folha de pagamento bruta (FPB)	41.971	36.540	1.771.939	1.533.399
- Empregados	40.283	35.289	1.760.594	1.519.588
- Administradores	1.688	1.251	15.345	13.811
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	14,07	13,17		
- Administradores	1,00	1,00		
1.2 - Benefícios Concedidos				
Encargos Sociais	24.671	21.162	553.862	491.070
Alimentação	5.760	6.077	123.268	109.685
Transporte	562	950	13.839	13.805
Previdência Privada	11.933	18.118	257.884	133.059
Saúde	7.351	7.178	160.744	144.111
Segurança e medicina do trabalho	1.383	1.464	24.101	19.530
Educação / Creches ou Aux. Creche	487	474	20.786	16.404
Cultura	-	-	2.060	2.995
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.602	3.788	49.130	46.927
Creches ou auxílio creche	0	0	0	0
Participações nos lucros ou resultados	17.000	15.000	138.468	133.059
Outros	0	0	0	0
T O T A L	71.749	74.211	1.344.142	1.110.645
1.3 - Composição do corpo funcional				
Nº de empregados no final do exercício	975	951	19.098	18.448
Nº de admissões	138	19	1.279	1.241
Nº de demissões	68	37	580	487
Nº de estagiários no final do exercício	258	220	2.030	1.619
Nº de empreg. Port. de neces. especiais no final do exercício	4	3	365	246
Nº de prestadores de serviços Terceirizados no final do exercício	-	321	2.081	2.729
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	671	600	15.637	15.096
- Feminino	304	351	3.461	3.352
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Nº de empregados por faixa etária:				

LR

- Menores de 18 anos	-	-	-	-
- De 18 a 35 anos	243	198	3.846	3.395
- De 36 a 60 anos	703	731	14.772	14.691
- Acima de 60 anos	29	22	480	362

Nº de empregados por nível de escolaridade:

- Analfabetos	-	-	21	22
- Com ensino fundamental	26	30	2.141	2.619
- Com ensino médio	189	199	3.022	3.317
- Com ensino técnico	-	-	6.404	6.085
- Com ensino superior	440	396	5.259	4.615
- Pós-graduados	320	317	2.075	1.781

Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:

- Masculino	76%	76%
- Feminino	24%	24%

1.4 - Contingências e passivos trabalhistas

Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade	531	588	3.621	3.496
Número de processos trabalhistas julgados procedentes	140	-	689	404
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes	69	-	670	464
Valor total de indeniz. e multas pagas por determin. da justiça	2.379	-	33.820	57.055

II - Interação da Entidade com o Ambiente Externo

2.1 - Relacionamento com a Comunidade

Totais dos investimentos em:

- Educação	2.602	3.788	13.381	21.048
- Cultura	27.334	20.975	63.135	44.337
- Saúde e infra-estrutura	-	-	45.421	54.992
- Esporte e lazer	6.769	-	9.896	2.979
- Alimentação.	-	-	3.172	5.313
- Geração de trabalho e renda	738	-	4.009	2.996
- Reassentamento de Famílias	-	-	149.456	100.755
Outros	-	-		



Total dos investimentos	37.443	24.763	292.096	238.399
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	-	1.627.725	2.014.135
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos	-	-	509.902	469.043
Total - Relacionamento com a comunidade	37.443	24.763	2.429.723	2.721.577

CONTROLADORA CONSOLIDADO
 2006 2005 2006 2005

2.2 - Interação com os Fornecedores

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores

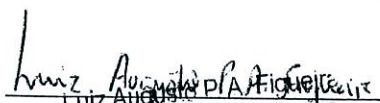
- -

III - Interação com o Meio Ambiente

-Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	-	-	88.372	72.675
-Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	-	380	19.924	21.499
-Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	-	-	154	163
-Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	-	7	3.446	12.103
-Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	-	3	91.335	62.364
-Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	-	-	9	10
-Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	-	-	-	6
-Passivos e contingências ambientais.	-	-	43	39
Total da interação com o meio ambiente	-	390	203.274	168.849

IV - Outras Informações

Receita Líquida (RL)	7.286	8.460	9.631.795	13.410.054
Resultado Operacional (RO)	1.463	983	886.610	2.109.919


 Luiz Augusto P. A. Figueiredo
 Diretor Financeiro Interino

LR